

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Tese de Doutorado**

**Viver em obras: entre desastres e esperanças –  
biopolítica do sacrifício e cotidiano no espaço de vida  
da Grande Cruzeiro (PoA/RS)**

**Leonardo Lahm Palombini**

**PORTO ALEGRE / RS**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Viver em obras: entre desastres e esperanças –  
biopolítica do sacrifício e cotidiano no espaço de vida  
da Grande Cruzeiro (PoA/RS)**

Tese apresentada à Banca de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Leonardo Lahm Palombini**

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Cláudia Luísa Zeferino Pires

**Membros da Banca:**

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Jr.

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juçara Spinelli

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nola Patrícia Gamalho

**PORTO ALEGRE / RS**

**2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Palombini, Leonardo Lahm

Viver em obras: entre desastres e esperanças -  
biopolítica do sacrifício e cotidiano no espaço de  
vida da Grande Cruzeiro (PoA/RS) / Leonardo Lahm  
Palombini. -- 2022.

360 f.

Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Biopolítica. 2. Reestruturação urbana. 3. Zonas  
de Sacrifício. 4. Produção social do desastre. 5.  
Espaço de vida. I. Pires, Cláudia Luísa Zeferino,  
orient. II. Título.

**A Deus, minha mãe, Neuza, e meu pai, Henrique.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Zambi, por ter me dado à existência.

A Oxalá, pelo mundo, a luz, a vida.

A Ogum, pela força, caminho, proteção.

A Iemanjá, pelo amor, cuidado, acolhimento.

A Oxóssi, pelo conhecimento, visão, abundância.

A Omulu, pela Terra, acontecimento, renovação.

A Exu, pelo movimento e comunicação.

A todos os Orixás, a Mãe Terra, a Natureza, aos deuses, aos elementos.

Aos mestres, mentores, guias e guardiões, por me conduzir, ensinar, proteger.

A minha mãe, por ser amor, força, profundidade, intensidade, calor, fogo, água, colo, minha vida.

Ao meu pai, por ser alicerce, fundamento, apoio, estrutura, porta, terra, ar, direção, minha vida.

A meu irmão, Leandro, pelo privilégio de um amigo eterno, belo, justo, leal: o melhor.

A Marjana, por ser minha luz, equilíbrio, amor, minha vida.

Aos meus amigos, por serem inocência, leveza, alegrias, histórias, risos.

A minha orientadora, Cláudia, por ser inteiro apoio, confiança, compreensão.

A todos os interlocutores da pesquisa pela essencial colaboração.

Aos professores da banca, pela disponibilidade, diligência, dedicação.

Ao povo brasileiro, por financiar toda minha formação acadêmica até aqui.

À UFRGS e ao POSGEA, por me possibilitar acesso de qualidade à Academia.

A Capes, pelas bolsas de mestrado e doutorado.

À Prefeitura de Praia Grande, por me conceder licença para conclusão da Tese.

Aos meus professores, por suscitar reflexões, dar apoio e compartilhar conhecimentos.

Obrigado

*Que nossa vida aqui na cidade  
é uma fogueira de desilusão  
com faíscas de felicidade.*

*Alexandre Carlo / Natiruts*

## RESUMO

A presente Tese apresenta análise acerca da implantação e execução de uma obra viária na cidade de Porto Alegre, consistente na duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul, na Grande Vila Cruzeiro, com suas devidas implicações sobre o espaço de vida das comunidades impactadas. Para a produção de resultados nos utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, observação empírica e trabalhos de campo, através de uma pesquisa participante. Nosso método científico e abordagem epistemológica combina elementos do materialismo-histórico-dialético e da fenomenologia-hermenêutica, apoiados pelo escopo conceitual da filosofia da diferença. Apresentamos algumas coimplicações entre o atual processo de reestruturação do espaço urbano em Porto Alegre, especialmente sobre a periferia da cidade, e os efeitos gerados sobre o cotidiano das populações afetadas, observando as mudanças nas suas relações socioespaciais a partir da adaptação ao contexto de precarização do seu espaço de vida, imposto pelo Poder Público através da Prefeitura de Porto Alegre, que determinou e gerencia as obras. A pesquisa se concentra na área da Grande Cruzeiro, complexo de vilas que conta com mais de 300 mil habitantes, onde ocorreu a remoção de 1580 famílias para duplicação de uma via de acesso à Zona Sul da cidade, conformando um plano viário de avenidas radiais. Essa foi originalmente uma das chamadas “Obras da Copa”, a qual começou no ano de 2012, com o início da remoção das famílias, sendo prometida a sua conclusão para junho de 2014, por ocasião da Copa do Mundo. Entretanto, no ano de 2022, dez anos após iniciado o processo, a mesma continua longe de conclusão, sem previsão garantida de término, impactando profundamente o cotidiano, abalando drasticamente a paisagem e destruindo o espaço de vida da comunidade atingida, o que vêm provocando efeitos deletérios diversos sobre sua sociabilidade e experiência. Para compreender a questão propomos a tese de que estão sendo aplicados sobre a comunidade elementos da biopolítica, estratégia de poder governamental que se dá sobre a gestão tanto da vida cotidiana como dos desejos da população, gestão essa que racionaliza e aplica pontualmente uma economia política sobre a gestão do espaço, fazendo-se valer de discursos, e que acaba por gerar, como resultado, a produção política e social de um desastre, instalando uma zona de sacrifício passageira para que se faça possível, a partir daí, a criação de um meio ideal tanto ao controle da população local quanto para atender às demandas de circulação do capital na cidade. Estabelecemos assim coimplicações entre as demandas globais do capitalismo e as repercussões locais das políticas urbanas metropolitanas. Constatamos que, ante as dificuldades de se viver em obras por mais de uma década, os moradores da comunidade convivem e se adaptam forçosamente às circunstâncias e, embora com revolta ante a política e descrença nas instituições, os mesmos nutrem esperança de ver a obra terminada, sua qualidade de vida restituída e incrementada, e o peso do seu cotidiano finalmente atenuado, a partir do momento em que não precisem mais viver em obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço de vida; cotidiano; zonas de sacrifício; biopolítica; captura dos desejos; produção social do desastre; remoções; reestruturação urbana.

## **ABSTRACT**

*This thesis presents an analysis about the implementation and execution of an urban redevelopment road work in the city of Porto Alegre, consisting of the duplication of Cruzeiro do Sul Avenue, in Great Vila Cruzeiro, with its due implications for the living space of the impacted communities. For the production of results, we used bibliographic and documental research, interviews, empirical observation and fieldwork, through participant survey. Our scientific method and epistemological approach combine elements of dialectical-historical-materialism and hermeneutic-phenomenology, supported by the conceptual scope of the philosophy of difference. We present some co-implications between the current restructuring urban space process in Porto Alegre, especially on the city outskirts, and the effects generated on the daily life of affected populations, observing the changes in their socio-spatial relations as from the adaptation to their living space precariousness context, imposed by the Public Power through the Porto Alegre City Hall, which determined and manages the road works. The research focuses on the Great Cruzeiro area, a complex of villages with more than 300,000 inhabitants, where 1580 families were removed to duplicate an access road to the South Side of the city, forming a road plan of radial avenues. This was originally one of the so-called “World Cup Construction Works”, which began in 2012, with the beginning of the removal of families, and completion had been promised for June 2014, on the occasion of the World Cup. However, in 2022, ten years after the beginning of the process, it is still far from completion, with no end date guaranteed, profoundly impacting daily life, drastically shaking the landscape and destroying the affected community living space, which has been causing several deleterious effects on their sociability and experience. In order to understand the issue, we propose the thesis that elements of biopolitics are being applied to the community, a governmental power strategy that takes place over the management of both everyday life and population desires, a management that rationalizes and punctually applies a political economy over the space management, making use of speeches, and, as a result, ends up generating the political and social production of a disaster, installing a temporary sacrifice zone to, from there, enable the creation of an ideal means both to control the local population and to meet the demands of circulation of capital in the city. We thus establish co-implications between the global demands of capitalism and the local repercussions of metropolitan urban policies. We found that, faced with difficulties of living in construction works for more than a decade, the residents of the community coexist and forcibly adapt themselves to the circumstances and, although revolted by politics and with disbelief in the institutions, they nourish hope of seeing the work finished, their quality of life restored and improved, and the weight of their daily lives finally attenuated, from the moment they no longer need to live in construction works.*

**KEYWORDS:** *Living space; daily life; sacrifice zones; biopolitics; capture of desires; social production of disaster; removals; urban restructuring.*

## Lista de figuras

<i>Figura 1- Localização da Grande Cruzeiro em Porto Alegre- RS/Brasil</i>	20
<i>Figura 2 - É chave por chave</i>	103
<i>Figura 3 - A copa passou, só ruínas restou</i>	117
<i>Figura 4 - Início do beco</i>	119
<i>Figura 5 - Afunilamento de beco</i>	119
<i>Figura 6 - Entorno da Grande Cruzeiro em Porto Alegre</i>	122
<i>Figura 7 - Ligação com a Mazon - um dos extremos da obra</i>	124
<i>Figura 8 - Delimitação aproximada da Grande Cruzeiro</i>	126
<i>Figura 9 - núcleos históricos das ocupações da Grande Cruzeiro</i>	130
<i>Figura 10 - Favela é lugar de paz</i>	133
<i>Figura 11 - Prancheta “Trabalhar” do Anteprojeto de Planificação de Porto Alegre (1951)</i>	135
<i>Figura 12 - Valão no início da Av. Divisa</i>	140
<i>Figura 13 - Acúmulo de material à beira da via</i>	141
<i>Figura 14 - Pavimento que termina no nada</i>	142
<i>Figura 15 - Av. Tronco</i>	143
<i>Figura 16 - Cratera pedregosa</i>	144
<i>Figura 17 - Córrego se forma no vale artificial</i>	145
<i>Figura 18 - Na casa demolida, Fé</i>	146
<i>Figura 19 - Na cratera, um pequeno lago</i>	147
<i>Figura 20 - Corredeiras a céu aberto</i>	148
<i>Figura 21 - Entulhos antigos, materiais novos.</i>	149
<i>Figura 22 - Caminhos...</i>	149
<i>Figura 23 - Esquina da Brasil</i>	150
<i>Figura 24 - Casa em pé faz divisa a casa demolida</i>	151
<i>Figura 25 - Escombros, pó, lama, caos</i>	152
<i>Figura 26 - Escombros, pó, lama, caos II</i>	153
<i>Figura 27 - Pé de tomate</i>	154
<i>Figura 28 - Um relevo artificial</i>	155
<i>Figura 29 - A mata toma seu lugar</i>	156
<i>Figura 30 - Av. Tronco em perspectiva</i>	157
<i>Figura 31 - O [não] fim da via</i>	157
<i>Figura 32 - Paredes, memórias</i>	158
<i>Figura 33 - Paredes, memórias II</i>	159
<i>Figura 34 - Escombros</i>	160
<i>Figura 35 - Escombros II</i>	160
<i>Figura 36 - A futura avenida que separa da avenida real</i>	161
<i>Figura 37 - Espaço vazio, novas ocupações</i>	162
<i>Figura 38 - No outro extremo</i>	163
<i>Figura 39 - Área removida da Vila Tronco e Ocupação Gastão Mazon</i>	171
<i>Figura 40 - Caminhos</i>	181
<i>Figura 41 - Paisagem de guerra? Os escombros de uma vida suspensa.</i>	195
<i>Figura 42 - Em janeiro de 2019 casa de DS seguia em pé, aguardando pagamento para remoção.</i>	206
<i>Figura 43 - Sem praças, a obra parada vira parquinho</i>	212
<i>Figura 44 - Carrinho de bebê</i>	237
<i>Figura 45 - Cadeirantes</i>	239
<i>Figura 46 - Cadeirantes na via</i>	240
<i>Figura 47 - O usufruto da mangueira suspensa</i>	244

<i>Figura 48 - O jogo de bola - em suspensão, rumo ao sacrifício</i>	248
<i>Figura 49 - O esforço corriqueiro de um cotidiano assoberbado</i>	254
<i>Figura 50 - Voltando do mercadinho</i>	256
<i>Figura 51 - Jovem chegando na comunidade ao fim da tarde</i>	257
<i>Figura 52 - Calçadas inacabadas</i>	259
<i>Figura 53 - Mãe e filhas avançam com dificuldade em meio aos escombros.</i>	261
<i>Figura 54 - Crianças se esforçam por superar obstáculos no caminho</i>	261
<i>Figura 55 - Informativo da Prefeitura promete reassentamento</i>	305
<i>Figura 56 - Informativo do movimento de moradores</i>	306
<i>Figura 57 - Notícia de jornal divulgando que moradores terão novos lares</i>	307
<i>Figura 58 - Matérias de jornal denunciam esquema de fraude</i>	309
<i>Figura 59 - Matérias de jornal denunciam esquema de fraude II</i>	310
<i>Figura 60 - Solidariedade espontânea como estratégia de enfrentamento</i>	322
<i>Figura 61 - No canteiro abandonado, a vida flui</i>	325
<i>Figura 62- O amor tem que vencer o ódio</i>	334

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. Caminhos da pesquisa em Geografia</b> .....	<b>29</b>
1.1 Geografia e Ciências Humanas: conceitos, termos e abordagens .....	35
1.2 Geografia: conceitos e a questão do método .....	47
1.3 Temporalidades: caminhando entre a história e o cotidiano.....	56
1.4 As etapas da pesquisa: vivência, reflexão, análise e crítica .....	60
1.5 Caminhos metodológicos e a práxis de pesquisa .....	64
<b>2. Cidade do capitalismo: o espaço da biopolítica</b> .....	<b>80</b>
2.1. A questão do Espaço: entre o sistema de ações e objetos e a esfera da multiplicidade .....	88
2.2. Porto Alegre, Brasil, século XXI .....	99
2.3. Copa do Mundo 2014: reestruturação urbana e estado de exceção.....	107
<b>3. Cruzeiro, Cruzeiroão</b> .....	<b>118</b>
3.1. Meio século depois: há uma vila no meio do caminho.....	134
3.2 Dos planos de estruturação à política da precarização .....	137
3.3. Políticas públicas na vila: entre discursos e práticas.....	164
<b>4) Do espaço de vida ao espaço da obra</b> .....	<b>180</b>
4.1. Espaço de vida comunitário: conjunto comum e complexo de lugares das experiências singulares .....	183
4.2 Implicações com a paisagem .....	193
4.3 Aspectos da experiência no espaço de vida comunitário: sociabilidade, identidade e memória .....	202
4.4 Expulsão dos mais pobres e insegurança territorial.....	215
<b>5) Biopolíticas do sacrifício: entre desastres e esperanças</b> .....	<b>225</b>
5.1 A produção sociopolítica do desastre.....	228
5.2 Assoberbamento do cotidiano (ou a suspensão da vida ativa).....	240
5.3 Sacrificando o espaço da vila (e da vida) .....	268
5.4 Biopolítica dos desejos (ou a produção fraudulenta da esperança): do centro de soberania/disciplina ao biopoder .....	294
5.5 Viver em obras: da esperança ao desastre (e do desastre à esperança) .....	316
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>335</b>
<b>Posfácio (e à guisa de conclusão)</b> .....	<b>341</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>345</b>

## INTRODUÇÃO

Cidades crescem. No compasso do desenvolvimento moderno-industrial, característica da hegemonização do sistema capitalista na forma da produção do espaço, se desenvolve o processo de urbanização, altamente concentrador. Esse processo tem se mostrado, desde seu início no Brasil, profundamente excludente. A concentração urbana obedece à lógica de concentração do capital, da qual é expressão fenomênica, e sua conformação espacial tem se dado através de um “desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente”<sup>1</sup>. Assim, enquanto as condições socioespaciais produzidas na cidade são reguladas pela lógica de acumulação de capital, a sua consequência é uma precarização da inclusão social dos mais pobres na urbanidade, que embora colaborem com a força de trabalho, são preteridos na hora de colher os frutos da sua própria produção, o que performa uma urbanização extremamente desigual e segregada<sup>2</sup>.

Na origem dessa realidade no Brasil temos sujeitos desprovidos de posses que, deparados com a falta de condições ao seu trabalho no campo, onde o modelo capitalista de uso da terra prevalece e cujo desenvolvimento acabou preterido na lógica industrial, migraram para as cidades. Pelo êxodo rural, a partir de meados do século XX, a busca de inserção econômica e social tem levado as pessoas às cidades, na qual procuram melhores condições de vida. Entretanto, sem condições de adquirir propriedades ou bancar o custo de vida junto às zonas urbanas bem estruturadas – organizadas e destinadas aos economicamente bem estabelecidos – os mais pobres, ao chegar à cidade, não alcançam as benesses da urbanização, senão de forma precária, ficando alijados de diversos serviços e direitos por sua posição geográfica na cidade, ao que nos modelos urbanos se convencionou chamar de periferia<sup>3</sup>.

---

1 GOTTFNIENER, 2006, p. 29.

2 Ver mais em SANTOS, 1982

3 Há que se fazer a devida distinção entre o que chamamos de periferia e os bairros meramente afastados dos centros, os quais, no entanto, por serem bem estruturados, se destinam às classes mais altas, não sendo “socialmente periféricos”: “Há, na verdade, duas “periferias”, como nos ensina

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos.” (VILLAÇA, 1998, p.143)

Assim, o modelo de desenvolvimento urbano atualmente em voga segue aplicando uma separação estrita entre os mais ricos e os mais pobres na cidade, a qual, no capitalismo, se torna expressão máxima da desigualdade social, a qual se manifesta espacialmente. No caso de Porto Alegre, materializando-se nas chamadas vilas<sup>4</sup>.

Desde o início da industrialização brasileira, no início do século XX, temos visto cidades crescerem continuamente. Primeiramente com a política de substituição de importações pós Crise de 1929, mais fortemente com as políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 e, após, com a industrialização do campo - a chamada Revolução Verde - na década de 1980, tivemos um crescimento urbano vertiginoso no Brasil. Se em 1950 nossa população ainda era 64% rural, no início da década de 90 ela já era 76% urbana<sup>5</sup>, numa relação proporcional que se inverteu em poucas décadas. Assim, aliado ao crescimento vegetativo da população, em poucas décadas dezenas de milhões de pessoas vieram a ocupar as cidades, num processo desordenado que tem reflexos profundos até hoje em nossas metrópoles.

A urbanização fordista acelerada e excludente promoveu uma reorganização da cidade que atenderia sobretudo uma parcela restrita da população urbana. A lógica da necessidade impulsiona o processo de ocupação popular de terras urbanas no início do século XX e a partir da urbanização acelerada dos anos 50 vai se transformando na principal forma de acesso dos pobres ao solo urbano. (ABRAMO, 2007, p.27)

---

Roberto Lobato Corrêa (1993): aquela com urbanização de status e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infraestrutura adequada e tornam-se bairros de status. Segundo Corrêa, em vista do sentido pejorativo do termo periferia, estes bairros “fisicamente periféricos não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos!” (SERPA, 2002, p.161-162)

<sup>4</sup> Em Porto Alegre a denominação usual “favela” é compreendida por “vila”: termo popular regional que atua como sinônimo;

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.ibge.gov.br/series\\_estatisticas/exibedados.php\\_em\\_10/10/2015](http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php_em_10/10/2015).

Esse crescimento passou a ser acompanhado, desde a década de 1970, por uma política de criação de regiões metropolitanas pelo Estado brasileiro, que tem levado a aplicação de políticas econômicas e sociais dos níveis nacional-regional para a esfera política, na qual competem às autoridades locais (os municípios) a formulação das políticas de uso e ocupação do solo<sup>6</sup>. Entretanto, as mesmas não têm se mostrado efetivas, não conseguindo definir uma lógica planejada de ocupação na maior parte das grandes cidades. Assim, à chegada dos migrantes do interior, deparam-se os mesmos com o fenômeno do crescimento e ocupação urbana desordenados, aí se envolvendo e logo dele se tornando parte.

Os ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital nacional e internacional nas metrópoles para a criação da infra-estrutura necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se “aloja”, e não “habita” nos maiores centros urbanos. Este processo de “inchaço”, manifesta-se numa série de “problemas” urbanos. (SPÓSITO, 2000, p. 70).

Um desses problemas – que dá margem a diversos outros – é a própria ocupação das chamadas periferias<sup>7</sup> das áreas urbanas.

Há muito marcadas pela pobreza de contingente significativo de seus habitantes e com processos de segregação socioespacial sempre presentes, as áreas urbanas do país somam periferias desprovidas de serviços e equipamentos urbanos; formas precárias de moradia, inclusive em áreas de risco e com saneamento deficitário (NAME e BUENO, 2013, p. 4)

---

6 Ver mais sobre essa relação em MENEZES, 1999.

7 “Favelas, ocupações, invasões, villas e comunidades mudam os nomes, as designações, os termos, mas todos são permeados e compartilham em menor ou maior grau a situação de precariedade e de pobreza de seus habitantes. Precariedade em termos de acesso a bens, serviços e infraestruturas básicas para a vida cotidiana. Pobreza econômica em termos dos baixos salários, rendimentos e da inserção no mercado de trabalho.” (LIMONAD 2018 p. 425)

Essas áreas, comumente em terrenos acidentados, íngremes, em áreas de alagamentos e afastados dos centros, ocupadas por populares sem um projeto claro de urbanização, num processo que não foi acompanhado pelo Poder Público desde o início, hoje representam um cenário de difícil composição com os planos de reestruturação urbana dos interesses capitalistas nas cidades.

Ao chegar à cidade e não encontrar uma rede de serviços e assistência que lhes resguardasse, as pessoas que passaram a ocupar áreas irregulares, sem acesso à escola, iluminação, calçamento, segurança, tratamento de água e esgoto, etc., acabaram vítimas não só de um ambiente precário à reprodução saudável das suas vidas como também - pela paisagem resultante do “padrão periférico de ocupação”, que denota um quadro de degradação ambiental evidente<sup>8</sup> - de um processo de marginalização e guetização dentro da cidade.

Apesar disso, desde seu contexto interno, há paralelamente um estabelecimento de vínculos e o desenvolvimento genérico de uma relação de pertencimento e identidade, o que produz uma sociabilidade de aproximação genérica, difusa no território, como uma medida de ajuda mútua e coparticipação no processo de ocupar e habitar. Ou seja, enquanto “territórios estrutural e ambientalmente degradados passam a ter a conotação de “espaços desejáveis” a partir da ausência de alternativas” e se revelam “como uma opção legítima (ou uma “oportunidade”) diante da completa falta de opção”<sup>9</sup>, concomitantemente,

Os vínculos de sociabilidade sobrepõem-se a partir de relações primárias, familiares ou comunitárias, que são traços culturais relevantes em tais grupos e, também, a partir da possibilidade de se contar com recursos adicionais para sua reprodução social, em contextos de ausência de políticas sociais efetivas de apoio à sua reprodução social. (VARGAS, 2016, p. 553)

Não obstante a esse desenvolvimento de uma coesão social interna inicial, que se dá na medida mesma do estabelecimento das ocupações, a falta de uma estrutura mais elaborada, com aporte do poder público, na medida em que a vida

---

<sup>8</sup> (SERPA, 2002, p.169)

<sup>9</sup> (VARGAS, 2016, p. 553)

local se complexifica e é absorvida pela expansão da cidade, pela qual o modo de vida capitalista urbano se impõe através de horários, deslocamentos e obrigações diversas, as comunidades passam a se tornar cada vez mais dependentes de equipamentos diversos para reproduzir suas vidas. A persistente falta dos mesmos leva paralelamente a uma degradação progressiva das suas relações sociais internas, que vão aos poucos tendo seu caráter comunitário e sua relação com o ambiente deteriorado, inseridas num contexto de insegurança territorial e instabilidade econômica<sup>10</sup>.

É nesse contexto que a violência e a criminalidade se instalaram e cresceram de forma exponencial nas cidades brasileiras, atingindo em cheio principalmente as comunidades pobres e desassistidas, e ao mesmo tempo povoando o imaginário que se faz acerca delas<sup>11</sup>, o que acaba por aprofundar processos de desigualdade, preconceito e exclusão. Essas comunidades foram erguidas e se estruturaram segundo códigos próprios de convivência, se construindo à margem das políticas públicas urbanas, constituindo sociabilidades tipicamente locais, muitas vezes com marcadores bem evidentes de diferença entre quem dela (ou daquele território<sup>12</sup>) participa ou não.

Numa perspectiva histórica, áreas mais próximas ao centro da cidade - onde se iniciou o desenvolvimento da mesma - foram as primeiras a receber essa parcela populacional de parcas condições econômicas, excluídas – ou incluídas de maneira precária<sup>13</sup> - do desenvolvimento econômico e socioespacial. Essa população, surgida como consequência da exclusão promovida pelo modelo de desenvolvimento da cidade - que concentrava, mas não dava condições - acaba por se tornar um entrave ao crescimento urbano, significando um limite espacial à livre reprodução do capital na cidade e sua circulação, pois

---

<sup>10</sup> Ver sobre em HOGAN, 2000

<sup>11</sup> Ver mais em GAMALHO, 2015

<sup>12</sup> “uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). (SOUZA, 1995, p. 86, grifos dele)

<sup>13</sup> Ver sobre a questão em HEIDRICH, 2006

[...] a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas em propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias para fins especulativos, etc. formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos de propriedade privada se fazem valer novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do solo (SINGER, 1982, p. 33)

Ou seja, tão logo as áreas ocupadas passem a ter projetada importância no tecido urbano em termos de possível utilidade para fins econômicos (produção, reprodução, circulação), as regras da propriedade privada voltam a se fazer sobrepujar, a fim de erradicar aquela comunidade – ou um pedaço dela – do mapa, para no local se assegurar a normatização capitalista do uso do solo urbano.

“O nosso terreno aqui, a nossa casa, a nossa terra aqui hoje eles falam que essa terra aqui não é nossa, que a casa, o material, o tijolo é nosso, mas a terra não é nossa, que é da prefeitura, acho que nem da prefeitura é, né, na minha opinião aqui a terra é dos índio, quem tinha que cobrar de nós aqui era os índios não era eles” (LD)

A mera existência da pobreza, que se expressa, além de tudo, esteticamente, ao mesmo tempo em que representa um perigo no imaginário social, que atrela diretamente zonas de favelas à desordem e violência, prejudica o “ambiente de negócios” a que se referem os empreendedores privados e burocratas estatais. Assim,

[...] a ação do Estado — por intermédio do poder local — ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. [...] Nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência da

ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). (CARLOS, 2001, p. 15)

Além disso, um problema fundamental para a cidade é o da circulação, e “desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento”<sup>14</sup> é uma questão crucial para a reprodução do capital na cidade, e a existência e radicalidade das periferias, de urbanização precária e desordenada, dificulta esse processo.

Neste íterim, populações que historicamente promoveram juntas suas ocupações urbanas são violentamente removidas de seus locais de vivência, separadas e enviadas a locais diferentes entre si, geograficamente; porém, com uma qualidade em comum: áreas ainda mais longe dos centros, com uma estrutura de serviços e atendimento social ainda mais precária que a anterior. Ironicamente, após sua retirada, a sua antiga área de ocupação recebe as melhorias devidas, objetivadas pelo Poder Público. Porém, agora endereçadas a outras pessoas: dessa vez, de maior poder aquisitivo, que saem do centro e ocupam as suas áreas mais próximas, também em busca de uma melhor qualidade de vida, uma vez que o Centro também se precariza na medida em que aumenta a concentração, as atividades se diversificam e aumenta o fluxo de pessoas – o que inclui os antigos excluídos do próprio centro.

“Ah, precisamos remover as pessoas dessas casa, ok, mas então que desse uma moradia pelo menos perto de onde eles estavam, pra que assim o trânsito melhorasse e as pessoas não perdessem a vida que elas tinha aqui, porque existiam moradores que estavam ali há muitos anos, muitos anos, cinquenta anos pra mais, então uma coisa não justifica a outra, até mesmo porque, como eu disse, o trânsito em si não melhorou.” (JE)

Resumindo, os habitantes ricos saem dos centros em direção às áreas circundantes, e os habitantes pobres que habitavam essa antiga periferia são

---

14 FOUCAULT, 2008a, p. 23.

forçados a ir para ainda mais longe, num processo em que a antigamente denominada periferia acaba por ser encampada pelos novos limites do centro, que se expande na medida em que a cidade cresce e se irradia o processo de urbanização. Nisso, a cidade fragmenta-se, hierarquiza-se, policentraliza-se, e os ambientes urbanos cada vez mais se transformam, num processo que se retroalimenta, gerando uma infinidade de novas relações socioespaciais, na medida em que a cidade se complexifica<sup>15</sup>.

Identidades são substituídas por uma noção questionável de progresso, cotidianos são suspensos e marcos memoriais são apagados do espaço. Porém, as memórias seguem, na mente dos cidadãos que vivenciaram aqueles processos. “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço<sup>16</sup>. Assim, “a memória das cidades está sendo produzida a cada dia”<sup>17</sup>, e esse processo certamente habitará a memória dos cidadãos que ali vivem como lembrança, carregando consigo a memória de uma cidade apagada, espaço de vida o qual lhes foi arrancado do cotidiano e transformado em outra, no qual, talvez, já não se reconheçam mais tão bem.

“Minha vivência era, sempre foi ótima sabe. Eu conheci muitas pessoas, as pessoas se respeitavam e, por exemplo, se a gente não tinha algum... um arroz, um feijão, alguma coisa a gente ia pedir pro vizinho lá uma xícara de arroz, justamente porque essa união dentro da quebrada ela sempre foi muito forte, e tínhamos muitos familiares também, na vila, que infelizmente foram pra um lado eles foram pro outro e essa vivência familiar também se perdeu muito, e além dos amigos e amigas né que a gente desde criança cresceu junto e hoje a gente não tem mais contato justamente porque nós fomos removidos de lá. Então muita coisa se perdeu né, e a prefeitura não quer saber de nada, ela só quer remover, quer passar a avenida e não tá nem aí na realidade pra comunidade né. Isso não é legal. Isso é péssimo na realidade” (BX)

---

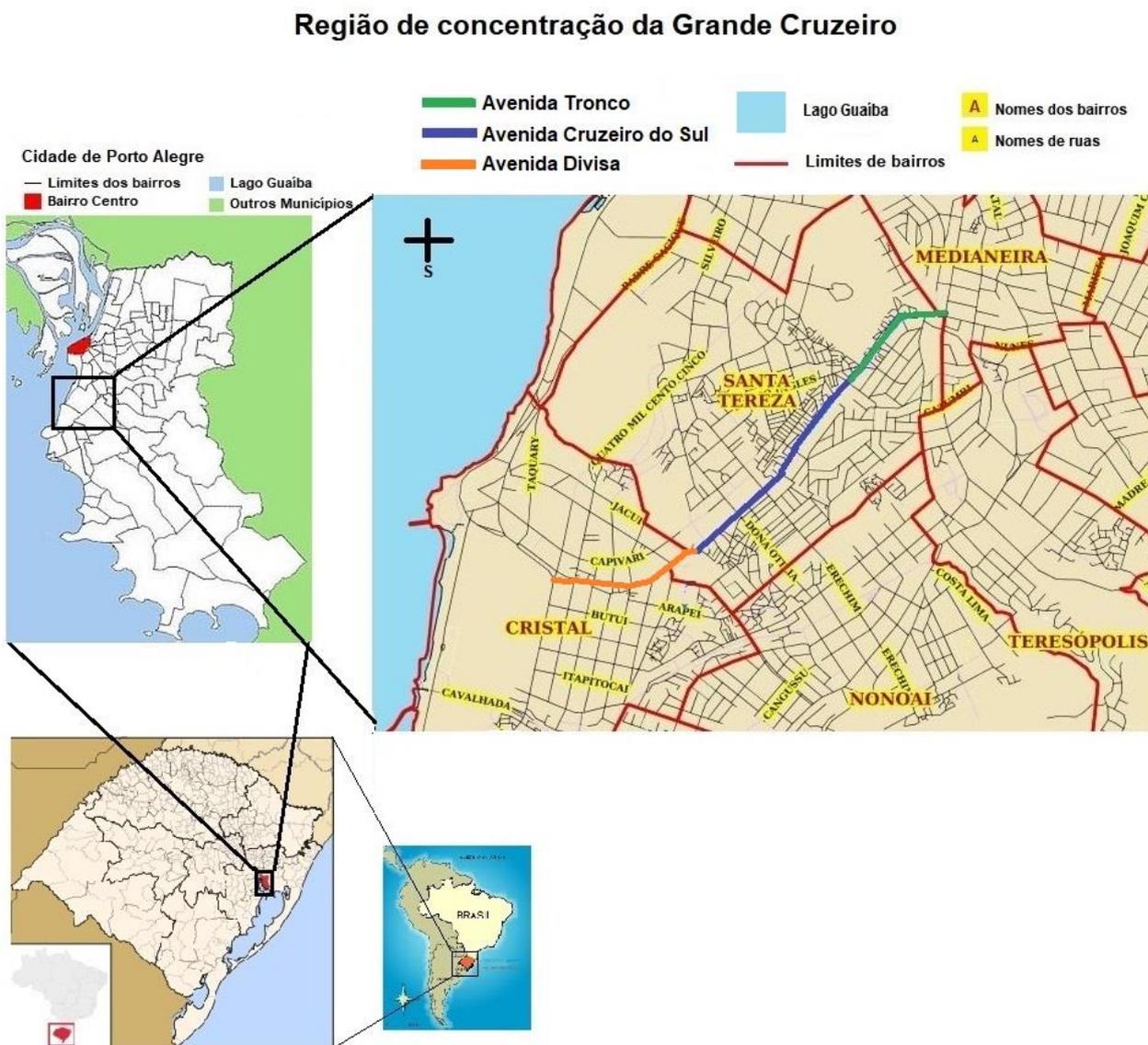
<sup>15</sup> Ver questão em SOJA, 1993; 1995

<sup>16</sup> ABREU, 1996, p.10.

<sup>17</sup> ABREU, 1996, p 24.

É esse o processo que vem ocorrendo nos limites do campo de estudo estabelecido nessa pesquisa, qual seja, o do espaço da Grande Vila Cruzeiro, entre a Zona Sul, Centro e Zona Leste de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Localização da Grande Cruzeiro em Porto Alegre – RS/Brasil



Fonte do mapa principal: Procempa, editado e organizado por Leonardo Palombini. Original disponível em <http://mapas.procempa.com.br>, acesso em 23/02/2018.

Ao longo da longa via destacada em verde, azul e laranja, milhares de pessoas, oriundas de 1580 famílias, foram desalojadas e forçadas a se mudar para

áreas mais longes do centro da cidade, a fim de permitir a execução de uma grande obra de reestruturação viária – a chamada duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul - objetivada pela Prefeitura da cidade. A obra, porém, iniciada em 2012 como uma das “Obras da Copa de 2014”, em pleno ano de 2021 ainda está longe de terminar, tendo ficado parada e abandonada por diversos períodos ao longo desses anos, forçando a população local a viver num ambiente degradado e de caos, entre detritos e escombros das demolições, à espera da sua implementação.

É a partir de uma inquietação ante esse panorama inicial que nos perguntamos: de que forma a instauração das obras de duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul, que demandou remoção de famílias e demolição de casas, desmantelando o espaço físico do entorno, estão ligadas à alteração dos usos desse mesmo espaço pelos moradores da comunidade em sua vivência cotidiana, e de que forma isso vem repercutindo sobre suas percepções e sua sociabilidade ante a experiência vivida cotidiana desde seu espaço de vida precarizado? Além disso, como esse fenômeno é inscrito na dinâmica global do capitalismo em sua relação com governos e instituições locais no que tange à questão da gestão urbana? Há coimplicações entre a escala do capital/global, do governo/local e da vida vivida cotidiana das pessoas da comunidade e, se sim, quais conceitos precisam ser explorados para dar conta de explicar tal relação?

Foi na busca por respostas que empreendemos o presente trabalho, pelo qual analisamos como as obras de duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul/Tronco, expressão do atual processo de reestruturação do espaço urbano que ocorre em Porto Alegre, vêm afetando a vida cotidiana dos moradores que vivem no seu entorno, especialmente em função das remoções de famílias, da abertura de vias sobre o espaço originalmente ocupado pelas distintas comunidades atingidas e do longo atraso na finalização da obra. Analisaremos os efeitos socioespaciais desse processo, buscando relações entre as condições materiais aí instauradas, em função da reestruturação física do espaço, e as subjetividades dos moradores aí implicados, com base na sua experiência vivida ante a situação. Buscamos através disso entender como o processo de reestruturação viária que se dá sobre o espaço de vida da comunidade é acompanhado pelas percepções dos moradores sobre seu cotidiano, quais desdobramentos se dão sobre suas subjetividades e como

sociabilidade aí desenvolvida resta afetada pelo processo, buscando relacionar esses dois aspectos do espaço – condicionalidade do espaço físico e situacionalidade da experiência – e extraíndo, daí, através da reflexão e análise, suas coimplicações. Além disso, buscamos encontrar correlações entre a esfera global do capitalismo, que tem repercussão sobre a gestão das metrópoles na medida em que o capital aí se instala, e a dimensão da experiência vivida desde o local, submetida a essas condições, explorando suas inferências.

Tendo em vista que é possível verificar empiricamente<sup>18</sup> no cotidiano da Grande Cruzeiro e da Vila Tronco mudanças na dinâmica da vida cotidiana em função das obras, como a diminuição da ocupação dos espaços públicos e de encontro da comunidade – que foram em grande parte removidos/destruídos – e mesmo as mudanças nas rotas dos caminhos, que precisam contornar grandes canteiros de obras ou se aventurar por entre o solo acidentado, além de se adaptar ao novo contexto espacial em que estão inseridos, com alteração da vizinhança – removida - e do seu entorno, observamos que essas mudanças estão ligadas diretamente à implementação das obras. A alteração no espaço físico da comunidade tem implicações diretas sobre a dinâmica da sua vida, que vive há anos em meio a obras paradas, senão longamente intermitentes - das quais diversos pontos durante vários períodos ficaram praticamente abandonadas. A Comunidade resta tratada de tal forma negligente pelo Poder Público, que não se dedica em terminar a obra - que prometera para junho 2014 – sob diversas justificativas, que a comunidade, que parece estar vivendo em meio aos escombros de uma zona de guerra, tem sua confiança fortemente abalada na institucionalidade dita democrática. Entendemos que há, entre esses processos, que estão ocorrendo de forma concomitante, certas relações de causalidade politicamente objetivadas, visando atender certos interesses de atores, desde o âmbito metropolitano de gestão do espaço urbano à esfera global do capitalismo, não só de abertura de fluxos à circulação e reprodução do capital, mas também de *controle* sobre a população local, especificamente aqui representada pelos moradores da

---

<sup>18</sup> O autor da pesquisa foi morador do entorno por 15 anos, passando diariamente por onde hoje ocorrem as obras, tendo trabalhado diretamente junto à Comunidade durante cinco deles como professor na escola estadual Álvaro Alves da Silva Braga.

comunidade, o que averiguamos durante o processo de pesquisa e apresentamos nesse trabalho.

Nosso objetivo é analisar como tem se dado o cotidiano na comunidade da Vila Cruzeiro em função dos anos em que convivem com as obras de reestruturação viária em seu espaço - ocorrentes desde 2012 até a publicação desse trabalho - averiguando de que forma a comunidade avalia o processo, como lida com o transtorno, quais os impactos e repercussões têm sobre seu espaço de vida e como isso se subscreve ao contexto de gestão da cidade, buscando por que caminhos a dimensão do vivido se relaciona às dimensões do Estado e do capital.

Para atingir nossa meta fomos a campo observar e compreender as movimentações e percepções dos moradores sobre o espaço e a política, através de vivências diversas e entrevistas, buscando aportes teóricos para discutir seus resultados. A partir daí compreendemos a aplicação das intervenções públicas sobre o espaço de vida comunitário enquanto efeito de uma técnica biopolítica de governamentalidade<sup>19</sup>, que se aplica através da produção social do desastre<sup>20</sup> no seu meio, estabelecendo aí uma zona de sacrifício<sup>21</sup>, o que visa em última instância o *controle* da população atingida, técnica possível através do asoberbamento do seu cotidiano<sup>22</sup> e da gestão e agenciamento dos seus desejos<sup>23</sup>, gerando aí uma desmobilização política e mesmo uma desvitalização da vida comunitária em nome de uma conformação capitalista da cidade, que demanda enquadramentos e assujeitamentos das espontaneidades e das manifestações populares para o estabelecimento de um bom ambiente aos negócios e à reprodução do capital. As inter-relações entre esses conceitos e os efeitos diversos de sua efetivação sobre a comunidade analisada é o que iremos expor ao longo desse trabalho.

Ao mesmo tempo percebemos que, frente a esse processo, a comunidade empreende suas próprias estratégias, baseadas no acúmulo histórico de sua experiência comunitária no espaço, a qual repercute através de sua memória e

---

<sup>19</sup> FOUCAULT, 2008a; 2008b; 2010; 2011;

<sup>20</sup> VARGAS, 2016; VALÊNCIO, 2010; 2012;

<sup>21</sup> ACSELRAD, 2002; 2004; 2005;

<sup>22</sup> HELLER, 1989; 1997;

<sup>23</sup> DELEUZE E GUATTARI, 2000; 2010.

identidade - construídos desde o processo inicial de ocupação popular da área – resistindo assim ante a deterioração do seu espaço de vida tanto pela adaptação à situação quanto pela manutenção de uma esperança num futuro melhor.

As questões aqui propostas à análise são emergentes na cidade de Porto Alegre, emergência essa repleta de conflitos e contradições. O crescimento da cidade e a conseqüente necessidade de reestruturação espacial, na esteira da demanda de circulação do capital, é um processo que nem de longe é consensual. Pelo contrário, diversas são as abordagens e ideologias presentes nessa discussão, tanto na academia como dentro das correntes políticas do movimento urbano e no próprio conhecimento popular.

Apesar disso, o Poder Público faz parecer, tanto midiaticamente como pela própria prática, que a ideia da necessidade desses projetos de reestruturação é consenso. Primeiro, pela questão da Copa do Mundo de 2014, que demandaria, segundo a justificativa da Prefeitura, a execução do projeto de extensão e duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul e, conseqüentemente, as remoções, implantando grandes obras em meio às comunidades. Esse argumento já se mostrou falacioso uma vez que a Copa do Mundo de 2014 terminou, a FIFA e os turistas foram embora, e a obra em pleno 2021 ainda se arrasta, por mais tempo parada do que em movimento. Segundo, que a Prefeitura empreende o projeto sem qualquer preocupação com as pessoas que sofrem suas conseqüências mais imediatas, que são os moradores da comunidade.

Os interesses da comunidade, assim, são defendidos somente pela própria comunidade, desde seus moradores mais comprometidos, que apenas por si próprios podem fazer propagar a sua voz, aportados pela própria vivência e dedicação. Além disso, por vezes, apoiados pelos movimentos políticos urbanos que sobre essa discussão se dedicam e intervêm, criando vínculos e estabelecendo redes. Buscamos, a partir dessa pesquisa, fortalecer essa rede também desde a Academia, afirmando o caráter popular e o comprometimento social da Universidade. Como diz Foucault,

[...] os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente,

muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. (FOUCAULT, 2002, p. 71)

Os estudos empreendidos desde as pesquisas acadêmicas são importantes, nesse sentido, para a compreensão dos fenômenos urbanos, na expectativa de permitir uma melhor apropriação, tanto da cidade em si como do conhecimento acerca de seus processos por parte de seus sujeitos. Além disso, para trazer à tona outras narrativas para além do discurso oficial, evidenciando as contradições do discurso dos agentes públicos e suas contrariedades na prática. Isso possibilita que se qualifique e democratize a discussão sobre o planejamento do espaço urbano, pois é através da produção e difusão de conhecimento sobre a questão que se permite uma maior apropriação conceitual acerca dos processos de gestão, os quais são, em última instância, eminentemente políticos.

#### No Brasil

[...] as favelas são consideradas problemas [...] os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Sabemos que, há algumas décadas, o trabalho de muitos profissionais que atuam especialmente nos serviços de saúde e educação, bem como vários estudos e pesquisas, têm permitido tornar esses aspectos mais visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no dia a dia das favelas (PORTO/FREITAS et al, 2015a, n.p. - seção 4)

A compreensão teórica de fenômenos espaciais e territoriais urbanos, através da análise do espaço vivido e do cotidiano das comunidades imbricadas nesses processos é importante na medida em que movimentos urbanos, sociais e populares podem se munir de aporte teórico e embasamento acadêmico junto ao estabelecimento de suas demandas e na efetuação da sua resistência, no sentido de ter uma maior força de atuação e persuasão frente ao Poder Público e à opinião pública em geral. Não só a sociedade civil organizada, mas os próprios indivíduos têm a ganhar com esse aporte, na medida em que deles podem se apropriar na busca de seus direitos frente à institucionalidade. Porque para isso é importante compreender as dinâmicas dos processos urbanos, suas causas e consequências, especialmente em relação aos que podem afetar diretamente seu cotidiano, como

a questão das remoções e das grandes obras públicas. Durante o processo de pesquisa, em que há trocas de conhecimento entre pesquisador e sujeitos, é possível, através do diálogo, trocar e desenvolver conhecimentos mútuos nesse sentido. É falando sobre o problema que se pensa melhor sobre ele, e foi na própria prática de pesquisa, desde o cotidiano, que surgiram novas ideias para se lidar com a questão, conjugando saberes e conhecimentos diversos. Ademais, investir mais um canal de comunicação à Comunidade, dessa vez, via Academia, é importante para ampliar e difundir a sua voz, trazendo a maior público suas demandas e argumentos.

Especialmente no caso dos jovens, principais vítimas da violência, da criminalidade e do tráfico – forças poderosas de cooptação via um encantamento de ordem psicossocial aos jovens com faltas de perspectivas<sup>24</sup> – é importante questionar qual será o papel que tem tido o Estado, e mais especificamente a Prefeitura, no seu processo de administração e gestão do espaço urbano, na busca pela resolução e enfrentamento a esse problema. Estará o Estado atuando efetivamente nessa perspectiva, através do atendimento psicossocial e de saúde aos usuários de drogas, em medidas de prevenção ao crime e desenvolvimento social local, na construção e difusão de uma cultura da paz, ou, pelo contrário, através de sua atuação na gestão espacial, de forma displicente e irresponsável, estará mais atuando na germinação desses problemas do que ajudando a solucioná-los? A busca pelas respostas a essas perguntas é essencialmente uma busca pelas *raízes* de alguns dos mais graves problemas sociais urbanos, especialmente dos que afetam diariamente a vida das comunidades periféricas e que tanto sofrimento causam, tanto à população em geral – que sofre com a violência – quanto, especialmente, aos amigos e familiares das vítimas fatais desses processos. A compreensão dessas relações é essencial para a busca de respostas e soluções para o problema em questão se temos em horizonte a construção de um Estado de Direito democrático e cidadão.

Trazer o conhecimento popular para o diálogo com a academia é uma ferramenta poderosa de produção de um conhecimento mais amplo, democrático e

---

<sup>24</sup> Ver questão em TOROSSIAN, 1998.

diverso. Ouvir e considerar as ideias e percepções dos sujeitos envolvidos nos processos sociais – territoriais e urbanos – é essencial se quisermos compreender a fundo a natureza das contradições que perpassam a gestão do espaço nas grandes cidades e como é possível criar alternativas às atuais políticas.

A Universidade tem, ao longo da sua história, desenvolvido um conhecimento científico, prático, empírico e social que pode colaborar bastante com o desenvolvimento da sociedade, especialmente no tocante à ciência geográfica, trazendo avanços no campo das humanidades. No entanto, o conhecimento acadêmico e a realidade da maioria das pessoas que não tem acesso a tal recurso é separada por um fosso profundo. Assim, a produção de ideias ao longo da história da Universidade restou muitas vezes prejudicada pela ausência de diversidade em seu meio, pois muitas pessoas foram historicamente alijadas do acesso à produção de conhecimento acadêmico. É papel da Academia abrir suas portas às formas de conhecimento que desde aí brotam, e que por força da estrutura social desigual ainda lhe estejam obliteradas.

As decisões políticas que dão rumo à sociedade em geral e especificamente à questão urbana muitas vezes são tomadas em instâncias que não levam em conta o interesse social, sendo de forma alguma democráticas. O capital dita o ritmo e o foco do desenvolvimento e a população - especialmente a de baixa renda, submetida a uma relação contingencial no espaço e muitas vezes alijada da cidadania - se vê acuada por esse sistema, numa luta diária pela própria reprodução das suas vidas.

Em função de sua história extremamente elitista e inacessível, da qual sua estrutura mantém diversos resquícios, por mais que a Universidade produza, ela jamais preencherá sozinha o fosso que lhe separa da maior parte da população. O até então produzido conhecimento acadêmico não tem corpo o bastante para completar nossas atuais lacunas, pois lhe falta uma composição mais empenhada em direção do conhecimento popular, desenvolvido em diferentes estratos e conjuntos da sociedade. No caso deste trabalho, trazer o conhecimento popular como base às proposições acadêmicas é um imperativo, que se deu tanto pela vivência pessoal quanto pelo esforço de trazer a experiência subjetiva de nossos interlocutores à análise. E, também, buscar usar o conhecimento produzido desde

a Universidade para trabalhar junto a estas pessoas, estabelecendo desde aí novos diálogos. Sendo assim, é de nosso interesse que o conhecimento produzido por essa pesquisa sirva também como possibilidade de reflexão junto aos sujeitos implicados no problema, principalmente através do diálogo e do pensar em conjunto, buscando colaborar, desde a base, com a construção de outras formas de pensar, que busquem novas maneiras de se relacionar entre si, com o entorno e com os poderes instituídos, na expectativa de gerar não só reflexões como ações concretas no cotidiano.

Para a academia, que, teoricamente, deveria buscar através da ciência desenvolver soluções para a supressão das mazelas da sociedade, seria muito proveitoso que se aproximasse cada vez mais do conhecimento popular. Este conhecimento é o que permite a sobrevivência das porções menos favorecidas da população em meio a um sistema ímpio. Por isso, é um conhecimento de resistência em meio a uma realidade adversa. E a resistência, quando instrumentalizada, pode resultar em uma quebra de paradigma. Com a sistematização e amplificação dos saberes, aliando conhecimento popular e científico, podemos desenvolver ideias e projetos que permitam uma gestão mais democrática do espaço, onde haja voz a todos os envolvidos no seu usufruto. É possível, através do conhecimento científico, não só criar ideias e métodos que possam melhorar a situação de vida das pessoas, mas também buscar no próprio conhecimento popular ideias que possam endossar e aferir legitimidade às proposições acadêmicas, buscando sempre apresentar alternativas ao nosso atual modelo civilizatório, o qual tem provado e comprovado ser ineficaz no saneamento mínimo das necessidades de grande parte da sociedade. Mostrando, destarte, que outro mundo é sim possível, e o conhecimento é fator essencial nessa composição, pela busca do qual aqui intentamos caminhar.

## 1. Caminhos da pesquisa em Geografia

*O método só pode ser compreendido pela sua prática.*

*Dirce Maria Suertegaray*

Vive-se atualmente uma grande crise do conhecimento. Assim como noutros tempos da história, novas percepções sobre a realidade colocam em xeque o que se entendia até então<sup>25</sup>. A lógica moderna, fundada nos pilares do racionalismo e da lógica, encontra novas questões às quais não tem apresentado elementos analíticos suficientes para explicar. A dita “análise científica”, calcada na tradicional separação racional entre “sujeito” e “objeto” de análise, amplamente aceita desde o Iluminismo, é questionada. E isso se dá porque, hoje, ascendem novos elementos à análise, os quais eram e foram historicamente obliterados.

Esses elementos são representados, hoje, principalmente, por novos grupos sociais que emergem, política e academicamente, trazendo outras lógicas de compreensão do mundo e questionando formas de conhecimento que eram, até outrora, vistas como universais. Essas formas, produtoras de saberes já cristalizados e canonizados na literatura científica, são de caráter eminentemente eurocêntricos. Foram pensados e desenvolvidos historicamente por autores que viam o mundo a partir do ponto de vista europeu, branco, colonizador, e que uniformizavam o mundo a partir do seu viés. Não à toa todo o Ocidente foi politicamente pautado pela lógica de poder europeia, que extrapolou os limites do continente através do imperialismo e incutiu nos novos sujeitos globalizados os seus mesmos valores, forçando verticalmente sua pretensa universalidade. A ciência seguiu esse mesmo caminho, pois, historicamente, ela é majoritariamente conduzida por quem exerce o poder. Assim, impondo sua lógica política, territorial, econômica e cultural aos demais povos do Ocidente, foi também a “análise científica” que se sobrepôs a todas as demais formas de conhecimento. Isso resume em parte o período moderno e a universalização da sua forma de construir conhecimento e fazer ciência.

---

<sup>25</sup> Ver sobre crise da ciência e mais especificamente da Geografia em MONTEIRO, 1988.

Atualmente, com a ascensão de novos grupos e saberes, a lógica moderna tem perdido espaço. Não porque não explique mais o mundo, mas porque o explica, ainda, de maneira pouco satisfatória. E visto a complexidade que se configura no atual estágio da globalização, as chamadas meta-teorias (que buscavam explicar tudo e o todo) da modernidade, já não explicam mais. A própria lógica da modernidade se desenvolveu de tal maneira, complexificando-se em suas relações, que os métodos de análise que ela mesma suscitou se tornaram insuficientes. Surge o que se convencionou até agora se chamar “pós-modernidade”, a qual autores como David Harvey (1996) vão classificar não como uma superação da lógica moderna, mas como um aprofundamento da mesma, que ao mesmo tempo que se irradia e gera novas relações, se complexifica. Baumann (2009), por sua vez, se refere à mesma enquanto “modernidade líquida”, a fim de compreender a transitoriedade e efemeridade das premissas e fenômenos aí desenvolvidos. Outros autores se dedicam mais em busca por uma superação dos paradigmas da modernidade, como Edgar Morin, que se debruça ao longo de sua obra sobre o “paradigma da complexidade” – que não é um método em si, mas uma forma de conceber e analisar a realidade que vem se desenvolvendo, em plena construção teórica e provocando séries de resistências, movimentos e debates no meio acadêmico. Morin (2002), assim como B. Santos (2000), criticam deverasmente a separação estrita dos saberes em áreas do conhecimento distintas, assim como o desperdício da experiência nas ciências humanas, e se esforçam por trazer uma nova gravidade em torno desse elemento, assim como por reconstruir uma reunião dos saberes, perdida pela lógica moderna de fragmentação e discriminação dos conhecimentos.

O período de transição pós-moderna - que não é um período definido em si, mas a expressão da caduqueza da modernidade, rumo a algo que ainda não se conhece e que está em plena construção – é um fenômeno o qual, embora seja objeto de calorosos debates acadêmicos e até de um certo ceticismo renitente e intransigente por parte de alguns quanto a sua concretude, é a condição que temos, aqui, enquanto realidade no atual fazer e pesquisar em Geografia. Nós não conhecemos ou entendemos essa dita pós-modernidade como um todo, mas a estamos vivendo, em meio à crise e às dúvidas que as mudanças de paradigma

suscitam. Um processo em aberto, sem um horizonte definido, a partir do que é necessário tomar a posição de humildade, de pequenez perante o desconhecido, não se apegando ao que se sabe como verdade única ou absoluta, mas se abrindo à potencialidade da dúvida e mesmo questionando o que se cria assentado e concretizado até então.

É nisso que surge um esforço intelectual até então denominado decolonialidade do saber, que visa se desatar das amarras das convicções moderno-coloniais para uma potência de descobrir o real a partir de outras cosmovisões. “Toda a história da ciência moderna é erigida sobre a promessa de que substituiriam aquelas que o conhecimento tradicional-religioso promovia”<sup>26</sup>. É entendendo que a Ciência veio, na Europa, após séculos de opressão da Igreja sobre o conhecimento, apenas a substituir as certezas, substituindo Deus pelo Homem<sup>27</sup>, que a perspectiva descolonial cresce, se diversifica e faz adeptos, atingindo cada vez mais nichos do saber e questionando as estruturas de conhecimento do mundo moderno-colonial através da assimilação de outros olhares, provenientes de outra ontogêneses que não a de origem judaico-cristã ocidental, baseada nessa dicotomia fundante entre Deus e o Homem, entre Sociedade e Natureza ou mesmo entre Ciência e Religião.

A não divisão entre essas compreensões da realidade é uma característica entre sociedades pré-modernas - no sentido de ainda não cooptadas pelo modelo eurocêntrico da modernidade-neocolonial, e é essa não-divisão que buscam acessar e compreender, atualmente, certas epistemologias decoloniais – pelo menos as mais pautadas pela busca ontológica do que pela análise a partir do conflito – buscando nos povos em que essa fronteira é mais tênue uma compreensão mais ampla acerca da existência. Essa não-divisão é fruto de uma história diversa, em que não houve uma instituição que oprimiu por séculos conhecimentos díspares com prisão, tortura e morte, como foi o caso da Igreja, cuja da qual uma contraposição violenta decorreu o Iluminismo, que tentou tão vigorosamente a ela se opor e combater. Tal combate, entretanto, malfadadamente

---

<sup>26</sup> SANTOS B., 2000

<sup>27</sup> Ver discussão em GRAY, 2008.

nunca conseguiu nos livrar da matriz que deu origem ao pensamento ocidental, o qual é hoje base do nosso conhecimento, seja científico, filosófico ou religioso, e ainda hoje a Ciência, assim como por séculos fez a Igreja, tenta estabelecer “A Verdade”, desconsiderando qualquer outra forma de conhecimento que não obedeça aos seus métodos e parâmetros, característica da sua presunção de superioridade, típica do eurocentrismo: branco, judaico-cristão, greco-romano, e historicamente supressor das alteridades.

Fazendo frente a isso é que se abre um hiato epistêmico, que demanda uma revisão e reavaliação generalizada de métodos e crenças, do qual a hodierna complexificação e diversificação do conhecimento provêm e pelo qual certos métodos e abordagens tidas historicamente como universais perdem seu caráter universalizante. É nisso que a busca pela chamada “totalidade” é cada vez mais indagada pela emergência das localidades. O que antes explicava e se aplicada sobre o “todo”, agora vê em certas partes realidades às quais não consegue integrar satisfatoriamente em suas análises. Instala-se isso que entendemos ser uma crise, em que diferentes visões disputam entre si a melhor ou mais legítima forma de fazer ciência e considerar a realidade. Assim, não temos uma mudança de paradigma concretizada, mas sim em aberto, em plena construção, desde a organicidade da vida, e em constante devir, perpassada por conflitos de ordem científica, ideológica, política e epistemológica. Nesse conflito, tanto o novo tensiona antigas verdades quanto o antigo se vê obrigado a se reinventar, sob pena de sucumbir. Ao mesmo tempo, os novos olhares se veem obrigados a reconhecer e reproduzir certas bases históricas do conhecimento teórico-acadêmico, assentindo-o, a fim de legitimar-se cientificamente.

Nesse processo, o materialismo histórico, eminentemente moderno, tem sido forçado a abrir espaço para outros olhares que se apresentam à ciência, olhares esses que compreendem certos grupos não contemplados em sua subjetividade na ora clássica divisão da sociedade em ditas classes. Grupos que estão de certa forma “fora” dessa arraigada dicotomia, expressa por exemplo pela contraposição “burguesia x proletariado” ou “latifundiários x campesinato”, tais como indígenas, quilombolas, povos ribeirinhos, caiçaras, comunidades de pescadores, etc., e mesmo grupos de razão eminentemente cultural e/ou identitária,

na medida em que emergem em suas demandas, clamam por reconhecimento por parte da ciência. Não à toa vemos cada vez mais pesquisas acadêmicas que os contemplam. No Brasil, a própria difusão do ensino superior, tanto pelo território como entre as classes sociais<sup>28</sup>, tem alcançado nichos até recentemente totalmente alienados da possibilidade de acessá-lo, o que tem aprofundado esse fenômeno, pois traz às salas de aula pessoas até então impedidas de fazer ciência pelo recorte de classe, ou mesmo zonal, do acesso à Universidade. E isso, logicamente, tem trazido cada vez mais novos, distintos e singulares olhares.

Exemplo desse processo é a própria transição da centralidade da análise histórica para a análise do “agora” nas pesquisas acadêmicas. A categoria “espaço” tem tido cada vez mais importância sobre o “tempo”<sup>29</sup>, expressão da mudança do paradigma moderno. A própria Geografia Moderna fora erigida sob uma concepção mecânica desse tempo, fruto de uma visão igualmente mecânica da natureza, do espaço e do ser humano<sup>30</sup>, e isso, à medida em que encontra outras lógicas de abordagem, advindas de outras concepções acerca desses mesmos termos, é questionado. Uma série de histórias-até-aqui se encontram, e essas histórias conformam um corpo de potência que demanda ser considerado em sua existência concreta, em si, para além da sua relação com as ordens epistemológicas e territoriais da modernidade-colonial. Ou seja, surge uma nova gravidade, policentralizada, que coloca em relação espaços, culturas, estórias e/ou histórias distintas, que clamam por reconhecimento para além de sua posição subalterna ante a História oficial, qual seja, a da expansão do *modus operandi* europeu pelo mundo, supressor da diversidade em nome da sua forçosa universalização.

Essas são somente algumas das principais dentre as diversas características desse processo que não cabem aqui serem abordadas em

---

<sup>28</sup> Nos referimos aí tanto à difusão da Educação pelo território brasileiro, com a construção de Universidades e Institutos se irradiando em direção ao interior, encontrando pessoas até então alienadas do acesso pelas distâncias e barreiras físicas, como em relação às cotas, à expansão das vagas e às políticas de ingresso e inclusão que contemplam grupos sociais até então apartados do ensino superior, como negros, trabalhadores, descendentes indígenas e quilombolas, filhos das massas mais desfavorecidas e pessoas em sensível vulnerabilidade social.

<sup>29</sup> Ver mais MASSEY, 2008 e FOUCAULT, 2008a; 2010;

<sup>30</sup> Ver mais em MOREIRA, 2007.

profundidade, mas que nos apontam a importância da Geografia na atual crise que vive a Ciência. Enfim, a Geografia é uma ciência acostumada à crise epistemológica. Ela própria, pode-se dizer, em virtude de sua própria condição de ser uma ciência Humana e Natural *ao mesmo tempo*, convive com conflitos sobre método e objeto desde sua definição enquanto ciência. A dualidade acompanha a ciência desde sua fundação na modernidade, ao que se expressa, por exemplo, na disputa entre Possibilismo e Determinismo de Ratzel e La Blache – dicotomia fundante da Geografia enquanto área específica do conhecimento. É a partir desses constantes tensionamentos dicotômicos<sup>31</sup> – lógica objetiva x percepção subjetiva, raciocínio indutivo x dedutivo, realidade global x local, geografia humana x física, etc. -, em suas várias crises e ressignificações, que a Geografia tem se colocado como uma ciência complexa por si só. E é na própria prática do fazer geográfico que a Geografia mostra ser uma possível *chave* à superação dessas atuais e históricas dicotomias no saber científico. Sendo interdisciplinar por natureza, e se debruçando à análise em diferentes escalas, buscando a inter-relação entre natureza e sociedade, espaço e tempo, a ciência geográfica mostra o caminho tanto a superar a busca pela totalidade quanto a não se restringir às partes ou localidades. É, sim, na articulação entre as diferentes escalas, sejam espaciais, territoriais ou regionais, tanto ouvindo os diferentes atores envolvidos nos processos – individuais ou coletivos, hegemônicos ou alternativos, em suas homogeneizações ou alteridades – quanto analisando a superestrutura que lhes abarca, que a Geografia se mostra como um dos saberes mais importante da atualidade.

---

<sup>31</sup> Ver análise quanto à oposição entre universalização racionalista e particularismos de algumas contra-correntes em GOMES, 2014.

## 1.1 Geografia e Ciências Humanas: conceitos, termos e abordagens

Entendemos que,

Como ciência social, a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade, que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORREA, 2011, p. 16)

Entretanto, é necessário, em cada objeto de estudo, definir uma centralidade na abordagem; em se tratando de uma Tese de Doutorado, que tem um limite, principalmente, de tempo e de recursos. A partir da questão em análise nessa pesquisa, o principal conceito a ser discutido nesse trabalho de pesquisa é o de **Espaço**. Não obstante, uma vez que o espaço é a matriz dos acontecimentos, ao que tudo abarca, é *no e pelo* espaço que se dão também, concomitantemente, **Paisagem, Lugar e Território**, os quais demandam, por sua vez, também a devida abordagem. Concentrar-nos-emos, de toda forma, mais fortemente na concepção de Espaço, pois cremos que, além de ser o mais adequado à análise do nosso problema, é o conceito fulcral da Geografia, que dá origem, por excelência, a todos os demais. É no espaço em que ocorre a vida, e é a partir dela que todas as relações se estabelecem.

A vida, em si, é inerentemente complexa, e por isso adotamos métodos tidos, muitas vezes, como contrapostos, nos apoiando em diversos termos e conceitos, os quais utilizaremos para dar conta de abordar a complexidade da questão. Buscaremos assim a “aproximação a um só tempo dialética e fenomenológica dos conceitos apresentados para a construção de uma Geografia Humana dos espaços vividos” (SERPA, 2013, p. 168-169), pela qual sua geograficidade é efeito de sua condição *a priori*, a qual abarca um todo (que não é uma totalidade, mas sim um constante totalizante, em devir, e jamais completado), e assim permite uma análise científica mais legítima e qualificada. Esse conceito de geograficidade, conforme Serpa (2017), concordando com Dardel (2011), assume um

[...] princípio de base, de que, antes mesmo de qualquer conceituação ou estratégia de representação conceitual, os seres humanos são seres espaciais em sua essência, e que viver é produzir/experienciar espaço (SERPA, 2017, p. 587)

Nesse sentido, mais especificamente, falaremos desse produzir/experienciar a partir de um espaço determinado, qual seja, o espaço urbano. Tomaremos como recurso à compreensão, embora não seja o elemento central do trabalho, suas características gerais em seu processo de desenvolvimento, expansão e reestruturação, analisando-o tanto como expressão do modo de produção ao qual é submetido como quanto substrato da vida cotidiana que nele se desenvolve. Essa contração entre ambas abordagens é um elemento central em nossa tese. Conseqüentemente, para dar conta desse desafio, abordaremos as políticas que acompanham o desenvolvimento espacial urbano e de que forma elas interferem de forma direta na vida dos seus cidadãos enquanto um fenômeno biopolítico<sup>32</sup>, que representará aqui um elo de ligação entre a estrutura socioespacial e a vida cotidiana. Isso porque

Como centros de comando de suas respectivas áreas de influência, é a partir das metrópoles que ocorrem as transformações socioespaciais da macroescala, tais como as inovações tecnológicas, as alterações produtivas, as normas e os estilos de vida. Esse circuito metropolitano tendeu à integração desde o advento da modernidade, intensificando-se com a industrialização e as cada vez mais eficientes formas de transporte e comunicação. O resultado é um sistema global-integrado, ligado às metrópoles, sede de um sistema-mundo que tende à homogeneização dos estilos de vida, dos espaços, das relações sociais e das pessoas. Se existe uma globalização em curso, é uma globalização metropolitana, que toma como modelo esse estilo de vida e procura torná-lo global. (MARANDOLA, 2008, p. 4)

Assim não existe uma fronteira definida entre o global e o local, uma vez que a própria cidade, ou no caso, metrópole, é um efeito de uma contração entre um e outro, mais ou menos conflitiva ou harmônica, mas sempre submetido a uma

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, 2002; 2008a; 2008b.

mediatização, a qual se dá, atualmente, pela biopolítica, nunca conseguindo, porém, atingir uma totalidade inexorável.

Isso porque cada ser humano, desde a sua realidade mais imediata, seu corpo-no-mundo, vive o próprio espaço. Sendo assim, a chegada à totalidade do mesmo, objeto da Geografia em suas vertentes materialista histórica e estruturalista, para nós, é impossível de ser atingida. Essa busca é fruto residual das teorias da modernidade, baseando-se sempre na dualidade da existência em seu movimento dialético, pela qual a síntese do mesmo seria a dada realidade. Já hoje a realidade é discutida enquanto multifacetada, onde um princípio de eterna recursividade leva sempre a novas questões, com distintas causas e consequências, pela qual o objetivo é a explicação mais aproximada de certos fenômenos, principalmente em termos de humanidade, indo além das tradicionais generalizações, que chegam ao extremo de afirmar uma suposta “não espacialidade do espaço geográfico”. Entendemos bastante diferentemente, não buscando uma causa dicotômica superior e fundante a todas as contradições, mas sim a compreensão do processo enquanto recursivo, “em que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que os produziu”<sup>33</sup>. Há, sim, uma “retroação” ou seja, uma sucessão de “processos em circuitos em que os ‘efeitos’ retroagem sobre as suas ‘causas’”<sup>34</sup>.

Logo, rompe-se aí ideia de linearidade, seja do tempo, seja do espaço<sup>35</sup>. Há, sim, uma estrutura rizomática<sup>36</sup> que compõe o espaço, uma vez que é através da ação de cada um, em suas trajetórias-até-aqui<sup>37</sup> - embora haja sim um espaço físico e uma estrutura social - que se compõe a realidade espacial. Isso está relacionado a uma infinidade de fatores para além da questão econômica, social ou

---

<sup>33</sup> MORIN, 1987, p. 97;

<sup>34</sup> MORIN, 2008, p. 112;

<sup>35</sup> Mesmo o espaço e/ou tempo em espiral, como na análise marxista, é ainda assim uma linearidade - ainda que não retilínea, como na ideologia liberal do “todo harmônico”, mas perturbada pelos movimentos sociais, ela tem um começo e um fim, uma origem e um destino - o que difere fundamentalmente da abordagem rizomática.

<sup>36</sup> DELEUZE E GUATARI, 2000, p. 7-22;

<sup>37</sup> MASSEY, 2008.

política em escala macro. Pois, não em contraposição, mas sim em complementaridade a isso, há a escala do micro, seja em política, em economia, ou em qualquer ação que exista e coexista no espaço e pelo espaço, não de forma diretamente relacional, em termos dialéticos, mas de forma rizomática, onde não há uma origem em comum para todos os fenômenos, mas sim que eles resultarão de cada movimento molecular, conformando as infinitas microrrealidades que compõem o todo, constantemente totalizante de si. O estudo através de uma abordagem não é excludente ao outro, mas sim, entre si, necessariamente compostos, enquanto leitura interescalar, quando pretendemos compreender a realidade de forma mais ampla e, ao mesmo tempo, pontual.

[...] cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. Alguns desses processos são puramente singulares e podem ser explicados no nível das realidades locais. Outros, entretanto, só podem ser compreendidos se ampliarmos a escala de análise para níveis hierarquicamente superiores, sejam eles a região, o estado-nação ou mesmo o planeta. (ABREU, 1996, p.19)

É nesse sentido que precisaremos abordar diferentes conceitos, em diferentes escalas, a fim de compreender o problema aqui proposto. Afinal, eles,

[...] antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido, revelando também que os conceitos utilizados em geografia são “modos geográficos de existência” (MARANDOLA Jr., 2012). (SERPA, 2017, p. 587)

Seja espaço, seja lugar, seja território, seja desde a organização global até as expressões do local, todos os conceitos são modos geográficos de existência, sendo vividos pelos sujeitos, sendo resultado de e tendo implicações sobre sua vida.

Uma dessas coimplicações entre sujeitos, conceitos e escalas é expressa pelo estabelecimento de relações de territorialidade entre sujeito e espaço, que se dão através da apropriação, valorização e consciência ante o mesmo.

A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e de adequação. A valorização do espaço, na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A consciência do espaço refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos. (HEIDRICH, 2006, p. 24)

Uma vez que apropriação, valorização e consciência são essenciais à territorialização e a criação de identidade com o espaço, no sentido de construir neles uma certa relação de territorialidade, no caso do nosso problema, um dos fatos disparadores iniciais à sua gênese é que a dita apropriação desse espaço se deu, embora historicamente e pelo fruto do trabalho, sem a sua *posse* efetiva ante à institucionalidade. Ou seja, no sentido de não estabelecer aí uma *propriedade*, mas, apenas - ainda que através da ação cotidiana e do reconhecimento do mesmo enquanto expressão da sua subjetividade - uma apropriação, dita, ante a Lei, *irregular*.

Ora, o próprio processo de territorialização do espaço, que consistiu na sua apropriação primeira, por ocasião do início da ocupação da Cruzeiro, em meados do século XX, se traduziu, hoje, num sentimento de pertença ao espaço que é profundo na *consciência* dos cidadãos que lá vivem. Como respondido por um dos interlocutores da pesquisa, quando perguntado se ainda morava lá, ele respondeu “daqui só saio morto”. Ou seja, existe uma consciência enraizada de pertencimento, e essa só foi possível porque, entre o processo inicial de ocupação e apropriação, houve a *valorização* do mesmo, através da construção de estruturas - *objetos* nos dizeres de Santos (2004) - e o estabelecimento de certas *ações* - conforme o mesmo - que garantiram a constante adequação do território sua consequente *apropriação* (embora não a sua *propriedade*).

De toda forma, foi a partir dessa apropriação primeira que se construiu, desenvolveu e instituiu a situacionalidade da comunidade em questão, a qual, embora fruto de uma apropriação histórica, coletiva, de múltiplas origens e envolvida num cotidiano, num processo de habitar e se situar e no desenvolvimento de uma identidade comunitária, hoje sofre uma série de impactos e, conseqüentemente, a partir disso, se transforma. A partir daí buscamos situar, reflexivamente, a comunidade dentro de um sistema-mundo, global, capitalista, de forma a compreender as coimplicações entre as escalas, e, ao mesmo tempo, situar as pessoas em sua relação com o local, buscando compreender daí as implicações do processo ante a experiência, a vida e o cotidiano, buscando produzir conhecimento sobre a existência.

Situar não é apenas localizar no plano geométrico da existência, mas transitar no para-além que constitui uma topologia existencial, relacional, aberta e viva. (MARANDOLA Jr., 2020, p. 35-36)

Nesse sentido buscamos, nesse trabalho,

Recorrer a geografias e geograficidades próprias, a seres-em-situação encarnados em seus lugares e territórios. Fazer emergir, de situações-limite, um conhecimento sobre a existência. (MARANDOLA Jr., 2020, p. 37)

É essa situação-limite à qual as pessoas da comunidade são submetidas, a partir de condições de violência, de insegurança e medo - termos amplamente discutidos nas Ciências Humanas, principalmente em se tratando das cidades<sup>38</sup> - que perpassam transversalmente o problema aqui proposto, que buscamos nos apropriar e desenvolver conhecimentos.

Essas condições, no cotidiano local, se desenvolvem primeiramente a partir do processo de remoção de famílias do local. Essas famílias tinham como única diferença em relação às demais a localização das suas casas em relação ao cerne da obra de reestruturação viária da área. Assim, removendo pessoas sem uma possibilidade real de questionamento ou negociação, com base na condição de

---

<sup>38</sup> Souza (2008); Baumann (2009); Marandola (2008); Haesbaert (2014).

“ocupação irregular” que caracteriza o espaço segundo a Prefeitura, todas as demais famílias ocupantes da região recebem seu recado: a qualquer momento, por ação unilateral, eles também podem ser removidos, pois não têm a propriedade sobre seus próprios terrenos, embora, ali, estejam há décadas. Isso já mina qualquer condição de segurança territorial da comunidade.

Segundo que, com a violência do processo ocorrido sobre o espaço - da qual o Estado é responsável direto, seja por ação ou omissão - há a imposição de um ambiente extremamente prejudicial às relações sociais, inibindo-se o comportamento autêntico, sociável e sociabilizante das pessoas, e subjugando essas relações a um cotidiano de insegurança contínua: tanto territorial como da manutenção cotidiana da própria reprodução das suas vidas. Além disso, corroendo os vínculos entre comunidade e espaço, o senso comunitário é enfraquecido em termos materiais, em que a comunidade deixa de frequentar os espaços de sociabilidade tanto porque, ou foram removidos, ou porque a condição de insegurança e precariedade lhes exorta a se isolar do convívio. Nisso acentua-se o individualismo, expressão intrínseca a uma sociedade com medo.

Bauman (2009) diz que no atual estágio da modernidade existe uma "supervalorização do indivíduo, liberado das pressões impostas pela densa rede de vínculos sociais" (p.16) e, ao mesmo tempo, uma "fragilidade e vulnerabilidade sem precedentes desse mesmo indivíduo, agora desprovido da proteção que os antigos vínculos lhe garantiam" (p.17). Nas periferias metropolitanas, desassistidas pelo Poder Público, é onde essas redes de vínculos mais se enraízam, resistindo ao processo globalizante de hegemonização capitalista e perda das identidades locais. Pela própria necessidade popular de desenvolver formas de proteção mútua, as camadas populares estabelecem redes de solidariedade. Porém, as políticas do Estado impetradas sobre seu espaço de vida vêm justamente atacar essas redes, corroendo as ligações entre essas pessoas através do corte de seus laços, por conta do medo que se estabelece em meio ao um cotidiano de violência, onde quanto mais a sociedade local resiste ao processo, maiores são os esforços por parte dos atores hegemônicos em obliterar sua expressividade. Esse é um processo verticalmente objetivado, que atende a interesses específicos de certos atores sociais.

É para analisar essa questão que trazemos elementos da **biopolítica** de Michel Foucault, estratégia política de controle das populações por parte do Estado; especialmente das subalternizadas, tanto em termos de produção da vida, das subjetividades e da determinação de quem pode viver ou morrer como sobre a própria produção material da sua exclusão do espaço, que representa, em última instância, a exclusão da sua vida – enfim, sua morte, física ou social. Fisicamente isso se expressa, também, na forma da violência urbana e taxas crescentes de homicídios concentrada nas periferias e sobre a juventude negra e despossuída das grandes cidades, fenômeno que se verifica no cotidiano da Vila Cruzeiro. Compreende-se que as políticas instauradas no local compõem uma ideologia nociva à manutenção da vida ativa, que se instala desde os poderes públicos através de certos agentes objetivamente interessados, pretendendo, em última instância, não só a produção da morte de certos indivíduos, mas a produção do caos social.

Além disso, visa a conformação espacial à aplicação da lógica espacial do capitalismo, que demanda se territorializar para assumir o controle dos fluxos. Isso se dá via Estado, numa lógica mercadológica, submetida à coação, ao assédio e à extorsão do que se convencionou chamar de Mercado. Na contradição que se instala nesse meio, a fim de controlar a dissidência das determinações, produzir o caos é uma medida de economia política<sup>39</sup>, pela qual

[...] trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado. Trata-se, em suma, de constituir, em relação a governamentalidade efetivamente exercida, uma crítica que não seja uma crítica simplesmente jurídica. É uma crítica mercantil, o cinismo de uma crítica mercantil oposta ao do poder público” (FOUCAULT, 2008b, p. 338).

Assim o Estado dosa as ações sobre o meio a fim de aplicar mais ou menos controle de acordo com o interesse dos atores hegemônicos. Ou seja, a imposição do caos ainda assim consiste numa forma de controle por parte do Estado sobre a

---

<sup>39</sup> FOUCAULT, 2008a.

vida social, na medida em que os sujeitos que nesse meio coabitam sofrem com as consequências da insegurança cotidiana e, assim, deixam de se expressar em toda sua potencialidade, sendo desvitalizados e domados pelo medo e mesmo pela culpa de estarem na própria condição. “O fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição”<sup>40</sup> é uma medida da economia política enquanto técnica biopolítica, que paradoxalmente afirma que está, a partir disso, buscando a segurança da população. É efeito de uma racionalização governamental de cunho liberal que “criam espaços urbanos de segurança para uma liberdade possível, mas também fazem surgir lugares perdidos, de medo constante e necessidade permanente: “não-lugares” de morte”<sup>41</sup>.

Quem resiste ou busca não se enquadrar nessa racionalização assumiria, assim, o risco da própria morte, na medida em que a própria convivência no espaço se torna perigosa e que isso é um dado comum, que demandaria aceitação e submissão. Isso engendra, assim, um sistema de controle perverso, o qual atua cotidianamente sobre as relações de produção e de poder, pelo qual, em nome da suposta proteção das condições de vida de determinada população, busca-se preservar a vida de uns em detrimento de outros, protegendo a vida dos primeiros e provocando a morte dos últimos sob um mesmo signo de seguridade.

Em última instância, nesse sentido, o Estado vai, a partir da sua ação – *ou inação* – **produzir** a própria morte dos seus cidadãos, onde determinadas vidas são classificadas como dispensáveis e, certos corpos, *morríveis*. Assim, certos indivíduos são simplesmente excluídos da convivência comunitária pela própria supressão da sua vida através de assassinatos, seja pela força do Estado, seja por grupos criminosos que se infiltram no cotidiano das comunidades, entre as lacunas deixadas pelo primeiro. Nesse sentido, a manutenção da própria vida depende da condição em que estiverem incluídas as pessoas; e a juventude da periferia é a principal vítima desse ambiente nocivo, criado por políticas públicas objetivamente prejudiciais e materialmente espacializadas, especialmente sobre

---

<sup>40</sup> FOUCAULT, 2010, p. 216;

<sup>41</sup> LOUREIRO, 2019, p. 57;

as comunidades periféricas, transformando seus espaços de vida em espaços de morte. Para Alves (2011), ao desenvolver o conceito de necropolíticas espaciais, “há um padrão mórbido de governança espacial que elege determinadas geografias urbanas e determinados corpos como os alvos de controle e produção do medo e da violência”<sup>42</sup>. Tais comunidades são vítimas desse processo não só por representar um entrave ao “progresso” que objetivam os agentes capitalistas, mas também, por conta de sua situação, representarem algum perigo para o estado das coisas através das suas ações de resistência e, principalmente, subversão da ordem, em que a indignação ante à injustiça cotidiana explode rumo à revolta popular, o que tem ocorrido recorrentemente nos últimos anos na comunidade em questão.

Apesar de tudo isso, o **cotidiano** segue, e esse é outro termo central em nossa tese. Para analisá-lo, desde o seio da comunidade em questão, a fim de inferir as consequências das políticas ali instauradas desde o início do processo de reestruturação e suas obras inacabáveis, buscamos num primeiro momento estudos de Michel de Certeau (1994), em que analisa os sujeitos e suas *táticas* de resistência frente aos processos que são submetidos como forma de apropriação dos mesmos para a busca de sua superação. Após, na medida em que nos inserimos e observamos o contexto, definindo nosso objetivo, trouxemos ao diálogo a abordagem da teoria do cotidiano de Agnes Heller, para quem o asoberbamento do cotidiano é uma medida de controle das massas. Para ela, o “homem já nasce inserido em sua cotidianidade, dentro de uma sociedade e adquire um amadurecimento durante as relações cotidianas”<sup>43</sup>. Assim,

Essa assimilação, esse “amadurecimento” para a cotidianidade, começa sempre por grupos (em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos *face to face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores. O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade. (HELLER, 1985, p. 34).

---

<sup>42</sup> ALVES, 2011, p.1;

<sup>43</sup> HELLER, 1985, p. 34.

Esse cotidiano se dá de forma orgânica, e é submetido às hierarquias e heterogeneidades da vida. Isso mostra que, dependendo da condição espacial na qual o indivíduo estiver inserido – e a mesma pode mudar – o seu cotidiano igualmente se alterará. Se “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada”<sup>44</sup>, então na medida em que o espaço de vida do cidadão é transformado, igualmente se transformará seu cotidiano, e ele aí se adaptará segundo as novas necessidades. Desta forma buscaremos aqui analisar as transformações no cotidiano dos moradores da comunidade para tentar compreender de que forma o processo de reestruturação está impactando em suas vidas.

É buscando compreender essa face da vida que nos apoiamos na observação empírica, nas entrevistas com sujeitos viventes e com a própria vivência pessoal do pesquisador.

Existem elos (ir)relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. [...] Por sua inscrição em numerosos e incertos eventos, a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de conceitos acionável para o estudo dos contextos sociais. O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro; Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer. (RIBEIRO, 2005, p. 416)

Nesse sentido, nem sempre é possível, através das entrevistas, obter todas as informações que se precisaria para desenvolver a análise. A partir disso que é necessária a vivência pessoal e observação empírica, que permite um acolhimento subjetivo à compreensão das narrativas e uma recepção aquiescente às mesmas, da forma própria como vêm. E, a partir disso, uma interpretação dessas não só segundo si próprias ou em relação ao pesquisador, mas também em relação aos estudos teóricos prévios, que abarquem de certa forma a amplitude do contexto em

---

<sup>44</sup> HELLER, 1997, p.18.

que o problema estudado está inscrito, buscando, desde aí, uma linguagem apropriada para dar conta das compreensões. Sobretudo,

É importante prestar atenção tanto às lembranças quanto aos esquecimentos, e as conversas biográficas (algumas mais longas, outras mais curtas, algumas que se estenderam por mais de um encontro) são momentos de recomposição da identidade do 'eu', que se coloca no centro do espaço-tempo, narrando a história a partir de um ponto de vista que coloca suas percepções, experiências e representações na condução da interpretação dos acontecimentos e dos lugares. (MARANDOLA, 2008, p.198)

De toda forma, apesar disso,

[...] usualmente faltam palavras (conceitos) para a apreensão da sociabilidade transformada em acontecimento. Essa mesma carência talvez seja sentida por aqueles que iniciam a reflexão sobre a densidade do social pela observação do cotidiano. (RIBEIRO, 2005, p. 416)

Ainda assim, embora as dificuldades de colocar na letra acadêmica a riqueza que compõe a vida vivida, nos esforçamos por esse caminho, não no sentido de estabelecer verdades ou enquadrar a vida por meio da palavra escrita que cristaliza – pois “formar conceitos é uma maneira de viver, e não de matar a vida: é uma maneira de viver em uma relativa mobilidade, e não uma tentativa de imobilizar a vida”<sup>45</sup> - mas como um senso de dever ante a necessidade humana de busca e de desenvolvimento do conhecimento ante a existência, a fim de transformar, através da reflexão, da análise e do exercício da escrita, o conhecimento vivido, real e em aberto proceder, em conhecimento científico, teórico e necessariamente limitado pela estrutura da publicação; um caminho venturoso, pelo qual o método tem importância essencial.

---

<sup>45</sup> FOUCAULT, 2000, p. 363, APUD HAESBAERT, 2014, p. 19.

## 1.2 Geografia: conceitos e a questão do método

Através da reflexão sobre alguns conceitos-chave da ciência geográfica, articulando diferentes escalas de análise e compondo diferentes metodologias, com vistas a atingir a complexidade da questão, é que pretendemos aqui atingir nossos objetivos. Ao nos debruçarmos sobre essa problemática foi necessário refletir sobre diversos conceitos e sob diferentes abordagens, como o já referenciado. Ao longo do estabelecimento de nosso método precisamos refletir acerca de nossos conceitos e suas inter-relações entre si e com o campo do vivido.

O espaço geográfico, se pode ser considerado uma totalidade, é sim uma totalidade em aberto, constantemente totalizante de si própria, e não totalizada<sup>46</sup>. Isso significa que ele está em devir, em incessante fazer-se, e ao longo dele são muitas as diferenciações, em constante movimento, produzindo sempre, de si e para si, a diferença. Essas diferenciações, que se dão através dos usos e formas do espaço, se expressam notoriamente através da *paisagem*. Por sua vez, também são essas mesmas diferenciações que levam os humanos a produzir *territórios*, senão de forma objetivada e delimitada, através da sua *marcação* no espaço, por conta de sua simbologia, e da ação comportamental e identitária aí efetuada. Através da simbologia do espaço, que também se manifesta fenomenicamente pela paisagem, é possível perceber diferentes territórios coexistindo, de forma superposta, concomitante, os quais se inter-relacionam, indo do micro ao macro, da escala local à global. E essa relação, por si só, exprime ideias. Essas ideias, quando amplamente reproduzidas e na medida em que tomam caráter hegemônico, acabam por se confundir com o próprio imaginário social, o qual, embora esteja contido na lógica da reprodução do espaço - que obedece a padrões -, também é quem o reproduz. Ideologia e imaginário, espaço e paisagem relacionam-se de forma dialética. Mais que isso, estabelece-se entre eles e diversos outros elementos da vida uma dialética múltipla, através do princípio da eterna

---

<sup>46</sup> Compreendemos que a totalidade totalizada seria uma totalidade que abarca a tudo e todos, não abrindo espaço para a produção de diferença, o que é uma abstração que não se adéqua à realidade da vida vivida.

recursividade, em que ousamos chamar de uma *multilética*<sup>47</sup>, no sentido de serem incontáveis as causas e consequências que agem sobre e advêm de distintas experiências de ser no mundo, ocorrendo, mais do que em função umas das outras - de forma contraditória e gerando constantes sínteses – gerando sim novas linhas de acontecimento, as quais, por si, gerarão novamente outras e variadas realidades, num caminho em aberto, sem um destino ou objetivos definidos. E todas essas realidades somente são passíveis de serem abordadas academicamente através de determinados conceitos. Esses conceitos, embora adstritos, não se apresentam uniformes, mas sim através de múltiplos usos e por plurais concepções. Assim,

[...] apesar de datados, assinados e batizados, os conceitos têm sua maneira de não morrer, e todavia são submetidos a exigências de renovação, de substituição, de mutação, que dão a filosofia uma história e também uma geografia agitadas [...] (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 73)

Nisso sua coexistência não se mostra sempre harmônica; pelo contrário, o conflito passa a existir pelo próprio estabelecimento de suas diferenças, na medida em que se mostram de forma mais ou menos hegemônica ou mais ou menos alternativa, mais ou menos central ou periféricas, estabelecidas ou em tensionamento, alternando-se em suas posições na medida em que a história e a cultura mudam, e tentando se sobrepor umas às outras, na busca por uma dominação, ou, pelo contrário, resistir a modelos, representar alteridades e lutar pela manutenção da sua existência e singularidade, acontecendo “junto a” ou “apesar de”, através da afirmação da sua diferença.

A comunidade que luta para seguir sua vida ante as remoções e obras e convive com a alteração de seu cotidiano por um processo violento de desterritorialização e destruição do seu espaço é um exemplo passível de ser

---

<sup>47</sup> Queremos dizer aí que o sentido do “dia” no dialética denota um caminho entre ideias que, na busca pela superação um da outra e entre suas contradições, estabelece uma terceira via, que as superaria de forma lógica e argumentativa, assentando-se; já pelo sentido do “multi” temos, sim, uma infinidade de ideias concomitantes, ocorrendo ao mesmo tempo, sendo todas coconstitutivas da realidade, e não necessariamente buscando a superação umas das outras pela lógica, mas sim a sua coexistência na constituição de muitos mundos possíveis.

estudado ante essa relação. Nela, os conceitos geográficos se inter cruzam. O espaço produz paisagem na medida em que se constrói, expressando-se no campo do perceptível, e a paisagem exprime o fenômeno do espaço, que é multirrecursivo, contraditório, histórico e cotidiano, fruto de uma composição de forças e das trajetórias-até-aqui de cada um que nele habita, pensa, sente e age. A produção desse espaço origina lugares e territórios e esses, por sua vez, complexificam a própria produção do espaço, estabelecendo limites, significados e identidades a ele atreladas. A paisagem exprime simbolicamente esses lugares e territórios em ideias e esses, ao se instituírem e fazerem representar, alteram essa paisagem, expressando suas relações e impactando sua percepção. E tudo isso só é possível através da ação humana. Território, lugar e paisagem só existem através do espaço, que é sua matriz, enquanto espaço, lugar e território estão manifestados na paisagem, ocupando o imaginário social pelo percepto, pela ideologia e pela experiência. Não há como pensar, principalmente na cidade, embora sejam conceitos distintos, qualquer desses conceitos isoladamente, sob pena de empobrecer sua compreensão. A problemática de pesquisa aqui desenvolvida está imbricada de forma transversal nessa complexidade de relações, onde o espaço aparece como categoria central e é perpassado por uma constelação de conceitos<sup>48</sup>. Enfim, o espaço geográfico é uno, mas também é múltiplo e plural. Como nos ensina Suertegaray, nele todos os conceitos se inter cruzam, pois

[...] o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e/ou território e/ou lugar e/ou ambiente, sem desconhecer que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis. (SUERTEGARAY, 2000, p. 31)

Considerando isso, a fim de atingir os objetivos dessa pesquisa, propondo uma abordagem à interpretação, reflexão e análise acerca dos conceitos, dados e observações surtidos ao longo do trabalho, trazemos, especialmente, uma dimensão analítica à *pesquisa participante*, onde não só se ouvirá os moradores da comunidade e suas percepções, interpretações e ideias sobre o processo pelo qual

---

<sup>48</sup> Ver mais em HAESBAERT, 2011.

estão passando, buscando-se compreendê-las por meio da Geografia e das Ciências Humanas, apoiados pelos seus referenciais teóricos, como também participaremos pessoalmente do cotidiano estudado através da nossa própria experiência de inserção e vivência em relação àquele espaço. Buscamos, pela observação cotidiana, pelo contato direto com os envolvidos e pelas diversas entrevistas efetuadas, compreender mais a fundo as formas de ver o mundo das pessoas e sua própria condição no espaço.

Podemos dizer que essa metodologia nos aproxima de uma abordagem hermenêutica, no sentido de certa forma de *interpretar* suas falas. Não obstante, isso não significa que haja necessariamente uma dimensão *oculta* em seus discursos, que necessite uma espécie de “tradução” à ciência. A ideia é interpretar as falas e relacioná-las com a observação empírica dos processos, através das saídas de campo, do trabalho e da vivência junto à Comunidade. Assim, buscaremos trazer para dentro do discurso acadêmico suas ideias, perscrutando seu possível diálogo com o referencial teórico, na perspectiva de uma geografia humanista. “A Geografia Humanista privilegia o espaço vivido, compreendido como o espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço”<sup>49</sup>. A geografia humanista valoriza, assim, a importância da identidade, da experiência vivida, do cotidiano, da autenticidade dos sujeitos e sua relação pertencer/ser com o espaço e lugar. Porém, nossa análise não se esgota aí.

Buscaremos, também e concomitantemente, compreender o processo em questão como produto das relações sociais e econômicas de nosso modo de produção das cidades, eminentemente capitalista, o que nos leva a utilizar a abordagem *materialista histórica e dialética*, pois compreendemos que o mesmo é importante para entendermos o processo de conformação das cidades dentro da lógica global das relações capitalistas como produtoras do próprio espaço urbano, uma vez que a concentração é sua característica intrínseca, e que foi nas próprias cidades – ou *burgos* – que nasceu esse modo de produção. Também, obviamente, aí consideraremos os *conflitos* gerados em sua conformação socioespacial e seus

---

<sup>49</sup> GOMES, 2014, p. 319.

componentes políticos. Essa abordagem permite enxergar o processo através da perspectiva das relações de classes que se colocam de forma transversal a essa lógica, sendo sua deferência valorosa para essa compreensão.

A análise de viés marxista, porém, não se bastará em si própria, pois, para se aprofundar no entendimento do problema em questão, é necessário ir até quem de fato está protagonizando tal situação, que são as pessoas que vivem na comunidade e estão sofrendo com as remoções e a reestruturação espacial da sua comunidade, tendo suas vidas transformadas na medida em que se transforma seu próprio espaço de vivência, e ouvindo-os, a fim de entender quais são suas percepções sobre o processo. Por isso, embora façamos no início do trabalho uma análise mais geral do fenômeno, implicado sob um contexto de relações globais de produção e da dinâmica do capital, tendo implicação direta sobre a conformação das cidades e impactos sobre a periferia e os menos abastados, vamos, ao longo dos capítulos, aprofundar a análise à escala do indivíduo, tentando sempre dialogar ambas escalas, a fim de construir um entendimento mais amplo e profundo da questão.

É assim que nos aproximamos do método *fenomenológico*, “integrando o horizonte das intervenções e do planejamento urbano com aquele da percepção do ambiente, entendida enquanto experiência do espaço”<sup>50</sup>, a fim de aprofundar a questão ao âmbito do olhar do sujeito vivente e suas inter-relações com o mundo, por ele experienciadas e exteriorizadas através da narrativa acerca de suas concepções.

Na aplicação do método fenomenológico à pesquisa, o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como, por exemplo, haver passado por uma ocorrência traumática, sofrer de um certo mal, ter vivenciado uma dada situação, etc. Os diversos aspectos da experiência, comum a todos os participantes, constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida. (MOREIRA, 2002, p.114-115)

Ainda que nos apoiando em tal método não dispensamos nesse trabalho interpretações sobre as narrativas em sua relação a determinados conceitos e tampouco certas interferências na prática de pesquisa. Ou seja, não nos

---

<sup>50</sup> MARANDOLA, 2016, p. 3.

inscrevemos metodologicamente a partir de uma fenomenologia pura<sup>51</sup>. Nós interpretamos as falas, apoiados pelo empirismo e pelos referenciais, e a partir daí também determinamos certas perguntas a seres feitas, em busca dos nossos objetivos, promovendo uma reflexão conjunta com os sujeitos de pesquisa, numa relação de troca de saberes por meio do diálogo. A isso chamamos fenomenologia-hermenêutica<sup>52</sup> em sua perspectiva *instauradora*<sup>53</sup>. Com isso visamos qualificar a atuação tanto na pesquisa como na práxis, coimplicando-nos dentre os envolvidos no processo ocorrente, principalmente através da reflexão conjunta acerca de nossa vivência, uma vez que o próprio pesquisador também fez parte, de diversos modos, do contexto pesquisado.

Nesse íterim, a posteriori, definimos nosso método como híbrido. A priori, é possível, inclusive, refletir acerca de uma certa *ausência* de método no pesquisar, crendo que o não seguimento de diretrizes e dogmas determinados pode mais contribuir do que dificultar o aprofundamento da compreensão, ao que evocamos o poeta: *al caminante no hay camino; el camino se hace al caminar*<sup>54</sup>. Nisso crê a filosofia metodológica de vertente anarquista desenvolvida por Feyerabend (2007), que inclusive rechaça a própria divisão entre a ciência e a mística, mitos e religião, fazendo uma crítica ferrenha à postura totalitária do racionalismo moderno.

Enfim, a consideração às alteridades e à pluralidade do pensamento e das formas de conhecimento é imprescindível. Entendemos que todas essas abordagens, à sua forma e combinadas segundo a necessidade pontual do fazer-pesquisar em Geografia, contemplam a opção por uma perspectiva de análise mais

---

<sup>51</sup> Mesmo porque, ao longo das atividades de campo, não havíamos ainda nos apropriado dos seus métodos de forma mais detalhada. Inclusive, se o tivéssemos feito, talvez nossas entrevistas tivessem se dado de forma diferente, com mais abertura ao diálogo, e não na busca de certas respostas em específico, o que ficará de aprendizado às próximas pesquisas.

<sup>52</sup> Autores como Sposito (2004) abordam a fenomenologia e a hermenêutica como um método só: fenomenologia-hermenêutica. De nossa parte consideramos a fenomenologia-hermenêutica como uma composição entre os dois métodos, que têm origens e práticas diferentes em sua origem, mas não são excludentes, podendo ser efetivamente combinados.

<sup>53</sup> Estendemos a concepção acerca da hermenêutica instauradora que nos fala Rego et. al. (2003) à pesquisa participante, crendo ser possível sua prática também para além dos processos de ensino, qual seja, em qualquer relação em que haja troca de conhecimento entre sujeitos por meio do diálogo e evidência de diferentes narrativas.

<sup>54</sup> Adaptação de poema de Antônio Machado.

qualitativa ante os resultados da pesquisa – seja pelo campo, vivência, empiria ou entrevistas - possibilitando a construção de uma investigação mais embasada e qualificada, e produzindo assim resultados mais efetivos.

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo. O universo de metodologias e abordagens teóricas é bastante amplo e muitas variações nele encontradas são alcançadas em disciplinas específicas que as adequam a seu escopo, embora tendam a difundir-se para outras áreas. Como é inerente a qualquer prática de metodologia, ela requer adaptação ao foco da pesquisa. (HEIDRICH, 2016, p. 22).

Nessa perspectiva, o trabalho de campo se mostra como fator fundamental, capaz de determinar os rumos da pesquisa e, inclusive, alterar completamente as suas metas, na medida em que apresenta resultados inesperados, que precisam de consideração peculiar, levando comumente a uma reavaliação de todo o trabalho. O campo

[...] faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do geógrafo pesquisador na sociedade, reconstruindo o sujeito e, por consequência, a prática social, permitindo o aprendizado de uma realidade, à medida que oportuniza a vivência em local do que deseja estudar. Também possibilita um maior domínio da instrumentalização na possibilidade de construção do conhecimento (SUERTEGARAY, 2002, p. 110).

Mesmo o trabalho de campo é efetuado enquanto metodologia de pesquisa a partir de diferentes pressupostos. No método dialético o campo propicia uma interação dialética entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa, da qual o campo seria uma extensão, implicada nessa relação e passível de intervenção de acordo com a práxis. Para a fenomenologia o trabalho de campo é um meio de acesso às diferentes percepções, por onde não se separa sujeito de objeto, e busca no campo do percebido uma síntese, extraindo daí a informação necessária acerca da realidade. Já na abordagem hermenêutica é o pesquisador que desvenda as informações ali presentes, em seus distintos significados, dependendo do objeto

com o qual se relaciona, e nessa interação promove a construção de conhecimento a partir de sua própria vivência e análise<sup>55</sup>.

Na nossa abordagem optamos por nos referir aos entrevistados, moradores da comunidade e a todos aqueles que experienciam a realidade estudada enquanto *sujeitos* de pesquisa, e não como “objeto”. Isso porque entendemos que o sujeito age, é dinâmico, vivo, enquanto a classificação “objeto de pesquisa” é de certa forma desvitalizante e separada da experiência, o que nos afastaria de nossa proposta.

Compreendemos, enfim, que todas essas perspectivas de análise aqui propostas não podem ser únicas, contrapostas, isoladas ou excludentes, mas dão embasamento ao processo complexo do pesquisar científico, complementando-se.

[...] dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”. (SERPA, 2007, p. 20)

Ou seja, ao se estudar uma determinada realidade, não basta só compreender de que forma determinados sujeitos se colocam frente a ela, mas também não basta somente enxergar esses sujeitos de uma perspectiva externa, confundindo-os com o contexto geral em que estão inseridos.

Não se trata de negar uma análise global das esferas mais amplas, nem de recorrer ao porto seguro de uma microteoria. Ao contrário, consiste em ousar a explicação da complexidade, do funcionamento, dos limites e das contradições de um território que, embora pareça menor, engloba o próprio mundo. Isto é, se considerarmos o ambiente concreto como local privilegiado onde as ações e realizações humanas acontecem e, ao mesmo tempo, lugar onde se criam possibilidades para uma ação reflexiva, que não se prende ao imediatismo da vida diária, mas que se eleva ao humano-genérico. (MAFRA, 2010, p. 242)

---

<sup>55</sup> Ver mais em SUERTEGARAY, 2002.

Creemos que ao se tomar somente um ou outro método, isoladamente, automaticamente se deixará de compreender a questão de uma forma mais ampla, que busque contemplar sua complexidade, o que dificultará o aprofundamento da análise. Ao se analisar a questão somente sob o viés de uma única abordagem se perde as outras dimensões dos processos ocorrentes, que são multiescalares e coconstitutivos. Desta forma, ao não delimitar o fazer científico, tomando uma ou outra abordagem e negando outras, buscamos nos aproximar da complexidade, defendendo um pensamento capaz de “reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual e o concreto”<sup>56</sup>.

Assim nos aproximamos de uma perspectiva libertária e autônoma, enquanto viés político-epistemológico, não buscando enquadrar sujeitos e realidades em rótulos predispostos, mas sim buscar a fundo na realidade as inter-relações formadas entre os sujeitos e os seus meios de vivência<sup>57</sup>, considerando a realidade múltipla, diversa e plural da questão analisada, em suas diferentes categorias. Nisso reafirmamos a capacidade de autogestão dos grupos em torno de suas problemáticas, e especialmente em sua *autonomia* ao tratar das suas próprias questões socioterritoriais, com as quais os moradores da comunidade se deparam constantemente, senão por uma característica política objetivada, por sua própria necessidade, visto a sua constante desassistência por parte do poder público e sua cotidiana falta de recursos, onde a auto-organização da comunidade e a coletivização de suas vidas torna-se um mecanismo, inclusive, de sobrevivência e fortalecimento.

Haesbaert se refere à "desordem territorial denominada precariamente de pós-moderna"<sup>58</sup> desordem frente a qual buscamos desenvolver a presente pesquisa, enfrentando a atual e igualmente desordenada epistemologia em que navega a Geografia, num período de revisão e discussão generalizada de métodos e conceitos. É com base nisso que não nos é possível definir um único, exclusivo e excludente método de pesquisa, e muito menos ordenar a sua assunção

---

<sup>56</sup> MORIN, 2000, p.207;

<sup>57</sup> Ver mais em SOUZA, 2013;

<sup>58</sup> HAESBAERT, 2001, p. 130.

hierarquicamente, uma vez que seu mero estabelecimento tenderia inexoravelmente ao empobrecimento da abordagem sobre o problema, comprometendo a qualidade da análise geográfica e declinando do potencial de evolução do pensamento teórico em humanidades que nos delega a contemporaneidade.

### **1.3 Temporalidades: caminhando entre a história e o cotidiano**

Visando contemplar nossa opção metodológica precisamos desenvolver uma concepção de espaço que esteja implicada tanto em sua história, pela historicidade do tempo e do próprio espaço, com pelo tempo da vida de cada um, o qual, dependendo da posição em que se experimenta a realidade, difere. Quer dizer, a mesma lógica que pode se aplicar às nações e aos grandes grupos - em que nem todos vivem uma mesma temporalidade, embora todos coexistam juntos no tempo - pode ser aplicada às pessoas. Por esse efeito sequer podemos afirmar que vivemos de fato na modernidade, e tampouco na pós modernidade, uma vez que há uma infinidade de grupos sociais que vivem em realidades totalmente distintas, a seu próprio tempo e independentes das categorias produzidas pelo pensamento acadêmico europeu colonial. Isso também se aplica nas concepções acerca dos sujeitos sociais em sua microescala. Cada pessoa, enquanto indivíduo em particular, tem seu próprio tempo e espaço, que são indissociáveis, embora todos coexistamos aqui, agora. É a síntese dessas existências, a partir do seu encontro, da sua adequação, do seu conflito, que forma a realidade. Assim, o espaço é um conjunto de trajetórias, um conjunto de estórias-até-aqui<sup>59</sup>, expressão da pluralidade e da simultaneidade.

É também na busca por compreender essa relação que conjugamos, ao longo de nossa análise, essas diferentes abordagens, construindo um diálogo entre o estruturalismo de Milton Santos e a abordagem do espaço enquanto esfera da multiplicidade, subjetividade e interatividade, de Doreen Massey, a qual julgamos

---

<sup>59</sup> MASSEY, 2004.

não contrapor o primeiro, mas sim completar certas lacunas e questões que o mesmo deixa. E a consideração do tempo, entre ambos, é igualmente diversa.

A questão do tempo é um fator intrínseco ao processo em estudo e dependendo da vertente epistemológica, o tempo terá diferentes concepções. Em nossa opção metodológica, a dimensão do tempo da historicidade do processo se imiscui com sua dimensão enquanto temporalidade do cotidiano. Isso porque o processo está ocorrendo hoje, agora; ou seja, está transformando o cotidiano da comunidade envolvida, alterando os tempos de vida, porém, ao mesmo tempo, é expressão de um processo amplo, global, de reestruturação espacial das cidades e revalorização do espaço, o que é um fator histórico atual no desenvolvimento das forças produtivas que regem a manutenção do espaço nas cidades, o espaço, enfim, do próprio capitalismo.

Esses processos, com a ascensão do período técnico-científico-informacional, se dão de forma cada vez mais rápida, promovendo em poucos anos ou até meses alterações substanciais no espaço e na paisagem que outrora levariam décadas. Ainda assim, embora a potência de transformar do atual nível técnico seja extremamente alta, toda transformação do espaço passa, também, por uma questão política. E essa política atende a uma temporalidade do capital, que precisa de certas estruturas somente na medida em que a demanda do mercado as exige, afim de liberar certos fluxos. Muitas vezes, a temporalidade do capital e a temporalidade da vida não se coadunam, e parece que isso está ocorrendo no contexto da presente pesquisa. Se por um lado, a potência técnica poderia facilmente encerrar a obra em meses, acabando com a angústia da comunidade em ter de viver em obras, por outro, parece que esse não é o interesse mais imediato. A busca por compreender qual é esse interesse é também meta dessa pesquisa, e para isso é necessário observar o movimento de certos equipamentos, instituições, fatos e ideologias, buscando perscrutar a política que ocorre por trás da obra em implementação, que segue um ritmo próprio.

A própria análise do processo resta dificultada por isso. Com a obra ocorrendo sem prazos definidos ou cronograma organizado de ações, é muitas vezes difícil acompanhar o processo de forma mais atenta. Quer dizer, o tempo, às vezes, passa (ou produz implicações) mais rápido que a capacidade de um

pesquisador solitário de analisá-lo, e ao longo dos anos da pesquisa ocorreram diversas mudanças, tanto políticas (nas relações entre poder público, comunidade e capital) como estruturais (sobre a própria conformação espacial da comunidade alterada na medida em que as obras avançavam), as quais não puderam ser consideradas em sua especificidade mais estreita. Por ser um processo em aberto e em execução, as mudanças no cotidiano local são de difícil acompanhamento.

Por isso mesmo, a análise do processo demanda uma vivência mais aproximada do pesquisador junto ao seu campo de estudo. Mais que isso, demandam a sua experiência e participação nos processos. Isso terá uma apropriação mais efetiva se o acúmulo de experiência junto ao lugar se dê através de uma vivência histórica e cotidiana pessoal do pesquisador. Isso, no nosso caso, representou uma potência analítica, uma vez que este pesquisador morou desde sua infância no entorno do espaço impactado pelas obras, passando desde sua adolescência por ali diariamente, e em sua adultez trabalhou por cinco anos diretamente junto à comunidade, como professor do estado, o que não só nos despertou o interesse pelo caso como nos credenciou a uma análise mais aproximada da questão.

O espaço não só é a acumulação de tempos desiguais, como afirma Santos (1985) mas é a própria história sendo contada cotidianamente, através da própria vida e movimento das pessoas ali implicadas, como nos diz Massey (2008) - para qual, pode-se dizer, o espaço é as próprias pessoas que nele vivem. E por isso, essas pessoas podem contar a sua história.

É a partir de uma “necessidade de tornar a ciência mais humanista, dando voz às próprias pessoas, ou seja, valorizando aquilo que provêm delas mesmas em suas experiências diárias”<sup>60</sup> que optamos por fazer essa viagem entre escalas de tempo, como um *zoom*, nos aproximando dessas pessoas desde o tempo histórico - de onde as tomamos como resultantes de processos e dinâmicas políticas, sociais, territoriais enquanto uma massa que se comporta conforme certas condições, de forma mais objetiva - até o tempo do cotidiano, o tempo da vida vivida, por onde as tomamos conforme sua situação, na relação consigo mesmas,

---

<sup>60</sup> MARANDOLA, 2008, p.9.

com os demais e com o entorno, extraíndo dos seus relatos uma visão mais pontual e circunscrita da questão, e, conseqüentemente, mais sensível e subjetiva.

Procuramos qualificar os fenômenos geográficos na experiência, buscando compreendê-los em seus atributos ontológicos. Estes se dão em determinada intersubjetividade, que envolve os fenômenos coletivos que nos conduzem aos significados cultural, social, geográfico e historicamente compartilhados. A comunidade, o bairro e a cidade (em alguns casos) são os eixos dessa intersubjetividade. (MARANDOLA, 2008, p.9)

É na medida em que a experiência se repete e se institui pela narrativa, tornando-se intersubjetiva e se apoiando enquanto situação real, para além das condições, é que é possível elucidar os acontecimentos, extraíndo daí a verdade científica investigada. Além disso, é na contração interescalar desses fenômenos - desde o tempo histórico ao cotidiano, desde o sistema de objetos até a multiplicidade das trajetórias<sup>61</sup> - que produzimos um conhecimento mais qualificado.

Enfim, é através e em função do tempo que o espaço registra e é incurso pelo processo, o que se dá no tempo da própria vida da comunidade e seus indivíduos e, também, em seu sentido histórico, onde a alteração na paisagem, expressão fenomênica do espaço por excelência, gravará para sempre a história ali ocorrida. Esse tempo, eternamente corrente, transcende a dimensão histórica e se mostra como o tempo do sujeito, do indivíduo, da sua vida, ou seja, uma temporalidade do cotidiano, que é fenômeno da realidade, sendo assim, de certa forma, uma expressão fenomenológica. Aí que para se apreender tal processo não basta apenas sua análise materialista, dialética ou histórica, mas junto a isso participar de sua vivência desde o lugar, dialogar com os sujeitos imbricados nos processos e ouvir as suas próprias versões da história, porque a estão vivendo no dia a dia, de forma muito mais profunda que o pesquisador jamais poderá supor de dentro de um laboratório. Ao se rejeitar a visão dos sujeitos implicados no processo – qual seja, os moradores da vila – o pesquisador corre o risco de incorrer no exato mesmo erro do gestor público, que não leva em consideração a vivência e

---

<sup>61</sup> Discutiremos essa relação no próximo capítulo.

experiência local antes de tomar suas decisões, impondo verticalmente sua visão de desenvolvimento na gerência sobre o espaço. Por isso a abordagem social e histórica, de ordem estrutural, e a fenomenológica/hermenêutica são, cada uma a seu modo, tempo e escala, ambas necessárias em nossa análise. Isso porque, embora a primeira nos conduza a compreender o espaço da comunidade e o processo que vem passando inserido na dinâmica da metrópole e em seu contexto político e econômico mais amplo, nossa pergunta de pesquisa não cabe nessa abordagem, mas precisa também da fenomenologia-hermenêutica para trazer nossa análise à dimensão da relação sujeito-espaço e espaço-sujeito. Quer dizer, existe um discurso hegemônico de cidade, que engendra a ideia de espaço degradado enquanto uma categoria estrutural desumanizadora da experiência. Entretanto, os sujeitos aí inseridos - embora imbuídos nessa paisagem da degradação, sendo visto como parte daquilo e, assim, desumanizados como mero objeto da cidade - ainda assim têm a sua subjetividade. É essa última que visamos alcançar a partir da abordagem fenomenológica-hermenêutica, que nos abre a possibilidade para a compreensão do sujeito em meio a essa estrutura, atendendo melhor aos objetivos do trabalho proposto.

#### **1.4 As etapas da pesquisa: vivência, reflexão, análise e crítica**

Enfim, Milton Santos<sup>62</sup> ensina que a *análise* deve preceder a *crítica*, dando um recado aos ortodoxos de todas as raízes epistemológicas. Aqui, cremos, ainda, que há outros movimentos que devem preceder a análise. O mais imediato deles é a *reflexão*. Analisar uma situação através de determinado método, sem antes se refletir profundamente sobre aquilo que se pretende analisar, levará inexoravelmente a um empobrecimento dessa análise. Aí entra a dimensão filosófica da ciência humana e social, algo a ela intrínseco e indispensável. A realidade é e sempre será mais complexa do que qualquer representação, e não há método analítico que nos aproxime a tal ponto da complexidade do real que se

---

<sup>62</sup> TENDLER, Silvio. Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Filme Documentário. Duração: 1h29'20". Curitiba: Caliban Filmes, 2006. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM)

possa traduzir o mesmo fielmente em texto. Em se tratando de humanidades, o "vamos demonstrar como" soa sempre por demais pretensioso. Além disso, falta à folha branca a capacidade de carregar emoções e sentimentos, que, muitas vezes, são de ímproba descrição na letra acadêmica. E são poucos os pesquisadores científicos que carregam a virtude do poeta. À parte disso, refletir, com base na realidade, no empírico, no vivido, desprovido de amarras e aberto ao novo e ao contraditório - e não na defesa cega do seu método ou ideologia -, pode fazer coisas outrora inimagináveis se abrirem na mente do pesquisador, ressignificando-lhe qualquer crença.

Partindo da premissa de que todas as crenças são construídas, podemos aferir que o estabelecimento de uma verdade única, tão almejada em pesquisas acadêmicas e na ciência é, a bem da verdade, impossível de ser alcançada pela análise. Somente nos aproximamos dela ao sintetizarmos saberes adquiridos e desenvolvidos das mais variadas formas, conjugando-os com o que se tem nos sido evidenciado através da prática, pesquisa, estudo e diálogo constantes. As certezas engessam, enquanto as dúvidas movem.

Assim a reflexão, tanto prévia quanto contínua durante o fazer acadêmico, é imprescindível para se encontrar o sentido da análise que se quer fazer, muito antes de partir a uma crítica. "Pensar o sentido é necessário para conduzir a investigação a partir do movimento pensar-pesquisar-pensar, abrindo-se para o inesperado"<sup>63</sup>, e é somente dando um passo atrás e refletindo, frente a cada nova informação encontrada, que o pesquisador poderá estabelecer uma análise mais apropriada sobre a mesma.

Porém, para que isso adquira a força analítica necessária ao estabelecimento de uma crítica apropriada é preciso, antes de tudo, *viver*. A *vivência* precede a reflexão, pois é acessando a realidade diretamente, sentindo-a na pele, convivendo com ela, que se pode se aproximar de uma interpretação mais condigna. Nisso se baseia a pesquisa participante. De uma bolha - qual seja, as paredes de um laboratório ou de núcleo de pesquisa de uma Universidade - nunca se poderá compreender a fundo o que se estuda. A distância para análise deve ser

---

<sup>63</sup> MARANDOLA, 2008, p.7.

tomada somente após a busca por vivenciar, mesmo que somente de forma aproximada, a realidade em questão, e não *a priori*, sob pena de se analisar algo que não se conhece na prática, o que não só desvitalizará a análise, amainando sua potência, como tornará um tanto questionável a sua validade.

A realidade está fora, nas ruas. E lá que está e se dá a vida, onde acessamos e nos deparamos frente a diversidade, e na qual a análise nos leva a sua consequente complexidade. Num mundo em constante transformação, especialmente com a emergência e aprofundamento da atual realidade tecnológica e sua hiperconectividade interativa em rede, já não há realidade que se possa tomar como única. Os modelos têm cada vez mais caído por terra, uma vez que derrubados pela multiplicidade de saberes e vivências que emergem do isolamento pela facilidade de comunicação e informação. O saber popular toma cada vez mais terreno no que se entende enquanto conhecimento humano, para muito além da ciência e dos academicismos. Já em termos de vivência e de modos de vida, muitos que sempre foram considerados diferentes, marginais, *de fora* ou deslocados em seus contextos locais, percebem que sua lógica encontra eco em outros lugares, em outras pessoas ou outros povos. O que sempre foi tido enquanto fenômeno local e desconexo é percebido se reproduzindo em diferentes escalas. Já o que se pretende global, quanto mais busca se tornar hegemônico, mais resistência encontra. E essas resistências se reforçam justamente frente a ameaça aos seus costumes e vivências. Para se acessar essas vivências, especialmente as das sociabilidades urbanas marginalizadas, tal qual é a periférica, deve-se ir diretamente até onde elas se reproduzem.

Grupos alternativos ou marginais, ao mesmo tempo em que reconhecem pelo globo situações análogas às suas através da interconectividade, agem localmente, buscando nas ruas das cidades se encontrar e reproduzir suas lógicas. Os moradores das vilas de Porto Alegre também vivem esse contexto. Embora localmente sejam tidos como um *problema* na cidade, que demanda, por exemplo, sua remoção, hoje, através da comunicação, os próprios percebem que esse problema não é só da cidade, mas sim de um modelo de vida que se reproduz largamente em escala mundial, pois é comum em diversas grandes cidades no mundo. E é também análogo o tratamento que estes recebem do Poder Público.

Essa ciência permitiu, por exemplo, aos moradores da comunidade se organizarem a nível nacional no Brasil enquanto movimento, por ocasião da formação do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, que se articulou entre as várias cidades-sede do evento de 2014, ampliando o alcance tanto analítico como organizativo ante as ameaças aos seus locais de moradia e seus modos de vida.

Por fim, essas diversas vivências e modos de vida, conquanto que previamente consideradas e constantemente refletidas, tendem a destruir qualquer paradigma da análise, justamente por sua multiplicidade e diversidade. A busca pela complexidade das questões - que não é um método em si, mas uma consideração aprofundada da realidade - intenta encontrar informações e desenvolver reflexões através de vários métodos, contestando certas formas de pensar amplamente referenciadas, mas que, em sua forma sectária e fragmentadora, reduzem a realidade a algo monocromático ou, no máximo, bicolor, conseqüentemente empobrecendo a análise e a própria potência da ciência para explicar o mundo. Hoje, sabemos que a realidade é multicolorida e que, possivelmente, existam combinações de cores que ainda sequer conhecemos. Somente buscando ressignificar e concatenar as diferentes abordagens já consolidadas com novos conhecimentos, que se reproduzem e emergem no cotidiano, nas ruas, organizações, coletivos e composições diversas entre esses diferentes grupos, que poderemos nos aprofundar na análise da realidade; assim, enriquecendo-a e nos apropriando verdadeiramente da sua riqueza.

É com base nisso que desenvolvemos essa pesquisa.

## 1.5 Caminhos metodológicos e a práxis de pesquisa

**1) Vivência** - O primeiro passo empreendido nessa pesquisa consistiu em se apropriar, através da vivência e reflexão, sobre o processo ocorrente no campo de estudo; o que foi, também, o que originalmente nos motivou ao seu estudo. Quer dizer, essa pesquisa começou, na verdade, diletantemente, bem antes do autor assumir vaga no Doutorado em Geografia que possibilitou a escrita dessa Tese. Isso ocorreu, primeiramente, por conta do próprio autor ter morado desde a infância na região onde acontece o processo: primeiro no bairro Medianeira (dos 5 aos 15 anos), após, na Vila dos Comerciários (dos 15 aos 28 anos) - ambas áreas vizinhas à comunidade – e, no último ano antes de assumir a vaga (2015), no Jardim Europa, uma das ocupações populares da mesma, ano durante o qual, através de uma vivência mais aproximada, definimos nossa temática. Assim, a área de estudo fez parte da própria construção da subjetividade do autor, lhe tendo profundo significado na vida e compondo, assim, não só seu sentimento para com o campo, mas também a sua própria construção intelectual. Além disso, primeiramente na condição de estagiário (2009-2010) e, depois, já graduado na licenciatura em Geografia, como professor efetivo da rede pública do estado (2012 a 2016), esse autor atuou durante 5 anos como professor na escola Álvaro Alves da Silva Braga – situada no alto da rua Mariano de Mattos, um dos limites da comunidade - que atende especialmente crianças, jovens e adultos da comunidade<sup>64</sup>. Foi através dessa vivência que se deram os contatos primeiros com a realidade em questão, o que nos possibilitou uma apropriação melhor da complexidade do tema, uma vez que o mesmo nos é subjetivamente significativo e, assim, não só digno, mas de crucial abordagem, dada a sua coenvolvência com a experiência vivida do autor.

Atuando na educação pública nos foi possível tomar contato com a juventude que vive na Comunidade, advindas de várias de suas vilinhas para ali estudar, assim como com suas famílias, que acompanhavam e marcavam presença nos

---

<sup>64</sup> À época em que o autor lá atuou, a mesma atendia desde a Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos, passando pelo Ensino Fundamental e Médio da Educação Regular. Hoje – à época da publicação da Tese - com o processo de sucateamento progressivo da Educação na comunidade, a mesma recebe, apenas, Ensino Fundamental regular e EAD.

eventos da escola. E isso ocorria desde antes do processo de remoções e obras começar a ser implementado. Assim, nos foi possível acompanhar de perto o caso desde o seu início. Inclusive, há muitas pessoas removidas que são conhecidas do autor, assim como muitos dos que permaneceram morando na comunidade, o que nos facilitou em muito o acesso aos implicados no problema, como uma porta de entrada ao campo. A relação prévia com a Comunidade, o histórico de vida e o sentimento de indignação, tristeza e perplexidade que sentimos ante o processo das remoções e obras, que se intensificou na medida em que a mesma foi sendo abandonada ou protelada pelo Poder Público, que não se importou com a situação das famílias que viviam em meio ao caos ali deixado, foi um disparador à vontade do autor de entender melhor o processo. Inicialmente, de forma diletante e, após uma observação mais rigorosa, como um desejo de desenvolver uma crítica ante o caso de forma academicamente apropriada, buscando compor e ampliar a voz da comunidade, trazendo-a para dentro da Academia, assim como colaborar com ela no estabelecimento de argumentos que defendam os seus direitos e interesses desde o saber científico. Inicialmente foi isso que motivou a elaboração da presente tese; o que permitiu a apropriação primeira sobre a realidade em questão, a partir da própria vivência e reflexão do autor.

**2) Estudo, teoria e reflexão** - Para proceder nessa pesquisa empreendemos uma revisão bibliográfica acerca do tema em questão. Uma das primeiras experiências profundamente significantes em nossa trajetória, que orientou nossa construção teórica, foi o contato com a obra *Pelo espaço*, de Doreen Massey, ainda durante os estudos para o processo seletivo do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRGS. Já havíamos tido contato com a mesma durante o Mestrado, porém, não tínhamos conseguido compreender mais a fundo as proposições, ainda muito orientados pela abordagem dialética e estruturalista. Na medida em que aprofundamos os estudos, e especialmente na preparação para a prova de seleção, essa obra começou a fazer cada vez mais sentido, e podemos dizer que foi basilar para a nossa proposição de abordagem sobre o espaço vinculada ao nosso campo de estudo. Além desse primeiro contato, que veio a se desdobrar posteriormente a partir de uma série de estudos, passamos já durante

as disciplinas do Programa a buscar conceitos e abordagens em Geografia que pudessem embasar e qualificar nossa proposta.

Procedemos no aprofundamento dos estudos especialmente em Geografia humana, territorial e urbana, além da questão epistemológica, pelas quais foram sendo estudadas diversas publicações e trabalhos acadêmicos na área. As disciplinas cursadas no Programa, incluindo as cursadas durante o Mestrado, trouxeram diversas contribuições essenciais, dentre as quais destacamos as da disciplina do Prof. Paulo Roberto Rodrigues Soares, que nos propiciou desenvolver uma abordagem crítica sobre a conformação das cidades, a questão do planejamento urbano e a ascendência material e ideológica do assédio do capital ante a produção do espaço urbano, em sua abordagem mais estruturalista; à disciplina do Prof. Álvaro Luiz Heidrich, que nos provocou um aprofundamento da reflexão ante a conformação espacial, trazendo-nos a questão da dimensão escalar e as coimplicação entre diferentes escalas de análise na produção do espaço local, desde as integrações socioeconômicas de repercussão global até a ação e presença de atores locais na produção do seu espaço; a disciplina da Prof<sup>a</sup> Cláudia Luísa Zeferino Pires, que nos trouxe a questão da cidadania e das políticas públicas em sua correlação com a ação popular participativa, desde o local, e a dimensão cultural e filosófica da identidade e da diversidade na produção das espacialidades a partir de diferentes de saberes; a disciplina da Prof<sup>a</sup> Dirce Maria Nunes Suertegaray, que nos possibilitou desenvolver a reflexão acerca das distintas abordagens teórico-metodológicas, buscando confrontar saberes e métodos na busca por uma síntese científica do pesquisar na contemporaneidade, superando as contradições através da reflexão sobre a prática e na construção de uma práxis; e a disciplina da Prof<sup>a</sup> Tania Mara Galli Fonseca, que nos possibilitou desenvolver as noções de devir e de rizoma, mergulhando na sua perspectiva filosófica, desde Deleuze e Guatari, na busca pela superação de uma fragmentação da experiência na produção do real e na conformação da linguagem enquanto potência explicativa e reflexiva ante os conceitos de tempo, verdade, história, memória e acontecimento.

Não só essas, mas todas as disciplinas cursadas, em diferentes PPGs, trouxeram suas contribuições, e foi a partir dessa busca e reflexão ante a distintos

conceitos, abordagens e filosofias, apoiados pela orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Pires, que passamos a estudar e construir nosso referencial teórico inicial.

**3) Observação, participação e documentação** - A fim de compreender extensivamente a questão estudada se iniciou um acompanhamento abrangente dos acontecimentos na área, tanto no cotidiano como em seu viés histórico, em que desenvolvemos consultas por meio de: **a)** abordagem pela mídia através de notícias e reportagens de jornal e televisão; **b)** discussões desenvolvidas nas associações de moradores e em espaços de convivência em geral, especialmente no tocante à questão das obras e remoções; **c)** atuação dos movimentos políticos urbanos, como o Comitê Popular da Copa, o movimento Chave-por-chave, as associações de moradores e comerciantes, movimentos culturais populares como o Hip Hop e as discussões entre educadores, trabalhadores e comunidade ante o desmonte e sucateamento de uma série de serviços públicos; **d)** acompanhamento de uma série de serviços de assistência social prestados pelo Estado na comunidade, buscando desde aí algumas demandas específicas para definição da abordagem; **e)** busca por dados estatísticos por parte da Segurança Pública, da Educação e de outros órgãos públicos institucionais ou de mídia; **f)** estudo das políticas públicas empreendidas na área; e **g)** estudos sobre o histórico da ocupação e observação de suas atuais características.

Pretendíamos ter aí uma concepção prévia mais ampla do processo que lá ocorre e a partir disso qualificar nossa apropriação sobre o tema, a fim de desenvolver nossa proposta de pesquisa.

Foi já desde esse momento que a palavra “obra” começou a tomar um caráter central em nossa abordagem, pois era umas das palavras mais recorrentes nas discussões e relatos. Percebemos, desde então, que o espaço, que antes era espaço de algo relacionado ao cotidiano, à vida, como o lugar de alguma coisa, passava a ser chamado apenas de “a obra”, algo que balizou nossa reflexão desde o início, e que veio a se confirmar na medida em que avançávamos na investigação. Também foi nesse momento que estabelecemos os primeiros mapeamentos do espaço, tomamos contato com os projetos da Prefeitura sobre a área e as discussões que estavam ocorrendo na Comunidade frente a isso.

**4) Primeiras abordagens e busca pela demanda local** – Foi a partir dessas primeiras observações e participações que passamos às primeiras abordagens aos sujeitos envolvidos no processo, em que pretendíamos buscar mais elementos à análise do cotidiano local e também qual era a demanda mais premente em seus relatos, o que ajudaria a definir nosso problema. Isso porque o projeto que entramos no Doutorado foi bastante modificado na medida em que a pesquisa avançou, mudando seu foco na medida em que se deparava com novas questões e abordagens. Aplicamos então um questionário a alguns moradores, a fim de compreender as demandas locais, construir nosso objeto de pesquisa e desenvolver nossa metodologia. Esse questionário consistiu nas seguintes perguntas:

Nome: <i>(o nome não vai aparecer na pesquisa, somente as iniciais, caso autorizado)</i>		
Iniciais:	Gênero:	Idade:
1) Por que você acha que as obras de duplicação da Cruzeiro estão demorando tanto?		
2) Quais impactos você acha que a demora nas obras causa no cotidiano dos moradores?		
3) Você frequentava ou conhecia algum lugar (residência, comércio ou serviço) que tinha significado para você e que foi removido pela Prefeitura para as obras? Quais?		
4) Você sabe qual foi o destino dessa pessoa ou atividade removida? Se sim, qual?		
5) Você sente falta de algo que foi removido da Comunidade para a duplicação? Do quê? Por quê?		
6) Quais as necessidades atuais mais importantes da Comunidade na sua opinião? O que é preciso ser feito para melhorar a situação cotidiana dos moradores?		
7) Se quiser, comente o que mais acha interessante sobre a atual situação da Comunidade.		
Muito obrigado!		

Esse primeiro questionário se aplicou exclusivamente a 10 jovens moradores locais e duas professoras que também moravam e trabalhavam junto à Comunidade, através da inserção do pesquisador no espaço por conta de seu trabalho como professor do estado. Esse número foi reduzido porque, primeiro, o autor precisou se exonerar do Estado para assumir a vaga no Doutorado, por imposição das definições da Capes sobre disponibilização de Bolsa de Doutorado, o que nos levou num primeiro momento a um relativo afastamento do nosso campo de pesquisa; segundo porque, quando entraria no terceiro ano do doutorado (2018),

nos mudamos de estado a fim de assumir vaga de trabalho, abrindo mão da bolsa e distanciando-nos mais de mil quilômetros do foco da nossa pesquisa; e, por último, pela proximidade da qualificação, que exigia algumas definições mais imediatas. Assim, à distância, cremos que o número de 12 interlocutores iniciais já foi uma conquista. Vale ressaltar que a ideia inicial do projeto era trabalhar mais focado na juventude, o que, com o tempo, foi modificado: na entrevista que construímos, após esse primeiro contato, não estabelecemos mais qualquer parâmetro nesse sentido à sua participação. De toda forma essa primeira abordagem se mostrou importante para, a partir daí, se aproximar dos demais moradores, o que conseguimos em muitas idas e voltas, na medida em que avançamos na pesquisa, conseguindo contato e alcançando também moradores mais antigos, líderes comunitários, profissionais da rede de atendimento pública, trabalhadores e empreendedores da região, além de conversar com um número maior de jovens sobre suas percepções.

**5) Qualificação da Tese** – foram os resultados dessa primeira parte da pesquisa que apresentamos à professora orientadora e, a partir de nossa reflexão conjunta, estabelecemos nossa proposta de pesquisa, que apresentamos na Qualificação de Doutorado, da qual foram banca, além da orientadora Dr<sup>a</sup> Cláudia Pires, as professoras Dr<sup>a</sup> Heleniza Ávila Campos, Dr<sup>a</sup> Nola Patrícia Gamalho e o professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich. Cada um a seu modo fez uma crítica apropriada do trabalho e suas reflexões suscitaram uma mudança substancial no caminho da Tese. Se até então buscávamos um equilíbrio entre, de um lado, a questão da reestruturação urbana e das políticas públicas e, de outro, a experiência comunitária e o cotidiano da vida, foi a partir da banca que optamos por dar mais peso à segunda, colocando a primeira como um pano de fundo do processo, sem nos ater numa análise mais pormenorizada do mesmo. Enfim, foi a partir daí que a questão da experiência começou a ter um peso maior em nossa pesquisa, o que alterou a direção de nossa pesquisa teórica, nossos referenciais bibliográficos e a nossa prática de pesquisa. De toda forma, a vontade de buscar avaliar as coimplicações entre âmbito global e local se manteve, buscando desde as políticas socioeconômicas hegemônicas no capitalismo - especialmente de cunho urbano - às repercussões locais sobre o cotidiano das comunidades por elas atingidas a

compreensão sobre o processo, o que recebeu uma série de importantes aportes teóricos e bibliográficos por parte das indicações da banca.

**6) Trabalho de campo e entrevistas** - A partir dos passos até aqui descritos construímos nosso trabalho de campo. Essa foi a parte essencial do trabalho, que definiu, a partir daí, os rumos da abordagem e da construção teórica. O trabalho consistiu em diversos pontos, dos quais ressaltamos: conversas direcionadas com interlocutores; andanças aleatórias pela comunidade, sozinho ou acompanhado de moradores; registros em foto e vídeo<sup>65</sup> do entorno; observações dos acontecimentos e do cotidiano dos moradores em seus movimentos e sociabilidade. Isso levou à elaboração de uma entrevista semi-diretiva, com 28 (vinte e oito) eixos de perguntas, que aplicamos a 30 (trinta) interlocutores. São elas:

- 1) Como é o seu nome e quantos anos você tem?
- 2) Como chama esse lugar em que você mora? Vive aqui há quanto tempo?
- 3) Qual a história da sua família? A quanto tempo moram aqui?
- 4) Como se deu a chegada da família a esse local? E a construção das casas?
- 5) Você conhece alguém que morava na área de remoção e foi removido?
- 6) Se sim, você sabe qual foi o destino dessas pessoas?
- 7) Você lembra como era aqui antes das obras? Existem diferenças em relação a hoje em dia? Quais?
- 8) Você frequentava algum lugar que ficava nessa área e que tenha sido removido?
- 9) Qual era sua experiência com o lugar onde houve a remoção e onde hoje acontecem as obras?
- 10) Como você se sente em relação a ter perdido parte da vizinhança?
- 11) Como é para você ter ficado, continuar na vila, enquanto outras pessoas, inclusive mais antigas, foram obrigadas a ir embora?
- 12) Como se sente morando perto de onde foram as remoções? Sentiu um risco de ter sido removido também?
- 13) Você sente segurança de que poderá continuar nesse local? Ou teme perder a casa por conta de alguma outra mudança no espaço promovida pela Prefeitura?

---

<sup>65</sup> Importante ressaltar que todas as fotos foram feitas em janeiro de 2019, numa série de saídas a campo específicas para tal. Assim, as mesmas registram a paisagem da comunidade somente naquele momento, não dando a real dimensão de todo o processo, que já passou por momentos bastante piores durante os dez anos de obras interminas.

- 14) Você costuma passar ou circular por onde acontecem as obras? Como que fica o trânsito das pessoas por entre essa área?
- 15) Existem dificuldades em viver em meio às obras? Causa algum transtorno às pessoas? Se sim, quais?
- 16) Como é viver por tanto tempo em meio às obras? Mudou o dia a dia das pessoas?
- 17) Como você entende essa justificativa inicial de “Obra da Copa”, sendo que 5 anos depois da copa a obra ainda não terminou?
- 18) Como você entende essa justificativa de abertura de via de trânsito – “Pacote Mobilidade” - à Zona Sul, demandando a remoção das casas das pessoas?
- 19) Qual sua opinião geral sobre as obras? Você acha que elas trazem melhorias para a comunidade? E para a cidade?
- 20) Por que você acha que as obras ainda não terminaram? Por que a Prefeitura não acelera as obras?
- 21) Você sente abandono da área da Comunidade por parte da Prefeitura?
- 22) Você acha que o espaço da vida da comunidade está sendo destruído em função dessa obra?
- 23) Você acha que poderia ser feito algo para a comunidade como contrapartida pelo transtorno?
- 24) O que você gostaria que fosse construído ao longo desse caminho? O que você acha que falta ser feito aqui para melhorar o espaço de vida dos moradores?
- 25) Ao longo do tempo da obra você percebe alguma diferença no tratamento à comunidade entre os diferentes governos?
- 26) Você acha que aqui estaria sendo uma “zona de sacrifício”, quer dizer, que a área pode estar sendo sacrificada em nome do crescimento da cidade?
- 27) Quais são as estratégias e formas de agir desenvolvidas pela comunidade para lidar com os transtornos das obras em seu dia a dia?
- 28) Você acha que há uma solidariedade entre os moradores no sentido de se ajudar mutuamente a viver nesse contexto?

Para proceder na entrevista alcançamos os interlocutores através de: reuniões de associação de moradores; da visita a projetos sociais empreendidos pelos mesmos nas comunidades; do diálogo inicial com os jovens ex-alunos, que deu ensejo a acessar suas famílias, pais e avós; da abordagem a profissionais da rede pública de atendimento; da abordagem a trabalhadores e empreendedores da área, visitando seus estabelecimentos e procedendo no diálogo acerca do tema. Essas pessoas foram sendo abordadas num processo orgânico, que se deu no próprio fazer-pesquisar sobre o espaço, na medida em que avançávamos,

conversávamos com as pessoas e éramos instruídos ou encaminhados a outras, que elas mesmas julgavam importante serem ouvidas. Ou seja, as próprias pessoas entrevistadas indicavam outras, que por sua vez indicavam outras, e nisso fomos procedendo em nossas caminhadas e abordagens, sempre apoiados pelos moradores e demais envolvidos com a comunidade, num processo que se deu a partir da própria prática investigativa.

A entrevista elaborada teve um caráter semi-diretivo, contando com perguntas específicas, as quais, porém, sofriam adaptações a depender do sujeito com que se dialogava, além de serem permeadas por questões diversas, a depender do rumo do diálogo, tomando um caráter orgânico e pontual. Assim, a mesma entrevista se adaptava de acordo com o grupo sob o qual o interlocutor poderia ser inscrito, em que pretendíamos, ao final dessa etapa, ter noção das diferentes visões sobre o processo ocorrente na comunidade. Todas as entrevistas aplicadas foram registradas em vídeo, para posterior observação e transcrição. Além disso, foi nas conversas informais e nos acompanhamentos, em caminhadas, junto a alguns desses interlocutores ao longo do espaço da comunidade, especialmente no entorno das áreas impactadas pelas obras, que pudemos tomar contato com muitas de suas memórias e percepções acerca do espaço que lhes abarca, buscando traçar um paralelo entre o antes e o depois do empreendimento das obras e quais suas implicações sobre a percepção dos ali envolvidos.

É possível categorizar os interlocutores em distintos grupos, identificados por nós após as entrevistas, para fins de observação da diversidade de fontes. Um mesmo interlocutor pode fazer parte de mais de um deles ao mesmo tempo. Sendo assim, consideramos que dentre os entrevistados havia:

- 15 (quinze) classificados como “moradores jovens” (de 18 a 25 anos), sendo que 5 deles eram atendidos por projetos sociais na região;
- 3 (três) servidores públicos que trabalham no atendimento à comunidade, sendo as três professoras do Estado, duas delas moradoras da área;
- 7 (sete) propositores de projetos sociais, ligados ao Hip Hop, à projetos de educação e sociabilização, a projetos de arte e música afro e a escolinhas de futebol e esportes, sendo que 5 (cinco) deles moravam na região;

- 3 (três) empreendedores, donos de comércios ou serviços na vila (ferragem, loja de bicicleta e chaveiro);
- 5 (cinco) participaram ativamente da política na comunidade, compondo a associação de moradores e estando diretamente presentes nos debates com o Poder Público por ocasião das reuniões que deliberaram sobre as obras e remoções, sendo que 3 deles moravam na comunidade e dois eram externos a ela, sendo uma militante técnica de um movimento social e outro proponente de um projeto social na vila;
- 4 (quatro) moradores mais antigos, com mais de sessenta anos, que moravam há mais de 40 anos na região.

No total - coincidentemente, pois não buscamos esse equilíbrio de forma objetiva - foram 15 mulheres e 15 homens entrevistados. A gravação das entrevistas rendeu mais de 14 horas de vídeo, e suas transcrições totalizaram mais de duzentas páginas.

Optamos por não divulgar o nome completo dos entrevistados, embora tenhamos recebido autorização para tal, e sim lhes rotular a partir de siglas, no sentido de proteger suas identidades. Vamos descrever resumidamente a condição pontual de cada um deles em específico, a fim de demonstrar melhor essa diversidade:

SM - homem, 52 anos, mora há 35 anos na Comunidade. Dono de uma loja de serviços, teve sua moradia/negócio removido pelas obras. Recebeu um terreno, porém, teve a obra embargada e materiais apreendidos pelo DEMHAB. Seu negócio foi situado provisoriamente numa casa de passagem, via aluguel social, em negociação com a Prefeitura. O aluguel social nunca foi pago, tendo de arcar com o mesmo do próprio bolso. A casa que ocupa, onde gerencia seu negócio, também será removida no avançar da obra. Espera que a Prefeitura lhe conceda espaço definitivo para reinstalar sua loja, na Avenida, conforme lhe fora prometido. A entrevista feita na sede provisória do seu negócio.

CH - homem, 34 anos, mora desde que nasceu na comunidade. Ativista do movimento Hip Hop. Entrevista feita na rua, na esquina do beco onde mora.

BX - homem, 23 anos, mora há doze anos na Comunidade, advindo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Um dos removidos, sua família, em negociação, conseguiu majorar valor do bônus (morava numa casa de dois pisos) e assim comprar uma residência próxima à comunidade, dando de entrada o valor recebido. Envolvido no movimento Hip Hop. Entrevista feita na sua casa nova.

DB - mulher, 19 anos, mora na Comunidade desde o nascimento, assim como seu pai, que mora há 50 anos. Sua casa fica no limite das remoções. Sua calçada foi encurtada, estando no momento revirada de terra e restos de detritos da obra. Sua murada sofreu abalos. Entrevista feita na sua casa.

JS - homem, 22 anos, mora desde que nasceu, família veio do interior cerca de 30 anos atrás. Entrevista feita na rua, na esquina da avenida.

PL – mulher, 43 anos, não mora na Comunidade, mas em bairro vizinho. Responsável por projeto de futebol na vila, teve também o local em que conduzia seu projeto removido, assim como grande parte dos seus alunos. Segue com o mesmo projeto, agora mais longe da vila. Entrevista feita na sua casa.

BJ - homem, 40 anos, morador desde o nascimento, responsável por um projeto popular de educação, arte e esportes na vila, atua como representante comunitário. Entrevista feita na sede do seu projeto.

LD – homem, envolvido nas discussões da associação e apoiador em projeto de futebol, tem 40 anos e mora há 30 na vila. Advindo da Restinga, comprou um terreno e construiu ao longo do tempo uma casa grande, com dois pisos, canil, garagem, e um centro de religião afrobrasileira. Não aceitou a proposta da Prefeitura por ser o valor muito abaixo da avaliação da casa, e acionou o Judiciário. Aguarda resolução do caso na Justiça. Entrevista feita na sua casa, marcada para remoção.

TH - mulher, 21 anos, moradora da comunidade desde que nasceu. Entrevista feita na sua casa.

MS - homem, 40 anos, empresário local, líder comunitário, atuou nas negociações entre Prefeitura e Comunidade, mora desde que nasceu. Seu negócio ficou no limite das remoções, ficando de frente para a avenida. Entrevista feita na sua loja.

VR - mulher, 25 anos, mora na vila desde que nasceu. Microempresária local, sua rua passou a sofrer com inundações após a instalação da obra no entorno. Entrevista feita na casa de uma amiga.

DS - mulher, 55 anos, mora na comunidade há 40 anos. Construiu a própria casa ao longo dos anos. Uma das últimas casas a ser removidas no local que ocupa, convive há anos isolada, entre um entorno de destruição: desníveis, buracos, detritos, escombros das demolições das casas dos seus vizinhos. Aguarda o pagamento de bônus moradia, que não sabe por que ainda não foi feito. Já tem uma casa pré-acertada para comprar dentro da comunidade, de um vizinho que quer voltar para o interior. Ambos esperam o pagamento por parte da Prefeitura para realizarem o negócio. Entrevista feita em frente à sua casa, marcada para remoção.

JE - mulher, 21 anos, ajuda voluntariamente projeto social de educação na região; moradora da comunidade há dez anos, a família é advinda do interior. Entrevista feita na sua casa.

LZ - mulher, 24 anos, mora na comunidade desde que nasceu, trabalha num negócio situado no limite das remoções, de frente para a (futura) avenida. Entrevista feita na loja ao lado de onde trabalha.

PR - mulher, 62 anos, servidora pública, mora na região há 35 anos e atua como professora em duas escolas da Comunidade. Entrevista feita na sua casa.

MT - homem, 20 anos, mora na Comunidade há onze anos, participa de projeto social de educação na vila. Entrevista feita na sede do projeto em que colabora.

AC - homem, 22 anos, morador desde o nascimento (10 anos em uma vila, 12 em outra) - responsável por projeto de futebol na vila. Entrevista feita na sua casa.

DE - mulher, 40 anos, mora há 24 anos na Comunidade. Entrevista feita na sua casa.

AJ - mulher, 18 anos, mora na Comunidade desde que nasceu. Sua avó veio do interior se instalar ali há 50 anos. Entrevista feita na sua casa.

PE - servidora pública, mora e trabalha como professora numa escola da comunidade. Entrevista feita por whatsapp.

PF - servidora pública, trabalha como professora numa escola da comunidade, mora em bairro vizinho. Entrevista feita na sua casa.

JH - homem, 22 anos, mora na comunidade desde que nasceu. Entrevista feita na avenida, em frente ao Postão.

MR - homem, 26 anos, ativista do movimento hip hop, mora na comunidade desde que nasceu. Entrevista feita na Avenida, em frente a muro grafitado, que ajudou a compor.

JF - mulher, 27 anos, mora na região desde que nasceu. Entrevista feita na sua casa.

SP - homem, 69 anos, mora na comunidade há 37 anos, microempresário autônomo, teve sua casa e seu negócio, que ficavam na antiga avenida, removidos. Prefeitura lhe prometeu conceder espaço para reinstalar sua loja; ele aguarda há 3 anos, funcionando provisoriamente numa pequena peça, num dos becos da comunidade, para onde se mudou. Entrevista feita no beco, em frente à nova sede, provisória, do seu negócio.

SZ – homem, 78 anos, morava desde os anos 40 no alto do morro Santa Tereza, tendo se mudado há 35 anos para a Avenida. Sua casa fica no limite das remoções, e seu terreno foi impactado pela instalação das obras. Está na Justiça pelo direito de manter a propriedade. Antigo líder comunitário, participou ativamente do movimento comunitário ante a ameaça das remoções. SZ faleceu durante a produção dessa tese, antes de ver seu processo na Justiça concluído, assim como as obras do seu entorno. Passou os últimos anos de sua vida vivendo em obras. Entrevista feita na sua casa.

KS - mulher, 22 anos, mora na comunidade desde que nasceu. Entrevista feita na sua casa.

SR - entrevista gravada aleatoriamente na rua, senhor se aproximou voluntariamente ao ver a câmera e respondeu a algumas perguntas. Não deu mais dados.

LA – homem, 46 anos, ativista social, gerencia projeto popular de música e cultura afro-brasileira que atende a comunidade. Participou ativamente do movimento popular ante a

ameaça das remoções, que atingiu muitos dos seus alunos e colaboradores. Entrevista feita na sede do seu projeto social.

CF - mulher, 35 anos, não mora na comunidade, mas participou ativamente dos movimentos de resistência às remoções enquanto apoio técnico e político, integrante de um movimento social de grande repercussão nacional. Entrevista feita na sua casa.

Os resultados do trabalho de campo e entrevistas nos trouxeram outra perspectiva de abordagem, alterando, a partir daí, a definição do problema, os objetivos e a busca conceitual e analítica ante caso. Isso, somado às indicações da banca de qualificação, pelas quais corrigimos o trabalho ora entregue levando em conta todos seus apontamentos, deixou claro que era necessária uma nova busca teórica, conceitual e de linguagem para dar conta da questão.

#### **7) Revisão conceitual/bibliográfica/metodológica (da tese e da vida) -**

após a transcrição das entrevistas e sua leitura, percebemos que precisaríamos dar conta de outras questões às quais não havíamos até então nos debruçado. Buscando aliar os aportes teóricos previamente estudados com os resultados práticos da pesquisa empírica, documental, de campo, e com as reflexões suscitadas através das entrevistas e acompanhamentos, aliados às nossas experiências vivenciais, começamos a construir mentalmente uma síntese teórica do processo ocorrente, porém, sem ainda os suportes teóricos para tal. Após longa reflexão ante o caso, percebemos que precisaríamos retomar um conceito que se tornaria central na análise: o de biopolítica, o qual nos foi indicado pela orientadora Cláudia ainda antes da Qualificação, e ao qual não havíamos ainda nos debruçado.

Tendo completado os créditos necessários pelas disciplinas cursadas no Programa, e sobretudo tendo se mudado da cidade de Porto Alegre para assumir vaga de trabalho noutra estado da federação, ficamos de certa forma afastados do ambiente da Universidade. De toda forma, fomos atrás de todas as bibliografias indicadas, porém, especialmente sobre a questão dos devires, dos desejos, e da biopolítica, a mera leitura e fichamento das obras dos autores não deu conta de nos elucidar intelectualmente o sentido das proposições. A leitura de Foucault e

Deleuze se mostrou de bastante difícil compreensão, o que nos demandou buscar aportes para o entendimento de ambos. Isso nos levou até o professor Luiz Fuganti<sup>66</sup>, professor independente, filósofo e “pensador nômade”, fundador da Escola Nômade de Filosofia<sup>67</sup>. Foi assistindo as suas aulas *online* que nos deparamos com a filosofia de Nietzsche, que foi quem desenvolveu as bases do modo de pensamento que embasa tanto Deleuze quanto Foucault. Além de iniciar a leitura de Nietzsche e de acompanhar diversas aulas abertas, palestras e reflexões do professor Fuganti, participamos do seu curso *online* “5 cursos intensivos”, em que o mesmo aborda, para além de Nietzsche, Bergson e Spinoza, a “Biopolítica, Governamentalidade e o cuidado de si em Foucault” e “Das linhas de ruptura do desejo e das revoluções moleculares em Deleuze e Guattari”, performando um curso que totaliza mais de cem horas-aula. Isso nos permitiu não só aprofundarmos as reflexões e nos apropriarmos de diversos conceitos desses autores, que trazemos para dentro da nossa análise, como nos levou a mergulhar na filosofia desses autores, não só como um embasamento teórico acadêmico, mas mesmo como um modo de viver, o que extrapolou a pesquisa e teve repercussão sobre a própria subjetividade do autor, que viu seu modo de pensar e se colocar ante o mundo ter uma transformação.

Retomamos também a partir desse aprofundamento as concepções de Doreen Massey, as quais nos demoveram lá no início o processo, compreendendo que essa autora é, na Geografia, uma encabeçadora dessa referida tendência filosófica, que traz a concepção de vida, transição e movimento, para dentro das análises de espaço, desenvolvendo tão bem uma série de termos e criando uma linguagem conceitual que em muito enriquece nossas possibilidades abordagem sobre o espaço. Foi a partir daí que tivemos a certeza da centralidade do conceito de espaço em nossa tese e, mais que isso, na Geografia como um todo.

Ainda, com a organização das entrevistas, em que dividimos e classificamos as falas segundo eixos temáticos, começamos a reescrever diversas das nossas asserções sobre a questão em pesquisa. Iniciamos assistindo aos vídeos das

---

<sup>66</sup> Ver mais em <https://www.luizfuganti.com/>

<sup>67</sup> Ver mais em <https://www.escolanomade.org/>

entrevistas e após fazendo uma leitura geral das transcrições, procurando aí narrativas que se repetiam, entre relatos e palavras em comum e percepções que se combinavam. Elegemos assim os temas mais caros e sensíveis aos entrevistados, na medida em que apareciam nas transcrições, organizando e dividindo por temas cada questão. A partir disso que selecionamos e destacamos as falas que mais definiram nossos rumos para citação. Somente a partir daí que começamos a compreender, de fato, o que estava em questão, alterando nossa tese principal. Inclusive, após essa análise e na medida em que nos aprofundamos nos estudos, lamentamos pela rigidez da entrevista aplicada, pois percebemos que haveria uma potencialidade maior de desenvolvimento da reflexão se tivéssemos, à época, deixado as perguntas mais em aberto e o diálogo mais livre. Porém, à época, não percebêramos tal possibilidade, o que ficará de aprendizado para uma próxima pesquisa. Percebemos que muitas vezes quisemos conduzir os entrevistados a nos responder o que queríamos saber, e deixamos de lhes permitir que trouxessem outras questões que, talvez, nos trouxessem outras percepções sobre o caso. De toda forma, a essa altura já era tarde para retomar as entrevistas, o tempo de construção da tese urgia, e os prazos, um a um, se esgotavam.

**8) Elaboração final da Tese** – enfim, relendo todo o trabalho até então escrito, suas devidas correções, os diversos fichamentos de obras e anotações diversas de aulas, orientações e reflexões solitárias, descobrimos, então, o que era de fato a Tese que estávamos elaborando. Encontramos através disso os conceitos centrais para leitura do fenômeno que nos propusemos, os quais se concentram sobre: cotidiano, biopolítica, gestão e captura dos desejos, produção social do desastre e instauração de zonas de sacrifício. Esse eixo conceitual é o que resume nosso trabalho, e passamos a escrever a Tese no sentido de estabelecer uma análise capaz de interligar todos eles numa só linha de acontecimento. Assim, procedemos na correção e reescrita dos capítulos até então elaborados, a saber, o 2 e 3, que tratam da leitura de cidade e da descrição do nosso campo de estudo. Após, escrevemos o capítulo 4, que trata dos resultados do trabalho de campo e dilui em si nossos referenciais teóricos acerca dos conceitos-chave em Geografia, apresentando aí as transcrições de diversas falas que julgamos serem essenciais às análises. Além disso, passamos a diluir pontualmente ao longo do texto escrito

diversos excertos das falas dos sujeitos entrevistados, a priori desconectados do fio da escrita, porém, ao mesmo tempo, estabelecendo um diálogo com a mesma, visando ancorar e dinamizar sua leitura.

Optamos também por essa metodologia em relação à apresentação das imagens ao longo do texto, buscando inseri-las de forma dialógica, alternadas com legendas de ordem autoral que acompanham de forma estrutural o trabalho, não meramente descritivas ou comentadas, mas sim escritas a partir de uma percepção subjetiva do autor, demonstrando seu diálogo com as mesmas a partir das ideias e sentimentos provocados quanto ao que se vê, o que busca, também, provocar o mesmo no leitor.

A partir disso, já com as ideias mais organizadas e estruturadas, retornamos ao capítulo de método, rearranjando as discussões de abordagem - uma vez que a mesma se transformou bastante ao longo do trabalho – e apresentando elementos mais elaborados para explicar a orientação de nossas análises. Ao mesmo tempo, retornamos a esse capítulo mais instrumentados, pela própria prática, em nossa defesa da composição de métodos distintos no fazer-pesquisar em Geografia, reflexão que aqui já desenvolvemos.

Após, retornamos à introdução, reescrevendo nossos objetivos, agora já aportados pelas reflexões da prática, e apresentando os temas, termos e conceitos que aqui vamos desenvolver. Assim, já reelaborados nossa pergunta e nossos objetivos, reescrevemos a introdução de forma a deixar claro desde o início para o leitor sobre o que trataremos na Tese.

Apenas após esses passos partimos à escrita do último capítulo, o capítulo 5, que reúne as análises e a crítica final, culminância de toda a pesquisa, apresentando aí um desenvolvimento teórico mais elaborado, estruturado e apoiado nos resultados e referenciais, em que teceremos o fio analítico de nossa Tese considerando todas as questões elencadas, sintetizando-as e dando um sentido mais profundo ao trabalho.

Por fim, escrevemos nossas considerações finais, à guisa de conclusão, em que colocamos nossa experiência pessoal ante o trabalho – sua última parte -, assim como o preâmbulo de apresentação do mesmo – sua primeira parte -, a fim

de guiar o leitor pela experiência, além de organizar nossos elementos pré-textuais, visando sua entrega e defesa ante à Banca de Doutorado.

## **2. Cidade do capitalismo: o espaço da biopolítica**

A cidade é um campo de forças. Por um lado, resultado orgânico da manifestação das relações sociais no espaço; por outro, resultado de relações de poder que emergem na medida própria dessas relações espacializadas, com vistas a diferentes objetivos, a diferir de acordo com o contexto histórico, social, cultural ou político em que se está inserido.

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007a, p.11).

No capitalismo monopolista a cidade aparece como *locus* da produção e da concentração, assim como meio privilegiado da circulação. Para garantir um bom ambiente à manutenção e desenvolvimento do mercado, o poder exercido pelas autoridades locais precisa estar em consonância às necessidades econômicas sem, no entanto, passar por cima do estado de direito a ponto de denunciar seu caráter antidemocrático, ou colocar em questão a credibilidade do Estado no contexto do capitalismo internacional, não denotando assim riscos à reprodução pretensamente harmônica dos mecanismos que engendra enquanto um organizador das relações sociais e supostamente representante dos desejos da população.

De toda forma, fica claro que, na cidade, o valor agregado da produção, o potencial de lucro, a dinâmica da circulação e o livre escoamento dos fluxos é preponderante sobre a vontade popular.

A disputa dos capitais por localização e pelo valor de uso complexo das cidades, a indústria imobiliária e as operações especulativas continuam muito mais determinantes na produção do espaço urbano do que qualquer participação popular nas decisões do Estado ou qualquer função social da propriedade. (KAPP, 2012, p. 466).

Porém, para que isso ocorra, é preciso haver uma composição. Ideias radicalmente contrárias precisam ser compatibilizadas a fim de manter estáveis as próprias instâncias do poder e do capital, promovendo um ambiente minimamente harmônico, sem grandes quebras ou rupturas que poderiam colocar em jogo os interesses pretensamente hegemônicos.

No Estado Democrático de Direito, em que supostamente o poder está na mão do povo e é a Lei que intermedia as relações, como pode ser possível essa compatibilização? Nisso se dá a biopolítica. A biopolítica é uma estratégia de poder que abrange a gestão da vida através de práticas governamentais que possibilitam estabelecer um controle dos corpos, dos sujeitos, das populações. O contexto biopolítico inclui ou exclui sujeitos tanto do meio social e político como até do seu próprio espaço de vida, separando-os ou alienando de sua origem/lugar. A gestação e gestão de uma cidade é uma manifestação fundamental do poder biopolítico.

A biopolítica ocupa-se de questões amplas e comuns, de repercussão global ao local, como a gestão da saúde, da higiene, da educação, da sexualidade, do risco, da loucura, e até da própria distribuição dos indivíduos nas cidades. Isso se dá através do *poder*.

Para Foucault o poder é prática; ele se exerce. Logo, ele não tem substância em si, natural ou intrínseca. Ele não é resultado da verdade ou de uma origem comum, mas de um regime de verdade que se constrói histórica e culturalmente e se enuncia como reprodução do exercício do próprio poder.

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO [org.] *in* FOUCAULT, 2002, p. XIV).

Assim, a biopolítica, para Foucault, tem a população como um *problema* político e científico, um problema relacional, inseparável dos próprios aspectos biológicos da vida humana no território. A vida é, assim, abarcada por dispositivos discursivos de governamentalidade, uma tecnologia de poder que se exerce a partir do conhecimento da própria população a qual se quer reger. Técnicas e recursos como demografia e estatística são utilizados para medir, conhecer, quantificar, estabilizar e a partir disso instalar mecanismos de controle sobre uma população, buscando assim exercer uma regularização da vida sobre seus aspectos mais aleatórios, estipulando maneiras de viver no meio.

Esse conjunto de técnicas de controle é exercido principalmente pela figura do Estado, que para Foucault é “o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas”<sup>68</sup> que age para muito além de um ordenamento jurídico ou territorial do Estado, mas sobre a vida da população. Governamentalidade, assim, é “a maneira como se conduz a conduta dos homens”<sup>69</sup>, pela qual “a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas”<sup>70</sup>.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144)

---

<sup>68</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 106;

<sup>69</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 106;

<sup>70</sup> FOUCAULT, 2002, p. 284.

Esses aparelhos de governo constituem diversas instituições aparentemente independentes e, muitas vezes, com interesses até certo ponto contraditórios. Porém, todos eles submetidos a uma mesma lógica, que é a lógica do capitalismo. A cidade do capitalismo, esse *locus* da concentração natural do capital e conseqüentemente da população - como fator atrativo dialético - será, tão logo assim, efeito de uma multiplicidade de relações que pouco ou nenhum controle se terá sobre e, isso, para a necessidade de reprodução e circulação do capital, será um efeito negativo da sua própria reprodução. Logo, é necessário o estabelecimento de um meio *controlado* – o Estado – que invista também sobre o controle dessa população, de forma a tornar o ambiente urbano propício às necessidades do capital. Quer dizer, há uma tentativa de

[...] domínio sobre a circulação, tanto no sentido de controlá-la – quando negativamente acionada – quanto de estimulá-la – especialmente no fortalecimento dos fluxos econômicos favoráveis à acumulação. Como há uma associação direta entre “meio” e população, esta – e seus fluxos – passa a ser o objeto por excelência desse controle. (HAESBAERT, 2008b, p. 157)

A biopolítica, assim, é uma forma de poder que se desenvolve como método de regulamentação dos corpos e do coletivo (característica da sociedade de controle), o que se sobrepõe ao controle meramente dos indivíduos (característico da sociedade disciplinar). Isso não significa que um tenha vindo a substituir o outro, mas, pelo contrário, eles se integram, coexistem, modificam-se de acordo com a necessidade, porém, se apoiam em diferentes instituições e táticas<sup>71</sup>.

Sendo assim,

[...] o que é importante é ver qual é agora o ponto de aplicação dessas intervenções governamentais. O governo - nem é preciso dizer, já que se está num regime liberal - não tem de intervir sobre os efeitos do mercado. Tampouco tem - e é isso que diferencia o neoliberalismo, digamos, das políticas de bem-estar\* e coisas assim, que se conheceu [dos anos 20 aos anos 60]\* -, o neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. Ele tem de intervir sobre a própria

---

<sup>71</sup> FOUCAULT, 2010, p.289.

sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores - e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. Vai se tratar portanto, não de um governo econômico, como aquele com que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade. (FOUCAULT, 2008b, p. 199)

No estabelecimento desse tipo de governo, o governo da sociedade, que tem como fim atender as leis econômicas, a categoria de espaço tem papel preponderante. Esse é considerado como um campo de verificação das estruturas de saber e de poder, duas dimensões inseparáveis na governamentalidade da vida. Logo, é necessário conhecer os desejos e aspirações das pessoas, suas formas de viver e reproduzir o cotidiano, para assim reunir elementos aplicáveis ao seu governo. Nisso emerge a noção de “população” Assim,

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Logo, para lidar com a população, que se irradia pelo espaço através da dinâmica da gênese e do crescimento das cidades, o urbanismo aparece como um método ordenador, na medida em que a população é assim organizada segundo espaços específicos, voltados a fins definidos, de acordo com a necessidade de reprodução do capitalismo, instância superior ao Estado, sob a qual o mesmo é erigido e determinado. Por isso a figura dos urbanistas é essencial nessa modalidade de governo, os quais buscam, através do estudo sobre o espaço urbano e sua dinamização, estabelecer um ambiente propício aos negócios, num regime em que as cidades aparecem como concorrentes entre si em busca de investimentos internacionais, visando se situar como ponto de encontro, produção e troca entre mercadorias, através de uma estruturação pragmática da cidade.

A estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuram refletir e modificar o espaço urbano. Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

Por esse conjunto de características afirmamos desde já que a atual cidade do capitalismo neoliberal é, essencialmente, um espaço biopolítico, governamentalizado por técnicas e táticas que visam o *controle* do espaço para um determinado fim, qual seja, sua inscrição econômica no meio mundial, através de um ordenamento e normalização do meio local, aplicando um gerenciamento da vida como um todo: “trata o cuidado da vida humana como princípio formal da política moderna, cuidando dela quando útil e a abandonando quando inútil”<sup>72</sup>. E essa noção de utilidade está fundamentalmente atrelada à questão da circulação.

Para Foucault, o problema da cidade é um problema fundamentalmente de circulação. Assim, é necessário tornar essa circulação interessante aos atores hegemônicos, ou, mais especificamente, útil ao regime de poder/saber, que serve,

---

<sup>72</sup> RITTER, 2014, p. 127;

no capitalismo, ao poder econômico: “trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos”<sup>73</sup>. Nesse sentido,

[...] a biopolítica procura gerenciar a liberdade dos espaços, na medida em que objetiva que as pessoas possam atingir maior eficiência, uma vez que este instituto, ao ter a vida como objeto, não se preocupa somente em destruir a vida inútil, mas, como já exposto, tornar produtiva a vida útil. Assim, considerando que o sistema de gestão biopolítico objetiva planejar o uso comum dos espaços urbanos com o intuito de consolidar os propósitos destinados a este planejamento estrutural, verifica-se que os mecanismos desta gestão implicam em filtrar os corpos circuláveis em determinados ambientes. Logo, é possível compreender, também, de acordo com Foucault, que determinados sujeitos não são necessariamente reconhecíveis como indivíduos que “merecem” a vida e a salvaguarda de direitos e garantias de maneira igualitária a todos aqueles que convivem em uma mesma sociedade. (SANTOS E PINTO, 2020, p. 70)

Para garantir o bom andamento da questão, interessadamente aos agentes do capital, que estipulam o sentido utilitário do espaço urbano em função dos fluxos e da demanda do mercado e operam via gestão da tecitura e da circulação urbana, é necessário:

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. (FOUCAULT, 2008a, p. 85)

Assim, “a cidade, em toda sua densidade e heterogeneidade, passa a ser o lócus por excelência do exercício do poder”<sup>74</sup> e o objetivo central da abertura e duplicação da Av. Cruzeiro do Sul – fato disparador do problema aqui analisado – é justamente a questão da circulação. No entanto, para que isso se faça possível num meio dito democrático, é necessário trabalhar com as instâncias da sociedade

---

<sup>73</sup> FOUCAULT, 2002, p. 211.

<sup>74</sup> HAESBAERT, 2008b, p. 158.

a fim de cooptar a população em torno de um projeto. Para isso, é necessário analisar a questão do *desejo*, potência imanente que, cooptada pelo regime de verdades, acaba tendo um direcionamento enviesado pelo *poder*, que cria valores a partir das ações institucionais e da normalização social, para além da normatização. Assim, existem valores, significados e significantes, que, investidos pelo poder estatal e a máquina capitalista, fazendo-se valer das instituições de controle, passam a denotar sentido, fazendo valer os interesses que lhe competem.

A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo que a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, construir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais. (SPOSITO, 2013, p.67)

É nessa dinâmica que o exercício do poder investe e dá sentido. Assim, em vez de determinar o que se *deve* (como regime disciplinar), a biopolítica determina, através da normalização, o que é de *interesse* que aconteça. E para isso é necessário haver uma composição de forças, para que o projeto do poder estatal em simbiose com o mercado possa se fazer valer, utilizando-se da população como aliada no processo. Para isso se faz preciso canalizar o desejo. Não há produção social que não seja antes uma produção desejan<sup>75</sup>, e para se apropriar disso a máquina capitalista precisa “codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado”<sup>76</sup>. Assim, ocorre uma “gestão da população a partir da naturalidade do desejo e da produção espontânea do interesse coletivo pelo desejo”<sup>77</sup>, o que iremos demonstrar mais detalhadamente em nossa análise.

“Bom isso já vem desde o tempo do... o Brasil né... A gente tá no Brasil, não podemos tapar o Sol com a peneira, vem desde o tempo dos índios, os portugueses vieram aqui e levaram a terra

<sup>75</sup> DELEUZE E GUATTARI, 2010, p.45;

<sup>76</sup> DELEUZE E GUATTARI, 2010, p. 51;

<sup>77</sup> FOUCAULT, 2008a, p. 95-96.

dos índios em troca de espelho e algumas coisinhas mais, é... só passou os anos, na verdade continua sendo a mesma coisa né, eles enganam o povo, o povo que tá aqui na verdade não tem segurança de nada, né, na verdade somos... continuamos sendo os índios, porque a qualquer momento pode vir os portugueses aqui e tomar conta da nossa terra, e a gente fica de mãos abanando.” (BJ)

Ficará claro, ao longo dessa tese, como a aplicação técnica e tática desses mecanismos que visam a gestão da vida através do exercício do poder de segurança, via estabelecimento de regimes de verdade, e especialmente se apropriando sobre a questão do desejo, tem se aplicado sobre o campo aqui estudado. Esses mecanismos trabalham no sentido de instituir como se darão as formas de vida da população no espaço, segundo seus próprios interesses inicialmente difusos, porém, registráveis, contabilizáveis e projetáveis, interesses esses que serão objeto de um agenciamento, sendo capturados em nome de um projeto de reprodução do poder, através da fabricação de uma harmonia plástica, de repercussão local-global, visando ao atendimento dos objetivos da máquina capitalista e do poder estatal.

### **2.1. A questão do Espaço: entre o sistema de ações e objetos e a esfera da multiplicidade**

O espaço é não só anterior aos demais conceitos geográficos como é a matriz de toda a vida social. Ele é o substrato sobre o qual se desenvolvem todos os acontecimentos, abstratos ou concretos, em sua intersubjetividade relacional. Conforme Santos,

[...] o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade. (SANTOS, 1997, p.26)

No caso aqui em questão, isso pressupõe a relação entre a sociedade - especificamente, a população, representada pelos moradores da periferia/Vila Cruzeiro, por um lado, conjugadas à figura do Estado e dos agentes capitalistas,

pelo outro - e o substrato material que lhes assenta. As relações entre ambos se dão na matriz física da sociedade, onde de fato se desenrolam os acontecimentos; ou seja, no próprio espaço. Esses acontecimentos, porém, são uma expressão do próprio espaço: eles o coconstituem, sendo, ao um só tempo, causa e efeito da sua conformação. Logo, ainda que material, o espaço carrega em si o conteúdo de tudo que nele ocorre, pois as pessoas, as trajetórias de vida, as ações e os objetos apenas existem em função do mesmo, assim como ele apenas pode ser concebido, percebido ou analisado, na medida em que a própria existência é passível de existir e acontecer, dando ensejo ao pensamento, aos sentimentos e a tudo que coexiste com e no espaço.

Assim, o espaço, por mais que seja físico, no sentido da concretude da sua existência, e também relacional, não é uma realidade dada. Não é um ser-em-si. Ele não é fechado, pronto, mas sim aberto: tanto à historicidade, como nos mostra Santos (1997), como também ao próprio cotidiano, ou ao próprio usufruto do mesmo por parte dos sujeitos que lhe compõem em seu dia a dia, os quais, em suas ações cotidianas, o modificam, dinamizando-o através da própria vida vivida. Dessa forma, para melhor compreender a questão da cidade e do espaço, consideraremos também a dimensão do cotidiano como uma dimensão do tempo; uma dimensão espaço-temporal, mais próxima ao sujeito vivente do que o chamado sistema de ações e objetos, ou mesmo a história social. Consideramos assim a ação do sujeito oculto - ou ocultado – da história em sua vivência, em seus caminhos e atividades, enquanto fator de composição do espaço, seja ele enquanto categoria de análise, seja enquanto conceito em Geografia.

Quer dizer, para além de ser um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”<sup>78</sup>, o espaço é, também, “a esfera da possibilidade da multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz”<sup>79</sup>. Além disso, consideramos que o espaço é, sim, histórico ou historicizante, porém, a

---

<sup>78</sup> SANTOS, 2004, p.63;

<sup>79</sup> MASSEY, 2004, p.8.

escala de tempo da História nos parece ampla demais quando queremos elencar essa multiplicidade de fatores imbricados no espaço, que compõem a sua existência humana, qual seja, a dos sujeitos, as pessoas, as suas atividades, no tempo-espaço da sua vida, na escala do seu cotidiano vivido. Ou seja, entre esses sistemas de objetos e ações existe o sujeito, que não é só social, como um grande corpo desprovido de subjetividade, mas é, sim, o sujeito da escala do próprio corpo, da vivência de cada indivíduo que compõe, por si só, a sua própria realidade cotidiana, embora sempre relacional, e sempre inscrita numa escala mais ampla.

Ora, no nosso problema em questão, o espaço da Vila Cruzeiro foi radicalmente alterado por uma ação unilateral do Governo, que determinou a retirada violenta de milhares de pessoas de suas residências e de seu entorno e a implantação de uma mudança radical na conformação do espaço, mudança essa que, até hoje, não atingiu seu fim inicial. Isso foi uma ação, objetiva, social, técnica, que agiu sobre determinados objetos, quais sejam, as moradias, os comércios, igrejas, centros de lazer, serviços, e etc., que se concentravam naquele espaço e, conseqüentemente, sobre a vida das pessoas que ali vivem. Não obstante, anteriormente a isso, a própria comunidade foi formada, historicamente, também por uma ação objetiva, social, técnica, empreendida sim por sujeitos, porém, por sujeitos, novamente, ocultos da história oficial, pois a formação da ocupação inicial na área se deu de forma espontânea, popular, orgânica, empreendida por pessoas que, em sua pequena ação no cotidiano, durante décadas, construíram, senão tudo que ali existe – ou existiu – os núcleos iniciais daquilo, o que propiciou que todo o resto existisse. Nesse sentido,

Se entendermos o espaço conforme Santos (1998), isto é, como sistemas de objetos e sistemas de ações, poderemos supor a modernização brasileira como a integração desses sistemas por uma racionalidade instrumental que, a cada passo adiante, sofisticava os processos desumanizantes. Tratar-se-ia, pois, de um paradoxo no qual a multiplicidade, a simultaneidade e a interpenetração das interações do real e do virtual, do aqui e do acolá, da acumulação e complexidade do conhecimento científico e das técnicas, enfim, da gama da experiência social, não estariam a serviço do atendimento da plenitude dos direitos da pessoa humana, mas de sua redução, nos estratos sociais inferiores. O ajuste do território ao interesse mercantil relegaria amplos contingentes a uma sobrevivência

brutalizada nos meandros esquecidos do território, ao relento da lei, expostos aos caprichos da natureza numa espacialização contingente e assaz fraturada (VALENCIO, 2010, p. 34)

Queremos dizer que mesmo sobre um espaço circunscrito, independente, de certa forma *fora* do sistema de ações e objetos, a partir do momento em que é ocupado popularmente – ensejando um corpo social pré-existente em relação à sua sistematização/institucionalização, espontâneo, desprovido de organização oficial (ou oficializada) ou de subjetividades definidas (ou subjetivadas), um corpo sem órgãos<sup>80</sup>, enfim, não organizado, mas orgânico - uma força, qual seja, a força da organização e da subjetivação, dada via institucionalização e enquadramento, especialmente via estatal, se aplica. Assim o que dizemos aqui é que entre essas duas esferas da concepção (ou da ocupação e uso) do espaço, há um hiato, um vazio, e é a partir desse vazio que irá se exercer o poder, tanto o disciplinar, que determina o que deve ser, como o biopolítico, que extrai da organicidade os sentidos do desejo e dos fluxos e a partir daí conforma o espaço e os próprios sujeitos segundo táticas próprias de subjetivação e organização, via mecanismos institucionais.

Originalmente, foi a partir da ação dos sujeitos ocultos/ocultados que se construiu o espaço da vila Cruzeiro, mas foi pela ação de um sujeito público e objetivo, qual seja, o Poder Público da Prefeitura, que o mesmo foi, inicialmente, qualificado, recebendo uma certa institucionalização através de serviços diversos, e segundo, profundamente alterado – para não dizer destruído (ainda que temporariamente e não se saiba até quando) pela precarização generalizada lá ocorrente. Assim, o sistema de ações e objetos, que é o espaço, contém, por entre essa ações e objetos que estão claros, outros, menores, escondidos, não

---

<sup>80</sup> “Um corpo sem órgãos não é um corpo vazio e desprovido de órgãos, mas um corpo sobre o qual o que serve de órgãos (lobos, olhos de lobos, mandíbulas de lobos?) se distribui segundo movimentos de multidões, segundo movimentos brownóides, sob forma de multiplicidades moleculares. O deserto é povoado. Ele se opõe menos aos órgãos do que a uma organização que compõe um organismo com eles. O corpo sem órgãos não é um corpo morto, mas um corpo vivo, e tão vivo e tão fervilhante que ele expulsou o organismo e sua organização. Piolhos saltam na praia do mar. As colônias da pele. O corpo pleno sem órgãos é um corpo povoado de multiplicidades.” (DELEUZE E GUATTARI, 2000, p. 41-42)

considerados enquanto agentes, uma vez que seu poder de impacto é muito menor em termos espaciais. Ainda assim, estão inscritos no espaço, e na escala do indivíduo aquilo é, à primeira vista, tudo o que se tem, pois é a própria vida se desenrolando, dia pós dia.

Embora pela dialética estruturalista se compreenda que o espaço é resultado da história, e vice-versa, essa compreensão, ao diferenciar ambos, unindo-os em produtos conflitantes e determinantes entre si, deixa de compreender o espaço como a própria matriz do tempo – para além da história – de uma forma mais ampla, chegando até o nível da vida de cada um. Nesse âmbito existe uma multiplicidade de condições, uma constante interatividade de sujeitos e uma própria subjetividade subalternizada pelos atores hegemônicos, que não as levam em consideração na hora de, por exemplo, impor obras de reestruturação de forma pouco ou nada participativa aos cidadãos. Embora, ainda aí, haja uma razão de composição ante sua multiplicidade, que é o que garante que o projeto se aplicará.

Para Massey,

[...] sem espaço não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então, isto deve implicar na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são coconstitutivos. (MASSEY, 2004, p.8).

A concepção de multiplicidade transcende a dualidade estrita do sistema de objetos e ações, que é sempre social e relacional, mas que considera a sociedade fruto de uma dualidade fundante, que é a da abordagem acerca do sistema capitalista em sua eterna contradição, o que produz como efeito a espiral da história (síntese, tese, antítese). Porém, essa espiral é proeminentemente temporal. Ela não alcança satisfatoriamente a condição imperativa do espaço sobre a realidade. Ao não se considerar a esfera da multiplicidade - aceitando que o espaço é composto por diferentes vozes, simultâneas, diversas, complexas, as quais adquirem e perfazem um caráter rizomático, em aberto, em devir, o qual é construído na medida da própria multiplicidade de subjetividades em suas histórias-até-aqui, e por onde os infinitos caminhos escapam à condição meramente dialética e espiral, produtiva-reprodutiva - se oblitera a própria possibilidade da política, a

qual se dá como resultado da contração da multiplicidade na geração de diferentes possibilidades.

Santos afirma que há necessidade de “empiricizar o tempo e periodizar o espaço” (1997, p.30-34) para que possam se tornar recursos analíticos, não negando a sua contração, mas determinando a sua separação para análise e tendo um como em função do outro, e assim estabelece uma certa fixidez na concepção do espaço enquanto período, mesmo que admita a existência de “escalas menores”, porém, ainda assim, sempre periodizadas em busca de uma “totalidade” que dê origem ao tempo e seja por ele originada, dialeticamente. Massey critica essa ideia, considerando-a uma concepção do espaço como “esfera da fixidez” e afirma que, “pensado desta maneira, “espaço” realmente seria domínio do fechamento, e esse, por sua vez o transformaria no domínio da impossibilidade do novo e, portanto, do político (2008, p.66). Por isso é somente considerando as vozes dos sujeitos imbricados no espaço, em seu dia a dia, através das suas memórias e da própria percepção sobre seu cotidiano, que se poderá a chegar a uma compreensão mais profunda e qualificada sobre o fenômeno do espaço, compreendendo sua real dinâmica, que está sempre em movimento.

A discordância entre ambas as abordagens do espaço parece num primeiro momento insuperável. Porém, na medida em que percebemos que a concepção, típica da abordagem estruturalista, ante à materialidade das relações sociais, pode ser estendida à esfera das microrrelações, para além das forças produtivas, passamos a compreender a própria esfera da multiplicidade e da pluralidade como uma expressão, em menor escala, também dessas relações, as quais produzem real na medida em que se desenrolam, e esse real tem, também, implicação espacial. Carlos nos diz que

A compreensão da cidade pensada na perspectiva da Geografia coloca-nos diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material; esta, por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. (CARLOS, 2004, p.13)

Assim, a cidade é o resultado das relações sociais que a constroem. Mas que relações sociais são essas? O que as move? Quem são os sujeitos das

relações? Sob quais parâmetros ela se dá? As primeiras e mais óbvias respostas são suscitadas pela estruturação típica do capitalismo, que é o modo de produção hegemônico no mundo ocidental. Assim, essas relações se dão sempre submetidas a uma determinada ideologia, mais ou menos atuante e mais ou menos consciente de sua atuação. Logo o espaço urbano carrega sempre uma ideia, que é o que lhe dá vida para além do mero substrato material que é. Segundo Soja, o espaço é tido “como produto material, com a relação entre as estruturas sociais e espaciais do urbanismo e com o conteúdo ideológico do espaço socialmente criado” (1993, p. 97). O Estado busca manejar esse espaço segundo a ideologia que lhe é imperativa, que é, historicamente, desde a Modernidade, a ideologia do capital, a qual hoje, em sua aplicação, é chamada neoliberalismo. O neoliberalismo nada mais é, porém, que a vitória do capitalismo instrumentalizada, investida nas instituições e produzida enquanto *modus* de vida, que se difunde por entre o corpo social enquanto um acoplamento, no sentido de tensionar uma naturalização ou mesmo divinização: o *socius* capitalista<sup>81</sup>, que apenas se dá a partir do monopólio do poder pelo Estado, contraditoriamente ao próprio pensamento liberal que, dele, idealmente prescinde, embora na prática lhe seja visceralmente dependente.

É justamente o exercício e a busca pelo monopólio desse poder que permite ao Estado empreender o processo de duplicação de uma avenida forçando a remoção de centenas de famílias de seus locais de moradia. Se cidade como produto procura não levar em conta o caráter humano da ocupação urbana, pois, para o capital, o espaço é um simples meio a sua reprodução, e não um espaço de vivência que abarca as relações sociais, logo o Estado age na produção do espaço urbano de forma a mesma

[...] ser reduzida a uma “produção capitalista da cidade”, enfatizando-se a produção de disparidades sócio-espaciais à luz da espacialização da produção e da reprodução capitalista e do papel do Estado como planejador e provedor de infra-estrutura em detrimento da construção (inter)subjéctiva do espaço urbano e das micropolíticas e microestratégias infrapolíticas” ou “não-políticas” de resistência; em detrimento das identidades, da cultura e da “bairrofilia”. (SOUZA, 2000, p.45)

---

<sup>81</sup> Ver discussão em DELEUZE E GUATTARI, 2010, p. 22.

Ainda assim, existe (ou resiste) sempre uma certa autonomia dos grupos humanos em gerenciar seu próprio espaço de vida, e isso se dá especialmente em processos de ocupação popular. Essas se inserem justamente nas “extremidades inacabadas” pelas quais “o espaço sempre contém, também, um elemento de “caos” (do ainda não prescrito pelo sistema)”<sup>82</sup>. Aí entra novamente a esfera da multiplicidade, que ocorre à margem dos processos hegemônicos, e muitas vezes como contraposição a eles, de forma diversa. Parece ser exatamente esse o processo que vemos acontecer na Grande Cruzeiro, onde as relações intersubjetivas, micropolíticas e a chamada “bairrofilia”, que por um lado são dilaceradas não só pelo processo de remoção, mas pela degradação espacial deflagrada através da extensão das obras por anos e a ausência de investimento em equipamentos públicos - que tornam o espaço algo sem quaisquer atrativos, mal cuidado, sujo e jogado aos entulhos - e por outro, a resistência das famílias em permanecer no lugar, em reproduzir suas vidas e ressignificar seu cotidiano, na medida em que traçam estratégias à sobrevivência e à vivência no espaço precarizado. Nisso que se instala “a contradição entre as estratégias do Estado (visando à reprodução do capital e à produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida)”<sup>83</sup>. É nessa relação, entre um e outro, que o sistema de objetos e ações e a esfera da multiplicidade se encontram, e de onde é possível encontrar uma coconstituição entre os diferentes conceitos e abordagens.

Se o espaço é “historicamente construído, fato e fator social”<sup>84</sup>, e assim sendo é um produto social que condiciona a produção social, numa relação dialética, e ao mesmo tempo ele é um espaço “aberto, não finalizado, sempre em devir”<sup>85</sup>, o qual é construído na medida da própria multiplicidade de subjetividades em suas histórias-até-aqui, esse espaço, de encontro de trajetórias e

---

<sup>82</sup> MASSEY, 2004, p. 17;

<sup>83</sup> CARLOS, 2001, p. 17;

<sup>84</sup> SANTOS, 2002, p. 127/128;

<sup>85</sup> MASSEY, 2004, p 11.

subjetividades, e a sua histórica construção social, política e econômica objetiva, são por si só esferas ou dimensões coconstitutivas do espaço, ocorrendo enquanto mutualidade não necessariamente conflitiva, mas em constante tensionamentos, agenciamentos, investimentos e enquadramentos.

O conjunto de objetos e de ações é substrato do encontro das trajetórias e subjetividades, as quais, por sua vez, o conformam segundo o tempo-espaço da vida cotidiana, construindo a sua própria história subjetiva-objetiva. Ambos são um só, embora múltiplos, e as conformidades entre ambos se dão na medida em que a multiplicidade dá ensejo à configuração de sistemas, e os sistemas engendram sobre a multiplicidade seus intermédios, via mecanismos de controle, que encontram a todo momento novas formações, que precisarão contar com novas composições, num processo que não é cíclico, mas que joga com as tendências, com os fluxos e com os desejos, na medida própria em que a realidade se cria. Esses, por sua vez, representam os pontos distintos aos quais a linha contínua – ainda que em forma espiral - tenta abarcar, extraindo estratégias dos próprios pontos, pela forma que se expressam e se comportam no platô em que coexistem.

Para isso é necessário o conhecimento dos mesmos, via dispositivos institucionais, através da contabilização, da estatística, do esquadramento do objeto que se pretende controlar, no nosso caso, o próprio espaço, a fim de se produzirem “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o “dito e o não dito” que “são os elementos [ou escalas] do dispositivo”<sup>86</sup>, o qual opera via uma série de instituições, produzindo um determinado regime de verdade, e isso se efetua, também, via pesquisas acadêmicas. Isso evidencia o poder ao qual acaba por servir a Geografia puramente quantitativa, que sofre críticas justamente por se colocar a serviço do sistema hegemônico. Isso porque o conhecimento acerca do corpo social e a busca pelas suas tendências se faz necessário justamente para a estipulação de políticas que possam fazer frente aos dissensos, se apropriando do próprio desejo de uma massa, de uma população, a qual é enquadrada pelo sistema de valores

---

<sup>86</sup> FOUCAULT, 2010, p.244.

transgeracionalmente desde sua disciplinarização via institucionalidades diversas. No caso, começando pela escola e seguindo por toda a vida do cidadão, que ao longo dela se depara frente a diferentes instituições, todas elas obedecendo, reproduzindo e irradiando regras e determinações historicamente construídas, procedentes de um regime de verdade produzido, que investe, ideologicamente, de forma cínica, numa aparência de naturalidade.

O tensionamento entre a esfera da multiplicidade e o sistema de ações, que conformam dimensões distintas da espacialidade, se dá na medida em que um e outro diferem em termos de objetivos, de crenças e de valores. Enquanto o sistema de ações e objetos estará sempre a serviço do dominante – pois senão não teria força para se impor - ao mesmo tempo ele encontrará pontos fora das suas linhas de subjetivação, os quais representarão linhas de fuga à normatização normalizadora do espaço e das relações sociais. Não conseguindo enquadrar esse ou aquele ponto difuso, essa ou aquela linha de fuga, os sistemas de objetos e de ações, via controle dos próprios objetos e ações a partir das instituições, irão investir no que está instituído enquanto norma, reforçando as estruturas existentes e empoderando aqueles que condizem com aquilo que se quer normalizar. Há um agenciamento das subjetividades, de forma a “ir procurar, capturar, parasitar as sínteses passivas ali onde elas se encontram”<sup>87</sup>, ou seja, trazer para a grande massa, ou população, enquanto ponto de força, todas as expressões da multiplicidade que sejam passíveis de reproduzir a norma, por onde “somos investidos por seus efeitos de poder, que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens”<sup>88</sup>. E nisso há um empoderamento recíproco: enquanto o sistema de ações se irradia e difunde, a esfera da multiplicidade é cooptada por algo que extrai e alimenta os seus desejos de inclusão, de representatividade, de fazer parte, de ser ouvida, ou de ter direitos, ainda que esses direitos pressuponham a destruição daquilo que não se adéqua à norma.

---

<sup>87</sup> DELEUZE E GUATARI, 2010, p. 44;

<sup>88</sup> FOUCAULT, 2009a, p. 205.

Essa é a máquina social, e

A presença da história em toda máquina social aparece claramente nas discordâncias [...] É verdade que há várias maneiras de interpretar tais discordâncias: idealmente, pelo desvio entre a instituição real e o seu modelo supostamente ideal; moralmente, invocando um laço estrutural da lei e da transgressão; fisicamente, como se se tratasse de um fenômeno de usura que faz com que a máquina social já não esteja apta a tratar seus materiais. Mas, ainda neste caso, parece que a interpretação correta deva ser, antes de tudo, atual e funcional: é para funcionar que uma máquina social deve não funcionar bem. (DELEUZE E GUATARI, 2010, p. 201)

Sistema de ações e objetos e esfera da multiplicidade buscam recursos um no outro, numa recursividade infinita, onde causas e consequências se mesclam e confundem, nunca chegando a uma síntese e nunca produzindo resultados de fato satisfatórios, e assim nunca se tornando perene. Enquanto instâncias inalienáveis de um mesmo corpo, baseados na falta, na negação, na reação, ou mais refinadamente na cooptação e anulação recíproca, o resultado do jogo das determinações e dos conflitos é sempre algo incompleto, defeituoso, mutilado, aleijado, truncado, falho. E a partir disso, discursos dissonantes, para além da dialética das determinações engendráveis, são rechaçados e desacreditados: enquanto jogam as culpas uns nos outros, tudo aquilo que foge às linhas de captura é alienado, e não consegue formar corpo social que tenha força para pautar a realidade coletiva. Nisso se dá a tragédia do capitalismo, que forja em si próprio as ferramentas da sua respectiva destruição, porém, contraditoriamente, não de forma a se destruir de fato, mas constantemente redefinindo-se, como o motor de si próprio – a máquina de máquina<sup>89</sup> - de forma a se conservar e reproduzir eternamente, uma vez que assentado, imiscuído, envolto e implicado sobre a multiplicidade de subjetividades que constituem o corpo social desde a realidade vivida.

É na relação entre o sistema de objetos e o sistema de ações e a esfera da multiplicidade e da pluralidade que se aplica a governamentalidade, uma tática que visa adequar formas e interesses na expectativa de propiciar um meio adequado à reprodução do próprio exercício do poder estatal de forma a atender aos desígnios

---

<sup>89</sup> Ver mais em DELEUZE GUATTARI, 2010, p. 295 a 318.

do mercado, o qual, na atual fase do capitalismo, se coloca como balizador da experiência social não só no âmbito estrutural, mas da própria vida da população em sua multiplicidade de experiências.

O espaço, por fim, é matriz das relações, âmbito excelente da vida e por onde se aplica a biopolítica pela qual se efetua o poder estatal de controle espacial/territorial e ordenamento, especialmente nas cidades, e o seu estudo é essencial para se compreender a realidade dos fenômenos. O espaço é um “problema sociopolítico” e a “fixação espacial é uma forma que deve ser detalhadamente estudada”<sup>90</sup>, pois é pelo espaço que se dá a verificação dos dispositivos de poder/saber, e para privilegiar esse estudo, tomaremos a cidade de Porto Alegre como exemplo.

## **2.2. Porto Alegre, Brasil, século XXI**

A cidade de Porto Alegre teve um crescimento e diversificação das atividades econômicas de grande porte nos primeiros anos do século XXI, o que acompanhou a própria ascensão econômica do Brasil no cenário global. À esteira desse crescimento vieram ações, colocadas em prática pelo Poder Público, que muitas vezes causaram um certo conflito de interesses dentro da sociedade. Se, por um lado, relativamente o Brasil cresce, e que apesar da crise atual<sup>91</sup> nossa economia tem tido um incremento de receita na escala temporal das últimas 5 décadas, e que isso possibilitou que houvesse um grande incremento também na renda dos brasileiros, distribuindo a riqueza de nossa produção, por outro lado, ainda existem milhões de cidadãos – se é que assim podem ser chamados<sup>92</sup> – que contam com uma renda muito aquém das necessidades minimamente dignas de

---

<sup>90</sup> FOUCAULT, 2002, p. 212;

<sup>91</sup> Não nos alongaremos sobre a questão, resumindo a leitura do termo a partir da conjugação esdrúxula entre crise econômica mundial desde 2008 + crise de representatividade + golpe de 2016 + expansão fascista + pandemia de 2020;

<sup>92</sup> Ver essa discussão em SANTOS (2011).

existência, e ante a isso, recebem irrisória assistência por parte do Estado, seja ele no âmbito que for.

Essa desassistência e abandono do cidadão por parte do Poder Público se faz sentir mais fortemente quando falamos no âmbito municipal de governo, pois é a instância que está mais próxima dos cidadãos. Ao mesmo tempo, é nas grandes cidades que se concentram os problemas causados pelo nosso modelo de desenvolvimento e onde se expressam mais claramente as contradições entre os discursos oficiais e a realidade prática na sociedade. O modelo brasileiro de planejamento urbano se mostra “incapaz de lidar com a cidade real, concreta e que enseja a ambiguidade da ordem jurídico-urbanística diante do aprofundamento das distâncias entre formalidade e informalidade, legalidade e ilegalidade”<sup>93</sup>. Por isso, é também na cidade que se concentram os conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais – essencialmente urbanos – e, em última instância, onde se concentra a dicotomia entre o “interesse público”, termo utilizado pelos governos nas suas ações, e o interesse público que de fato representa os anseios da população, que é múltipla e diversa.

Na cidade de Porto Alegre não poderia ser diferente e, nela, especialmente nos últimos anos, têm-se evidenciado conflitos que representam um pouco do que é o momento atual em que vive nosso país: a crise de um modelo de desenvolvimento que tem provado ser incapaz de suprir os anseios e necessidades da maioria da população, e o surgimento de demandas e exigências sociais novas, diversificadas e ainda incipientes, acompanhando e dando rumo a essa nova era brasileira.

O Brasil possui uma das legislações contemporâneas mais avançadas em termos de direito à cidade, especialmente tendo em referência o Estatuto da Cidade. Entretanto, nem instrumentos democráticos são capazes de deter a imposição dos interesses capitalistas. O direito ainda não apresentou soluções alternativas às resoluções dos conflitos que se apresentam na esfera da disputa urbana, fato que se torna mais lamentável em se tratando de Porto Alegre, cidade que protagonizou práticas notadamente descoloniais e insurgentes à hegemonia do capital,

---

<sup>93</sup> FERNANDES, 2020, p.29.

Os conflitos de ordem urbana, na medida em que ascendem as demandas, em que se complexificam as necessidades e se radicalizam os interesses, tendem a se aprofundar, e parece que a organização social brasileira até então, embora a abundância de instrumentos ditos democráticos, não tem dado conta de solver.

Um fato que é causa e também consequência do desenvolvimento do Brasil nas últimas décadas e o consequente aumento das demandas sociais e políticas é a “ascensão da classe C”<sup>94</sup>, promovida pelos governos populares de 2003 a 2016, com suas políticas sociais. Na medida em que essa parcela da população ascendeu social e economicamente, atrelado a esse processo veio sua ascensão no cenário político do país, sendo considerada fator de destaque na disputa entre as forças políticas. Embora, principalmente na periferia, ainda que com a melhoria de renda desde o início do século, não tenhamos visto nos últimos anos um aumento significativo da integração e organização política desde baixo, no sentido de reivindicar direitos, atenção e respeito por parte do Poder Público, ainda assim foi possível observar uma diversificação das demandas e das formas de organização social. Se por um lado associações de bairro e sindicatos não apresentam a mesma força de outrora, pequenos coletivos culturais, identitárias e eminentemente urbanos têm tido destaque, participado da política através de ocupações, atos isolados e desenvolvimento de projetos sociais de assistência, formação e cidadania. O simples desenvolvimento desses grupos já chama a atenção dos grupos políticos estabelecidos e assentados no poder estatal, que não demoram a trabalhar pelo desmantelamento dessas organizações, seja via repressão, seja via cooptação de líderes, visando a manutenção do seu poder. Além disso, através das promessas, mexe-se com o desejo da população, que vê nos líderes – carismáticos e populares – esperança de melhora de vida. Assim, uma desmobilização é empreendida, jogando com os interesses, a fim de permitir que certos movimentos sejam feitos no jogo do poder, jogo esse que se dá sobre o território. Esse é um

---

<sup>94</sup> Ver discussão sobre o termo em: SCALON e SALATA, 2012; POCHMANN, 2012.

processo que vem ocorrendo em nosso campo de estudo, como veremos no desenvolvimento do trabalho.

“Pacote de mobilidade... que mobilidade se a gente não pode nem se mover? Eles não dão chance da comunidade em se mobilizar, quando a comunidade pensa em se mobilizar ou tenta agir ou tenta se manifestar ou falar, são os primeiros a ser oprimidos pelos próprios agentes do governo né, a gente fica refém infelizmente, ficamos reféns da situação, e nas mão desse pessoal aí.” (BJ)

Apesar dos avanços do Brasil no cenário global do capitalismo emergente, ainda abundam no país pessoas excluídas econômica e socialmente, o que denota que esse suposto crescimento não foi acompanhado por um impacto estrutural significativo. Especialmente com a crise econômica mundial desencadeada a partir de 2008, com sua culminância, no Brasil, no golpe de 2016, mesmo pessoas que experimentaram ligeiro incremento em suas rendas e direitos têm experimentado novamente a exclusão e a miséria, perpetrada por sucessivos ataques à democracia e ao estado de bem estar social no país, através de grupos políticos dispostos a retirar as conquistas recentemente alcançadas pelos mais pobres no Brasil. O próprio grupo social outrora enaltecido pelas políticas de inclusão social - a saber, essa classe média/baixa variante, que sobe ao C ou desce ao D/E à mercê das circunstâncias - vem experimentando uma queda em sua renda, empregabilidade e direitos sociais, voltando ao lugar em que amargara pela maior parte da história de nossa República. De toda forma, apesar do atual declínio socioeconômico, a consciência e expressividade política das populações pobres representam um legado, apreendido e desenvolvido nos últimos anos, de participação nos rumos políticos do país.

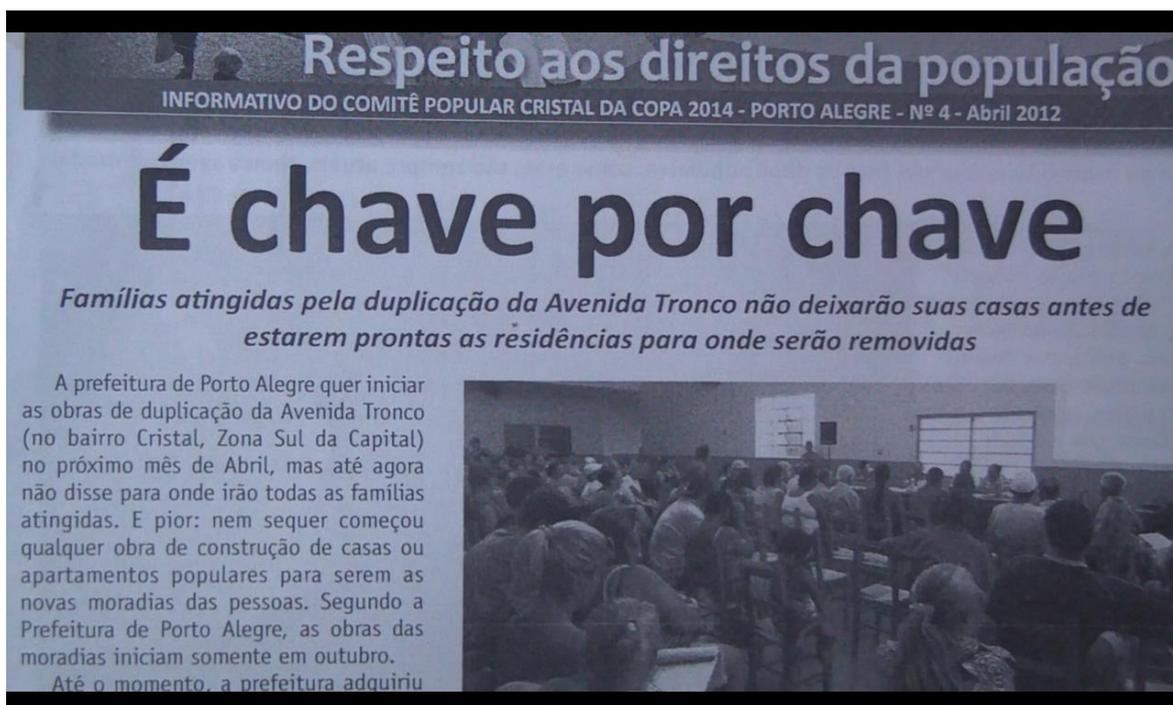
Em Porto Alegre, um processo que trouxe às ruas cidadãos em protesto por direitos foram as jornadas de junho de 2013<sup>95</sup>. Inclusive, como estratégia de descentralização e dinamização dos atos, a própria organização dos mesmos

---

<sup>95</sup> Jornadas de Junho foram uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de 500 cidades do Brasil no ano de 2013 que iniciaram por uma reivindicação de caráter eminentemente urbano, sobre transporte público e direito à cidade, e com o avançar do movimento tomou pautas diversas, em questionamento à violência policial, às verbas gastas para a Copa do Mundo, à precariedade dos serviços públicos e à mídia tradicional.

buscou levar para as periferias sua execução, trazendo as camadas mais pobres para dentro de um processo político que começou eminentemente na classe média e se disseminou entre as comunidades populares ascendentes, advindas da periferia. À época, um protesto com mais de 3 mil pessoas<sup>96</sup> percorreu a Avenida Cruzeiro do Sul, via principal<sup>97</sup> da grande Vila Cruzeiro. Entre outros, dentre a infinidade de pautas que veio a se desenvolver na medida em que o movimento crescia, a principal reivindicação do ato foi a não remoção das famílias ameaçadas pelas até então chamadas obras da Copa do Mundo de 2014 e a pauta “chave por chave”, que exigia a retirada das pessoas apenas quando tivessem a chave da nova moradia. “NÃO VAI TER COPA”, era o principal grito de ordem.

Figura 2 - *É chave por chave*



Fonte: Informativo comitê popular da Copa, acervo do autor.

<sup>96</sup> Segundo organizadores.

<sup>97</sup> Mapa à página 113 – caracterização do campo de estudo.

Apesar disso, houve a Copa. A Seleção Brasileira perdeu, os turistas foram embora, e o principal “legado” que a mesma deixou foi o processo de reestruturação urbana sem precedentes na história das metrópoles no país, com grande geração de capital para os grandes conglomerados econômicos e, principalmente, às empreiteiras e construtoras – as quais, diga-se de passagem, somente mais tarde se desvelaram envolvidas profundamente em corrupção junto a agentes públicos, na medida em que a crise política no país avançou e os esquemas de corrupção junto ao Poder Público vieram à tona, embora isso fosse denunciado desde o início pelos grupos organizados que questionavam a vinda da Copa do Mundo para o Brasil.

As camadas e organizações populares foram ignoradas quando se tratou de determinar os rumos das políticas públicas urbanas para atender os anseios dos organizadores da Copa, e praticamente atropeladas pelo Poder Público em seus projetos megalomaníacos de reestruturação espacial, os quais, como o tempo, vieram a mostrar mais e mais a suas contradições, como equipamentos abandonados após a Copa e a própria duplicação da Av. Cruzeiro do Sul, que foi abandonada após a Copa – embora a mesma fosse sua principal justificativa – estando até a publicação dessa tese longe de término. Assim, os moradores da periferia são os primeiros a sofrer com as mazelas resultantes dessas políticas urbanas, as quais visam um desenvolvimento totalmente atrelado ao capital, deixando o fator humano sempre em um segundo e longínquo plano. Mesmo porque, em se tratando do desenvolvimento capitalista, os indivíduos pertencentes às classes baixas são sempre os mais preteridos, enquanto a cidade é transformada em negócio, os espaços são financeirizados<sup>98</sup>, e os sujeitos pauperizados, desprovidos de capital, são tratados ou como empecilhos, ou como potenciais aliados via canalização dos desejos, porém, nunca como indivíduos dignos de consideração quantos aos rumos políticos e econômicos, que ficam a cargo dos social e economicamente bem estabelecidos, devidamente investidos em cargos, empresas e instituições de poder.

---

<sup>98</sup> Ver discussões em: CARLOS, 2015; SANTOS, 2015.

O fato é que, junto e apesar disso, com o processo ocorrido na última década, o qual levou a uma mudança no perfil da sociedade brasileira, a classe C surgiu no centro das preocupações e debates dos governos e também da mídia. Aquele brasileiro que até os anos noventa tinha sérias dificuldades em manter sua condição material mínima de subsistência passou, nas duas primeiras décadas do século XXI, a consumir produtos diversos, tecnológicos, cosméticos, utilitários, midiáticos, *fashion*, e inclusive especialmente voltados àquele público. Surgiu um novo nicho no mercado com o relativo crescimento da renda do brasileiro médio e a altíssima disponibilidade de crédito, e muitos dos que até então eram excluídos da sociedade, passaram a figurar nela como figuras centrais (mais do ponto de vista da potencialidade de consumo do que em termos políticos). O que trazemos aqui ao debate é justamente que esse contingente da população, para além de sua sensível inserção econômica, também obteve, ao longo do processo, poder político, e isso se deu através da consciência desenvolvida durante a experiência de viver sob novas condições de reprodução da sua subjetividade, qual seja, a de cidadãos, ainda que assim definidos pela sua inserção no mundo do consumo, como atenta Milton Santos<sup>99</sup>, uma vez que no Brasil cidadania e acesso ao consumo se confundem.

O poder econômico dessa nova classe de cidadãos é o que alavancou a economia brasileira pré-crise. Foi somente em 2014, justamente após a Copa, que o cenário econômico passou a se inverter, e os cidadãos ascendidos à classe média passaram a sentir o retorno dos efeitos de pobreza, que não fora superada em suas causas mais profundas.

Já o poder político dessa classe, durante esse período, ascendeu sensivelmente, sendo possível dizer que mais se diversificou do que se fortaleceu. Ao mesmo tempo em que a Educação experimentou certa democratização nos governos populares, o cidadão brasileiro passou a experimentar uma nova posição na sociedade, qual seja, a de relativa inclusão no sistema capitalista. Se antes, durante os duros anos 90, reféns do neoliberalismo fortemente desregulado e generalizado em nossa economia, esses cidadãos eram vítimas afundadas na

---

<sup>99</sup> SANTOS, 2011, p. 188;

pobreza inerente àquele modelo de desenvolvimento, a partir dos anos 2000 os mesmos passaram a ser vistos como grandes beneficiados, inclusive, de forma ainda incipiente, ganhando publicidade específica de seus modos de vida e costumes – radicalmente diferentes das classes historicamente abastadas – na mídia de massas. Assim, a produção cultural periférica ganhou destaque e suas expressões, hoje, transitam entre diferentes classes, tornando-se, muitas vezes, moda, alimentada justamente pelos conglomerados do mercado, que evidenciam a cultura advinda das camadas populares, buscando novos consumidores, em que veem aí importante fonte de lucro<sup>100</sup>.

O orgulho e segurança gerados nesse período serviram para qualificar as relações sociais desde baixo, e nessa esteira os moradores da periferia passaram a se organizar e a resistir à repressão dos governos locais, reivindicando mais direitos. Nesse meio, porém, todo o processo veio abaixo com o golpe em curso desde 2016, o qual talvez seja, também, uma reação a esse movimento. E, agora, a sublevação dessa população, empobrecidas pela crise econômica e pela retirada de direitos sociais históricos, tem se tornado uma preocupação dos governos alinhados à ideologia neoliberal. Isso tem levado a políticas de repressão cada vez mais explícitas nas favelas, as quais são apoiadas por parte da sociedade, que igualmente tem medo do que a ascensão social, cultural e política das camadas socioeconômicas mais baixas pode levar.

“Com certeza, sinto o abandono da prefeitura quase todo instante porque normalmente ela vem aqui só pra nos reprimir e pra nos tirar algo que já era nosso né conquistado há muitos anos atrás, não só a prefeitura mas o estado né, questão da remoção da escola Alberto Bins, que era a maior escola da Vila Cruzeiro, ela foi fechada. Questão da saúde ela nem precisa falar né que a gente passa na frente do Postão toda hora assim e são filas e filas e filas pra ser atendidos, consulta conseguir uma depois de meses. A cultura né que poderia ser desenvolvida num aspecto amplo e ser direcionados recursos financeiros e pessoais, pessoas capacitadas para desenvolver trabalhos sociais aqui dentro das quebradas isso não ocorre. O abandono pelo governo é gritante, é só tu entrar numa rua da quebrada e ver o quanto a gente é abandonado pelo poder público, infelizmente.” (BX)

---

<sup>100</sup> Exemplos disso pode ser visto em: TARAPANOFF E FERNANDES, 2012; RAMOS, 2014.

Em Porto Alegre, especificamente, o fato da mobilização das comunidades da Vila Cruzeiro ante às ameaças de despejo, a organização dos movimentos comunitários, o crescimento do hip hop – em função tanto do rap como dos grafites espalhados pelos muros, com claros recados políticos -, os diversos atos de protesto ante a violência sofrida pela comunidade - tanto pela polícia quanto entre grupos em disputa pelo tráfico, que levaram a morte de diversos jovens inocentes -, a própria participação dos moradores no Comitê Popular da Copa e a culminância disso no grande ato de 2013, que teve ampla repercussão, tendo contado com milhares de pessoas, acenderam as luzes da gestão municipal, enquanto gestão biopolítica. O atual abandono que sofre a comunidade, com a destruição do seu espaço de vida e o assoberbamento do seu cotidiano por obras intermináveis já há mais de uma década, faz parte de um processo de controle desses ímpetus e movimentos políticos, uma espécie de gestão dos devires a fim de garantir a manutenção de um espaço pacífico à reprodução do capital internacional na cidade.

### **2.3. Copa do Mundo 2014: reestruturação urbana e estado de exceção**

O fenômeno da Copa do Mundo de 2014 se apresenta como um fator essencial no panorama até aqui apresentado. Na cidade do capitalismo,

A necessidade de aceleração dos fluxos ou de expansão das forças produtivas recai inevitavelmente sobre uma nova reordenação espacial, seja a partir do reequipamento infra estrutural do espaço ou de uma ampliação das capilaridades territoriais dos processos produtivos (SANTOS, 2006, p.112).

Com vistas a esse fim, e a partir da necessidade fabricada de se criar condições espaciais à execução da Copa na cidade de Porto Alegre,

O Estado vai imprimir uma racionalidade sobre o espaço que legitima a lógica do sistema capitalista, sendo esse mobilizado estrategicamente como uma alavanca para os negócios, como é possível analisar na realização dos grandes eventos, onde a aliança com as grandes corporações concretiza o uso do espaço para permitir e garantir, no

mínimo, a circulação do capital. Hoje naturalizou-se a crença de que, quando um megaevento vai acontecer, faz-se necessária a construção de prédios e megaconstruções para sua realização. A função do Estado é imprescindível nesse processo, pois é ele que sinaliza para o fato de que não se trata só de construir o novo, mas de destruir o velho, de reproduzir. Nesse sentido, a destruição é parte necessária do processo de revalorização. (PREVIATTI, 2016, p. 20-21)

Além disso, a necessidade de conformação do espaço urbano, inicialmente com vistas à execução da Copa, faz frente também à ascensão das classes populares até aqui observada, sendo motivo para que se pusessem em prática diversas estratégias perversas de controle da população através da gestão urbana e das políticas institucionais, que se instituem principalmente através da governança das cidades. Assim, a Copa do Mundo veio como fator primordial que serviu para legitimar a adoção de diversas políticas urbanas muitas vezes pouco ou nada democráticas,

[...] marcadas pela ausência ou omissão de informações aos moradores. Os projetos de urbanização ou de mobilidade urbana não são divulgados às comunidades, principalmente no que diz respeito às obras que devem ser realizadas onde essas moravam. Também há relatos de ameaças físicas e torturas psicológicas. Uma característica das negociações entre os moradores e os agentes da prefeitura é que elas são realizadas sempre de forma individual, o que evita qualquer tipo de resistência conjunta da comunidade. Outra prática denunciada pelos dossiês é a derrubada das casas que foram esvaziadas e a manutenção dos escombros e entulho da demolição nos locais. Isso gera um enorme desconforto entre os moradores, pois além das consequências físicas, como pó, detritos, aumento de infestações de animais como ratos e baratas, esses escombros remetem a uma imagem de guerra, de abandono e trazem insegurança para os moradores que tentam permanecer nessas áreas (PREVIATTI, 2016, p. 200-201)<sup>101</sup>

“hoje em dia a gente não pode mais ficar ali na rua ali, tá ligado? Porque querendo ou não acabou virando uma **faixa de gaza**, esse sistema aí” (MR)

“Não há saneamento, porque com a obra ali, ficam poças, esgotos, as pessoas não têm onde jogar o seu lixo, você não

---

<sup>101</sup> A autora em tela analisa aí o documento “Dossiê das violações” (2014), e embora se refira a fatos originalmente ocorrentes à cidade do Rio de Janeiro, o relato cabe também em nosso caso.

tem uma calçada, o lixeiro não consegue passar ali. É muito lixo. Isso atrai animais, não só cachorros, ratos, baratas...” (JF)

É o caso que vem ocorrendo na Vila Cruzeiro, e no âmago dessas políticas está intrínseca a necessidade de aprofundamento dos projetos de revalorização espacial nas cidades e, conseqüentemente, seu controle espacial, de modo a devidamente as ambientalizar para a execução desse grande negócio capitalista por ora denominado Copa do Mundo. Na cidade de Porto Alegre muitas dessas ações foram impetradas em diferentes comunidades, colocadas a cabo em última instância pelo Poder Público municipal, via de regra, aliado ao grande capital – essencialmente internacional, mas apoiado pelas elites locais, numa relação de aliança de classe. Esse processo, como nos mostram diversos autores, tem acontecido de maneira hegemônica por todo o mundo capitalista, porém, respeitando as especificidades locais. “Lançam-se sobre as cidades interesses que forjam aquilo que muitos denominaram de uma competição entre elas, procurando mostrar suas potencialidades e apresentar e atrair investimentos de capitais que circulam mundialmente”<sup>102</sup>. Nisso surge a ideia de “*city marketing*”<sup>103</sup>, em que

“será necessária a promoção da cidade e de sua imagem junto ao mercado mundial com objetivo de atrair novos investimentos. [...] Assim, tornou-se comum, portanto, falar-se hoje em planos estratégicos que promovam a imagem das cidades e as preparem, por meio de um planejamento urbano de “novo tipo”, e ressaltem suas potencialidades para a atração de investimentos. (OLIVEIRA, 2008, n.p.).

A administração da cidade passa a ser vista não mais como uma atividade de gerenciamento, mas como “empreendedorismo urbano”<sup>104</sup> ou, ainda, um denominado “empresariamento”<sup>105</sup> da cidade.

No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa, entre outros elementos, nos

---

<sup>102</sup> OLIVEIRA, 2008, n.p;

<sup>103</sup> Ver mais em BORJA e FORN, 1996; SANCHEZ, 1997;

<sup>104</sup> OLIVEIRA, 2008, n.p;

<sup>105</sup> Ver uso do termo em HARVEY, 1996b.

zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*). (VAINER, 2013, p. 63)

Assim a própria cidade se torna uma grande empresa, e sua gestão passa a responder prioritariamente ao tipo de valor que conduz essa formação social.

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto polis. [...] Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei. (VAINER, 2009, p. 91, APUD VAINER 2013, p. 67).

Como modelo de desenvolvimento e de sucesso dessas práticas são evocadas cidades globais, que teriam uma espécie de conformação ideal ao bom assentamento das estruturas econômicas e de efetivação positiva dos fluxos do capital. Há uma série de

[...] propostas políticas que defendem o estabelecimento de estruturas globais, nos territórios locais, que incitam a implementação de planos diretores à moda de cidades estrangeiras. As quais, deslocadas do contexto de formação econômico-social (FES) – brasileira não possuem potencial de transformação emancipatória e, muito menos, inclusiva das populações segregadas [...]. (AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 52)

Nesse sentido, “discursos políticos, como esses que introjetam formas de organização espacial-urbana intentam defender interesses de mercado internacional, antes de intencionar o benefício das comunidades locais”<sup>106</sup>, e Porto Alegre não será exceção a essa conjuntura neoliberal das cidades contemporâneas<sup>107</sup>. Sua administração verá, na Copa do Mundo, oportunidade única de inserir a cidade no mapa do mercado mundial, tentando enquadrá-la

---

<sup>106</sup> AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 52;

<sup>107</sup> “Para identificar a natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas.” (VAINER, 2013, p.62)

enquanto mais uma “cidade do pensamento único”, “cidade-empreendimento” ou “cidade-mercadoria”<sup>108</sup>. Assim,

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em “sujeito/ator econômico”. E, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (VAINER, 2000, p.89)

Desta forma, não só a cidade por sua gestão e estrutura, mas todo o conjunto social, em sua multiplicidade, no capitalismo liberal passa a ser considerado e precisa responder como “empresa”. Tudo adquire valor na medida em que serve e responde ao mercado, em que não só a cidade, mas tudo adquire status de empresa, onde o mercado prepondera como balizador das relações sociais. Porém, quando mais se força uma pretensa hegemonização ideológica do espaço e da cidade enquanto mercadoria, mais os interesses dos diferentes atores do espaço entram em conflito.

Concretamente, nessa sociedade liberal em que o verdadeiro sujeito econômico não é homem da troca, não é consumidor ou o produtor, mas a empresa, nesse regime econômico e social em que a empresa não é simplesmente uma instituição, mas certa maneira de se comportar no campo econômico - na forma da concorrência em função de planos e projetos, com objetivos, táticas, etc. -, pois bem, vocês veem que, nessa sociedade empresarial, quanto mais a lei dá aos indivíduos a possibilidade de se comportar como querem na forma da livre empresa, mais se desenvolvem na sociedade essas formas múltiplas e dinâmicas características da unidade “empresa”, mais, ao mesmo tempo, as superfícies de atrito entre essas diferentes unidades são numerosas e grandes, mais as ocasiões de conflito, mais as ocasiões de litígio se multiplicam. (FOUCAULT, 2008b, p. 240)

Alguns desses conflitos e litígios se dão no âmbito da instauração das chamadas das “metropolaridades”<sup>109</sup>, em que a relação entre o local e o global

---

<sup>108</sup> Ver em ARANTES, 2000.

<sup>109</sup> SOJA, 1995, p.5.

denota uma dualidade: decisões são tomadas no âmbito global, porém, se refletem em políticas no âmbito local, que muitas vezes levam a um aprofundamento das desigualdades, resultantes da dissimetria de poder decisório. Também, populações locais não se reconhecem nem veem sentido nas políticas sobre ela aplicadas, uma vez que as mesmas atendem necessidades globais, e não locais. Porém, no contexto das metropolaridades, será no âmbito local onde se dará a possibilidade de resistência aos processos, necessitando a partir daí o investimento numa instituição que faça o entremeio entre esses polos – população e estado/capital – a qual será definida na figura das governanças locais/prefeituras.

O movimento de reprodução da metrópole aponta [...] uma nova relação Estado-espaço, momento em que políticas públicas orientando os investimentos para determinados setores e concentrando-se sobre determinadas áreas através de novos mecanismos de intervenção – como operações urbanas e as chamadas requalificações de áreas, principalmente centrais – através da realização de “parcerias” entre a prefeitura e setores privados que acabam influenciando e orientando essas políticas. (CARLOS, 2013, p. 14)

Como exemplo dessa lógica governamental, que visa o controle dos fluxos a partir de um “uso delimitado” do espaço da cidade, onde há uma “tendência à destruição das condições de realização da sociabilidade em função da tendência a eliminação do encontro fortuito entre os cidadãos”<sup>110</sup>, temos, ao mesmo tempo em que se criam condomínios fechados e espaços de simulacro destinados às classes altas, visando sua fortificação e proteção, como resposta da sociedade de segurança à expansão da pobreza e suas desigualdades - que geram violência -, essa nova realidade realoca ou expulsa populações de locais e ocupações históricas dentro da cidade, com o discurso cínico de promover o desenvolvimento (que nada mais é que a concentração do acúmulo de capital e a submissão do Estado às forças do Mercado internacional) e, no caso em tela, com a desculpa final do bom andamento da tão aclamada Copa do Mundo.

---

<sup>110</sup> CARLOS, 2013, p. 14.

O capital mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. (ACSELARD, 2004a, p. 32-33).

De fato, muito além de garantir um bom ambiente para a execução da Copa, essas políticas visavam à própria necessidade de reestruturação produtiva à qual são submetidas as cidades, onde tomam a frente os negócios onde há agregação de valor simbólico, justificando os investimentos, processo esse que vem dentro da lógica da globalização. Porém, essa globalização serve a quem? O que se percebe claramente é que há uma redefinição do espaço urbano a fim de atender aos novos interesses do capital. Mattos (2006) nos diz que

[...] las transformaciones urbanas y territoriales observadas durante las últimas décadas se encuentran condicionadas estructuralmente por el desencadenamiento y afirmación de una dinámica económica sustantivamente diferente a la que se había configurado a partir de la Gran Depresión de 1929. Esta nueva dinámica se ha propagado progresivamente bajo el impulso de la globalización, habiendo alcanzado ya a la mayor parte de los países del mundo, si bien con diferente grado de penetración y no siempre con idéntico tipo de impacto. (p.5)

Nas cidades brasileiras, e especificamente em Porto Alegre, temos alguns exemplos desse processo de redefinição do espaço urbano visando sua revalorização – seja através da reestruturação produtiva e espacial promovida pelo capital com anuência do governo, seja através do controle espacial promovido pelos próprios governos através do monopólio da força, da ação coercitiva e da cooptação política via gestão de desejos. Esses processos se dividem entre os de centro e os de periferia, porém, acontecem de maneira concomitante e orquestrada a fim de atender os interesses muitas vezes obscuros dos agentes envolvidos no processo, mas que podem ser trazidos à compreensão se analisados de maneira mais profunda, superando-se o discurso da “revitalização do espaço” - termo já

apontado por Neil Smith<sup>111</sup> como sendo uma máscara para o real objetivo pelo qual passa o espaço (que não está nem estava morto): o de *valorização* capitalista.

O espaço urbano, em sua dimensão material, é fixo, rígido, estanque. Conforme Harvey<sup>112</sup>, o solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias. Por isso, o espaço construído é de difícil valorização contínua. Porém, o sistema capitalista, em sua reprodução, demanda constantes e contínuas valorizações em todos os seus ramos, a fim de agregar valor à produção e manter e aumentar o ritmo dos negócios e dos lucros. No ramo imobiliário não poderia ser diferente, pois

[...] é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para investimento imobiliário. Maricato (2002, p.157-158)

Para além de uma mera reestruturação física, essas medidas visam também agregar valor simbólico aos espaços, e não puramente material. Para que isso ocorra é necessário que se institua um processo sórdido de poder, que joga estrategicamente com os interesses dos cidadãos, onde, via de regra, é o indivíduo de baixa renda ou desprovido de posses que será sacrificado. Isso porque a simples presença visual da pobreza, para o capital, prejudica a paisagem urbana e, conseqüentemente, sua valoração, o que acaba por tornar o pobre um potencial inimigo do capital, que precisaria ser escondido da paisagem urbana para que a mesma passe a ideia [fabricada] de harmonia, necessária aos bons negócios. É dentro dessa lógica, também, que surgem os processos de gentrificação, que consistem em passar a posse do espaço de populações mais pobres para populações mais ricas. Conforme Neil Smith (2006),

[...] essas experiências de gentrificação são bastante diferentes e desiguais entre si. Elas fazem parte de contextos culturais e econômicos de nível

---

<sup>111</sup> SMITH, 2006, p. 61;

<sup>112</sup> HARVEY, 1980, p.35.

muito local e se conectam de maneira muito complexa com as economias nacionais e globais. (p.62)

Não é possível - embora Neil Smith afirme que o processo de gentrificação “impõe o deslocamento dos moradores das classes populares dos centros” (2006, p.63), o que de fato está ocorrendo - falar em gentrificação em nosso campo de estudo, pois a mesma é fruto de um processo longo e, embora apresente sinais incipientes no local, não cabe ainda a essa pesquisa analisar a existência do fenômeno. Consideramos, porém, que a ideia de gentrificação é uma hipótese plausível do que lá se colocará em prática, na medida em que o processo avance, cabendo a uma observação futura sua confirmação ou não. Apesar disso, por ora, é possível desde já dizer que a cidade de Porto Alegre historicamente promove políticas gentrificadoras, desde as primeiras remoções reportadas na cidade, responsáveis por expulsar antigos moradores, majoritariamente negros, descendentes de escravizados, das áreas do entorno do centro histórico, as quais passaram a ser ocupadas por moradores de classe média e média alta, processo esse que tem se reproduzido histórica e paulatinamente na cidade até os dias de hoje.

Esse processo, que vem se alastrando desde o centro em direção à periferia – encampando os antigos espaços periféricos e submetendo-os em renovadas reconfigurações da área central – chegou ao espaço da Grande Cruzeiro. Conforme Gamalho (2010),

As remoções de populações pobres para áreas periféricas e seu alicerce na constituição de valores morais, paisagísticos e assépticos que legitimassem as remoções foram recorrentes na história de Porto Alegre. Exemplo disso foram às remoções realizadas no final do século XIX e início do século XX, quando os becos e cortiços que ocupavam o centro da cidade foram removidos para os então arrabaldes, lugares destinados aos pobres. (p.64)

Para que isso ocorra, atualmente, a simples transferência de posse não é mais possível num Estado que se apresenta como democrático, pois uma série de direitos demandam ser respeitados para manter – pelo menos a aparência de - ordem institucional cidadã. Para contornar isso, a gestão do espaço surge, também,

como categoria central nas políticas públicas municipais. É através das políticas públicas que a Prefeitura, em parceria com as empreiteiras e demais agentes capitalistas, interferem no cotidiano das comunidades que ocupam esses espaços, promovendo transformações. Assim, estabelece-se um processo pelo qual certas comunidades têm de passar para que se implemente uma determinada política que visaria o bem-estar da população como um todo. É nessa esteira que surge a duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul – para “beneficiar” a população porto-alegrense, (supostamente) promovendo um trânsito facilitado entre Centro e Zona Sul. A despeito disso, desconsidera-se o bem-estar de uma grande parte dessa própria população, que sofre no seu espaço de vida comunitário o impacto dessas obras.

“pra população em geral, pras pessoas que não vivem ali, “*que bom, uma faixa, vai desafogar o trânsito*”; pra quem mora ali, cada família tem nome, tem sobrenome, tem sua história, tem sua bagagem” (PL).

Figura 3 - A copa passou, só ruínas restou



Foto do autor, janeiro de 2019.

### 3. Cruzeiro, Cruzeiro

A Grande Cruzeiro não é um bairro ou uma região específica definida<sup>113</sup>, mas sim o nome popularmente dado a uma grande área, sem limitação definida, que alcança diversos bairros e abarca uma confluência de diversas vilas, ocupações, loteamentos e núcleos habitacionais, os quais, ao se expandirem, formaram um grande complexo, com uma infinidade de caminhos entre si. Esses caminhos não são mapeados em sua totalidade, sendo de fato conhecidos apenas por aqueles que ali transitam. Convencionou-se, ao longo do tempo, de forma extraoficial, chamar a toda essa região de Cruzeiro.

Os caminhos que se desenham entre as vilas que compõem essa grande região da cidade se inscreveram no espaço através da própria ação comunitária, historicamente de forma a propiciar a mobilidade no espaço para seus moradores, que podem se deslocar por entre a região com base no conhecimento dos seus caminhos. Esses mesmos caminhos, porém, dificultam ou impedem o trânsito de quem vem de fora, de quem está apenas de passagem entre uma grande avenida e outra ou de um bairro para o outro, especialmente por meio veicular. Para esses, é preciso se fazer grandes contornos para se chegar ao seu destino, uma vez que os caminhos por entre as comunidades não têm estrutura para comportar trânsito veicular com fluidez, além de serem tortuosos e acidentados, sendo em sua maioria conhecidos de fato apenas pelos moradores das comunidades e seu entorno.

“Na época que eles vieram eram casas alugadas, não tinha como construir nem como comprar. E as famílias foram se reproduzindo em aluguel, alguns conseguiram construir algumas casas no Santa Tereza, no morro, agora aqui sim, aqui fui eu que construí, aqui é a minha casa, aqui é da minha filha, esse espaço todo fui eu que ocupei, há 35 anos, é uma área privada, eu vim pra cá não tinha nada, ai eu fiz uma casa aqui de madeira e com o tempo eu construí na alvenaria e foi melhorando a situação da gente, daí minha filha pagava aluguel e como esse espaço aqui é grande, não sei como é que vai ficar isso ai,

---

<sup>113</sup> Embora “Cruzeiro” denomine umas das regiões do Orçamento Participativo na cidade (ver em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p\\_secao=5](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p_secao=5)), a popularmente chamada Grande Cruzeiro também abarca áreas das regiões “Cristal” e “Centro Sul”, extrapolando quaisquer limites administrativos.

porque a área é privada, né, eu já entrei com usucapião, desde 2013 eu tô com usucapião e ainda não foi decidido. Minha filha fez aqui e tá morando aí, então a gente construiu com o dinheiro da gente. [...] É que eu morava no Santa Tereza, morava numa casa de aluguel e minha mulher, minha esposa ela morava por aqui então ela conhecia muitas pessoas, tinha uma família que morava mais pra lá ali naquela casa ali, morava ali e umas meninas foram criadas com ela e eles também ocupavam aquela área, daí a gente conversando ela: não, vem pra cá, faz uma casa pra vocês e vem morar aqui, tem bastante espaço aqui pra vocês tem trinta e tantos metros, quarenta metros deu bem pra gente se instalar e a gente foi ficando, não pagava mais aluguel, a gente tinha casa, eu tinha duas filhas, foram criadas nessa casa aqui também.” (SZ)

*Figura 4 - Início do beco*



*Figura 5 - Afunilamento de beco*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

O beco, que iniciava largo a ponto de se cruzarem dois carros, culmina numa passagem estreita, em que, com cuidado, passa apenas uma moto.

Esses caminhos tortuosos, frutos de ocupação popular histórica, legalmente irregulares e alienados do plano urbanístico oficial, influem diretamente na forma de vida cotidiana da comunidade, especialmente quanto a sua relação com a cidade. Embora internamente a Cruzeiro tenha suas vias definidas, construídas popularmente de forma orgânica desde as primeiras ocupações, que estabeleceram acessos entre as diversas vilinhas na medida em que construíram suas moradias, por outro lado todos os moradores das áreas internas da vila (não contíguas às avenidas) necessitam se deslocar até a avenida de maior porte para acessar o transporte coletivo e, conseqüentemente, aos demais serviços da cidade. A principal dessas vias é a Avenida Cruzeiro do Sul, que, com suas extensões, corta a vila de ponta a ponta. Os trajetos entre as diversas vilas e a avenida principal muitas vezes é de difícil trânsito, havendo degraus, desníveis e corredores estreitos. Principalmente, trânsito esse tendo de ser feito em meio às atuais obras de duplicação, que já se arrastam há uma década, a mobilidade dos moradores resta prejudicada, e o acesso aos transportes e serviços fica ainda mais dificultado.

A privação do acesso aos serviços de transporte coletivo e as inadequadas condições de mobilidade urbana dos mais pobres reforçam o fenômeno da desigualdade de oportunidades e da segregação espacial, que excluem socialmente as pessoas que moram longe dos centros das cidades. Os principais impactos desta situação são sentidos sobre as atividades sociais básicas: trabalho, educação e lazer (GOMIDE, 2006, p. 242)

Além dos efeitos que essa conformação socioespacial gera sobre a própria vida dos moradores, ela também se mostra como empecilho às políticas de reestruturação produtiva nas cidades, que visam sua revalorização espacial. É assim, como empecilho, que são tratadas muitas das periferias próximas ao centro nas cidades brasileiras<sup>114</sup>.

“O processo de metropolização acompanha e realiza o movimento constitutivo da metrópole [...] a partir do centro, e desenvolve-se até a periferia com

---

<sup>114</sup> Ver mais em VAINER (2000).

conteúdos diferenciados em seu processo de extensão<sup>115</sup>. Essa diferenciação será fator crucial para os planos de retomada espacial da ordem econômica vigente, com viés regularizador, que busca a hegemonização capitalista do espaço como processo de criação de condições para a reprodução do capital, o qual encontra bloqueios ao seu livre fluxo na medida em que encontra espaço precarizados, de difícil trânsito. Assim, áreas consideradas “irregulares” ficam à mercê de planos políticos pontuais, e a relação de poder entre os entes comunitários e os governos é dessimétrica, uma vez que, sem os documentos oficiais de posse e uso da terra, os moradores são submetidos a medidas legalistas, impopulares e antidemocráticas, de forma a não terem poder de decisão sobre o espaço que ocupam, ainda que por longo tempo. Nisso, sua relação com a cidade e o poder público é de subalternização e precarização, desconsiderando o fator humano que compõe a comunidade, que deveria ter seus direitos cidadãos respeitados. Entretanto, a questão do valor e uso da terra atravessam essa relação de forma a relegar a humanidade da vila a um fator secundário frente ao interesse do Poder Público sobre a área, que passa por cima do interesse popular baseado no pretenso legalismo da gestão da cidade.

“Ah pra mim ter ficado é até uma vitória na verdade porque a gente acaba tendo, a gente tem a raiz aqui né, foi enraizado aqui, a gente nasceu aqui, entendeu, as pessoas que saíram ali 99% não queriam ter saído, assim como eu não quero não tenho vontade de sair né, a minha raiz é aqui, eu pra sair daqui sei lá, só no caixão. Assim como foi o senhor da caneleira ali da frente não sei se te falaram a história dele: ele disse que não ia se removido dali, só dentro do caixão, tiraram todas as casas menos a dele e a dele tinha uma caneleira enorme assim, enorme, enorme, enorme, daí faleceu dentro de casa, não deu dois dias a prefeitura foi lá “patrolou-lhe” tudo, e aquele cheiro da canela exalou a vila toda, o cheiro da caneleira exalou a vila toda, tu te lembra... teve que ele falecer pra eles patrolar.” (CH)

“Acho que 90% das pessoas não queriam sair daqui, não queriam mesmo, não queriam sair daqui porque assim como eu moravam até há mais tempo aqui, o pessoal dos mais antigos, a maioria da gurizada que nasceu, se criou aqui e de uma hora pra outra ter que ir embora, então acho que foi um processo muito ruim essa saída aqui do pessoal. Bem incomodativo pras pessoas [...] Porque tem a questão do vínculo com a região, o

---

<sup>115</sup> (CARLOS, 2013, p. 38)

vínculo com a escola, o trabalho, familiar, porque tu vai ver uma região da grande Cruzeiro aqui todo mundo é parente de alguém, todo mundo conhece alguém, são pessoas muito antigas que nos anos setenta vieram pra cá, outros antes, tem moradores que chegaram a ocupar a região relato nos anos cinquenta, que chegaram aqui quando tudo isso era mato, campo” (MS)

Figura 6 - Entorno da Grande Cruzeiro em Porto Alegre



Fonte: Procempa, editado e organizado por Leonardo Palombini. Original disponível em <http://mapas.procempa.com.br>, acesso em 23/02/2018.

A “Grande Cruzeiro”, campo de estudo dessa pesquisa, localiza-se entre a Zona Leste e Zona Sul da capital, estendendo-se ao longo de toda a via destacada em cores na imagem. Sua ocupação inicial se deu tanto pelo êxodo rural e metropolização como a partir das remoções de populações pobres de outras

localidades de Porto Alegre, mais próximas ao centro<sup>116</sup>. Retornando à figura 1<sup>117</sup>, que apresenta a cidade de Porto Alegre no quadro superior esquerdo, é possível perceber como o espaço de estudo em questão é extremamente próximo ao bairro Centro (destacado em vermelho naquela imagem), distando somente cerca de três quilômetros do mesmo em sua parte mais próxima, e até oito quilômetros em sua parte mais longínqua.

“Nos anos setenta até os anos oitenta a população do interior migrava muito em busca de trabalho, de melhores condições de vida. A minha mãe veio de Santo Ângelo e o meu pai de Caçapava do Sul e se conheceram em Porto Alegre, moraram numa Vila aqui da Azenha que foi extinta, né, no final do anos setenta e essa vila as pessoas acabaram migrando pra cá, porque aqui era um campo aberto” (MS)

Na medida em que a cidade se expandiu e os pobres foram expulsos do centro e jogados para os arrabaldes, sendo o centro destinado às pessoas de melhor poder aquisitivo<sup>118</sup>, o morro Santa Tereza, um dos mais próximos ao centro, entre outros, passou a receber essa população a partir do ano de 1958<sup>119</sup>, quando começaram a se formar as primeiras ocupações da área.

Na figura 6 vemos, destacada em azul, a Avenida Cruzeiro do Sul, em laranja, a Av. Divisa e, em verde, a Av. Tronco<sup>120</sup>, que é onde se concentrou a maior parte das remoções. Isso ocorreu porque é justamente na atual confluência entre a Av. Cel. Gastão Haslocher Mazon, Rua Mariano de Mattos, Av. Tronco, Av. Dr. Carlos Barbosa e Rua Clemente Pinto, no início a nordeste da via destacada em verde na imagem, que será construída uma grande rotatória, que representará para a cidade um ponto de interligação entre a primeira, a segunda e a terceira perimetral. Nesse espaço havia a chamada Ocupação Mazon, a qual foi

---

<sup>116</sup> ÁVILA, 2006;

<sup>117</sup> Na Introdução do trabalho;

<sup>118</sup> Ver mais em GAMALHO, 2010;

<sup>119</sup> ÁVILA, 2006;

<sup>120</sup> A Avenida Tronco é, atual e oficialmente, chamada Avenida Moab Caldas. Utilizaremos nesse trabalho a denominação antiga e mais usual, pois é também a utilizada popularmente pelos moradores locais e do entorno.

inteiramente removida, tendo suas últimas casas demolidas no ano de 2021 (onze anos após iniciadas as primeiras desapropriações). Esse é um ponto crucial da obra viária. A ideia é interligar diretamente a Avenida Cruzeiro do Sul/Tronco à Avenida Gaston Mazon, a nordeste - chamada popularmente de Cascatinha, que contorna o antigo estádio do Grêmio por trás – avenida a qual é uma continuação da segunda perimetral (que vem desde o centro sob os nomes de Av. Aureliano Figueiredo Pinto e Av. Érico Veríssimo). Essa avenida, até então, encerrava-se quando encontrava a ocupação Mazon, sendo necessário acessar outras vias para atravessar a Cruzeiro. Com a obra, a mesma permitirá um fluxo direto, sem necessidade de contornos.

*Figura 7 - Ligação com a Mazon<sup>121</sup> – um dos extremos da obra*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

O início do espaço das obras é delimitado por tubos de concreto cheios de terra, de onde brota incipiente vegetação. Esse caminho, hoje fechado e sem

---

<sup>121</sup> Av. Gastão Haslocher Mazon, que conforma a segunda perimetral, dando acesso ao centro. A área até então conformava o limite da Ocupação Mazon, inteiramente removida pelas obras.

trânsito, pelos planos da Prefeitura conformará grande avenida, uma continuação da Cruzeiro, que levará ao centro da cidade.

No outro extremo da via, que termina na ligação da Avenida Divisa à Av. Icaraí, a sudoeste, além de estender a capacidade de fluxo entre o Centro e a Zona Sul da cidade, a obra também promove uma ligação entre a 1ª e 2ª perimetral.

Atualmente, para quem se desloca do centro para o sul, o comum é contornar esse grande emaranhado de vilas interligadas ou a leste, pela Terceira Perimetral (Av. Teresópolis-Nonoai), ou a oeste, pela Av. Beira Rio/Edvaldo Pereira Paiva (primeira perimetral). A obra de duplicação da Av. Cruzeiro do Sul, Tronco e Divisa vem a criar uma entre-via, que corta todo o espaço da Grande Cruzeiro, estabelecendo uma linha que a trespassa por dentro, conformando a segunda perimetral e atravessando acessos, becos, travessas e mesmo as áreas de moradia, agora desocupadas, que conformam a vila.

A região da grande Cruzeiro passou a receber grande fluxo migratório a partir de 1960, o que se intensificou em 1970 e 1980. Espaço antes ocupado por grandes chácaras e sítios, entre terras públicas, desde o início do século XX, as outrora pequenas ocupações no início da década de 1960 se expandiram, e hoje ocupam grande parte dos bairros que lhe compõem, sendo o bairro Santa Tereza o de maior proporção.

Embora a Grande Cruzeiro não tenha divisas legais definidas, veremos na próxima página<sup>122</sup> possíveis limites de sua área com base no estudo encomendado pela Prefeitura de Porto Alegre<sup>123</sup>, proposição por nós conformada sobre imagem de satélite do Google. Isso não significa que, para além desses limites, não haja igualmente pessoas que se consideram como parte da Vila Cruzeiro, estando do outro lado ou mesmo no interior de quadras recortadas; também, que dentre esse espaço não haja muitas pessoas que não se consideram parte da vila, uma vez que moradoras de áreas urbanizadas e regularizadas, voltadas aos moradores de maior renda.

---

<sup>122</sup> Observação da imagem na horizontal (formato paisagem).

<sup>123</sup> ÁVILA, 2006.

Figura 8 - Delimitação aproximada da Grande Cruzeiro



Fonte: Elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth (2020) com base no "Mapa da Vila", anexo II do livro Memória dos Bairros – vilas da Grande Cruzeiro (ÁVILA et al., 2006).

O tracejado lilás passa sobre as ruas que representam os limites aproximados do que é considerado “Grande Cruzeiro” pela Prefeitura de Porto Alegre, a partir da organização do livro “Memória dos Bairros”<sup>124</sup>. Essas ruas, numeradas no mapa, são:

- |                                 |                               |                                |
|---------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| <b>1</b> Rua Mariano de Mattos  | <b>8</b> Rua Taveira Júnior   | <b>14</b> R. Jacuí             |
| <b>2</b> Rua Coronel Neves      | <b>9</b> Tv. Mestre Macedinho | <b>15</b> R. Capivari          |
| <b>3</b> Rua N.Sª da Medianeira | <b>10</b> R. Erechim          | <b>16</b> R. Prisma            |
| <b>4</b> Av. Oscar Pereira      | <b>11</b> Av. Nonoai          | <b>17</b> Rua Silvério         |
| <b>5</b> Av. Niterói            | <b>12</b> Av. Campos Velho    | <b>18</b> R. Hipólito da Costa |
| <b>6</b> Av. Teresópolis        | <b>13</b> Av. Icaraí          | <b>19</b> Av. Correa Lima      |
| <b>7</b> Av. Nonoai             |                               |                                |

Em verde são apontados os nomes dos diversos bairros que compõem conjuntamente o espaço da Grande Cruzeiro. O tracejado em destaque, no meio da área circundada, que a atravessa desde a Rua Mariano de Mattos até a Avenida Icaraí, é a grande via que vem recebendo obras de duplicação. Ela é subdividida em três segmentos:

- 1º: linha marrom – Av. Tronco
- 2º: linha vermelha – Av. Cruzeiro do Sul
- 3º: linha laranja – Av. Divisa

Essas comunidades, formadas pelas ocupações populares, são denominadas “irregulares” por nunca terem contado com processo de regularização fundiária por parte do Poder Público. Abrigam hoje um grande contingente populacional na cidade. Milhões de pessoas no Brasil vivem nas áreas de favela e, em Porto Alegre, isso representa 22% da população do município. São centenas de milhares de pessoas. Segundo dados do Departamento Municipal de

---

<sup>124</sup> ÁVILA, 2006

Habitação<sup>125</sup>, entre 1950 e 1980, o número absoluto de moradores de Porto Alegre triplicou (de 418.864 para 1.220.965), enquanto o número de moradores de favelas aumentou mais de quinze vezes (de 16.303 para 267.758), o que caracteriza um processo profundo de periferização e favelização durante esse período na cidade, que concentra a estrutura e as oportunidades em poucos bairros e para uma minoria da população.

Segundo o livro *Memória dos Bairros*, as ocupações irregulares da área se iniciaram às margens da Avenida Tronco e Cruzeiro do Sul, que originalmente pretendia estender a cidade rumo à Zona Sul, costeando um loteamento construído pela Prefeitura para abrigar trabalhadores das zonas comerciais da cidade, chamado Vila dos Comerciantes, o qual passou a ser ocupado no início dos anos 1950. Assim, é possível observar no mapa que de um lado da avenida Tronco e início da Av. Cruzeiro se configurou uma ocupação planejada e ordenada, visando abrigar trabalhadores de renda média da cidade, onde é possível observar traçado regular e arborização; do outro, abundaram as ocupações populares, irregulares e desordenadas, se estendendo por toda a face Leste do Morro Santa Tereza (limitando-se à área do Exército, que também ocupa parte do morro), até sua crista, onde passa a Avenida Correa Lima e Hipólito da Costa, que nalguns trechos cortam o morro por cima, representando o limite da ocupação entre a face Leste do morro, periférica, e sua face Oeste, majoritariamente regular, ordenada e destinada à classe alta, com sua bela vista para o Guaíba.

“Na verdade foi assim, quando minha família veio de Itapuã pra cá, família do Faschel Vieira não tinha pra onde ir, então era bem dizer interior, pra se deslocar tu tinha que caminhar de a pé até o Centro, porque não existia nenhum meio de transporte público a não ser de carroça, e eles se instalaram aqui no Morro Santa Tereza e foi desenvolvendo o seu trabalho, trabalhando braçalmente porque ninguém tinha instrução na época e eu fui criado dentro desse contexto de que a gente era pobre não tinha nada pra apresentar a não ser o trabalho que a família desenvolvia, nós trabalhava em obra, as mulheres trabalhavam de doméstica e a gente foi indo e na época não tinha nada, por exemplo, a água a gente tinha que buscar numa caçimba a duzentos metros, carregar de balde, pra tudo, pra gente usar pra banho, pra roupa, pra limpeza em geral, luz não tinha, então a

---

<sup>125</sup> ÁVILA, 2006.

gente usava vela ou lampião de querosene, porque não tinha como viver a não ser assim e a gente foi desenvolvendo nosso trabalho, desde criança eu já trabalhava, desde cedo, com sete anos eu já trabalhava fora pra ajudar minha avó que me criou, perdi minha mãe eu tinha um ano de idade, então pra ajudar minha avó eu ia pras casas de família junto com ela pra ajudar a fazer a limpeza e pra poder receber um dinheiro a mais, pra ajudar na criação, tinha mais outro meu irmão também, morava junto também. E aquele espaço todo lá de cima do Morro Santa Tereza não tinha... era muito poucas casas que... tinha, a coisa mais maior que tinha era uma antena da TV da Rádio Difusora, que foi a primeira que foi instalada ali, era a coisa maior que tinha era aquilo ali e o Quartel que é o 6º Batalhão de Engenharia e Combate que tá na Silveira ali, desde aquela época já desenvolvia, e ai tinha uma igrejinha que a gente frequentava e tem até hoje e foi indo que a gente foi se acostumando com aquilo ali e ai começaram a aparecer imigrantes, pessoas que tinham, por exemplo famílias de poloneses que ocuparam uma chácara grande ali e a gente se interagiu com esse pessoal todo” (SZ)

Para além do bairro dos comerciantes, hoje chamado de Jardim Medianeira, as ocupações irregulares se espalharam para todos os lados, chegando ao que hoje se chama 3ª Perimetral, via que liga a Zona Norte à Zona Sul, e para além dessas avenidas (Av. Teresópolis e Av. Nonoai). Importante reforçar que os limites presentes no mapa não representam um limite oficial, pois o espaço da Grande Cruzeiro é de registro empírico, e não legal. Dentro desse grande espaço existem dezenas de ocupações distintas, com histórias e origens diversas, que, ao longo das décadas, foram se expandindo até formar uma única mancha urbana, conurbada, onde não se percebe limite entre uma ou outra pequena vila, ocupação, loteamento ou “beco” original. Apresentamos aqui as localizações empíricas aproximadas de cada núcleo original, segundo estudo da Prefeitura (ÁVILA et al., 2006).

Figura 9 - núcleos históricos das ocupações da Grande Cruzeiro



Fonte: Elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth (2020) com base no "Mapa da Vila", anexo II do livro Memória dos Bairros – vilas da Grande Cruzeiro (ÁVILA et al., 2006)

Cada número no mapa aponta aproximadamente a localização de um núcleo habitacional memorial que deu origem a hoje chamada Grande Cruzeiro. São eles:

1) Vila Arapei, 2) Vila Cruzeiro do Sul, 3) Vila Dona Malvina, 4) Vila Dormêncio, 5) Vila Figueira, 6) Vila Gaúcha, 7) Loteamento Jardim Europa, 8) Vila Jardim Europa II, 9) Vila Maria, 10) Vila Silva Paes, 11) Vila Mariano, 12) Vila Mato Grosso, 13) Vila Tronco, 14) Vila Orfanotrófio, 15) Vila Formiga, 16) Vila Pedreira, 17) Vila Rio Branco, 18) Vila Santa Anita, 19) Vila Sta. Rita de Cássia, 20) Barracão, 21) Vila Teresina, 22) NS<sup>a</sup> do Brasil, 23) Pantanal, 24) Vila Ursa Maior, 27) Lt. VI. Parque União, 28) Lt. Transviários, 29) VI. Beco

do Sorriso, 30) VI. Jd. Medianeira, 31) VI. Ecológica, 32) VI. Divisa, 33) Postão, 34) ASMOBAME, 35) VI. Clemente, 36) Bc. do Ouro, 37) Bc. da Solidão, 38) Mariano de Mattos II, 39) Cohab Dona Malvina, 40) Cohab Coqueiros, 41) Ocupação Dona Otilia, 42) Mutirantes IV, 43) Núcleo Meneses Paredes, 44) VI. Prisma/Sta Tereza, 45) Ocupação Tv. Banco Central, 46) Núcleo Carvalho Freitas, 47) Núcleo NS<sup>a</sup> da Saúde , 48) VI. Alto Erechim, 49) V. Chácara Sperb, 50) Núcleo Gregório da Fonseca, 51) Núcleo Condomínio Natureza, 52) Menino Deus, 53) VI. Triângulo Cruzeiro, 54) VI. Sertaneja, 55) Beco da Banana, 56) Núcleo Lar St<sup>a</sup> Flora, 57) Núcleo Niterói, 58) Núcleo Cel. Neves, 59) Núcleo Teresina, 60) VI. Dário Totta.

Importante destacar que os nomes apresentados foram definidos no estudo da Prefeitura, que mapeou as comunidades, porém, não necessariamente encontram eco na nomenclatura popular dado às diferentes áreas do complexo de vilas nos dias de hoje, o que se observou em nossa pesquisa. Além disso, na transposição para a imagem de satélite foram necessárias adaptações que não foram verificadas estritamente no local, através da empiria. Assim a imagem é aqui apresentada como um croqui idealizado, a fim de dar a dimensão da composição da vila, e não como um mapa oficial. Inclusive, ao que se verificou, muitos moradores não utilizam essas toponímias especificamente. Hoje, algumas nomenclaturas estenderam seu alcance, enquanto outras foram suprimidas. E novos nomes foram definidos, os quais não são mencionados no estudo original da Prefeitura (ÁVILA et al., 2006). A única afirmação em uníssono, dentre o nosso público de pesquisa, é que todos fazem parte da Cruzeiro, ou também conhecida como “Cruzeirão”.

Não é definido o motivo ou o porquê do nome Cruzeiro se estender sobre todos os demais, uma vez que, conforme o estudo histórico da Prefeitura, o mesmo era o nome de apenas uma entre as dezenas de ocupações distintas que formam o complexo. Porém, sendo a avenida principal, que corta a vila, chamada Cruzeiro do Sul, o que também dá nome à principal linha de ônibus que atende as comunidades – Cruzeiro/282, cremos que isso tenha sido fator preponderante para a popularização da nomenclatura e a conseqüente identificação dos moradores com a mesma. Ainda assim, a verdadeira origem do nome não nos foi possível averiguar. De toda forma, há que se refletir que a Cruzeiro do Sul literalmente

“cruza” a cidade em direção ao Sul, assim como a constelação que lhe dá nome, e seria passagem obrigatória nessa direção caso não houvessem sido implantadas a 1ª e a 3ª perimetral, que a contornam em ambos extremos longitudinais. O próprio posto de saúde que atende a comunidade, embora inserido ao que chamam de Vila Tronco, na Avenida Moab Caldas, também recebe o nome de “Postão da Cruzeiro” pelos seus usuários, sendo Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul seu atual nome oficial. O nome tem ampla repercussão popular, tendo repercussão em diversas instituições oficiais locais, como por exemplo a linha de ônibus municipal que atende a localidade.

O número 282, que enumera a linha de ônibus intraurbano Cruzeiro do Sul, o qual atende praticamente toda a comunidade, passando ao longo de toda a avenida Cruzeiro do Sul e indo até o centro, identifica automaticamente a vila. É possível ver o número pixado nos muros ou utilizado nas *hashtags* dos moradores, em suas postagens na internet. O número 282 é um identificador, que denota de forma simbólica o pertencimento à comunidade, e povoa o imaginário dos moradores, se mostrando diariamente através da experiência cotidiana de ir à parada, esperar, tomar e transitar de ônibus pela cidade, seja saindo, seja voltando para a vila. Cruzeiro e 282, embora se refiram a coisas distintas, simbólica e representativamente atuam como sinônimos, denotando um sentido de pertencimento e identidade entre os moradores e sua comunidade.

Figura 10 - Favela é lugar de paz



Foto do autor, Janeiro de 2019.

No pixo<sup>126</sup>, “favela é lugar de paz” e “282” grafados nas paredes internas de uma casa que não existe mais, que agora representam o limite entre o início das casas e a avenida, que não existe ainda. Na placa, a mensagem “vamos colaborar, não joguem lixo aqui, bueiro entope” tenta resgatar alguma ordem no caos, chamando a atenção para cuidados necessários. No início do beco, um cavalo atado pasta a grama rala. Espacialidades e temporalidades se misturam na paisagem, onde ares de interior contrastam com a paisagem urbana.

<sup>126</sup> Movimento urbano, cultural e social ligado originalmente ao Hip Hop que se manifesta artística e politicamente através de grafias de códigos subjetivos nos muros e prédios das cidades.

### 3.1. Meio século depois: há uma vila no meio do caminho

Desde 1937, com o Plano Paiva, um dos precursores da urbanização de Porto Alegre, já havia a ideia de abrir uma avenida de grande capacidade de fluxo no traçado aproximado da atual Av. Cruzeiro do Sul<sup>127</sup>. Com o Anteprojeto de Planificação, de Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro, de 1951, que representou uma continuidade e desenvolvimento dessas ideias, foi estipulado esse traçado, ainda como um plano teórico. Esse projeto embasou o Plano Diretor de 1959, que propunha um plano de avenidas radiais concêntricas, ao que chamavam de “Perímetro de Irradiação”, onde grandes avenidas que saíam do Centro seriam cruzadas por avenidas que comporiam o trecho norte-sul<sup>128</sup>. A própria avenida que compõe a Primeira Perimetral, inaugurada em 1985, levou o nome de Edvaldo Pereira Paiva<sup>129</sup>.

O Plano Diretor de 1959, reeditado em 1961, foi aprovado, se tornando parâmetro oficial da urbanização do município. Nele, a atual via composta pelas avenidas Cruzeiro do Sul, Tronco e Divisa conformariam tanto uma espécie de continuidade à segunda perimetral como seria uma possibilidade de ligação entre a primeira e a terceira perimetral, sendo um caminho alternativo entre centro e zona sul, como se vê na figura 4. Após ter ficado restrito ao papel por 50 anos, é esse o plano que a Prefeitura tenta atualmente efetivar. Porém, agora, tendo de atravessar uma comunidade de 300 mil pessoas, removendo alguns milhares delas no caminho, e impactando a vida das demais com a perpetração precariamente planejada e executada das obras, que se arrastam há uma década.

Segue prancheta com o anteprojeto de planificação de Porto Alegre, que apresenta o plano de avenidas radiais, de inspiração francesa, produzida por Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro.

---

<sup>127</sup> PAIVA e RIBEIRO, 1951 APUD MARQUES; et al., 2012, p. 395-396.

<sup>128</sup> Ver sobre Plano Diretor de 1959 em MARQUES; et al., 2012; PETERSEN, 2018; POZZOBON, 2018.

<sup>129</sup> Ver sobre plano arquitetônico e conformação da primeira perimetral em MARQUES; et al., 2012.

Figura 11 - Prancheta “Trabalhar” do Anteprojeto de Planificação de Porto Alegre (1951)



Fonte: PAIVA E RIBEIRO (1951) APUD PETERSEN (2018) - com destaque (setas vermelhas) inserido por nós para apontar o traçado teórico original do que viria a se tornar a atual Av. Cruzeiro do Sul/Tronco/Divisa.

Concomitantemente à aprovação do Plano Diretor de 1959, que propunha inicialmente a conformação da atual avenida sobre a qual nos debruçamos, pela própria execução prática do mesmo noutra região da cidade, a saber, o bairro centro, pessoas eram retiradas da antiga região da Ilhota, que ocupava a desembocadura do Riacho Ipiranga<sup>130</sup>, a fim de conformar o projeto urbanístico da área central da cidade, dando ensejo ao que hoje chamamos primeira perimetral, a qual se estende às margens do Lago Guaíba. Alguns dos primeiros ocupantes da atual Cruzeiro do Sul são, dentre outras, oriundos dessas áreas. Já o plano da Av. Cruzeiro do Sul, que à época ainda sequer tinha um nome, permaneceu engavetado por mais de cinco décadas.

As ameaças de cumprimento do plano mantiveram as ocupações em constante risco de despejo. Pois “o Plano Diretor encontra-se em um plano ideológico, que precisa de uma intervenção política para levá-lo até as estruturas

<sup>130</sup> MARQUES, 2012, p. 221.

urbanas”<sup>131</sup>. Assim, foi só no início dos anos 2010, num contexto político e social considerado adequado ao seu empreendimento pelo Poder Público, que a mesma começou a ser efetivamente executada. Considerando que, durante esses mais de 50 anos, as ocupações só cresceram e se multiplicaram, o impacto social que a mesma provoca hoje tem um efeito muito maior do que se, à época, a Prefeitura tivesse procedido na regularização fundiária e urbanização da região, o que teria sido benéfico a todos os envolvidos. Porém, esse espaço, ainda relativamente muito longe do epicentro da cidade - onde iniciou-se a implementação do plano urbanístico - acabou por ser relegado pela administração. Sem uso definido ou implementado pela urbanização, o espaço deu ensejo a diversas ocupações populares, justamente recebendo aquela parcela populacional expulsa tanto do centro da cidade quanto da zona rural, formando uma grande periferia.

Os habitantes da Vila Cruzeiro são expressão desse processo de crescimento urbano considerado desordenado, produto de falha ou desinteresse da Prefeitura em urbanizar a área. A conformação espacial desenvolvida na vila, assim, é fruto da sua ocupação popular histórica, tendo sido produzida pelos braços dos seus próprios habitantes, configurando aí a sua própria ordem. Desses, muitos dos primeiros ainda vivem lá, e guardam na memória as histórias do início da ocupação local. Com o tempo, esses se somaram às grandes massas provenientes do êxodo rural no estado - principalmente a partir da década de 60 e, mais fortemente, em 70 e 80 - os quais, aliado ao crescimento vegetativo da população, formaram o que hoje chamamos de Grande Cruzeiro. Atualmente o espaço da mesma se estende por cerca de 200 hectares, onde moram em torno de 300 mil pessoas, o que perfaz cerca de 15% do total populacional da cidade<sup>132</sup>; que se espalham entre as mais de 60 vilas e “vilinhas”<sup>133</sup> que a compõem, formando essa espécie de complexo. Assim, a formação da Grande Cruzeiro não obedece aos limites dos bairros e, embora se concentre majoritariamente no bairro Santa Tereza,

---

<sup>131</sup> AMARAL E PEREIRA, 2018, p. 49;

<sup>132</sup> ÁVILA, 2006;

<sup>133</sup> Chama-se popularmente de “vilinhas” algumas ocupações de menor porte, que tecnicamente seriam espécies de loteamentos, ocupações, núcleos, cooperativas habitacionais e becos, nos termos da caracterização da Prefeitura.

também ocupa partes consideráveis dos bairros Medianeira, Teresópolis, Nonoai e Cristal.

### 3.2 Dos planos de estruturação à política da precarização

Apesar de a Grande Cruzeiro ser muito representativa geográfica e demograficamente na cidade, inclusive sendo classificada como uma das regiões do Orçamento Participativo, a população local tem sofrido com uma diminuição paulatina dos serviços e equipamentos públicos lhe ofertados, evidenciando o processo de precarização do seu espaço de vida, com o escasseamento progressivo das políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento social nos últimos anos. Exemplo dramático disso é o fechamento da Escola Alberto Bins, na Avenida Tronco, em 2018; hoje, um prédio enorme e abandonado, saqueado e destruído, cravado em meio à comunidade, ocupando um espaço inutilizado e sem vida. Além dessa, a escola Álvaro Alves da Silva Braga, à rua Mariano de Mattos, teve toda sua oferta de ensino fundamental regular fechada, assim como a escola Emilio Meyer, no bairro Medianeira, teve encerrada sua oferta de ensino médio noturno. Já a escola Infante Dom Henrique (no bairro Menino Deus) e Presidente Costa e Silva (que compartilha o prédio com a Emilio Meyer) tiveram diversas turmas fechadas. Todas essas escolas atendem (ou atendiam) crianças e jovens estudantes das comunidades da Cruzeiro, sendo as mais próximas da região da Av. Tronco, e com seu fechamento crianças e adolescentes são obrigados a se deslocar até instituições mais longínquas para estudar, o que também impacta sua sociabilidade comunitária<sup>134</sup>.

“Cara, a minha vó morava aqui há algum tempo né, desde que eu me dei por gente, e ela tinha um espaço enorme que ia daqui até a entrada da vila lá, tipo um sitio né, plantava, criação de porco, galinha, então a gente ganhou um pedacinho ai desse terreno pro meu pai e minha mãe montarem a casa deles. [...] Eles mesmo construíram com ajuda dos meus tio, vizinhos, mutirão né, o esquema de mutirão aquele, que é bem comum” (CH).

---

<sup>134</sup> Ver discussão sobre o termo em BRANCALEONE, 2008, para quem há um “um movimento de transformação dos padrões de sociabilidade comunitário para societário com o desenvolvimento da sociedade urbana” (p. 101), os quais, porém, “continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente, na maioria dos casos” (p. 102).

A Grande Cruzeiro sempre contou com uma sociabilidade ativa, de convivência e mutualidade entre vizinhos, desde o processo de construção das primeiras ocupações – em regime de mutirão, como contam os mais antigos - até hoje. E muitos serviços sociais, culturais e de organização comunitária são desenvolvidos na vila pelos próprios moradores, ocupando de forma popular uma demanda que não é abarcada pelo Poder Público. Entretanto, essa sociabilidade comunitária cotidiana, de convivência, em função das obras do seu entorno, tem sofrido abalos. É possível observar que as ruas têm se tornado mais vazias e a convivência no espaço público mais rara. Afinal, os próprios centros de convivência por excelência de uma comunidade, especialmente pelas crianças – as praças – foram destruídas com as obras, desaparecendo do mapa. De toda forma, a comunidade segue resistindo em meio à precarização do seu espaço, pelos seus próprios vínculos, criando estratégias características para lidar com a situação, embora a insegurança territorial lhes impingida pela gestão pública. Insegurança essa provocada pela instabilidade do vínculo que lhe resguarda, pois, primeiro, a maioria não tem posse da terra – podendo dela ser arrancados a qualquer momento, como ocorreu com os vizinhos removidos – e, segundo, que os serviços dos quais fazem usufruto podem, da noite para o dia, desaparecer, como o exemplo das escolas.

“Quando eu era pequena, como eu me criei aqui, a gente ia muito prali e lá pra baixo também, tipo lá perto do coleginho Alberto Bins, sabe, era muito legal assim, tu passar, porque a gente via a casa das pessoas antes era muito diferente, né, dai tu conhecia as pessoas, então eu tinha muito amigo meu que morava ali pra baixo, muita coisa, então a gente passava ali e já cumprimentava e conhecia todo mundo [...] tinha muita pessoa que eu gostava assim, até, então é complicado, porque como eu falei, a gente nem se fala mais, a gente não se vê mais, então tinha muito amigo que cresceu comigo, que eu estudei um tempo ali no Alberto Bins, então teve muitas pessoas que cresceram comigo que eu não vejo mais por causa dessa função de terem...a obra ter tirado a casa: Ah a obra vai passar nessa rua então a gente vai precisar tirar a casa de tal pessoa, então ela saiu e a gente não tem mais aquele contato que a gente tinha antes, entendeu?! Então é bem complicado mesmo” (DB)

A resolução dessa questão - e um possível retorno a um cotidiano de pretensa normalidade - não tem horizonte. O processo de implementação das obras - que já se arrasta desde 2010 - não tem previsão definida de término. A última atualização do discurso da Prefeitura promete a obra completa para setembro de 2022<sup>135</sup>. Em março de 2021 foram noticiadas<sup>136</sup> pela Prefeitura as últimas desapropriações, embora admita que há algumas ainda *subjudice*. A comunidade da Cruzeiro sequer consta na seção de reassentamentos do *site* do Departamento Municipal de Habitação, uma vez que não foi instituída política pública nenhuma para acompanhamento das pessoas removidas, sendo transferida totalmente para as famílias a responsabilidade de encontrar lugar para morar após sua remoção. Há uma omissão e silenciamento por parte da Prefeitura sobre o processo, seu real andamento e suas implicações.

“O bônus, tem uns que gastam, não sabem, não é aquele pensamento nosso “vou pegar o dinheiro e aplicar numa casa”, às vezes a pessoa não tem esse pensamento, vai ali gasta o bônus e fica sem ter onde morar e acaba tendo que se alojar na casa de um parente, eu vejo como uma coisa triste”. (JS)

A Prefeitura já justificou, entre outros, não ter verbas para pagar fornecedores e empreiteiras, problemas contratuais, dificuldades de execução do planejamento, já culpou os moradores pelos atrasos, as empresas já se negaram a continuar as obras sem o devido pagamento e condições de trabalho, e até uma operação policial<sup>137</sup> já apurou irregularidades nos contratos e destinação das verbas relativas ao caso, envolvendo gestores e servidores públicos sob a acusação de fraude, peculato e prevaricação. Enfim, ao longo da história infinita gerada a partir do que era para ser uma melhoria rápida e garantida para a vida da comunidade, diversas foram as justificativas apresentadas pelo Poder Público, e

---

<sup>135</sup> <https://prefeitura.poa.br/smoi/noticias/obras-de-duplicacao-da-avenida-tronco-avancam-no-primeiro-semester-de-2021>. Acesso em 09/07/2021.

<sup>136</sup> <https://prefeitura.poa.br/pgm/noticias/pgm-conclui-ultimas-desapropriacoes-na-tronco>. Acesso em 09/07/2021.

<sup>137</sup> <https://www.pc.rs.gov.br/operacao-pau-oco-e-deflagrada-para-apurar-crimes-contra-a-administracao-publica-em-autarquia-municipal-da-capital>. Acesso em 09/07/2021.

diversos foram os momentos desse drama interminável na cidade, que adquire, a cada capítulo, cada vez mais um *status* de tragédia.

“[...] é material da prefeitura, foi pago, todo material concreto, quantos caminhão, betoneira, quantos caminhão tem de concreto ali, tudo esbanjado, jogado fora, é dinheiro nosso! É dinheiro que tá faltando pra mim, pra construir meu apartamento, minha casa, a minha oficina, tá ali, olha ali ó, e a obra não sai, ela vai um pouquinho e pára, vai outro pouquinho e pára, vai mais outro pouquinho e pára e o prefeito nada, ele não vem dizer pra nós: aqui eu vou fazer... ele teve ali ó, em junho ele teve ali dentro do DEMHAB e disse assim: “- Vou fazer!” Pode me chamar de mentiroso eu tenho gravado ali, pode me chamar de mentiroso se a obra começar agora e não terminar. E não terminou, olha como é que tá.” (SM)

A constante prorrogação do prazo de término, que por diversas vezes já se estendeu e nunca se cumpriu, causa desconfiança e desesperança nos moradores. Afinal, o prazo inicial era abril de 2014. Enquanto isso, a comunidade tem vivido em meio à lama e à poeira do solo descoberto, ao corrimento de esgoto a céu aberto pelas escavações, ao entulho das casas, canteiros e calçadas demolidos, ao depósito de materiais de construção pesados à espera de destinação, e conseqüentemente à destruição do seu espaço comum de vida, onde se desenvolve seu cotidiano, o que tem impactos diretos sobre sua sociabilidade.

Vejamos a seguir algumas imagens do lugar que evidenciam a questão:

Figura 12 - Valão no início da Av. Divisa



Foto do autor, janeiro de 2019.

Na divisa entre a Av. Divisa e Av. Cruzeiro do Sul, valeta vira córrego, instalada sobre o que antes eram casas e becos, separando as casas que restaram, ao fundo, do acesso à avenida. Ou se contorna, a cem metros, os montes de pedra e os buracos para acessar a via, ou se aventura nalgum caminho mais pedregoso. Mato já cresce na encosta do novo e esdrúxulo relevo, produzido pelas obras paradas.

“Mano, tu pensa num chão, avenida esburacada, não tem acesso direito, em dia de chuva aquele lamaçal, a minha esposa tendo que levar a mãe dela pra consultar na cadeira de roda, tu tá entendendo? Pega esse cenário aí, não é só o e meu caso né, a minha esposa sai seis horas da manhã com a mãe dela na cadeira de roda empurrando, aqui tá tudo asfalto isso aqui é asfalto de 2000, entendeu, lá... 300 anos, chega lá na frente o asfaltinho que existia não existe mais. Agora é só saibro, daí choveu tu chega lá de cadeirinha de roda embalando, temo que ir embalando porque o táxi, se tu vai chamar o Uber, o Uber não vai querer entrar aqui dentro, vai chamar o táxi, o táxi não vai entrar, às vezes mesmo de boa vontade vai chegar ali vai fazer como *como é que eu vou entrar*, só quem é morador que sabe as táticas né daí tu vai descer uns 200 metros, dar a volta lá numa parte que não tá pronta, subir de novo, pegar o barranco, pegar a esquerda, quebrar o terceiro buraco à direita... entendeu? Daí a gente é obrigado a passar esse transtorno aí pra chegar numa parada de ônibus, chegar no posto, é complicado, tá... é foda. Se a obra na casa da gente acaba nuns transtorno, imagina na rua toda entendeu. Ainda mais esse tempo todo aí, sei lá, uns 10 anos aí.” (CH)

*Figura 13 - Acúmulo de material à beira da via*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Próximo à esquina com Dona Otília, acúmulo de resto de material da destruição das casas e abertura da via amontoado à beira da rua (ou do que ela virá a ser). No entorno, as casas que restaram. Pela janela de casa, moradores se deparam com esse monstro de terra e entulhos. Ao sair dela, precisam contorná-lo. O mato já cresce. À esquerda, casas que ainda resistem à remoção contrastam com o entorno demolido.

*Figura 14 - Pavimento que termina no nada*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Pavimentação do que virá a ser o corredor de ônibus termina abruptamente, quase à esquina da Av. Brasil, entre ferros da estrutura expostos e monte de material acumulado. Ao vir pela via, é necessário fazer saltos para superar os obstáculos. Pessoas com dificuldade de locomoção não têm vez: precisam esticar o caminho e dar a volta para seguir seu rumo. Pessoas saltam entre o fim da via parcialmente construída e o chão de areião.

*Figura 15 - Av. Tronco*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Na passagem entre o espaço com obras mais avançadas na Av. Tronco e a área ainda simplesmente removida, montes de terra contornam o que é a rua, dando o sentido do trânsito. Entre a via e as casas que restaram, um grande desnível, já tomado por mato, ocupando o espaço onde antes eram casas, comércio e vielas.

Figura 16 - Cratera pedregosa



Foto do autor, janeiro de 2019.

O mesmo desnível, visto por outro ângulo, mostra a dimensão da cratera. Ao fundo, à direita, o muro da antiga escola Alberto Bins, cercando um prédio vazio e abandonado. A placa que informa “Atenção, Escola a 50m” está descolada da realidade. A escola fechou. A placa, lembrando tempos idos, é uma marca, encravada na paisagem. Aí, nessa cratera, antigamente eram as casas de muitas das crianças que na escola estudavam.

“O colégio Alberto Bins aqui, ali eu quero que tu veja, cara. Um baita de um colégio, tá tudo aberto. Não tem muro, não tem nada. Tá tudo assim. Os marginal já levaram porta, levaram janela. Quantos milhões o povo pagou pelo aquilo ali pra ver tudo atirado. Isso é uma vergonha. Uma coisa que não se esperava. Nós mesmos fizemos várias reunião, paramos, fomo na Câmara, fomo em tudo, batemos e não conseguimos. Fechou o colégio. É assim a coisa, é... O dinheiro do povo é ó.” (SP)

Figura 17 - Córrego se forma no vale artificial



Foto do autor, janeiro de 2019.

Água limpa, desperdiçada por rachaduras em cano de abastecimento quebrado durante as obras, forma um córrego. A água, com destino ao esgoto pluvial, corre por entre o relevo artificial e contorna os detritos das demolições. Onde ela empoça, se reproduz a vida: principalmente, de mosquitos. Enquanto a Prefeitura faz campanha de conscientização contra o *Aedes Egypt* no rádio e televisão, ao mesmo tempo e contraditoriamente, engendra situações como essa. O mato, se aproveitando da esdrúxula irrigação, cresce. Morador relata que já solicitara há seis meses para a Prefeitura a arrumação do vazamento, tendo, desde então, respostas evasivas, e nenhuma ação concreta.

“É meio complicado, é uma cratera, é como se tivesse andando na Lua né, tem muito buraco, muito esgoto a céu aberto, muita água, água afu, a água boa de ser bebida, e os cano estourado, fica vazando aí, o lixo, muito lixo, fica muito difícil de passar, poucas iluminação também tá muito difícil. [...] muita dificuldade, muita dificuldade, muito transtorno. Só quem tá convivendo e vivendo com essa obra aí há bastante tempo sabe das dificuldades que é morar próximo a elas.” (BJ)

Figura 18 - Na casa demolida, Fé

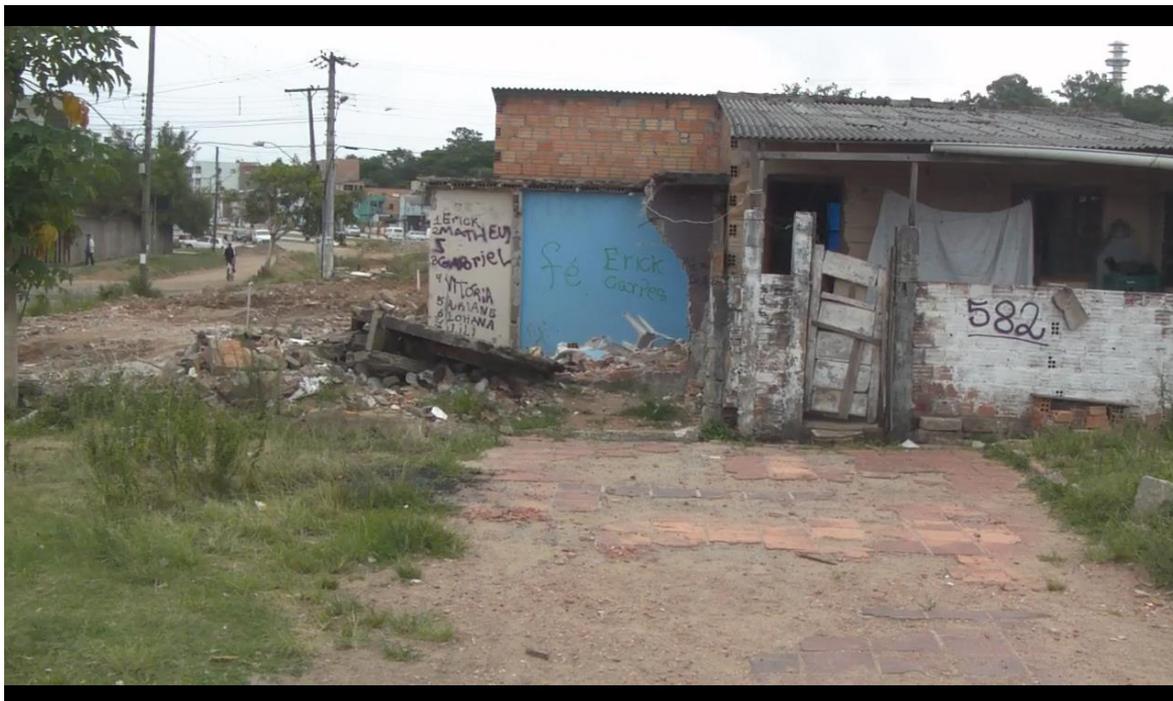


Foto do autor, janeiro de 2019.

Casa de uma das entrevistadas, que resistia no local. Disse que não sairia dali enquanto a Prefeitura não lhe pagar o devido bônus moradia, prometido há anos. Não havia previsão. Ela pretende pegar o dinheiro para comprar outra casa, na própria comunidade, mais acima no morro, de um vizinho que quer se mudar para o interior. Enquanto o pagamento não acontece, a casa segue marcada com tinta spray, definindo seu lugar no plano de remoção. Ao lado, casa já demolida foi deixada por ali mesmo, pelas empreiteiras da prefeitura, e ferros retorcidos e entulho ocupam o que deveria ser um caminho até a rua. Na parede azul, que fora outrora de uma sala ou um quarto de uma residência, a palavra Fé salvaguarda a humanidade na paisagem.

*Figura 19 - Na cratera, um pequeno lago*

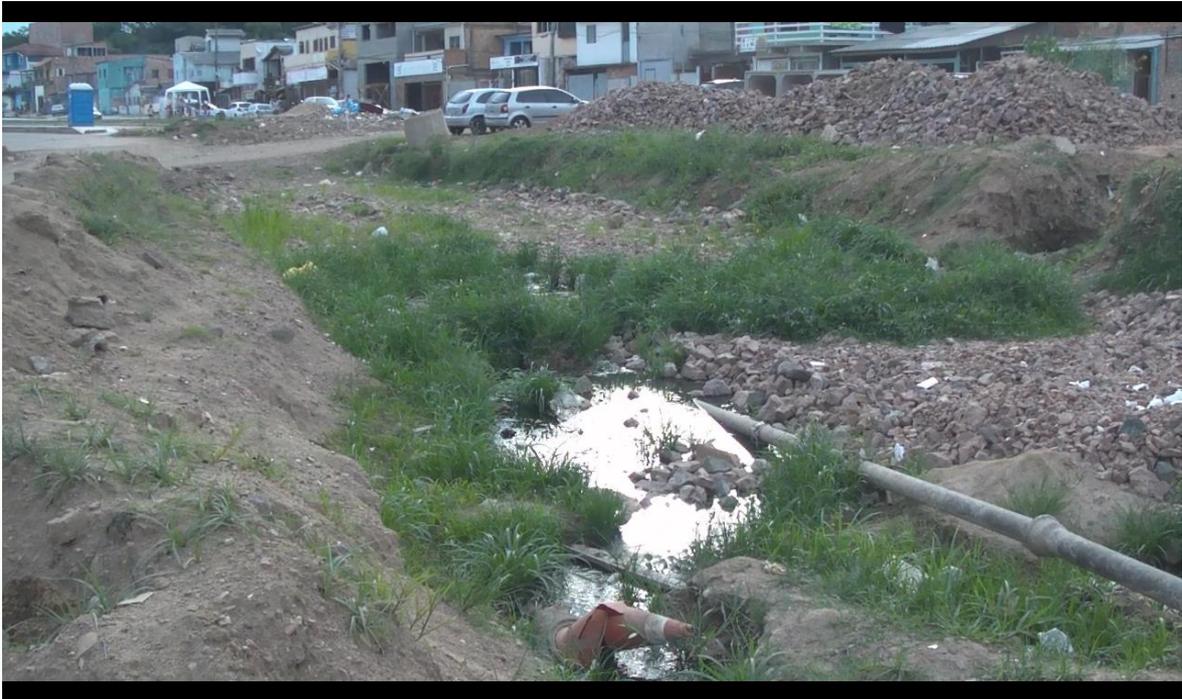


Foto do autor, janeiro de 2019.

Na mesma cratera, mais perto do início da área já pavimentada, canos atravessam o espaço, e vazamentos formam um pequeno lago no meio. Abaixo, no centro, o cone destruído denuncia que há muito tempo a área não está interditada: está abandonada. Quando chove, esse lago enche, e vira um “mar”, como relatou uma entrevistada. O mato, crescido em torno da área encharcada, revela a formação bizarra de um pequeno ecossistema. Aí convivem ratos, baratas, escorpiões. E crianças brincando.

*Figura 20 - Corredeiras a céu aberto*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

Um dos diversos canais por entre a terra descoberta, por onde corre água da chuva e de canos destruídos durante a demolição de casas e as obras.

*Figura 21 - Entulhos antigos, materiais novos.*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Crianças brincam à borda da cratera, em meio aos entulhos. Pequenas, elas já nasceram nesse contexto. Sequer conheceram o antigo espaço da vila, que precedia esse cenário. De fundo, materiais de construção novos, parados há meses, fazem parte da paisagem e das brincadeiras das crianças. Para se acessar a avenida, vindo-se de dentro dos becos e vielas da comunidade, é preciso passar por dentro deles.

*Figura 22 - Caminhos...*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Homem, retornando do mercado para casa, passa por dentro das aduelas de concreto. Faz parte do cotidiano. Sobre elas, crianças brincam. O absurdo da situação grita na paisagem.

Figura 23 - Esquina da Brasil



Foto do autor, janeiro de 2019.

Numa esquina de grande movimento da comunidade, entre Av. Moab Caldas e a Rua Nossa Senhora do Brasil, onde os ônibus Santa Tereza e Cruzeiro vindos do centro se separam (o primeiro, sobe o morro, o segundo, atravessa por seu sopé), ferros retorcidos, vigas do antigo bar de sinuca demolido, em meio aos entulhos ocupam o que virá ser a futura avenida duplicada. Em primeiro plano, um grande cano de concreto.

“pedestre ficou ruim, bah ficou ruim, muito ruim. Normalmente a gente tem que pegar uma rua fora da obra né pra fazer o contorno de onde a gente normalmente passaria né tinha a calçada tinha o asfalto onde a gente poderia transitar normalmente mas aquelas obras um areião puro, se tu tá de chinelo tu te suja. Se tu tá na chuva tu acaba sujando os pés... essa questão de mobilidade urbana pro pedestre ficou bastante dificultada.” (BX)

*Figura 24 - Casa em pé faz divisa a casa demolida*



Foto do autor, janeiro de 2019.

Casa que resiste à remoção contrasta com casa ao lado, demolida. Da janela da casa que restou, o que se vê são os escombros do antigo vizinho. A proximidade entre as paredes da casa que sumiu e da que permanece impediu que a demolição desse por completo: foi preciso manter uma das paredes da casa antiga, para que a estrutura da que restou se mantivesse. O aspecto do cenário é de guerra.

Figura 25 - Escombros, pó, lama, caos



Foto do autor, janeiro de 2019.

Pedaço da Av. Tronco com grande parte das casas removidas. Em 2019, sete anos após as primeiras demolições, casas maiores resistem na paisagem: muitos moradores das casas de maior porte não aceitaram o valor proposto de 58 mil. Como disse um entrevistado, “a terra pode ser da prefeitura, mas o tijolo é meu”. Em muitos casos, o processo vai parar na Justiça. Enquanto isso, moradores precisam caminhar por entre esse ambiente para transitar pela comunidade.

“É isso assim, é a parte da locomoção, e ai teve muita abertura de esgoto, então muito bicho assim e dai as pessoas... com essa parte da obra não ter sido acabada muita gente: ah, tipo as pessoas da obra deixam lixo ali e dai tu: ah então eu posso jogar também, então ai, tipo aqui a obra não foi acabada, tu vê que tá um lixão ali porque as pessoas já tão descartando tudo ali, dai tu não consegue passar, tipo por exemplo, ali era um lugar que tu deveria passar mas tu não consegue porque tem lixo, porque tem acúmulo de resto de obra, então tá difícil.

[...] no começo era pior, porque a gente não tava acostumado com os buracos, com as coisas, então, bah, volta e meia um caía ali, eu já cai várias vezes aqui com essas pedra horrorosa” (DB)

Figura 26 - Escombros, pó, lama, caos



Foto do autor, janeiro de 2019.

O tamanho da árvore de mamona que já cresceu rente à parede denota o tempo que o espaço vem abandonado. Antigamente, esse era o espaço de uma casa. Na parede antiga, ainda em pé, o pixo “282” demarca território.

*Figura 27 - Pé de tomate*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

Pé de tomate com quase um metro de altura, nascido espontaneamente na terra revirada entre as pedras, denuncia a quanto tempo o espaço não é trabalhado. O broto de tomate cresce saudável, alheio ao seu entorno.

*Figura 28 - Um relevo artificial*



Foto do autor, janeiro de 2019.

O resto de entulhos e o acúmulo de materiais de construção, parados e ocupados paulatinamente por relva que insiste em nascer por entre os detritos, conforma um novo relevo na comunidade. Onde antes eram casas, ruas e vielas, agora são montes, canais, crateras, buracos, desníveis, superfície irregular. Ao fundo, as casas, que ficarão na futura avenida. Depois delas, uma infinidade de casas, acessadas por caminhos dentre a vila. Centenas de pessoas que precisam todos os dias cruzar esse cenário para irem trabalhar ou chegarem até os comércios ou serviços de que precisam. Bem ao centro, duas crianças brincam. Para elas, esse é o espaço de vida comunitário de que dispõem. Essa é a paisagem a qual integram.

Figura 29 - A mata toma seu lugar



Foto do autor, janeiro de 2019.

Ao longo do caminho, casas ainda em pé, casas recentemente demolidas e o espaço das casas demolidas há muito tempo manifestam graus de impacto diferentes sobre o espaço, e denunciam um processo que, ou não tem planejamento, ou é flagrantemente de imposição do caos. No plano central, donde antes havia uma fileira de casas, o mato toma conta, e arbustos mais altos que as casas já podem ser vistos. Ocupam parte removida há muito tempo, já limpa e revirada, e agora dão ensejo a uma flora incipiente. Já no primeiro plano, área removida mais recentemente ainda mantém entulhos espalhados pelo chão. Ao fundo, as casas remanescentes, das quais os moradores convivem com isso às portas. Bem à direita, uma casa marcada para remoção ainda resiste no local.

“Que aí deu muito problema, já caiu criança nesses buraco aberto aí, muita mãe saiu daqui com os filhos direto pro hospital né, eles vinham brincando, caiu no buraco, machucou a perna; não aqui né, mais ali; claro, eles deixam ali, abriram e não terminaram nunca né; são teimoso, aí caiu no poço d’água ali, a mãe levou pro hospital, agora tá bem mas teve que sair pro hospital. (DS)

*Figura 30 - Av. Tronco em perspectiva*



Foto do autor, janeiro de 2019.

O que será a futura Avenida Moab Caldas (antiga Tronco). No futuro (incerto), uma avenida de grande porte na capital. Morador descansa, sentado em frente a sua casa ao entardecer. Esse costume já foi radicalmente modificado com a remoção dos seus vizinhos - praticamente todo espaço aberto que se vê (com exceção da pequena via à direita, a Av. Tronco original) eram suas casas. Será modificado novamente, quando a avenida passar a funcionar, comportando grande fluxo de trânsito veicular.

*Figura 31 - O [não] fim da via*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

A via, vista na foto anterior, termina assim. Uma rua que não tem fim, um caminho sem destino, como a própria obra que, confundida com a própria vida local, está em suspensão.

*Figura 32 - Paredes, memórias*

Foto do autor, Janeiro de 2019.

Casa grande, de dois andares, resiste na Av. Tronco. Sem acordo sobre valor da indenização, processos se arrastam por anos. Pagamentos suspensos e adiados por parte da Prefeitura provocam desconfiança e insegurança. Com relatos e notícias desanimadoras quanto à situação dos que partiram, parte dos que remanescem no local não aceitam sair sem a certeza do dinheiro na mão. A Prefeitura não paga, a família não se muda, a casa permanece, a obra fica parada. Uma vida em suspensão, à espera de uma resolução que não se apresenta no horizonte. Enquanto isso, o espaço da antiga casa ao lado, que fechou acordo, já derrubada, serve de estacionamento aos moradores. As paredes – não derrubadas pelo risco de dano à estrutura da casa remanescente - originalmente internas da casa derrubada, e agora às vistas de todos, registram grafites e revelam uma história apagada. Resta a memória por parte dos que a conheceram. A casa remanescente também será derrubada, não se sabe quando. Enquanto isso, a cena é de destruição.

*Figura 33 - Paredes, memórias*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

Caso se repete na Vila Maria, na Medianeira. Casas demolidas vão sendo deixadas pela metade pela Prefeitura. Os cenários produzidos pelo descaso lembram zonas de guerra, e perduram anos a fio. Impossível não sofrer impactos ao se deparar, diariamente, com essa paisagem. A imposição do martírio cotidiano parece ser a principal política pública aplicada na comunidade. A destruição do espaço em que se reproduz sua vida e a completa negligência com os despojos configura um ataque obsceno a sua cidadania e dignidade.

*Figura 34 - Escombros*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

O tamanho da planta nascida em meio aos destroços da casa demolida - quase dois metros de altura - denuncia a longevidade da negligência.

*Figura 35 - Escombros*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

Parede, deixada em pé por risco de dano a construções contíguas, se transforma em mural para grafite. A janela foi levada, o vão ficou.

*Figura 36 - A futura avenida que separa da avenida real*



Foto do autor, Janeiro de 2019.

Grande vazio – a não ser por terra e pedregulhos - onde eram casas removidas separa casas remanescentes da Avenida Cruzeiro. Para acessá-la, é preciso passar por aí ou dar uma volta de duzentos metros. Na parte mais baixa, para onde corre a água, o mato cresce.

*Figura 37 - Espaço vazio, novas ocupações*

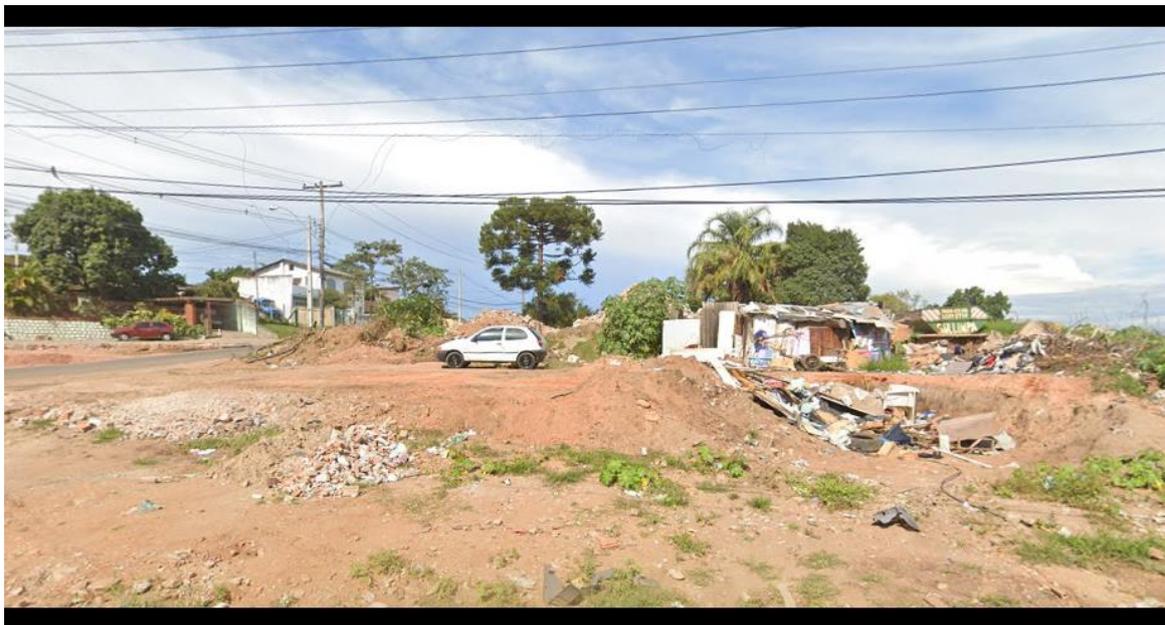


Foto do autor, Janeiro de 2019.

No início da Av. Divisa, espaço vazio das remoções, deixado por anos parado pela Prefeitura, dá ensejo a novas pequenas ocupações incipientes.

“E alguns tão voltando né moço, por que tão voltando, seguinte né, o papo, não sei se é verdade, a gente também não dá pra falar coisa que não é verdade, que eles pararam de pagar o aluguel, não tinha onde meter as cuia, voltaram pra lá né, fizeram uma pecinha de compensado, veio outros compraram um compensado novo fizeram uma casinha e ocuparam de novo [...] Ocuparam de novo porque... Me parece, dizem que não tavam mais pagando o aluguel que a gente tava devendo cinco, seis meses de aluguel social, na verdade quem tá morando não tá devendo, quem tá devendo é a entidade... A coisa política aí né, aí não sei se é verdade mas eu acredito que sim, porque como dizem... "Criança aumenta mas não inventa" tá me entendendo, bah... Pode dizer como criança aumenta, mas não tá inventando, não tá mentindo, vai ver que sempre no fundo... Onde há fumaça há fogo né, então apareça lá pra ver, tá uma maravilha moço, é gambá correndo pra tudo quanto é lado, mas não é gambá humano é gambá bicho. São amigos eu levo comida pra eles, eles comem, brigam se agarram no pau, então tá assim tá uma selvageria aquilo lá.” (SR)

Figura 38 - No outro extremo



Foto do autor, Janeiro de 2019.

No extremo sul da obra, ao final da Av. Divisa, a paisagem que outrora fora de casas, comércios e serviços, agora é um vazio, composto por areião e restos de detritos das demolições. À esquerda, as casas que remanesceram, das quais os moradores, para retirar seu lixo doméstico, precisam atravessar essa área vazia, a fim de depositá-lo na via à espera do devido fim. Um monte se acumula à espera do recolhimento pelos coletores. Embaixo da árvore, no centro, uma família descansa e conversa, sentada em cadeiras. Um hábito que em parte sobreviveu à demolição do entorno. Desde o espaço vazio - que um dia será a avenida duplicada, ao fundo, mais à direita, é possível enxergar uma das torres do Shopping Barra Sul, importante centro de negócio da capital gaúcha, compondo uma paisagem de desigualdades. A existência da torre e da obra, presentes na mesma paisagem, acomete mais implicações do que se imagina à primeira vista.

“Essa avenida nova tá sendo construída, se tu olhar por um aspecto amplo, ela vai dar num shopping bastante conhecido aqui e por exemplo muitas pessoas que eu conheço da vila não tem carro, não tem moto, andam de ônibus, e construíram uma avenida justamente pra melhorara mobilidade urbana né, claro que tem umas questões de saneamento que antes não tinha hoje tem porque justamente nessa obra tão dando atenção pra isso mas essas pessoas, elas temem por perder suas casas porque isso aqui pode se tornar um centro comercial.” (BX)

### 3.3. Políticas públicas na vila: entre discursos e práticas

Embora Políticas Públicas sejam por definição políticas empreendidas pelo Estado para a garantia dos direitos legalmente previstos aos cidadãos, sua aplicação tem adquirido - em função da desigualdade social, dos meandros do poder e da ineficiência institucional - um caráter muitas vezes nefasto para alguns dentre esses cidadãos. No nosso caso, embora a duplicação da avenida objetive, no discurso oficial, melhorar a mobilidade na cidade e a própria estrutura da comunidade, ignora-se os direitos e o bem-estar de uma infinidade de famílias que, para isso, precisam ter seu espaço de vida sacrificado, ou sendo removidas de suas moradias, ou tendo sua qualidade de vida fortemente impactada pela execução precária e proteladas das obras necessárias no seu entorno.

Essas políticas, embora discricionárias ao ente público e sob a égide do Estado Democrático de Direito, tem se mostrado no âmbito local pouco ou nada democráticas, além de explicitamente violadoras de direitos. Elas, ao longo do tempo, têm sua ordem e método de implementação diferenciada, a depender do contexto e da inclinação política de cada grupo que governa a Prefeitura, e se alternam em função das mudanças no gerenciamento e na produção do espaço urbano, de acordo com os fins estipulados pelo Estado (em seus diferentes âmbitos) em parceria com o capital privado (nacional e internacional). Esse quadro perfaz parte do contexto sobre o qual se dá nossa averiguação, em que buscamos analisar como o mesmo se coconstitui com a multiplicidade de subjetividades adjacentes ao espaço vivido, pela experiência dos moradores, visando descortinar as relações e coimplicações entre esses diferentes âmbitos e nos aproximar à complexidade da questão.

Na medida em que as populações das áreas periféricas cresceram e as vilas se expandiram, e em especial após a redemocratização do país nos anos 1980, quando foi reconquistado o direito ao voto, as comunidades periféricas acabaram por tomar importância no sentido eleitoral em nossa democracia representativa, uma vez que figuram muitos votos. Além disso, com a restituição dos direitos políticos dos cidadãos, as mesmas puderam retomar processos de luta por direitos, por moradia, por serviços e etc., se mobilizando na busca por assistência do Poder

Público na melhoria de seus espaços. Assim, espaços que antes se apresentavam inóspitos e eram ignorados pelo Poder Público passaram a receber serviços sociais básicos, como escolas, postos de saúde, segurança pública, iluminação, calçamento, esgoto, água tratada, etc. Se por um lado a simples disponibilização desses serviços poderia configurar a comunidade numa condição de “regular” frente ao Poder Público, uma vez que o próprio Estado passa a se fazer presente no cotidiano através dos serviços, por outro, na prática, não é isso que acontece. Assim que se faz necessário, o discurso da “irregularidade” da ocupação é trazido à tona pelo mesmo Estado para promover políticas que não contemplam aquelas famílias no sentido de uma qualificação efetiva do seu entorno, mas visam, sim, a reestruturação capitalista do espaço da periferia, no sentido tanto de agregar valor imobiliário ao entorno quanto de reconfigurar o espaço urbano num sentido amplo, o que demanda a sua remoção e a transformação - ou mesmo destruição - do seu espaço de vivência para dar lugar a funcionalidades diversas, sem grande contrapartida por parte do poder público para as famílias negativamente atingidas, o que inclui tanto as removidas da área quanto as que ficaram vivendo em meio à comunidade, no nosso caso, transformada num grande terreno de obras.

Desde a redemocratização até os primeiros anos do século XXI, as administrações à frente da Prefeitura de Porto Alegre promoveram melhorias diversas nas regiões periféricas da cidade, o que incluiu a Grande Cruzeiro. Um grande ciclo formado pelas chamadas administrações da “Frente Popular” (1988-2004) representou avanços urbanísticos e humanitários nas áreas periféricas da cidade<sup>138</sup>. Entretanto, com a mudança nas forças políticas que comandam a Prefeitura, a partir de 2004, a periferia voltou a ter pouca relevância. Se anteriormente, durante o período de 1988 a 2004, houve significativo incremento na rede de serviços nessas áreas, atualmente essas comunidades sofrem com um paulatino processo de abandono.

---

<sup>138</sup> Quando observamos o acompanhamento das obras e serviços do Orçamento Participativo sobre as regiões da Cruzeiro e do Cristal é possível perceber a grande concentração de implementação dos mesmos durante o período mencionado. Disponível em [http://www.portoalegre.rs.gov.br/op\\_prestacao/acomp.asp](http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp) (acesso em 27/07/21)

Embora durante os governos da Frente Popular tenha se procedido na melhoria da infraestrutura das vilas, com asfaltamento de vias, instalação de iluminação pública, saneamento básico, transporte público e equipamentos de atendimento social, por outro lado, essa mesma administração, que governou por dezesseis anos, não enfrentou a questão fundiária na Cruzeiro, não atuando na regularização das vilas, onde os moradores ainda hoje não têm os papéis de propriedade sobre os próprios terrenos que ocupam, ainda que algumas ocupações já tenham mais de meio século.

A atuação das administrações acima descritas qualificou estruturalmente o espaço das comunidades, o que por muitos anos garantiu a reeleição do PT<sup>139</sup>, partido que, junto às lideranças comunitárias, sindicalistas e intelectuais, configurou o grupo político responsável pelo projeto. Também a implantação do Orçamento Participativo, em 1989, que deu voz às comunidades para decidirem os melhores projetos a serem investidos, fortaleceu o caráter popular do desenvolvimento espacial das comunidades, dessa vez com o devido aporte do Poder Público. Isso inclusive colocou Porto Alegre no mapa mundial da participação popular na democracia, trazendo, entre outros, o Fórum Social Mundial para a cidade, e importantes lideranças para debater a importância da participação popular nos rumos das cidades. Foi também durante esse período que se elaborou o atual Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre<sup>140</sup>, de 1999, que contemplava em alguns quesitos o desenvolvimento da periferia, embora também não previsse a efetivação do processo de regularização fundiária enquanto política de Estado.

De 2005 a 2016, com a mudança da corrente política na administração da cidade e as consequentes alterações no projeto político de gestão, houve mudanças na relação entre Poder Público e comunidades. Embora o orçamento participativo tenha sido mantido, a qualificação dos espaços comunitários ficou em segundo plano frente a um projeto de modernização da cidade. Nisso, projetos próprios da Prefeitura foram implantados muitas vezes à revelia de ampla

---

<sup>139</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>140</sup> Disponível em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/lei\\_434\\_integra\\_revisado\\_2010.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_integra_revisado_2010.pdf)

aprovação popular local, como é o caso do sacrifício de ocupações históricas em nome da modernização. Passou-se a investir fortemente no crescimento urbano em termos de vias de trânsito e acesso, especialmente abertura de ruas e avenidas, privilegiando o transporte individual por automóveis de uso particular. Ainda, a meta de crescimento econômico da cidade, com a instalação de grandes corporações e negócios, busca o favorecimento da circulação viária como meio de interligação entre pontos chave na cidade, como medida de racionalidade econômica capitalista, que é empreendida tanto pelo Estado como pelos próprios agentes capitalistas, em parceria. Conforme Lojkine (1997) isso objetiva maximizar os lucros e minimizar os gastos operacionais, em função da diminuição do tempo necessário para produção e circulação, favorecendo o consumo.

O que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos meios de consumo coletivo que vão criar novas necessidades sociais e de outro o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho (LOJKINE, 1997, p. 146)

Um exemplo claro desse fator na cidade é a interligação que será propiciada, pelas obras da Cruzeiro, entre o shopping Barra Shopping Sul, inaugurado em 2008 – o maior estabelecimento do gênero na região Sul do Brasil – à avenida Carlos Gomes e Dom Pedro I, polo internacional de negócios na capital (ambos na chamada terceira perimetral), até o Aeroporto Salgado filho, privatizado em 2017. Assim, encurtam-se os caminhos e, conseqüentemente, o tempo, diminuindo custos e aumentando ganhos.

Entretanto, para que isso seja possível é necessário, previamente, o investimento em grandes projetos de reestruturação urbana, com alto impacto ambiental e social e com alto custo de investimento – dessa vez, público. Isso acompanha a atual tendência da urbanização submetida aos moldes neoliberais de gestão do espaço, em que se investe em grandes obras estruturais, com vistas à criação de ambiente propício aos negócios, facilitando a circulação do capital.

No processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isso implica em práticas espacialmente localizadas, via de regra, efetivadas pelo Estado

ou pelas grandes e complexas corporações. Tais práticas [...] constituem ingredientes da gestão do território (SOUZA, 1995, p. 42)

Com claras vistas à valorização capitalista dos espaços mais centrais, ainda que via sacrifício de comunidades inteiras, ironicamente o Poder Público chama esse processo de “revitalização”.

O principal marco da implantação desse modelo é a vinda da Copa do Mundo de 2014 para a cidade. Nessa esteira foram executadas diversas remoções. E, junto a isso, implantadas as políticas de “choque de ordem”, através da implantação de centros integrados de segurança pública dentro das comunidades, que em Porto Alegre são chamados de “Territórios da Paz<sup>141</sup>” - os quais, em tese, se por um lado deveriam garantir a segurança nas vilas, por outro garantiriam a execução dos projetos de reestruturação através do seu controle espacial por parte do Estado. Isso porque, por um lado, com a vinda dos turistas, e sendo a via da Cruzeiro um possível acesso entre o aeroporto, os hotéis de luxo e o estádio Beira-Rio, sede da Copa em Porto Alegre, o caminho entre os mesmos não poderia de forma alguma representar um perigo aos turistas, transientes por ora dos jogos da Copa, e também a tudo mais que ela traz – dinheiro, negócios, circulação, etc. Por outro lado, a própria instituição das obras necessita de um ambiente seguro à sua execução, e a organização comunitária, que muitas vezes se manifesta por atos de protesto, trancamento de ruas e ações diretas, colocaria em risco o bom andamento das obras, que tinham prazo determinado para estarem prontas. De toda forma, essas ações perderam seu objeto no momento em que as obras se atrasaram a ponto de a Copa do Mundo terminar antes que elas pudessem ter alguma efetividade sobre o trânsito na capital.

Assim, em pleno ano de 2022, as obras seguem. Ao longo dos 3,4km de via previstos para duplicação, passa-se pelas vilas Silva Paes, Maria, Tronco, Cristal, Cruzeiro, Figueira, Ocupação Gastão Mazon (que foi inteiramente removida, desaparecendo do mapa) e casas de passagem da Avenida Padre Cacique. O início das obras, em maio de 2012, esbarrou, à época, na resistência

---

<sup>141</sup> Ver análise acerca do papel do projeto “Territórios da Paz” nas favelas em Damico (2011).

das famílias moradoras, que se organizaram em movimentos populares e boicotaram o cadastro de remoção executado pela Prefeitura, se negando a deixar as casas. O projeto repercutiu negativamente na sociedade, difundindo-se através da mídia alternativa e promovendo a integração de movimentos políticos e outros cidadãos na causa. Como a obra evidentemente não ficaria pronta à época da Copa, o projeto foi retirado do “Pacote da Copa”; porém, não descartado, mas sim integrado ao chamado “Pacote da Mobilidade”, sem prazo estipulado.

“É uma reformulação do nome inicial porque a copa de 14 já passou, em tese ela era pra ser concluída no ano da copa, mas como eu tinha dito anteriormente né, são obras à longo prazo que não podem ser feitas de uma hora pra outra, tem diversos estudos pra ver a viabilidade de fato né pra ter essa obra e essa mudança do nome é apenas uma maquiagem mesmo pra trocar o nome e continuar trancando as obras porque... alguém tá ganhando com isso né, e os moradores não são.” (BX)

Essa descontinuidade na aplicação das ditas melhorias no espaço, conjugadas com a profunda alteração provocada pelas obras, tem refuncionalizado diversos lugares que, se antes eram de ocupação das famílias com suas casas, trânsito ou permanência no espaço público para fins de sociabilidade, agora representam espaços vazios, muitas vezes ocupados por outras atividades, ao que se inclui o tráfico, uso de drogas e esconderijo para assaltantes, uma reclamação recorrente na comunidade. A degradação ambiental do entorno é flagrante, onde há detritos de demolição e muito lixo ocupando os antigos terrenos das casas demolidas e as ruas. O impacto no espaço é imenso, e a paisagem, desoladora.

“A obra tirou alguns espaços de lazer, nós tinha três campos de futebol, uma praça, não se tem mais devido a essa obra, transtorno que alguns locais que eles demoliram casa virou ponto de lixo, lixo aqui, lixo lá, o lixo aqui na porta da minha casa, os caras jogam lixo aí, a gente tenta cuidar mas 24 horas tu não consegue, tem que trabalhar, tem que estudar, tu não consegue ter o controle desses terrenos vazios, os caras acabam tacando lixo, no momento em que a gente não tá, outro dia tu passa e tá cheio de lixo, então esse é um dos grandes transtornos que a gente tem por aqui.  
[...] “o entulho que fica parado ali, aí chove, entra pro esgoto, aí entope o esgoto, daí vai, a água invade as

casas, aconteceu isso ano passado... no início de 2017, inundou as casas de água, desceu pra saída de esgoto, fecharam ali uma piscina, então aquele lixo ali que entrava dentro do esgoto entrou em todas as casas.

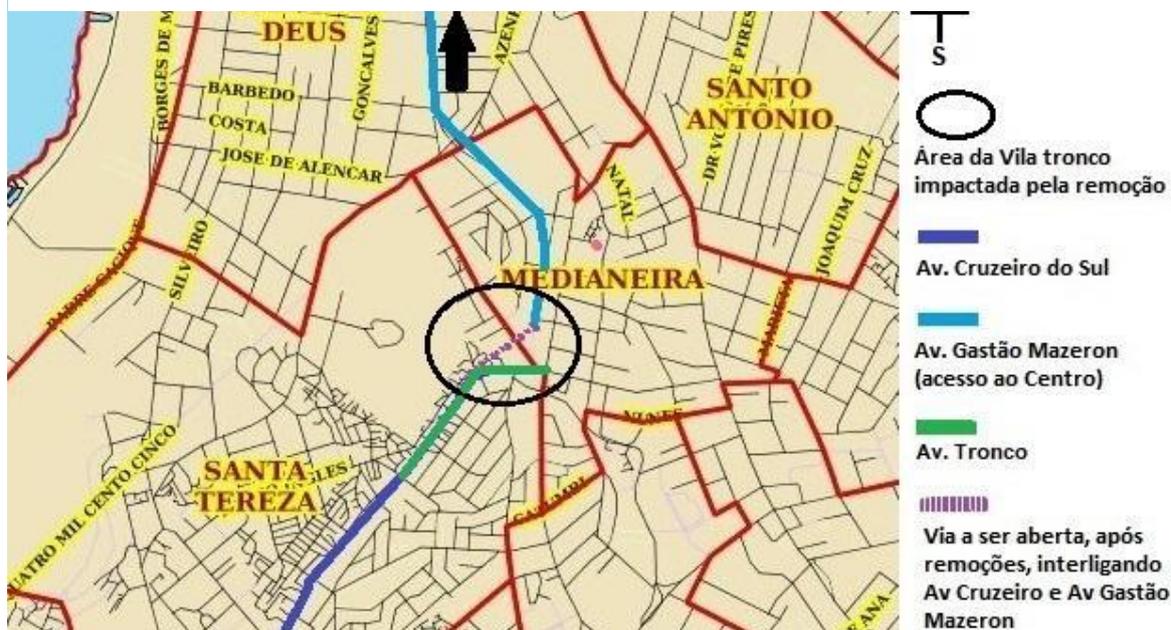
[...] “as águas iam e batiam pra cima da cintura na casa das pessoas devido a esse lixão que cai pra dentro do esgoto. É horrível, a gente já pediu pra tirar várias vezes, impuseram dificuldades: - Ah se tirar vão invadir! - Cara, vocês já tiraram as casas os caras não são burros de invadir ali, tira o entulho porque tá incomodando, tá entupindo o esgoto, tá criando lixo, as pessoas veem aquele entulho ali e automaticamente é lixão, vão jogar lixo ali também, então foi muito grande essa dificuldade deles pra tirar o entulho dali.” (LD)

A área ocupada pela maior parte das 1.580 famílias que moravam no perímetro da obra, e conseqüentemente o espaço vazio e degradado que sobrou lá, como pode ser visto nas fotos apresentadas, está situada majoritariamente na Vila Tronco<sup>142</sup>, a qual representa a parte inicial dessa grande via que corta a vila, e que foi em grande parte removida para que a avenida Cruzeiro do Sul possa ser ligada à Av. Gastão Mazon, rumo ao centro e ao norte da cidade. Na figura a seguir, mostramos esse local no detalhe.

---

<sup>142</sup> Além disso, há a área contígua denominada de Ocupação Gastão Mazon, a qual foi inteiramente removida. Não é nosso objetivo trabalhar com os removidos, mas sim com os que permanecem. Utilizamos aqui somente a denominação Vila Tronco, mesmo porque os moradores da Ocupação Gastão Mazon não estão mais lá para colaborar com a pesquisa, tendo se mudado para lugares não sabidos, além de que a denominação Vila Tronco tem mais repercussão nas narrativas populares, já abarcando o espaço da ocupação Mazon antes mesmo dela ser removida.

Figura 39 - Área removida da Vila Tronco e Ocupação Gastão Mazon



Fonte: Procempa, editado e organizado por Leonardo Palombini. Disponível em <http://mapas.procempa.com.br>, acesso em 23/02/2018

Mediante a instituição de aluguel social ou de abono pecuniário, que variou entre quarenta e 55 mil reais, chegando a até oitenta mil mediante negociação no caso das casas maiores. Conforme apurado em nossas entrevistas, famílias foram retiradas de suas casas e essas, por sua vez, derrubadas, transformando o local num grande canteiro de obras. Embora originalmente uma das “Obras da Copa” e tendo caráter prioritário para a Prefeitura, seu futuro segue indefinido até o presente. Em relação ao destino das famílias removidas, a aceleração do mercado imobiliário que vive a cidade<sup>143</sup>, com o conseqüente processo de valorização da terra, não permite que qualquer um com a quantia de dinheiro disponibilizada pela Prefeitura pela sua remoção – na maior parte das vezes, entre 45 e 55 mil reais - compre qualquer outra residência em área tão próxima ao centro da cidade como é a vila, o que evidencia na prática o esquema de expulsão dos pobres dos espaços centrais.

<sup>143</sup> Segundo levantamento da Zero Hora, o bairro Cristal – um dos mais atingidos pelas remoções – foi justamente onde houve maior valorização dos imóveis, com o preço dos apartamentos chegando a quadruplicar entre 2002 e 2012 – exatamente o ano em que as obras da Cruzeiro começaram. (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2012/11/imoveis-da-capital-se-valorizam-na-ultima-decada-3961844.html> em 23/11/2020)

A partir daí pode-se aferir que a presença do Estado e os serviços públicos disponibilizados atuam na garantia de direitos sociais somente até emergir a necessidade de uso diverso daquele local, determinado pela aliança entre Estado e Capital. Enquanto reduto eleitoral, a vila tem sua serventia, sendo tratada como espaço regular de moradia e recebendo serviços básicos. Já como espaço para reprodução do capital, a mesma área já não tem o mesmo valor, e assim apela-se ao discurso da “irregularidade da ocupação” para retirar aquelas pessoas, sem nenhum cuidado para onde elas irão. Isso promove um processo violento de desterritorialização em massa, difusa, pois sequer se apresenta uma alternativa padrão de moradia àquelas pessoas como forma de diminuir o impacto da ação – uma lógica totalmente neoliberal, que retira do Estado a obrigação de garantir o direito à moradia obliterado no processo e transfere totalmente para o âmbito do indivíduo a obrigação de resolver o seu problema, sequer se preocupando se aquelas pessoas têm ou não algum lugar para onde ir. Não analisaremos aqui o destino das famílias removidas. O fato é que, dentre os que ficaram na comunidade, há que se conviver com os escombros do que antes era uma ocupação popular histórica, pelo tempo de, no mínimo, uma década de obras (conforme a última previsão); além de, ainda que futuramente concluídas, conviver muitas vezes com a separação das suas famílias e o desmantelamento de relações de vizinhança que já se desenvolviam cotidianamente há décadas. Assim, muitos moradores sofrem fortes abalos na relação que tinham com o seu espaço vivido, alterando radicalmente, e para pior, o seu cotidiano, dando ensejo a uma nova sorte de problemas a se lidar que até então jamais haviam sido reportados.

“E há um tempo atrás tava tendo enchente. Porque o desnível era muito grande, tipo o lado assim que eles iam fazer asfalto das pessoas tava assim e a casa das pessoas tava pra baixo, então chovia e a água entrava na casa das pessoas, isso nunca tinha acontecido aqui, nunca. Assim, porque não tem como acontecer, né, e daí quando a gente viu isso que a água tava entrando na casa das pessoas aqui em baixo, a gente ficou “meu Deus! Como assim? É horrível.” (DB)

“Ali na minha própria rua devido às obras as casas estão se alagando, quando chove alaga dentro das

casas por ser a parte baixa, né? Daí como eles fecharam desde o começo alaga as casas lá embaixo.”  
(VR)

Concomitantemente a esse processo, temos visto uma ascensão da violência na periferia. O tráfico de drogas tem imposto um regime de terror à população, mostrando que a atual política de segurança pública está longe de resolver o problema da violência, especialmente na periferia. Na Grande Vila Cruzeiro, apesar da presença do Estado ter sido incrementada com os Centros Integrados de Segurança Pública denominados “Territórios da Paz” - que hoje também restam sucateados -, a questão da violência perdura, especialmente em função das disputas por territórios do tráfico<sup>144</sup>. Isso produz vítimas tanto nas guerras entre traficantes rivais quanto nos confrontos com a polícia. Muitas pessoas que não são envolvidas com o tráfico morrem nessa guerra, especialmente, jovens, negros e pobres.

Conforme contabilidade de reportagem especial da ZH<sup>145</sup>, que mapeia os dados da violência na capital, somente entre os anos de 2011 e 2019, 457 pessoas foram assassinadas entre os bairros Santa Tereza, Medianeira, Cristal, Teresópolis e Nonoai. Dessas, conforme a nossa avaliação, no mínimo 434 (95%) morreram dentro dos considerados limites da vila<sup>146</sup>. O bairro Santa Tereza, que perfaz a maior parte do espaço da Grande Cruzeiro, representa 254 mortes<sup>147</sup>. Desses, 93% eram homens, e 35% tinham entre 12 e 24 anos. Considerando que, na população brasileira, a proporção de jovens do sexo masculino entre dez e 24 anos é de 13,6%<sup>148</sup>, essa taxa evidencia a intensidade e letalidade da violência urbana sobre esse grupo (jovens, homens, da periferia). Não encontramos dados sobre a

---

<sup>144</sup> Ver análise detalhada - especialmente sobre área do bairro Santa Tereza - em TEIXEIRA (2016).

<sup>145</sup> GZH Especial, Raio X da Violência. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/especiais/raio-x-da-violencia/> (13/07/21).

<sup>146</sup> Conforme Figura 7.

<sup>147</sup> Uma dessas pessoas, que morreu inocentemente em julho de 2015, esperando o ônibus com amigas, e que não tinha qualquer ligação com atividades criminosas, era aluna deste autor, na escola Álvaro Braga, e fazia trabalho social na região. Ela tinha 15 anos. Houve diversos protestos da comunidade ante a sua morte.

<sup>148</sup> IBGE, 2012. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12> (Acessado em 13/07/21)

questão racial no caso específico; porém, considerando que de 2008 a 2018 a taxa de homicídios entre a população negra no Brasil subiu 11,5%<sup>149</sup> - enquanto a de não negros teve redução de 13% -, e que no RS a taxa de homicídios a cada mil habitantes, que era de 19,35 em 2011, e de 29,29 em 2017, teve incremento de 208% entre negros - são 55% entre não negros -, é possível aferir que, dentre os homicídios até então ocorridos na vila Cruzeiro, um número extremamente desproporcional deles ocorreu entre jovens negros<sup>150</sup>.

Tudo isso ratifica que os moradores das comunidades da Vila Cruzeiro vivem num ambiente de violência e insegurança cotidianas. Essa realidade não foi tratada como tema central nessa pesquisa, não aparecendo como questão em nossas entrevistas. De toda forma, é possível averiguar algumas repercussões de tal questão. Pois, é principalmente a partir disso, que a periferia acaba por aparecer diariamente nos noticiários: como local da violência<sup>151</sup>. Programas sensacionalistas, que fazem da violência um espetáculo, se concentram e tripudiam sobre os casos, difundindo uma atmosfera de medo e, principalmente, preconceito. Isso porque os setores da classe média, que não conhecem a periferia - a não ser pela televisão ou janela do automóvel - são induzidos pela mídia a pensar que pobreza é sinal de perigo, igualando-a, no seu imaginário, à criminalidade. Por um lado, o preconceito sobre a população de periferia se difunde, o que leva a uma baixa autoestima por entre os moradores de favela, que são forçados a conviver com a discriminação. As juventudes pobres vão sendo construídas midiaticamente como um problema contemporâneo do espaço urbano, retratados como potenciais

---

<sup>149</sup> Dados do Atlas da Violência – (IPEA, 2018). Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> (Acessado em 13/07/21)

<sup>150</sup> Em relação à população total. A asserção é feita com base no cálculo entre taxas de homicídios de 2011 a 2017 apresentadas pelo IPEA (2018) em relação aos dados populacionais do IBGE (2015).

<sup>151</sup> Em pesquisa sobre o termo “vila Cruzeiro” no site da Zero Hora, de 139 resultados, 102 eram sobre violência, criminalidade, homicídios, tráfico, prisões, tiroteios. Outros vinte eram sobre a disponibilidade ou não de serviços, como linhas de ônibus ou atendimento de saúde, principalmente em função de episódios de violência. Dez eram sobre protestos ocorridos na vila, majoritariamente ante a violência policial e a insegurança. Apenas quatro eram sobre fatos positivos, todos apresentando instituições e ações populares que promovem o bem comum. Três eram sobre generalidades. Visto em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=%22vila%20cruzeiro%22> (Acessado em 13/07/21)

infratores<sup>152</sup>, e tem-se como resultado um misto entre a internalização das estruturas, dos sentidos, das imagens e dos imaginários e o confronto com a realidade experienciada, o que leva os ocupantes a compreender suas ações enquanto um desvio<sup>153</sup>. Por outro, há o próprio aprofundamento e reprodução da desigualdade social, produzindo representações alicerçadas nas distâncias sociais e na ilegalidade, a partir da norma e do desvio<sup>154</sup>, não havendo uma efetiva integração da periferia à urbanidade e formando grandes guetos de exclusão social.

Concomitante e contraditoriamente, a cultura periférica é exaltada. A mídia se apropria da linguagem, dos símbolos e do cotidiano da favela e desenvolve programas voltados não só às pessoas mais pobres – que passam a se enxergar nas telas, contempladas cultural e midiaticamente, vendo-se positivamente como parte integrante do sistema capitalista – como às classes mais altas, que encontram aí fonte de entretenimento e mesmo comportamento, através da difusão das músicas, vestimentas, linguagem e etc. Ao mesmo tempo, o culto ao consumo – intrínseco à ideologia do individualismo neoliberal - comumente propagado pela mídia se difunde por entre a população mais pobre, invadindo a periferia principalmente através da ascensão do ideal de “ostentação”<sup>155</sup>, que ocupa o imaginário privilegiando imagem sobre conteúdo, o ter sobre o ser, o consumo sobre a cidadania, e o destaque individual sobre as conquistas coletivas. O jovem, em pleno desenvolvimento de sua consciência, é mais facilmente cooptado por esse sistema de valores.

Nesse processo de crescimento e de constituição subjetiva, o adolescente recebe influências da sociedade. Atualmente, a mídia ocupa um papel dominante na mesma, apresentando modelos ideais influenciados pela ideologia atual. O adolescente poderá encontrar aí referências para o seu desenvolvimento. (TOROSSIAN, 1998, p. 2)

Assim, ao mesmo tempo que a comunidade, e principalmente os jovens, são vítimas da violência, não só do crime, mas da própria ação do estado/capital

---

<sup>152</sup> GAMALHO, 2015, p. 105;

<sup>153</sup> GAMALHO, 2015, p. 69;

<sup>154</sup> GAMALHO, 2015, p. 68;

<sup>155</sup> Ver discussão sobre a questão em PEREIRA, 2014.

sobre seu meio de vida, a sua própria condição periférica, que se manifesta culturalmente, é transformada em produto, numa relação de cinismo.

[...] nessa ordem da prática da verdade, o problema do público, quer dizer, que a razão de Estado deve intervir sobre a consciência das pessoas [...] de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos. É todo esse trabalho com a opinião do público que vai ser um dos aspectos da política da verdade na razão de Estado. [...] O público como sujeito-objeto de um saber: sujeito de um saber que é 'opinião' e objeto de um saber que é de tipo totalmente diferente, porque tem a opinião como objeto e porque esse saber de Estado se propõe modificar a opinião ou utilizá-la, instrumentalizá-la. (FOUCAULT, 2008a, p. 367)

Nisso ocorre uma cooptação dos valores e um agenciamento dos desejos, em que a população periférica aparece como objeto da governamentalidade, que tensiona o seu controle por variados meios – o que deve, o que pode, o que precisa – enquanto, de fundo, é o capital que dita o ritmo e o foco do desenvolvimento.

“Foi votado por meia dúzia o destino de milhares de pessoas né, eles simplesmente decidiram...” (CH)

“O político tem esse convencimento das pessoas, em algumas lideranças, então consegue fazer todo esse sacrifício que foi feito na região, não época não se questionava pra que abrir tanta rua aqui na Cruzeiro” (LD)

A população - especialmente a de baixa renda, submetida a uma relação contingencial no espaço e muitas vezes alijada de uma cidadania mais efetiva - se vê acuada pelo sistema, tendo de buscar não só sua sobrevivência, num cotidiano assoberbado de percalços, mas fundamentalmente sua própria dignidade, a qual vem, distorcida e a conta-gotas, como um produto, vinculado ao consumo e vendido pela mídia mais como imagem do que como exercício político e social. Sem apoio institucional, entretanto – e pelo contrário, muitas vezes tendo o Estado como seu algoz -, essa busca torna-se um desafio cotidiano, perpassado pela necessidade de superação da sua origem e da submissão ao seu meio precarizado de vivência,

no intuito de caminhar rumo uma integração cidadã e efetiva na sociabilidade urbana.

O receio de ter a sua presença no território contestada se espalha no cotidiano dos empobrecidos, para quem os contratos formais podem ser revistos a qualquer momento e as garantias se tornam incertas. As incertezas e inseguranças atravessam o seu lugar de morar, o seu trabalho, o seu trânsito no lugar público, sempre sujeitados a ser encarados como perigosos; a serem levados à suspeição; à batida policial; a ter prontidão em dar explicação sobre os atos mais corriqueiros; levando, enfim, ao paroxismo, o medo para o cotidiano da sua vida social. (VALENCIO, 2010, p. 37)

A esse desafio estão submetidos todos os moradores da região, especialmente os jovens, que, de um lado, buscam se proteger da violência e, por outro, um ajuste ao mundo, do qual principiam a participar para além do local, buscando uma inserção ao sistema de valores hegemônico, que valoriza sobretudo as posses, a competição e as aparências. A simples aparência e a carência de recursos mais abundantes dentro da sociabilidade urbana, e especificamente, o mero fato de morarem em área de vila, ao mesmo tempo que engendra preconceitos e uma discriminação na cidade, dá ensejo à intervenção sobre seus espaços de vida, como se os mesmos, estando *fora* do ordenamento capitalista, por isso devessem sofrer com intervencionismos diversos, com a justificativa de que são uma população em vulnerabilidade social e, assim, necessitariam dessa ingerência para melhor se constituírem: ou seja, que aquela intervenção é para o seu *bem*. Assim essa população está “sujeita a todo tipo de intervenção e investimento de gestão da vida de cada um em particular e de coletividades no controle dos riscos”<sup>156</sup>. São as próprias “estatísticas sobre o aumento da violência e da criminalidade que subsidiam as ações governamentais e não governamentais de intervenção nos bairros, das populações mais pobres, catalogados como áreas de risco”<sup>157</sup>.

---

<sup>156</sup> TÓTORA, 2011, p.18;

<sup>157</sup> TÓTORA, 2011, p.18.

Entretanto, isso não resolve o problema da violência. O que se observa, pelo contrário, é que ela tem impelido à morte muitos jovens locais; e isso leva à revolta e a protestos por parte da comunidade. Diversos são as manifestações que ocorrem devido a essa insegurança cotidiana e, principalmente, frente a perda de entes queridos dentro a comunidade, por conta da violência homicida que se propaga na região. Além disso, famílias locais se indignam, também, com a perseguição aos seus filhos, em que o simples fato de ser jovem e morador da periferia já lhes enquadra, para as forças de repressão do Estado, como suspeitos. Abundam casos de prisão e violência policial infundadas e injustificáveis, incluindo mesmo homicídios.

“Sim temos dificuldades de viver esse longo período da obra né, do desenvolvimento das obras, a dificuldade que nós passamos é insegurança da questão do tráfico, insegurança pela questão da polícia não estar preparada pra atuar dentro das vilas, a questão do lazer que antigamente tinha, a gente ia na pracinha aqui na frente, a gente jogava bola aqui na frente a gente já não tem esse campo porque a avenida passou por cima, e até agora não temos um retorno né, dessa questão.” (BX)

Os próprios protestos por parte da comunidade ante esses fatos lamentáveis acabam também sendo reprimidos pela polícia, o que só retroalimenta a revolta. O entendimento que o Estado se faz presente, majoritariamente, para vias de repressão, leva a uma descrença nas vias democráticas e institucionais, o que alimenta ideologias autoritárias, como a que foi alçada à Presidência da República em 2018. A contradição instalada no seio da sociedade toma caracteres irremediáveis, e o Estado, por sua vez, embora potencialize a cada ação de repressão a revolta e a descrença local ante a institucionalidade pública, o que a violência do processo de remoções e da gestão das obras só veio a aumentar, também promove a repressão sobre as manifestações populares, numa lógica que aprofunda os conflitos. A violência, por sua vez, acentua-se, e o cidadão, embora levado ao medo, também se organiza comunitariamente para resistir a esse processo. Isso representa não só mais um entrave aos planos de reestruturação espacial e produtiva do Estado/Capital sobre as comunidades - como através da sua participação no Comitê Popular da Copa, na campanha “chave-por-chave”, na

luta por transporte público popular, contra a repressão policial, etc. - como também apresenta algumas saídas populares, com vistas à cidadania, à cultura e à educação, pelo trabalho solidário, pontual e cotidiano de diversas organizações e indivíduos, através não só de projetos sociais, como do empenho cotidiano dos próprios braços, mentes e ações.

“Apesar das dificuldades que a gente passava, pela pobreza, mas a gente sempre foi ciente de que aquela era a nossa vida e pra melhorar só com trabalho daqueles que estava nos criando e que a gente podia depois melhorar com a nossa capacidade de ajudar a desenvolver toda essa história. A história é muito grande, é bonita e é grande, mas não era só a gente, todas as famílias que moravam lá eram tudo pessoas que não tinham condições de morar em outro lugar, é como se fosse um interior, era longe da cidade, e foi indo e foi melhorando até que foi se desenvolvendo, a gente conseguiu também através de comunidade a trazer água pra lá, luz, isso tudo naquela época a gente tinha que fazer abaixo-assinados e levar para os políticos, pra que eles desenvolvessem o trabalho e conseguissem fazer isso ai.” (SZ)

Esse trabalho, empreendido por populares, ainda que dotados do respeito e consideração da comunidade, recebem pouca ou nenhuma mídia ou apoio governamental, agindo anônima e diligentemente desde o cotidiano vivido. Um exemplo é o projeto social voltado à educação, esporte e lazer Vila do Campinho; os grupos de Hip Hop com suas intervenções urbanas; o projeto social de escolinha de futebol Meninos da Vila, o Clube de Mães, as associações de moradores, as escolas de dança, e muitos outros - compensando um contexto de violência e abandono com um trabalho dedicado, solidário, prestativo e afetuoso.

#### 4) Do espaço de vida ao espaço da obra

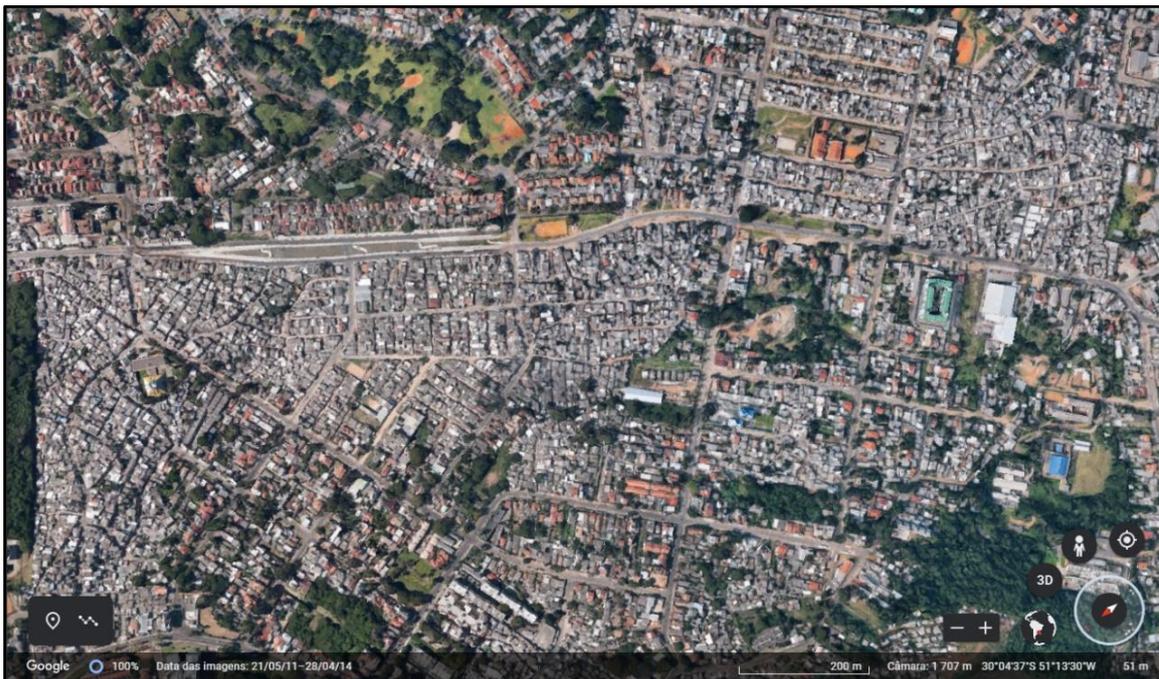
“ A maior parte da minha infância, foi na Vila Cruzeiro em alguns momentos eu... uma parte da minha infância eu morei em cachoeirinha, na Grande Esperança, mas todos os finais de semana eu tava aqui na Cruzeiro, e tinha muito contato com as crianças né, com o pessoal, com os vizinhos né, e muitas dessas pessoas que eu conhecia desde criança, elas foram removidas, e mudou completamente o cenário né, porque a vila... a vila né, a Vila Tronco, a Vila do Postão, e outras vilas, elas tavam em equilíbrio, vamo assim dizer né, onde estavam, e após essa remoção das casas, houve uma perda total de contato o qual a gente tinha né, com as pessoas.” (BX)

O espaço de vida da Cruzeiro é um espaço vivido em comum por entre os moradores e demais envolvidos na comunidade, um espaço de uso múltiplo e diverso, que entremeia as vivências cotidianas e por onde as vidas se encontram e se cruzam. Embora muitas vezes sem laços mais estreitos entre esses viventes, tendo aí cada um a sua própria e singular experiência, o espaço de vida lhes compõe um espaço comum – daí, comunitário - por onde todos passam, conhecem, enxergam e observam, ainda que cada um à sua própria forma. Isso porque um complexo de vilas como a Grande Cruzeiro, com centenas de milhares de moradores nos seus limites e arredores, não conforma uma comunidade fechada, um grupo coeso em que todos os integrantes se conhecem e relacionam. No entanto, ainda assim há aí uma identidade em comum, representada sobretudo pelo nome que é comum a todos os moradores: Cruzeiro. Especialmente, em se tratando da própria existência da Avenida Cruzeiro do Sul, que cruza a vila, esse nome compõe o cotidiano de todos os moradores do seu entorno, os quais, ao longo dessa avenida, tem aí um espaço de vida em comum. A todos é necessário por ali passar em seus deslocamentos diários, em suas atividades diversas, pois é para onde confluem os diversos caminhos que compõem as comunidades, por entre os quais os moradores têm suas moradias: becos, vielas, alamedas, acessos, travessas, etc. (nomes que variam, mas que conformam uma mesma tecitura urbana, tipicamente periférica e popular).

“ [...] eu moro há 35 anos aqui, minha família toda é daqui, andava de bicicleta aqui, jogava futebol na pracinha que tinha ali, tinha bastante coisa pra fazer, tudo bem, era uma área pobre, mas era completa, tinha tudo, infra-estrutura, tinha tudo, mercadinho, tinha tudo, agora não, tá abandonado, perigoso, muita violência.” (SM)

Os comércios, os serviços (públicos ou privados) e, principalmente, o transporte, para sair ou chegar, são acessados pela Avenida Cruzeiro do Sul, que é a via em comum a todos os moradores do entorno: uma hora ou outra, se terá que por ali passar. É para essa avenida que todos os caminhos, formados pela infinidade de becos, travessas, vielas e passagens, convergem. Para qualquer um que saia de casa para trabalhar, estudar, acessar serviços ou buscar recursos, a avenida Cruzeiro do Sul é um espaço de trânsito obrigatório. E é justamente aí que ocorrem as obras.

*Figura 40 - Caminhos*



Fonte: Google Earth, pelo autor, em 05/08/2021. Informações geográficas na imagem.

Na imagem, difundidos por entre o padrão periférico de ocupação, majoritariamente difuso no espaço, percebe-se essa infinidade de caminhos que confluem entre si para desaguardem na avenida principal, a Cruzeiro do Sul, via mais

larga que aparece cortando horizontalmente a imagem da esquerda à direita. É isso que compõe, basicamente, o espaço de vida comum das comunidades.

Utilizamos nesse trabalho o termo espaço de vida enquanto conjunto de lugares diversos, de significâncias múltiplas, de experiências singulares, porém, imbricadas num mesmo contexto, tendo a avenida como parte central, via que interliga as diversas vidas que compõem as comunidades. Ao longo da via, entre os milhares de moradores que nesse entorno habitam, incontáveis serão as experiências diversas que ali se desdobram, cotidianamente, dando significado a cada lugar nesse espaço. Por isso preferimos nos referir mais a espaço de vida comunitário como um todo do que especificamente a lugares, pois esses últimos serão múltiplos e singulares, e farão ou não parte da experiência de vida de cada morador, dependendo do ponto de vista do sujeito que se relaciona com o espaço e, a partir disso, o lugariza com base na singularidade da sua experiência. Esse espaço é

A referência alargada da moradia, que faz a ponte entre a esfera privada e a pública, as práticas personalizadas e as impessoais, é a comunidade, cujo sistema de objetos com significados compartilhados viabiliza a coesão e rotinas de convivência entre conhecidos e desconhecidos. (VALENCIO, 2012, p. 68)

É esse espaço que terá, sobre si, a imposição das obras de duplicação, com todos os seus consequentes impactos e, assim, assumirá paulatinamente um outro significado, na medida mesma em que as obras avançam. Quer dizer, o espaço, alterado e degradado, sobrepõe-se ao original, próprio e subjetivo espaço de vida, transformando-o, e passando a ressaltar mais fortemente seu aspecto mais artificial, externo e impositivo, aquele que não é resultado de si, mas de outrem: o espaço da obra.

#### 4.1. Espaço de vida comunitário: conjunto comum e complexo de lugares das experiências singulares

“A gente tinha o conselho tutelar da Vila Cruzeiro que atende alguns distritos da região, que é o bairro Glória, bairro Medianeira e a Vila Cruzeiro né, Santa Tereza. Esses locais normalmente eram de apoio e assistência pra crianças e adolescentes nos quais às vezes era desenvolvidos alguns eventos e atividades para as crianças, também tinha a escola Alberto Bins né, Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins, que normalmente nos finais de semana era fechado mas a vigilância e o zelador deixavam a gente pular o muro e jogar bola, a gente ocupava esses espaço justamente para sair da vila que em alguns momentos era um clima hostil pra a gente ocupar e ter uma atividade pra fazer né durante o dia, outra questão também era o futebol que rolava dentro do colégio, e também fora do colégio que eram os campinhos próximos a 27, que é próximo agora do local onde estou morando, que é aqui de frente pra avenida. Esses campinhos eles foram removidos, então, ou seja, além da questão das obras terem começado e ainda não terem acabado esses espaços de lazer da comunidade foi tirado e até então não se tem resposta, não se tem respaldo da prefeitura nessa questão do esporte né, da prática de esporte, na questão da cultura e do lazer né, das pessoas daqui da Vila Cruzeiro.” (BX)

Levando em consideração a pluralidade das experiências de vida e de relações das pessoas que integram a grande Vila Cruzeiro e convivem com as obras já mencionadas, a noção de lugar será significativamente variável. Isso porque a definição de lugar para um determinado individuo poderá não o ser para outro, e assim por diante. Nestes termos, independentemente das diferentes noções de lugares, se conformará um espaço de vida comum, perpassado por uma diversidade de lugares, que terão ou não significado a partir do olhar de cada sujeito – sendo assim lugares ou não – e que mesmo assim, na sua escala mais ampla, inter-relacionados ou não, conformarão um espaço comunitário na medida em que por ali a vida das diversas pessoas que compõem a multiplicidade se desenvolve naturalmente atreladas ao espaço. “Na experiência o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”<sup>158</sup>. Esse valor, ou esses valores, não terão repercussão geral. Por isso que, em se tratando da análise acerca de uma

---

<sup>158</sup> TUAN, 2013, p.14

comunidade, que trará uma infinidade de experiências que a pesquisa jamais poderá abarcar, o conceito de lugar precisa necessariamente estar submetido ao de espaço, pois

Espaço e lugar são essencialmente inseparáveis e permeiam nossas percepções, nossas atitudes e nossos valores de visão de mundo. Por exemplo, a cidade é um lugar ao mesmo tempo um espaço, dependendo da escala, dos sentimentos e das ideias que se relacionam e se imbricam formando um todo. Dependendo da faixa etária, lugar e espaço se diferenciam, entre as crianças, adolescentes e adultos. O mesmo acontece com os gêneros: para mulheres e para os homens espaço e lugar são experienciados de maneiras diversas, permeados pelos sonhos, pelos símbolos e pelos imaginários. Os conceitos de espaço e de lugar estão sempre submetidos às transformações da sociedade; sempre recebendo novas informações e aceitando ou não as atuais mudanças (OLIVEIRA 2013, p. 92-93)

Além disso, espaço e lugar compõem e representam um mesmo movimento da cidade, onde temos

[...] espaço enquanto a liberdade e a amplitude e lugar como a pausa, o recolhimento. Ambos, além de serem a essência da Geografia, expressam o duplo movimento do ser-no-mundo: enraizar-se, estar, e diferenciar-se, buscar, mover-se. A ênfase no lugar não implica uma redução do espaço, pois o movimento é duplo porque suas faces são inseparáveis. (MARANDOLA, 2008, p. 169)

Nesse sentido, ainda que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”<sup>159</sup>, e “transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significados”<sup>160</sup>, esses significados e familiaridades irão diferir de acordo com cada sujeito que experientializa o espaço a partir da sua própria vida, estabelecendo aí o seu próprio enraizar-se ou diferenciar-se. Por isso o espaço de vida é um conjunto complexo de lugares que tomam posição ou não de acordo com a singularidade da experiência do sujeito. Já o espaço, esse diz respeito a todos, pois é instância

---

<sup>159</sup> MARANDOLA, 2008, p. 96

<sup>160</sup> Ibid., p. 167

anterior, sobre o qual se dão as diferentes experiências que o lugarizam ou não a partir da sua prática.

Lugar, enquanto espaço dotado de significado, é o espaço que é de algo, seja em termos materiais ou simbólicos. “A pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo”<sup>161</sup>. No contexto das localidades, um lugar é um espaço restrito, intimamente ligado à identidade, à experiência e ao significado. Entretanto, sua restrição se dá em termos de alcance, mas não significa que esteja fechado. Pelo contrário, um lugar é um espaço de encontro, seja com os iguais, seja com múltiplo, com o externo ou diferente, cujo qual os movimentos que abarcam e percorrem são fundamentais para a compreensão do espaço em sua dinâmica. Assim o lugar é um fenômeno imbricado na composição e na experiência do espaço, cuja abordagem é primordial em relação ao primeiro. Isso porque o espaço comunitário, por onde se dá a vida em comum é sempre aberto à experiência, que o dotará ou não de significado, mas que ainda assim comporá a experiência de vida.

“A gente sente muito porque foram vizinhança que a gente tem pessoas que até eram criança junto com a gente, a gente conhecia e depois a parte afetiva que a gente tinha com as vizinhas, a amizade, qualquer coisa a gente tava junto pro que precisasse, então a gente sente muita falta dessas pessoas, algumas já morreram, mas a gente tá na luta. (SZ)<sup>162</sup>

Já o lugar é um espaço mais restrito, não necessariamente por limites físicos, e sim pela fronteira do significado. Até onde tal espaço terá um determinado sentido. Em última instância, o lugar mais significante da vida, tendo caráter primordial na experiência, é a moradia. Por isso lugar se refere a uma dimensão sempre mais pontual do espaço, mais ligada ao cotidiano vivido e, mais que isso, com uma função mais definida nesse cotidiano. Sendo assim, espaço como espaço da vida, espaço da vivência cotidiana, é uma abrangência dotada de múltiplos lugares, os quais, por sua vez, compõem esse espaço, dando-lhe os seus múltiplos

---

<sup>161</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 12

<sup>162</sup> “SZ” faleceu em 2020, aos 79 anos de idade, sem ver a obra - a qual trespassava, em parte, sobre o que fora o seu quintal - concluída, vivendo os últimos anos de sua vida em meio aos detritos e desníveis das obras no entorno da sua casa.

significados. É a forma como pensamos o espaço que vai afetar nosso sentido de lugar<sup>163</sup>. Nessa abordagem o espaço é uma constelação identitária que se traduz em múltiplos lugares, os quais, por sua vez, não são fechados em si ou fixos, mas sim abertos e constantemente mutáveis, onde se dão a experiência vivida e os afetos.

“Ah eu acho muito triste né, porque quem tá de fora só pensa assim vai ficar bonito né, uma avenidona, os carros, mais uma rota pra ir pra Zona Sul, quem tá de fora. Agora quem se envolve dentro da história são outras histórias que tão ali, são vidas que tão ali né”. (PL)

O lugar, ao mesmo tempo, é também ponto de partida à formação do território, na medida em que é formado a partir das experiências primeiras de identificação com o espaço em sua concepção simbólica, não tendo, porém, ainda, a relação de apropriação com o mesmo. Ainda assim, há um marcador claro em relação a ambos, que é a questão da igualdade entre os que dele comungam, e a diferença com os demais.

[...] as relações que se estabelecem entre os agentes / sujeitos / grupos / indivíduos / classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência. (SERPA, 2017, p. 588)

A relação entre lugar é território é íntima. Isso porque, por sua vez, é exatamente essa relação que configura o estabelecimento de uma territorialidade. “A territorialidade está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como as pessoas dão significado ao lugar”<sup>164</sup>. Logo, o lugar não tem dono no sentido de apropriação, embora possa estar mais ou menos ligado a diferentes sujeitos, e é a partir da apropriação dos mesmos que se dará o território e a territorialidade. No caso em questão, diversos eram os lugares existentes no espaço de vida das comunidades

---

<sup>163</sup> Ver discussão em MASSEY, 2005, p. 231-249

<sup>164</sup> SACK, 1986 Apud HAESBAERT, 2008a, p. 22;

da Cruzeiro. Porém, muitos deles, por conta das remoções e da implantação das obras viárias, simplesmente desapareceram do mapa e das vidas das pessoas. Isso leva a uma alteração na relação de territorialidade na medida em que há perda de referências com o espaço, pois o mesmo não é mais dotado dos lugares que fora outrora<sup>165</sup>, os quais colaboraram, a seu tempo, na formação da consciência sobre seu espaço. Isso porque embora território seja um "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder"<sup>166</sup>, ele se dá não só sob os moldes de territórios normatizados, delimitados, controlados por um poder político e defendidos pela força, mas sim, também, de territórios onde certa relação simbólica de reconhecimento entre iguais em relação ao que está *fora*. "São no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas substratos materiais das territorialidades)"<sup>167</sup>. Nesse sentido,

Todo o território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir 'significados'. (HAESBAERT, 2008a, p.21).

Assim o território envolve uma "dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação" (HAESBAERT, 2001, p. 120), e essa dimensão do simbólico - que define os vínculos territoriais entre moradores e seu local de moradia – é fortemente impactada na medida em que a comunidade sofre um processo de desterritorialização difuso, por conta das remoções, e tem seus lugares originais destruídos, perdidos em meio à instalação de obras viárias, pelas quais o espaço é radical e violentamente alterado pelo poder público, que se faz interpor *sobre* o poder dos moradores da comunidade. Isso porque embora os mesmos ocupem o espaço, ali convivam e lhe deem significado, tendo uma *apropriação* sobre o

---

<sup>165</sup> Dos mesmos, resta apenas a memória.

<sup>166</sup> SOUZA, 1995, p. 78;

<sup>167</sup> SOUZA, 1995, p. 87.

mesmo, a eles não foi conferida a pertinente *dominação* sobre ele, uma vez que não tem de fato a sua *propriedade*, mas sim somente a sua *posse*, bem mais vulnerável<sup>168</sup>.

“segurança a gente na verdade não sente né, o morador mais consciente não se sente seguro porque a área não é legalizada, essa ocupação não tá legalizada. ela não tá registrada, a qualquer momento o governo pode chegar aí dizer que a gente vai ter que ser removido, e a gente tem que acatar a ordem deles, isso é a pior coisa, que nos deixa mais triste, a gente não tem o papel do terreno em qual a gente vive, no qual a gente é proprietário, ficamos a mercê desse governo”. (BJ)

Ao impor essa realidade, o Estado corta vínculos da comunidade com seu espaço, prejudicando o estabelecimento mais profundo de uma *consciência* sobre o lugar.

A condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar transformações e ter consciência disto. Assim, se levarmos em consideração as mais amplas referências das integrações sociais, tais vínculos podem ser apreendidos, fundamentalmente, por meio de três expressões: apropriação, valorização e consciência. (HEIDRICH, 2006, p.26)

Ao se acabar impositivamente com a apropriação do espaço, ao morador da comunidade se institui que aquele espaço não é seu. Isso que altera ao mesmo tempo parte do seu significado. O espaço perde a sua valorização, o que leva a, em última instância, uma perda de *consciência* sobre as próprias relações e vínculos que ali se estabelecem, na medida em que a conscientização das mesmas se perde em meio à precarização física do espaço. Enfim, o morador, ao ver sua comunidade transformada em canteiro de obras e seus amigos e vizinhos expulsos, tem suas relações de territorialidade fortemente abaladas, pois

---

<sup>168</sup> Sobre a diferença entre apropriação e dominação, Haesbaert diz que o primeiro diz respeito a “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso” enquanto o segundo é “mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2007, p.21).

[...] a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, APUD HAESBAERT, 2003, p.14)

É possível perceber, a partir daí, que a destruição do espaço da comunidade, que se traduz igualmente em destruição dos lugares, territórios e paisagens, repercute sobre a vida dos que ali vivem, sendo sua abordagem necessariamente perpassada por diferentes conceitos ou âmbitos geográficos. O manejo desse espaço, que altera as características do próprio substrato físico sobre o qual se transita, além da sua expressão visual enquanto paisagem, vai repercutir na forma como se utiliza a terra, na consciência e valorização sobre o espaço ocupado, assim como na atribuição de significado ao lugar – significado esse que, em última instância, é o que faz dele um lugar.

“É, frequentava casas de amigos... frequentava o xis que tinha ali, snooker, baia de amigos, não tem mais nada, pessoal foi obrigado a sair, foi intimado a sair na verdade né, ninguém saiu por livre e espontânea vontade. [...] “Ah cara “comé” que eu vou te dizer? A gente perde metade dos amigos né, boa parte, a vila foi arrancada na metade, e jogada em qualquer lugar, sem perspectiva, foi só comunicado *ó até tal dia vocês têm que sair*, um lugar de infância, de vida (conversas cruzadas)... daí é um lugar que se vai né, tu perde a referência né, tipo no mínimo 20 amigos de escola, que se formaram na escola não tão mais ali, se formaram no ensino fundamental comigo no colégio que também fechou lá embaixo não tão mais aqui porque simplesmente resolveram passar a patola e abrir uma avenida, foda né.” (CH)

Resta evidente que “identifica-se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência”<sup>169</sup>. E nesse sentido, o próprio corpo é uma extensão e expressão do espaço em que se vive, que se manifesta no lugar, “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e

---

<sup>169</sup> SUERTEGARAY, 2000, p.14;

criatividade”<sup>170</sup>. Assim, o espaço degradado, que gera uma paisagem degradada, que abala as relações de apropriação, valorização e consciência sobre o espaço e, conseqüentemente, as relações de territorialidade que aí se estabelecem, e que suprime lugares previamente existentes e cria novos, agora profundamente degradados, gera uma alteração na própria concepção dos lugares e nas relações que se estabelecem no e pelo espaço, o que atinge diretamente a subjetividade de cada morador que, em sua vivência, o experiencia cotidianamente através do corpo e seu estar-no-mundo.

Isso porque, embora não exista mais o lugar que outrora lhe teve significado, o espaço ali continua, porém, agora, com outro sentido, que não combina mais com as suas memórias. O lugar, que antes tinha determinado sentido na vida de quem lhe compunha através da identidade, abrigando o encontro e a manifestação das espontaneidades, resta alienado desse sentido original pela alteração material do espaço que lhe dava substrato. E o espaço da vida, intrínseca, original, significativa, simbólico-afetiva, resultante das estórias-até-aí compostas pelas trajetórias singulares, através do qual se vive o agora, passa a ser o espaço da obra, um fenômeno alienígena, perpetrado por um agente sem rosto, visando atender um interesse difuso que não carrega valor em si, mas somente em relação (à cidade, aos fluxos, a um futuro incerto), ao que, enquanto não se completa, exprime majoritariamente uma condição de deterioração, causando uma suspensão dos fluxos, dos devires e da vida ativa.

Por isso, estando essa estrutura espacial deteriorada, conseqüentemente a significação que terá o espaço a partir daí será igualmente deteriorada em termos de percepção, o que repercutirá sobre a ação dos sujeitos que ali têm interditos os movimentos das suas vidas. Isso se difunde por todo o espaço de vida comunitário, impactando milhares de vidas, apesar de se diferir de acordo com o sujeito e sua experiência pontual prévia em relação aos lugares. Isso porque as relações entre os diferentes sujeitos e seus lugares é amplamente variável, mas o espaço de vida comunitário é compartilhado pela coletividade que ali habita, ainda que de formas distintas. Pois, se “entendemos o espaço de vida como o espaço da vida da pessoa,

---

<sup>170</sup> SANTOS, 1997, p. 258.

por onde ela desenvolve seu cotidiano”<sup>171</sup>, também podemos considerar que o *espaço de vida comunitário* é constituído a partir de onde se desenvolve o cotidiano das pessoas que compõe a comunidade.

O espaço de vida comunitário é “onde o espaço privado da casa se estende à rua”, o que ocorre especialmente sobre bairros pobres, que “tendem a ter seus atributos comunitários mais desenvolvidos, já que o estar-junto no espaço público tem às vezes mais força do que a intimidade dos cômodos interiores”.<sup>172</sup>

Nesse sentido, se “a casa é o lugar por excelência [...] pois é na casa que o círculo mais forte da confiança básica, do casulo protetor e do mundo circundante se estabelecem e se propagam”<sup>173</sup>, é na comunidade em que irão se fortalecer os laços de proximidade que permitirão um certo enraizamento e um compartilhamento de itinerários. A rua torna-se o espaço vivido comum, tanto como extensão da casa, como dispositivo de compartilhamento, ou ainda, “opera como elemento comum no sentimento de vizinhança, fundada não apenas na proximidade e no compartilhamento físico, mas também no gestual cotidiano dos deslocamentos”.<sup>174</sup>

Podemos então considerar como *espaço de vida comunitário* o espaço de vida que é compartilhado, aquele que é ocupado em comum pelas moradias, o que é vivido em comum a partir de determinados elementos que compõe a experiência cotidiana da comunidade para além do interior das suas casas “como elemento comum no sentimento de vizinhança, fundada não apenas na proximidade e no compartilhamento físico, mas também no gestual cotidiano dos deslocamentos”.<sup>175</sup>

Além das relações interpessoais entre conhecidos e frequentadores de espaços em comum, podemos ainda nos remeter tanto a componentes funcionais,

---

<sup>171</sup> MARANDOLA JR., 2008, p.8;

<sup>172</sup> MARANDOLA JR., 2008, p.173.

<sup>173</sup> MARANDOLA, 2011, p. 85;

<sup>174</sup> MARANDOLA, 2011, p.173;

<sup>175</sup> MARANDOLA, 2011, p. 173.

como paradas de ônibus, mercados, comércios, calçadas, serviços variados, como a componentes simbólicos/afetivos, como casas de vizinhos, praças, centros religiosos, quadras de esporte, assim como a elementos que podem compor ambos, a diferir de acordo com a relação pela qual o sujeito consigo estabelece, como chaveiro, barbearia, bicicletaria, salão de beleza, bares, lancherias, etc.

[...] o espaço de vida é composto por todos os lugares e itinerários que a pessoa percorre diariamente. Evidentemente, é possível categorizar de maneira simples tais lugares através de sua funcionalidade: serviços, trabalho, lazer, estudo, visitas, compras e assim por diante. [...] Neste respeito, entendemos o espaço de vida como o espaço da vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano. (MARANDOLA, 2011, p. 103)

No nosso caso não nos referimos a pessoa individual, mas a pessoas, múltiplas, sem identidades definidas, mas coparticipantes do movimento da cidade, dia pós dia compondo através de seus deslocamentos um espaço de vida compartilhado, o qual é vivido em comum, ainda que subjetivamente: são os caminhos entre os diferentes pontos que têm uso comum da comunidade. É o entorno, aquele que é ocupado em comum pelas moradias, centro da experiência humana no espaço. Assim o espaço de vida comunitário é sempre compartilhado com os demais na experiência cotidiana, ainda que não de forma coletiva. É “o espaço vivido pelo indivíduo, a realização imediata da existência, é a relação imediata do homem com o meio, o ser-aí<sup>176</sup> em sua mais imediata Geografia”<sup>177</sup>. São pessoas que se cruzam, que se conhecem ou não, que frequentam os mesmos lugares ou lugares diferentes, que compõem um mesmo espaço de vida comunitário, onde cada um deles terá um significado para a experiência subjetiva cotidiana do morador da comunidade. Ao que nos referimos a espaço de vida é o que compreende a todos eles, sendo o mesmo coconstituído de forma complexa

---

<sup>176</sup> “*Da-sein* é a palavra-chave do alemão utilizada por Martin Heidegger para expressar o significado do ser em sua ontologia fundamental, evocando o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade, sem se misturar com estes termos nem se referir simplesmente à existência. É no *Da-sein* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história. É traduzido frequentemente por ‘ser-aí’ [...]” (MARANDOLA, 2008, p.7).

<sup>177</sup> MARTINS, 2007, p. 48.

pela multiplicidade das experiências singulares e das trajetórias-até-aí dos que ali passam, convivem e transitam.

## 4.2 Implicações com a paisagem

A paisagem é fator preponderante na análise do espaço e na compreensão da vida que nele se desenvolve, através de suas diversas coimplicações. A paisagem está intimamente ligada ao espaço, sendo sua expressão fenomênica. É por ela que se exprime uma ideia inicial acerca do espaço em que se está e por onde se pode depreender certas relações que o conformam. Para Zukin, que diz ter tomado o conceito emprestado de geógrafos,

A paisagem é, em grande parte, uma construção material, mas também uma representação simbólica das relações sociais e espaciais. [...] A paisagem é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem - aquilo que é construído, escondido e que resiste - é uma paisagem do poder. (2000, p.106)

A paisagem da Grande Cruzeiro transformada em obra inacabada e, mais especificamente, as áreas de remoção demolidas, conformam uma paisagem lastimável. E se a paisagem é expressão simbólica das relações sociais, dialeticamente, as relações sociais também refletem a paisagem em que estão inseridas, sendo ambas facetas de uma mesma realidade.

No caso, uma vez que na conformação dessa nova paisagem surgida e conformada pelas obras foi aplicado um *poder* - a atuação do Estado por meio de suas obras de reestruturação - a paisagem, assim, alterou-se por uma ação unilateral, pela força de um agente externo, exercida verticalmente, sem a participação direta das pessoas que efetivamente fazem parte dela e nela convivem na definição dos seus rumos. Pelo menos não conscientemente, pois, ainda que tenha havido acertos entre moradores e Prefeitura, ninguém imaginava que a obra duraria tantos anos. Dessa forma, as relações sociais projetadas em meio a essa paisagem tomam um caráter eminentemente contingencial: não há o que fazer,

senão conviver com o processo. Logo, o *poder* que essa paisagem vai expressar deixa de ser uma expressão genuína dos moradores que historicamente ali construíram suas moradias e suas vidas, conformando a paisagem até então através do seu trabalho e vivência, mas sim a expressão de um processo de desmantelamento violento do espaço de vida comunitário, que coloca em segundo plano as relações humanas cotidianas que ali se desenvolvem, submetendo-as a um entorno alienado de si, indigno da riqueza da experiência histórica que ali se desenvolve, e de sobremaneira, conseqüentemente, degradante dessas mesmas relações.

Isso porque a paisagem do entorno da Cruzeiro perpassa de forma transversal as relações localmente desenvolvidas, uma vez que exprime o fenômeno do espaço em suas relações intrínsecas à sociedade. E isso tem uma repercussão social, uma vez que a paisagem não tem um sentido somente *visível* - material - mas também afigura ideias através da sua *percepção* - a qual vai além da sua mera forma. Assim, a *ideia* contida na paisagem é o que nos leva a ultrapassar sua materialidade manifesta, captada pelos sentidos, em direção ao campo do simbólico e subjetivo.

A paisagem vai muito além do mero aspecto visível porque se conjuga com o conjunto de vivências, ideias, relações e percepções que perpassam a construção do sujeito, o qual é, em última instância, para quem a paisagem vai denotar sentido. É daí que surge a importância da sua observação: para se entender as relações simbólicas entre os indivíduos e a comunidade com o espaço que se lhe dá substrato à vivência e, conseqüentemente, lhe viabiliza a construção de uma identidade com o lugar. E quais ideias exprime a paisagem a seguir?

Figura 41 - Paisagem de guerra? Os escombros de uma vida suspensa.



Fonte: Foto do autor, 01/2019.

“Ali parece aquele lugar que o Bin Laden largou aquelas bomba lá, só escombros e mato tem lá; sobrou uma, duas, três, não sei, umas cinco, seis, oito casas se tiver.” (SR)

O papel da paisagem é preponderante na análise do processo que ocorre no espaço, demonstrando claramente, através de sua forma, função, dinâmica e estrutura<sup>178</sup>, as alterações radicais que têm se imposto sobre o espaço da vida comunitária. Vemos como o conceito de paisagem está intimamente ligado ao de espaço e como perpassa transversalmente a questão, sendo expressão fenomênica do espaço que abarca e dá substrato a todas as relações sociais e subjetivas. Embora muitas vezes seu estudo seja obliterado pelas demais categorias de análise, pois “foi relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar”<sup>179</sup>, como vimos, todos os conceitos-chave da Geografia estão intimamente ligados uns aos outros. Assim, espaço e paisagem, assim como os demais conceitos que deles se desdobram, estão em estreita conexão. Assim, a observação da paisagem é um recurso

<sup>178</sup> Essa concepção de paisagem parte de VERDUM (2012) concordando com BERQUE (1995);

<sup>179</sup> CORREA e ROSENDHAL, 1998, p.08;

metodológico extremamente significativo na análise, e sua observação torna evidente muitas das asserções aqui elencadas.

Estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método<sup>180</sup>, e para isso, adotamos três possibilidades de encaminhamento: a descritiva, a sistêmica e a perceptiva<sup>181</sup>. A partir daí compreendemos que a mera análise descritiva da paisagem não é suficiente para se compreender a complexidade da questão. E tampouco o é a sua análise sistêmica. Isso porque,

*A paisagem descritiva* tem como base a descrição e, para apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem. A *paisagem sistêmica* sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões. O relacionamento e a análise que separam os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas, etc., não permitem, no entanto, dominar o conjunto. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (*forma*), constitucional (*estrutura*) e a *funcionalidade*, que não pode ser reduzida em partes. (VERDUM, 2012, p. 17)

Assim, a paisagem é formada não somente pelo que é fixo, rígido, mas também pelo que é flexível, fluxo e dinâmico nesse espaço, o que inclui expressões muitas vezes *invisíveis* dele em seu sentido material, mas que também atuam sobre sua dinâmica de circulação, ocupação e uso e, principalmente, representação. A partir da ideia da cidade como “texto” – o que por sua configuração exprime uma ideia -, Silva nos diz que “o texto urbano estrutura-se tanto por meio do visível, expresso na paisagem, como mediante seu contraditório complementar, o invisível” (2009, p. 143). Nesse caso, essas relações não são invisíveis por si só, mas sim invisibilizadas pela ordem de valores que rege o princípio da ordenação espacial na cidade, que se baseia na materialidade capitalista, expressando-se especialmente sobre os espaços marginalizados, como são as comunidades

---

<sup>180</sup> BERTRAND, 2004, p. 141;

<sup>181</sup> BERQUE, 1995; VERDUM, 2007.

periféricas. Essas expressões, embora de certa forma *escondidas*, também influenciam a paisagem urbana em sua dimensão simbólica. Esse efeito simbólico pode ser modificado de acordo com os usos do espaço. Quando se trata de grupos marginalizados, que não têm o mesmo direito ao espaço quanto aos que estão estabelecidos segundo o padrão capitalista de ocupação e uso – ao que o Poder Público chama de *regular* -, há uma profunda mudança no sentido da paisagem de acordo com sua presença.

*A paisagem perceptiva é concebida como uma marca e uma matriz. Como marca, a paisagem pode e deve ser descritiva e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. **A paisagem é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.** Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação destas coisas, as imagens. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, nossa consciência, experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e olhares, mas estes olhares estão concebidos a partir de uma matriz cultural, do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana. (VERDUM, 2012, p. 18, itálico do autor, negrito nosso)*

A paisagem como *matriz* vai engendrar, ou canalizar, o sentido das relações sociais na mesma medida em que, como marca, vai denotar as mesmas em sua expressividade. Assim a paisagem é relacional, pois coloca os diversos sujeitos que dela fazem parte – os quais, muitas vezes, se mostram em flagrante contraposição – em relação uns com os outros, ainda que através de diferentes concepções. E a partir da sua conformação, irá dar o sentido do desenvolvimento daquilo que ela mesma abarca e exprime. Ou seja, a paisagem engendra relações sociais na mesma medida em que é engendrada por elas, numa relação dialética. Ao mesmo tempo, essa relação é disjuntiva, porque a paisagem é a mesma, porém a forma de concebê-la pode alterar-se radicalmente, dependendo do ponto de vista do sujeito e de que forma ele está inserido na dinâmica do espaço. Pois “a

dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos [...] pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato”.<sup>182</sup>

Além disso, a percepção e posterior análise da paisagem obedecerá sempre a uma questão escalar. “A noção de escala é inseparável do estudo das paisagens”<sup>183</sup>. Isso porque essa mesma paisagem, na escala local, significará simbólica e culturalmente valores e ideias aos sujeitos que dela fazem parte. Porém, já numa escala regional ou global, mais ou menos hegemônicas pelas relações de produção capitalistas, o detalhe da percepção do sujeito se perde, sendo essa categorizada enquanto resultado das relações de produção de sua condição territorial, ao que de onde temos as ditas conceitualizações de “área de ocupação irregular”. Nesse sentido, essa paisagem, vista do alto – ou de uma escala mais ampla – pelos gestores do capital e do poder público não tem o mesmo sentido que para o indivíduo que vive naquele espaço e ali cotidianamente percebe a paisagem e a sua própria vida imbricadas. É aí que se instala “a contradição entre as estratégias do Estado (visando à reprodução do capital e à produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida)”<sup>184</sup> como já mencionado. É nesse hiato escalar – entre a dinâmica do capital e a da vida vivida – que se instará, novamente, o poder instituído. A interpretação da paisagem, nesse sentido, dependerá da escala em que se observa e do meio histórico-cultural e socioeconômico que está circunscrito o observador, e se analisada sob a luz dos outros conceitos geográficos, inserida como elemento da complexidade do real e vista através da articulação de escalas, pode sintetizar essas relações, exprimindo a força que aí se aplica tanto de um lado como do outro dessa relação, os quais são geradores de realidades distintas. Pois,

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da

---

<sup>182</sup> SANTOS, 1994, p. 62

<sup>183</sup> BERTRAND, 2004, p. 142.

<sup>184</sup> CARLOS, 2001, p. 17.

paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.  
(BERTRAND, 2004, p. 141)

Esse conjunto único e indissociável, que Santos (1997) repete em sua conceitualização sobre o espaço, é uma síntese. Porém, diferentemente do espaço, que terá diferentes usos de acordo com o ator, o tempo ou a escala, a paisagem é fenomênica: ela é sempre resultado do espaço, e ainda que se porte como matriz das relações, o espaço é sempre anterior a ela. Assim, essa unidade e indissociabilidade não é de forma alguma harmônica, assim como não o é o espaço, uma vez que formada e perpassada por relações conflitivas entre os diferentes sujeitos que a ela compõem. As diferenças e contraposições na concepção de paisagem, qual seja em nosso caso, nos evidencia um conflito entre o que é hegemônico e o que é desviante, entre o que está ao centro e que está à margem. Essas contraposições são manifestadas por *restrições* e por *possibilidades*, as quais podem ser visivelmente estruturais ou, muitas vezes, *invisíveis*, pois se manifestam somente no campo do simbólico e do subjetivo. Através das marcas do espaço, que se manifestam fenomenicamente em forma de paisagem, é possível perceber diferentes grupos coexistindo, territorializando-se, muitas vezes de forma híbrida e superposta, concomitantemente, os quais se inter-relacionam. E muitas vezes de forma conflitiva. Todas essas relações exprimem ideias e conformam a paisagem do poder.

No caso em questão, a paisagem representada por casas, ruas, becos e vielas, asfaltados e iluminados, com seus mercados, bares, igrejas, centros comunitários, serviços diversos, por onde se reproduzia a sociabilidade cotidiana da comunidade, através de suas vivências, foi desfigurada a uma visão sinistra de uma área de demolição, canteiro de obras semiabandonado, com entulhos, lixões, escombros, superfície acidentada, buracos imensos, materiais de construção espalhados, chão de terra descoberta, revirada e alagadiça, água tratada, esgoto e águas pluviais correndo a céu aberto, caminhos acidentados e tortuosos, e uma série de elementos mais que demonstram uma alteração e deterioração profunda no espaço.

Essa alteração impacta, também, a territorialidade aí desenvolvida, pois se compreende

a territorialidade e a paisagem como fatos imbricados, que envolvem um espaço ocupado, usos e concepções de uso, sentimento de pertencimento e de identidade. Pelo fato de haver tal imbricação não se quer dizer, porém, que toda paisagem corresponde uma territorialidade e vice-versa. Muito embora toda porção de espaço compreenda paisagem e territorialidade, elas não são obrigatoriamente conformes. (HEDRICH e GAMALHO, 2012, p. 195)

O processo de desterritorialização imposto pelo Poder Público leva a uma cisão entre a identidade territorial dos ocupantes de tal espaço e o sentido que a paisagem do seu entorno expressa. Há aí a entrada de um ator externo que, através da sua prática, ressignifica o espaço, alterando sua expressão simbólica – a qual foi historicamente construída através da vivência, pois a paisagem

“é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Neste sentido, a paisagem mostra a história da comunidade de um determinado lugar, que necessita sempre estar sendo discutida e registrada.” (VERDUM, 2012, p. 21).

O que queremos dizer é que a história registrada pela paisagem da comunidade até antes das obras era a história do seu próprio trabalho: a história da mobilização comunitária em torno de um fim comum, que é o da construção e manejo cotidiano do seu espaço de vivência. Ao se mudar a paisagem, muda-se a história e, conseqüentemente, muda-se a vida. Nisso a relação territorial resta prejudicada, uma vez que não se reconhece mais aquele espaço como sendo o seu.

O espaço da comunidade passa a ser o espaço da obra, submetido a uma temporalidade estranha, externa, que coloca em suspensão a reprodução da vida comum – sob um espaço conformado pelo próprio trabalho e pelo cotidiano até então – em substituição a uma vida instável, que passa a obedecer ao tempo da obra. É na medida que a mesma se desenvolve, durante anos, que as relações espaciais cotidianas dos moradores precisam se adaptar constantemente, no que

as referências passam a ser momentâneas e, a qualquer hora – dada pela ação das empreiteiras em seguir com a obra – as mesmas podem mudar. A temporalidade imbricada no processo, assim, é dimensão necessária à compreensão do espaço, e ela se manifesta constantemente na paisagem.

Apesar disso, a comunidade resiste. Segue a sua vida, cotidianamente, trabalhando, estudando, reproduzindo suas atividades diárias, sua sociabilidade, ainda que as temporalidades e espacialidades às quais estão submetidas sejam alteradas impetuosamente. Pois,

[...] a paisagem cultural apresenta temporalidades que, embora distintas, são contemporâneas para a percepção que determinada sociedade tem de si e, conseqüentemente na construção de significados que concernem sentido e identidade à ação humana. Em determinados grupos a valorização da memória funciona dessa forma, como uma espécie de resistência, confrontando os viveres de tempos diferentes. Tem-se então a relação entre a marca e a matriz, pois a modernização se insere no território sem eliminar por completo as realidades pretéritas. (HEIDRICH e GAMALHO, 2012, p. 193)

É nessa relação que esses conceitos geográficos se inter cruzam. O espaço engendra paisagem na medida em que se configura e a paisagem exprime o fenômeno do espaço. A produção do espaço origina elementos simbólicos que, ao comporem a paisagem, denunciam relações sociais que ali se estabelecem. E a paisagem, por sua vez, ao se fazer ver e sentir, impacta a vida, os afetos, a identidade e as relações das pessoas que com ela convivem. Esses processos são submetidos não só à temporalidade do cotidiano e aos espaços de vivência, mas também a processos históricos e a fatores globais de gestão das cidades sob a ótica da reprodução capitalista. E tudo isso só é possível através da ação humana, em suas diferentes e contraditórias frentes, muitas vezes, conflitivas. Estado, comunidade, empreiteiras, moradores, comerciantes e trabalhadores da região veem-se coimplicados nesse processo, em posições que variam entre centro e margem, dependendo do ponto específico em que se estiver analisando. Todas essas relações se expressam no espaço, o qual está manifestado na paisagem, ocupando o imaginário social através da imagem. E não só do que é visível, pois “é preciso ultrapassar a paisagem visível, descortiná-la, para chegar ao seu

significado. Ela precisa ser vista além da sua aparência, precisa-se buscar explicação para o que está por detrás da paisagem”<sup>185</sup>. A imagem que determinado espaço transmite, ao estar abandonado e entregue à degradação, exprime-lhe um sentido que se difunde por entre quem por ali passa e aquilo enxerga. Todavia, é isso, somado ao conhecimento daquela realidade pela experiência – ou seja, o que está por detrás da imagem que ela passa, que pode transformar a sua concepção. Assim, esta pode ser uma paisagem do poder, mas também da resistência; da adaptação ou da submissão, do medo ou da coragem, do conflito ou do agenciamento, da degradação ou da transformação, da desilusão ou da expectativa, do dissabor ou do entusiasmo, do impedimento ou da possibilidade, da frustração ou da esperança. O que reproduz, dialeticamente, os sentidos de quem percebe a paisagem de fora, e de quem a produz e de quem é produzido por ela, vai variar não só em termos escalares, ou de corpo social, mas subjetivamente, a cada variação singular da expressão da multiplicidade. Não há como pensar, em nosso mundo dos sentidos, e principalmente nas cidades, embora distintos, paisagem, espaço e lugar isoladamente. É a paisagem que denuncia o espaço e as relações sociais que nele se estabelecem, sendo fundamental sua observação se quisermos compreender as implicações recíprocas entre as diferentes expressões da realidade socioespacial.

#### **4.3 Aspectos da experiência no espaço de vida comunitário: sociabilidade, identidade e memória**

Alguns aspectos da experiência de vida comunitária são possíveis de serem abordados tanto a partir da sua expressão através do envolvimento pessoal do pesquisador com o campo, em suas conversas e vivências informais do cotidiano de modo empírico, mas especialmente a partir de nossas diversas entrevistas, das quais muitos fragmentos estão diluídos ao longo desse trabalho. Algo que chama a atenção nestas, e mostra o peso da sociabilidade na experiência, é o fato da

---

<sup>185</sup> PUNTEL, 2007, p. 284.

maioria afirmar que lá nasceu e cresceu, se criou, fez amigos e teve a sua história, e agora se sente triste por ter perdido parte da vizinhança e das suas referências. A palavra “triste” apareceu muitas vezes nas entrevistas, expondo um sentimento de perda, especialmente pelos vizinhos, pelas relações e pelas experiências que desenvolviam a partir dessa sociabilidade.

“Me sinto triste por ter perdido grandes amigos que eu convivi durante anos, familiares que estavam próximos hoje não estão mais, o contato com a vila também, com a energia que a vila passa também foi perdida, mas por outro lado os meus pais conquistaram o sonho de ter sua própria casa né, porque a gente morava numa área irregular, e de alguma forma a gente evoluiu nesse sentido, mas a questão de ter o convívio da vila, de ter a união ali a gente não tem mais. Inclusive na nossa casa a gente mal conhece os vizinhos, a gente não tem contato com ninguém normalmente o contato que a gente tem daqui de pessoas próximas são da vila, compreende? Então eu me sinto muito triste de ter saído da vila e ter perdido essa relação né mas por outro lado a gente tá numa casa nossa, e que proporcionou coisas boas pra nós”. (BX)

BX foi um dos que conseguiu se mudar, com o recebimento do bônus moradia, para uma casa próxima na região, dessa vez, escriturada. Ele sente o peso da perda de diversos vizinhos e amigos que não alcançaram a mesma sorte. Ademais, o fato de “conquistar o sonho” é um aspecto que explicita a atuação das forças biopolíticas de gestão da vida, em que oferecem um retorno pelo sacrifício sofrido, movidas pelo interesse. Porém, apesar de esse ser uma esperança longínqua aos removidos que receberam o bônus, poucos foram os que conseguiram de fato atingi-lo, apesar das promessas da Prefeitura, e ainda mais mantendo-se perto de onde moravam.

“Aí é um sentimento de tristeza, de aperto no coração porque pra te resumir, quem acaba sempre pagando o preço de... pagando a conta, essa conta gigantesca, que não é pequena, é a população menos desfavorecida (sic) que no caso é essa população que teve que ser afastada da região onde nasceu e viveu por muito tempo. [...] É chato, porque são pessoas que a gente, muitas vezes a gente conhece desde pequeno, desde o nosso nascimento, que se encontrava até na época que tinha o campo aqui pra bater uma bola, se divertir, brincar, até altas horas e hoje tão bem longe bem distante daqui né, a gente sente falta dessas pessoas.” (BJ)

O “bem longe, bem distante daqui” evidencia o processo de expulsão dos pobres, além da perda de referências para os que ficaram.

“Bah cara, uma parte ruim, por causa dos vizinhos, tinha uns amigos ali na outra comunidade, que é conhecida como Vila das Placas a gente perdeu todos os amigos dali a gente não viu nunca mais, vê alguns, essa é a parte ruim, muito ruim de ter perdido os amigos daqui da região. A gente sente um pouco meio triste e tal, alguns conseguiram uma casa boa, foram pra Viamão. Mas a parte ruim dessa da obra é essa parte de perder os amigos, os vizinho.” (LD)

O “conseguiram uma casa boa, foram pra Viamão”, cidade que os locais de moradia mais próximos ao centro de Porto Alegre ficam a cerca de 13km (o dobro da Vila Cruzeiro), reforça a real condição que os antigos vizinhos foram submetidos: de expulsão das áreas centrais. A “Vila das Placas” que LD se reporta foi inteiramente removida para abrir trânsito entre a Av. Gaston Mazon e a Av. Tronco. Centenas de pessoas simplesmente sumiram do mapa local.

“Eu me sinto muito triste porque eu perdi muita gente que eu tinha do meu convívio, muita gente foi embora e eu nunca mais vi, por conta disso. Muita gente pegou esse Aluguel Social e foi embora. Nunca mais vi. Sem falar que as obras continuam a mesma coisa depois de anos.” (TH)

A aparição recorrente<sup>186</sup> desse termo mostra por si só o quão abalada ficou a relação dos moradores com seu espaço a partir da perda de milhares dos seus vizinhos. Essa vizinhança compunha até então a vida da comunidade.

“Eu acho errado né, tirar as pessoas que moraram aqui a vida toda, como se tivesse apagado a história delas, como se elas nunca tivessem morado aqui. [...] Aqui é a minha vida, né, e no caso essas pessoas devem ter perdido grande parte da história delas com essas obras.” (JS)

“É um trauma, né, é identidade, é a vida das pessoas” (MS)  
[sobre as remoções]

<sup>186</sup> De 25 entrevistas em que foi feita essa pergunta, a expressão “me sinto triste” apareceu em 21.

É explícito a relação direta que os moradores remanescentes fazem entre comunidade, vida, história e identidade. Todos esses aspectos componentes de uma mesma matriz, que é o espaço, que abarca, compõe e é efeito da conjugação cotidiana de diversas vidas, resultado de uma longa trajetória de ocupação, construção e conformação da estrutura da comunidade e suas relações intrínsecas, e não só a partida da vizinhança, mas a destruição do fruto do seu próprio trabalho - qual seja as construções, moradias, becos, vielas e tudo que eles comportavam - causa também um sentimento de perda, como uma destruição da própria memória.

“ [Eu moro] vai fazer 22 anos, desde quando eu nasci. [...] Eu sei que antigamente teve bastante construção aqui porque era tudo de madeira, porque as casas eram de madeira e daí com o tempo meu vô já trabalhava com obra daí ele foi construindo, daí ele construiu as casas da família que a gente tem.” (TH)

“Eu lembro que isso aqui era feito de madeira. Com o tempo a gente, minha mãe veio construindo junto com o meu pai, a gente construiu essa casa. [...] aqui era uma parte de madeira aqui, parte de madeira acolá, a casa da minha tia bem aqui no meio, de madeira também, tudo feito de madeira, depois que a gente foi modificando, fez a garagem, fez a cozinha, fez a área, com o tempo foi melhorando a casa, fizemos quarto lá em cima, não tinha o segundo andar, tinha só esse primeiro andar aqui em baixo e aí gente construiu casa, canil pros cachorros, casa da minha mãe é de religião, o salão de religião dela... foi feita assim, todo essa estrutura que tu tá vendo hoje” (LD)

A memória das casas de madeira e de outros materiais aleatórios, obtidos na medida em que se conseguia juntá-los, é recorrente. Os relatos ressaltam que a construção das atuais casas de material<sup>187</sup> foi uma conquista de décadas de esforço e dedicação por parte das famílias. LD tem a sua casa ameaçada de despejo, e aguarda resolução do caso na Justiça, pois ajuizou ação contestando o baixo valor oferecido pela Prefeitura. Enquanto isso, seu futuro está em suspensão, o que inclui o destino da casa de religião afro-brasileira que sua mãe construiu no mesmo terreno, e que já administra a décadas. Pelo seu relato, de acordo com

---

<sup>187</sup> “Casa de material” é o dizer popular ao se referir a casas de alvenaria.

avaliação de corretor, a casa vale no mínimo 350 mil reais. A Prefeitura quer pagar 80 mil. Ele argumenta que **“a terra pode ser deles, mas o tijolo é nosso”**.

“40 anos, sim. É de madeira né, tá velinha, aí eu trabalhei numa empresa dessa, quando eu saí, me demitiram, eu peguei o dinheiro e fiz a casa. [...] É foi bem complicada, era um terreninho meio criando mato né, a gente que limpou e aos pouquinhos construímos aquela compensada, aí depois com o tempo ela foi ficando velha, daí a gente fez a casa de madeira. Depois de 10 anos eu peguei o dinheiro e fiz a casa.” (DS)

DS também aguarda pagamento da Prefeitura para ser removida. As negociações estão paralisadas. Ela não aceita os 52 mil oferecidos, e tampouco o aluguel social, pois tem relatos de diversos vizinhos que se mudaram e não conseguiram comprar casa com o bônus e outros que simplesmente pararam de receber o aluguel social, porque “acabou o dinheiro”, avalia. Sua casa é uma das últimas remanescentes nesse espaço, rodeada de mato, corrimento de água, terra revirada e entulhos das casas dos vizinhos demolidas. Ela vive (e espera) nessa casa, mostrada na imagem a seguir, há anos, sem perspectiva de quando a situação será regularizada.

*Figura 42 - Em janeiro de 2019 casa de DS seguia em pé, aguardando pagamento para remoção.*



Fonte: foto do autor, janeiro de 2019.

Por dez anos ela morou numa casa de compensado. Quando conseguiu o dinheiro de uma rescisão de contrato, após ser demitida, ela investiu na construção da casa de concreto. Agora, aguarda a hora de ver o fruto desse esforço ser derrubado. Essa situação perdura por anos. O tamanho da vegetação à esquerda na imagem, brotada espontaneamente, denota o tempo em que o espaço está abandonado: ali, antes, havia uma casa. A natureza retoma seu espaço, mas não por muito tempo: assim que todas as casas foram removidas e a Prefeitura proceder com a obra, uma grande avenida passará por aí.

Em diversos relatos o tempo da experiência de moradia junto à Vila Cruzeiro chama a atenção, mesmo por aqueles mais jovens, que se não estiveram presentes por ocasião da ocupação, ali nasceram e reproduziram desde então sua sociabilidade, construindo suas referências.

Trazemos aqui tais relatos também no sentido de evidenciar que

No atual período histórico, grandes transformações na vida urbana são experimentadas de forma inconclusa, parcelar, seletiva e destrutiva, gerando a crescente consciência dos riscos, o medo e a violência. Essas transformações têm sido analisadas através de referências à economia – globalização e mundialização, reestruturação produtiva e reestruturação urbana, ou através de remetimentos à política – neoliberalismo e crise da democracia. Entretanto, essas entradas analíticas, de indubitável valor, não permitem acesso seguro ao tecido social, o que traz, como consequência, a secundarização da análise do “fazer sociedade”. [...] É nessa ambiência que os elogios à cultura popular aparecem desacompanhados da reflexão sobre crenças e expectativas que orientam a sociabilidade e, ainda, que são omitidos os sentidos atribuídos ao afeto e à solidariedade. Essas tendências permitem reconhecer a influência do pensamento utilitarista e pragmático no tratamento do tecido social. [...] É em busca do tecido social que se constata, por outro lado, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Procura-se, com a reflexão teórica, o correto enquadramento espaço-temporal da ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social. (RIBEIRO, 2005, p. 411-412)

Essas práticas estão intimamente ligadas a como a pessoa se liga a história familiar, ao espaço que ocupa e às atividades que reproduz em seu cotidiano.

Ademais, seu conhecimento acerca disso denota uma relação profunda entre o indivíduo e a comunidade e entre o ser humano, o espaço e o seu tempo de vida.

“Aqui era uma área verde, né? E aí, tipo, minha vó e meu vô que construíram aqui, então a história já não é mais da minha geração, não sei muita coisa, assim, eles nunca falavam muito sobre isso, mas até onde eu sei foi isso: era uma área verde, daí a maioria das pessoas aqui invadiram e ficaram aqui. Meu pai tem cinquenta e dois anos, ele mora aqui há quarenta e nove, sei lá, pra mais... (DB)

“Meus avós, eles tinham problemas com moradia, não tinha uma residência fixa e eles ocuparam a vila de forma irregular justamente pra suprir essa necessidade de habitação, e eles foram uns dos primeiros moradores da vila, e há alguns anos atrás eles faleceram. Daí nós ocupamos a casa que antes era dos nossos avós e depois de um tempo né, ela foi removida pra obra da copa de 2014 né, a gente tá em mil... 2019 né, e ainda está parcialmente concluída né, então muita coisa pra ser feita.” (BX)

“A minha família veio, foram um dos primeiros moradores da Vila do Campinho né, aí por que Vila do Campinho? Antigamente era enorme o campo de futebol que teve que ser substituído por moradia devido ao crescimento da população, o campo teve que ser extinto pra abrigar moradores que vinham de diversas regiões próximas da Cruzeiro, que se tornou a Vila do Campinho.” (BJ)

“A minha família, na verdade veio de Canoas pra cá, na verdade, quando eles eram bem novos, meus pais né. Vieram pra cá, se alojaram e ficaram aí, eles moram aí durante uns trinta e poucos anos também. [...] eles ganharam esse espaço aqui do quartel, entendeu? Ali do pessoal da P.E. [...] receberam um espaço ali, do pessoal da P.E., do exército, tudo. Foi onde eles conseguiram esses espaço. Como aqui era bastante mato né? Aí, velho, as pessoas foram se agrupando.” (MR)

“Essa casa aqui tem quase 100 anos, eles fizeram pros comerciários, só pras pessoas que trabalhavam no comércio e na época meu sogro trabalhava na Casa Quartzo e ele comprou essa casa aqui porque ele era comerciante, isso em 1900 e... nós construímos só a parte de cima.” (PR)

“Aqui vai fazer dois anos. Agora atrás do Postão ali fazia uns 35 anos, mais ou menos. [...] Eu vim de Caçapava do Sul. Eu tinha uma chácara, de lá eu vendi a chácara e vim e botei o comércio ali.” (SP)

“Minha mãe veio de Candelária, veio ela e o marido dela e compraram um barraquinho aqui na vila e foram construindo aos poucos. [...] Ah foi há uns trinta anos atrás eu acho. [...] era um beco e aí foram, pegaram uma casinha, compraram, fez um empréstimo, era uma casinha de compensado, depois foram construindo uma casa melhor.” (JS)

“Sim, antes de 1940 já estavam, eu nasci lá, 1940, a minha mãe que veio de lá junto com meus avós... E assim tem muitas famílias que são muito antigas mas não estão no foco do negócio, eu conheço muitas famílias que são antigas tanto quanto eu” (SZ)

“Eu sei que os terrenos são tudo herdado e daí foi dividido entre partes e até um lado da rua a maioria continuou sendo da minha família. [...] A princípio lá era terreno da mãe do meu vô, esses terrenos todos. [...] só que é dividido, ficou dividido entre os filhos. E daí no caso cada um construiu sua casa.” (VR)

“Sim, a gente foi tudo colega, a gente veio morar aqui meio... os filhos nasceram, cresceram, casaram, esse aqui é um deles, nasceu aqui nesse quadrado aqui.” (DS)

Esses relatos mostram que majoritariamente as pessoas entrevistadas, se não vivem na área desde que nasceram, como é o caso dos mais jovens, ainda assim chegaram para viver na comunidade há décadas. De toda forma, há uma memória coletiva acerca da história da comunidade, que ultrapassa gerações, que representa uma identidade em comum com o espaço em que se habita, que é superior à mera relação individual e subjetiva com o espaço: ela é comunitária, e por isso,

[...] a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço: um espaço em que se habitou, um espaço em que se trabalhou, um espaço em que se viveu. (ABREU, 1996, p.8)

Nesse sentido,

o que nos interessa aqui não é discutir a memória individual, por definição subjetiva e única, mas a memória compartilhada, a memória solidária. A memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva. (ABREU, 1996, p.6)

Essa memória, apesar de coletiva, transcende do indivíduo vivente, a qual abarca inclusive gerações que não viveram o processo por si - mas que são o resultado vivo dele no espaço: a prole, enfim – resta profundamente prejudicada a partir do momento em que se perdem as referências espaciais. E isso inclui tanto a perda de vizinhos como as perdas estruturais. Isso porque a vizinhança e a estrutura circundante reforçam a manutenção da memória, uma vez que ancoram as histórias dos antigos e as trajetórias percorridas até então, o que vem a ser a manifestação viva de uma memória passada, que é apreendida pelos mais novos enquanto registro. Esses registros são apagados, e as histórias até então vividas passam a não serem mais ancoradas pelas marcas no espaço, perdendo assim a sua força de permanecer. Por isso a memória coletiva é assolada pela violência do processo que sofre a comunidade, a qual tem sua relação de identidade igualmente abalada. Memórias, que até então eram de orgulho pela sua construção, passam a ser memórias de dor, de destruição.

Além de evidenciar o histórico das ocupações e a memória coletiva da comunidade, é possível perceber nas falas transcritas o processo de êxodo rural, onde praticamente todas as famílias vieram se instalar na região advindas de cidades do interior, o que vem manifestado em suas memórias. Assim, embora fruto de uma mesma realidade macroestrutural, de origem econômico-social, que envereda pelos caminhos do êxodo rural a um mesmo destino - qual seja, a periferia da capital – essas famílias têm um histórico anterior à ocupação diverso, de distintas origens, e é apenas na ocupação e construção da comunidade que eles vêm a desenvolver uma identidade em comum, qual seja, a de morador da Vila Cruzeiro, seja ela de qual vilinha for pertencente. Essa identidade em comum que sofre um ataque nocivo com a destruição do ancoramento da memória, o que é evidenciado pelas duras críticas ao processo de destruição do espaço dentre o qual convivem as pessoas entrevistadas. Como diz JS, **“é como se tivesse apagado a história delas, como se elas nunca tivessem morado aqui”**.

Um dos aspectos recorrentemente mencionados e extremamente significativos nas críticas e lamentos por parte dos moradores quanto a sua situação é a perda das praças. Isso não só se imiscui na precariedade generalizada

do entorno, no sentido em que sua falta também inviabiliza uma convivência mais confortável e a reprodução de uma sociabilidade mais prazerosa pelo encontro, lazer, descanso e desfruto num espaço qualificado para tal, como também representa mais um infortúnio à memória coletiva e às referências espaciais e afetivas da vida em comunidade.

“Tinha uma pracinha aqui bem na frente da minha casa, sabe, muito muito muito grande e eu me lembro porque a gente ia muito prali né? [...] a gente passava ali e já cumprimentava e conhecia todo mundo e agora as pessoas foram pra longe e a gente nem se fala mais, às vezes né, mas a parte que eu mais me lembro mesmo antes das obras é a pracinha, assim, pra mim foi a parte que mais ficou marcada.” (DB)

“e depois que removeram, a gente não tem mais nenhuma área de lazer, vamos supor, eu não sei onde levar eles [crianças] agora, ficou sem nada, removeram, fizeram uma via, um corredor de ônibus e era isso, das casas que eu frequentava nenhuma mais existe, minto, existe uma só que iriam tirar as casas da frente, deixaram a casa de um amigo meu e iriam fazer uma calçada e até agora nada.” (JE)

DB mencionou diversas vezes a falta que sente da praça, dos encontros com os amigos, do chimarrão com os vizinhos, do descanso, dos jogos e brincadeiras. JE também lamenta muito essa perda, o passeio com os cães, com a sobrinha, os encontros com os amigos. A primeira tem 19 anos, a segunda, 21; ou seja, contabilizando o tempo da obra, ambas eram ainda crianças ou pré-adolescentes quando perderam o acesso à praça, que decerto tanto significava em suas vidas. É possível afirmar, nesse mesmo sentido, que são centenas, senão milhares, de pessoas acometidas pelo mesmo sentimento de perda, ao que “as considerações compreendem a perda de fixos e fluxos, assim como a perda ‘dos outros’ [...] a dificuldade de manutenção da vinculação com o lugar e com as pessoas que o integram”<sup>188</sup>. Essa situação produz a paisagem abaixo, onde resta às crianças brincarem sobre os materiais de construção parados e restos de demolição que ocupam o entorno das suas casas.

---

<sup>188</sup> VARGAS, 2016, p. 545.

*Figura 43 - Sem praças, a obra parada vira parquinho*



Fonte: foto do autor, janeiro/2019

“sabe, porque as pessoas precisam, tem pessoas que moram aqui, sabe, elas precisam disso, tem criança, tem pessoa idosa, tem pessoas que tem deficiência, [...] eu me lembro muito que a gente fazia isso, tipo tenho uns vizinho mais prali que eu me criei junto né, que a gente pegava as cria tudo e ia pra praça, tomar chimarrão e conversar, jogar bola... o pai sabe, a gente fazia muito isso” (DB)

Ademais, a figura da praça numa comunidade com poucos recursos é central não só para o lazer, descanso e desfruto, mas para o próprio desenvolvimento da cidadania, isso pelo encontro e pelas atividades que ela proporciona, algo que, sem a qual, fica, senão inviabilizado, no mínimo bastante prejudicado. De toda forma, as crianças precisam brincar, e se adaptam às circunstâncias para exercerem essa prerrogativa natural da infância, apesar da precarização do entorno e dos perigos que ele representa.

“Eu acho que ficou mais precário porque abandonaram, ali no Cristal se tu passar ali na divisa ali e a parte mais pra baixo perto do “Big” não tem, ficou vazio, só virou “cracolândia” e só mato, o mato tomou conta, os “pedreiros” tomaram conta. , se tu passar de noite tu tem certo risco de ser assaltado porque só mato, tu não enxerga nada, então ficou pior, ficou muito pior...” (VR)

“O que pode ajudar essa gurizada aí a não entrar pra vida do crime é o esporte, principalmente o futebol e eles tiraram três campos, três campos!!! [...] O político tem esse convencimento das pessoas em algumas lideranças então consegue fazer todo esse sacrifício que foi feito na região, na época não se questionava pra que abrir tanta rua aqui na Cruzeiro, se tu for numa parte da Cruzeiro ali tu vai ver uma sinaleira atrás da outra, só que num trecho não tem escola, não tem uma praça, não tem nada, porra nenhuma, pra que aquele monte de sinaleira se nem trânsito tem?” (LD)

“As praças, que eles detonaram as praças né, isso aí todos tinha praças né, nas avenidas, tinha 2, 3 campos de futebol ali nas avenidas, tinha balanço, tinha... as praças se... sumiram, não existe mais praça, agora é só obra mal acabada, nada finalizado, e as criança tendo que brincar, conviver no meio da vila, no meio do tiroteio, no meio do tráfico, não tem aquele ponto de recreação que tinha que era as praça nas avenidas” (AC)

LD questiona a quantidade de sinaleiras instaladas, sendo que quase não há mais pessoas circulando: se antes havia escolares passando com seus familiares e crianças, jovens e velhos transitando entre as praças, calçadas e canteiros, agora não há mais nada. É impossível transitar para mero desfrute em meios a buracos, detritos e sujeira. E a escola que por ali havia, não existe mais. Tornou-se um prédio abandonado. Porém, essas ditas sinaleiras<sup>189</sup> criticadas terão um fim: em um futuro não definido, quando tudo aquilo se tornará uma grande avenida, com três faixas de cada lado nalguns trechos, comportando um grande fluxo de carros. Porém, por ora, as sinaleiras seguem abrindo e fechando sem, muitas vezes, sequer um carro parar ou passar. Parece que a ordem da implementação da obra não segue uma lógica muito definida de prioridades. Ou, no máximo, que elas estão invertidas.

“[...] tinha a questão do futebol aqui, a gente fazia churrasco aqui atrás, se encontrava, enfim, era um local de lazer nosso

---

<sup>189</sup> Semáforos

aqui, da nossa gurizada aqui, a gente se encontrava todo mundo junto pra trocar ideia, onde era da equipe, se encontrava aqui embaixo, daí hoje em dia já não tem mais isso, então tem o transtorno, tem o lado ruim dessa obra, tem o lado bom que evolui o bairro e tem o lado ruim que tu perde muita coisa.” (LD)

“[...] cada casinha tinha uma criança que era meu aluno ou no Alberto Bins e muitos participavam do projeto. [...] Não, acho que minha atividade, como eu saí e fui pro Jorge Black, tem problemas de continuar, mas o público muda, as pessoas mudam e é aquilo, pra quem tá de fora “ah tem outras crianças”, quem saiu perdeu seus amigos de toda vida ali e quem ficou também vive, convive com a perda desses que foram embora, muda a comunidade né, fica com outra cara.” (PL)

Ao mesmo tempo que moradores enxergam a vantagem das obras, que como diz LD “evolui o bairro”, há esse sentimento de que se “perde muita coisa”. E por mais que a vida cotidiana siga, pelo que, por exemplo, o projeto de futebol que desenvolve PL se mude para outro local para continuar suas atividades, fica esse sentimento de que “muda a comunidade”, “fica com outra cara”. E quem permanece fica não só com o sentimento de perda de referências e apagamento da memória viva, mas com um certo anseio em relação ao futuro. Isso porque, não tendo a propriedade da terra, nada garante que num futuro próximo também tenha de sair, o que não foi demonstrado ser interesse de nenhum dos entrevistados.

“Meus amigos moravam ali. Ah eu brincava, jogava taco, jogava bola, tudo aqui. [...] Eu não me vejo indo embora daqui, mas eu acho que as pessoas se sentiram triste em ir embora do lugar onde já conviviam há muito tempo, imagina, tem gente que morava aqui há 50 anos e foi embora. [...] Só ali na Mariano em 2011 já tinham pessoas indo embora, na minha rua lida, da metade do [inaudível] pra baixo tinham o quê, tinham mais de 15 famílias, acho que até mais que morava ali, foi todo mundo embora dali. Começou em 2011, por ali.” (LZ)

E aos que permaneceram, o que resta?

“Cara, só resta saudade né? De quem se foi, de quem foi pra longe, de um cara, de repente nunca mais vai ver, ou, de repente não vai ver durante um bom tempo. As pessoas que a gente já era acostumado, né, convivia, jogava uma bola, tomava um chimarrão ali, de boa e tal, é, fazer o que né, **a gente não tem muita... muita escolha**, né, velho. (MR)

#### 4.4 Expulsão dos mais pobres e insegurança territorial

Um dos aspectos que chamou a atenção quanto à percepção dos moradores em relação às remoções são, primeiro, os relatos amplamente repercutidos de que os vizinhos foram, como diz DB, “para bem longe mesmo”, e em seguida a isso a conjugação de tal fato com o sentimento de insegurança territorial aí instalado, a partir da consciência sobre a não propriedade da terra e uma suposta impotência frente aos desmandos do poder público na gestão da cidade.

“As pessoas se mudaram, né, elas foram... algumas foram pra Restinga outras foram pra Viamão, várias pessoas foram pra outros lugares [...] Então, assim, não ver mais as pessoas que eu via quando era criança é estranho, porque tinha muita gente que eu gostava muito, tinha muita gente até mais velha, tinha não digo nem parente, mas algumas pessoas que eu considerava muito que eu não vejo mais, porque a casa foi removida e ai teve aquela coisa de “ai, vamo construir tal casa em tal lugar”, e daí as pessoas foram pra outro bairro, até outra cidade, teve gente que foi pra bem longe mesmo.” (DB)

“Muitas foram parar em bairros muito distantes. A Vila Cruzeiro até antigamente, alguns moradores mais velhos falavam né, do centro até a Vila Cruzeiro, em 1970, era uma distância enorme né, e por isso essa região foi ocupada justamente por que era passada do centro, com o crescimento urbano e desordenado, a Cruzeiro acabou ficando mais próxima do centro, e essas pessoas que moravam na Cruzeiro que foram removidas daqui, elas foram pra bairros muito mais distantes, como Lami, Restinga<sup>190</sup>, algumas foram para aluguéis sociais, nos quais elas ia continuar morando aqui perto, só que tinham problemas com... às vezes o não recebimento desse auxílio por parte da prefeitura, e acredito que seja isso, elas foram removidas para muito longe daqui né, da região central de Porto Alegre.” (BX)

“Eu conheci muitos, a maioria eram meus alunos no Guerreiro Lima, eles foram removidos, muitos foram pra Restinga, outros compraram terreno lá na praia, perto lá do Rei do Peixe, então é o dinheiro que eles tinham é onde daria pra comprar casa. Na Glória muitos se juntaram e compraram terreno e fizeram casa no Alto da Glória. [...] acabou todo mundo indo pras periferias,

---

<sup>190</sup> Lami e Restinga são dois dos bairros mais afastados do centro de Porto Alegre. A Restinga figura na cidade como histórico destino de moradores pobres removidos de bairros centrais.

pros lugares mais longes, morando tecnicamente pior. [...] gente saindo das suas casas, perdendo suas casas, como eu falei o que a gente ouve é que o valor não condiz, e a aí a gente vê as pessoas saindo das suas casas por razão nenhuma porque essa obra não tá aí” (PR)

A simples imposição de remoções já é um fenômeno desumanizante em si. A não preocupação do acompanhamento do Poder Público quanto ao destino das pessoas por ele removidas, fruto da lógica liberal radical que rege o Estado, assediado ante a supremacia do capitalismo, é ainda mais perversa, de onde resta, por fim, a cada indivíduo ou família buscar a sua sorte.

A remoção indica uma intervenção paisagística radical, cujas conseqüências, para a vida dos que ali se constituem, são pouco avaliadas e sequer é o propósito da administração pública fazê-lo. [...] ‘As moradias serão removidas’ é uma assertiva, em si mesma, violenta, no que concerne à espacialização dos empobrecidos, posto que desvincule o objeto de seu sentido, o conteúdo interior e seus vínculos, o lar e a vida cotidiana que integra a sociabilidade no seu interior e no seu entorno. Porém, a atualização da assertiva para ‘as pessoas serão removidas’ é ainda mais aviltante, posto que ultrapasse o respeito elementar à condição humana do outro, designando-o como um objeto a ser moldado e afeito a receber, passiva e naturalmente, um comando externo ao seu próprio arbítrio. ‘Remover as pessoas’ ou similares, como ‘retirar as pessoas’ é um argumento que deixa implícito não apenas a ausência de diálogo com aquele que sofrerá a ação, mas a idéia de incontestabilidade do comando proferido. A ordem para que um determinado grupo seja ‘removido’ têm o traço relacional monológico fundado na desqualificação radical da natureza social de quem é objeto da ação autoritária [...] o discurso da remoção emerge do imaginário obtuso dos que consideram que os empobrecidos precisam ser cerceados da sua condição de decidir por si mesmos sobre o seu destino, de espacializar sua própria existência por seu livre arbítrio e de, enfim, reconhecer em si a condição humana. O discurso da remoção é, assim, de uma desumanização radical. (VALENCIO, 2010, p. 43-44)

E essa desumanização é ainda mais aviltante na medida em que não só o Estado obriga à retirada, não conferindo o direito às comunidades e pessoas sobre definir o próprio espacializar-se, mas não dá qualquer condição para que os mesmos, após perderem sua propriedade, consigam manter minimamente o mesmo nível de vida, seja em termos de localização, vizinhança, identidade pertencimento, assim como o próprio direito à moradia e à dignidade humana, cristalizados na Constituição de 1988, porém tão pouco garantidos.

“Bah, alguns na rua, outros compraram casa no extremo sul com o dinheiro que foi dado ali, com a mixaria que foi dada, e aluguel social que alguns ainda vivem né, mas destino certo conseguiram se estabelecer com essa obra aí com a saída foram poucos, muito poucos, **a maioria ou tá na rua ou tá de aluguel social.**” (CH)

A condição de “estar na rua” é um dos retratos mais perversos da situação. Segundo alguns entrevistados, pessoas que perderam suas casas pela remoção não souberam administrar o valor do bônus, ou deixaram de receber o valor do aluguel social, e ficaram sem ter onde morar. *Sem ter onde morar.* Segundo testemunhos, muitos, se não foram parar nos bairros e cidades mais afastados, ou mesmo no litoral, acabaram “em casa de parentes”, “morando de favor”, ou, nos casos mais extremos, “na rua”. **“Uns ganharam casa, outros ainda tão morando na rua, né? É verdade isso daí”**, reforça MR, como quem dá uma informação difícil de acreditar.

“[...] aí muitos fizeram compras equivocadas que hoje se arrependem, muitos foram pro litoral, achando que o litoral é uma grande oportunidade, especialmente nas praias da região sul aqui Cidreira, Pinhal, foram pra lá achando que era uma maravilha, agora tu vai pro litoral no verão a realidade depois de março é completamente diferente, acabaram voltando ou acabaram tendo dificuldade e acabaram alugando lá pra poder alugar uma casa aqui” (MS)

“Ah foi várias pessoas, algumas foram pra Orfanotrófio, outros pegaram Viamão, Lami, eu falei pra eles que pra longe eu não queria né, eu queria ficar um pouco próximo daqui porque a minha mãe tem idade, ela a gente não tem condição pra levar ela, se deslocar com ela né, então eu fiquei por aqui. [...] **“Um monte de vizinho daqui se apressaram e tão sem casa, em casa de parente, porque eles não pagaram, daí pediram a casa de volta e as pessoas foram morar com os parentes.** [...] **“É eu continuei aqui né, eles não desmancham enquanto eles não liberar né, porque, né, eu ganho 1100 reais, como é que eu vou sair daqui e pagar 800 reais de aluguel? Não tem como, fora a água, luz, né, mais a alimentação, sou doméstica...”** (DS)

DS resiste no local, pois sua mãe utiliza os serviços do Postão de Saúde recorrentemente. Ela está aguardando o valor do bônus moradia para comprar uma casa na própria comunidade. Já está acertada com o morador que a venderá, o

qual pretende se mudar para o interior, retornando às suas origens. Enquanto o bônus não vem, nem um e nem outro consegue realizar seus planos.

A percepção de que há um interesse especial sobre o espaço, em função da sua proximidade com o centro, é visível nalguns relatos.

“A gente tá há 10 minutos do centro, mano, a gente tá há 10 minutos do centro, e tem gente que saiu daqui foi lá pro Lami, quase duas horas do centro! A gente tá uma localização muito boa, entendeu... a gente pode ir pra qualquer lugar daqui, sem ter muito transtorno, e simplesmente arrancaram” (CH)

“Algumas foram parar na Restinga, outros na Nonoai e, se não me engano, alguns na Vila Nova [...] esses bairros são extremamente longes daqui da Cruzeiro, e até então, naquela época eles estava removendo o pessoal meio que, entre aspas, pra “esconder”. Então quem tinha moradia aqui, bem ou mal, aqui passa ônibus, tu tem locomoção pra tudo quanto é lugar, esse pessoal que foi removido pra lá não teve mais isso, aí teve que se readaptar por lá, eu conheço amigas que que não puderam mais trabalhar nos empregos que estavam há muito tempo por falta de locomoção, porque são bairros, realmente distantes e não tem a mesma... porque, como eu disse, eles foram removidos pra áreas extremamente longe, de onde eles tinham acesso a tudo.” (JE)

O relato de LD, a seguir, resume a questão, e é eloquente por si só:

“Cara, algumas se deram bem, conseguiram comprar um terreno, outras se deram mal, que foram morar na praia, achava: ahh, vou morar na praia. Mas na praia não tem emprego, só em época de veraneio, nós sabemos, uns foram pra Cidreira, Pinhal, Quintão, tiveram que retornar para Porto Alegre, têm a casa lá e alugam casa aqui. Tem casa na praia hoje mas não tem casa em Porto Alegre, porque trabalham aqui, estudam aqui... [...] até pra ti alugar a casa tu tem que ter escritura e IPTU, só que tu não encontra uma casa aqui com IPTU, escritura, por 500 reais, não encontra, pode contar aí 700, 800, mas 500 reais tu não encontra, não tem, não tem, tu vai procurar aí, não tem, então o restante daquele dinheiro que tu tem da tua família tu tem que botar nesse Aluguel Social, então a pessoa vai ir procurar casa estruturada, eu conheço família que tá na casa da irmã, ou dorme na sogra, tem uma semana que fica na casa da irmã, uma amiga minha, ou dorme na casa da sogra, porque nem o Aluguel Social eles queriam pagar pra eles, eles tavam na rua, nem Aluguel Social quiseram pagar pra eles, pela dificuldade de alugar um lugar com escritura, escriturado e com IPTU. [...] “hoje pra mim encontrar uma casa assim, ter uma casa de dois andares, dois pisos, hoje pra tu encontrar uma casa com essa estrutura aqui é mais de 500 mil reais, aqui, aqui nessa região

aqui, até aqui pra dentro da Cruzeiro nós tava olhando aqui, tu não encontra por menos de 500 mil reais, 400 mil reais, mesmo com o valor atualizado hoje tu não encontra com esse valor tu não encontra uma casa assim com essa estrutura que a gente tem aqui hoje. [...]

“então o governo não escuta, todos esses governos que tavam aí, não se preocuparam com essa questão de conflito, não se preocuparam com a questão das pessoas, não se preocuparam se os filhos tão estudando, com escola, não se preocuparam com a questão que o cara trabalha, o cara pode morar, morar num lugar mais longe tipo lá no Extremo Sul ou na Lomba do Pinheiro que é um lugar onde tu consegue até um lugar com esse valor, ou Viamão, tu consegue bastante com esse valor, mas eu não quero sair daqui pra morar em Viamão, minha vida é toda voltada pra essa região, eu trabalho, estudo, meus filhos estudam aqui, meus filhos cresceram aqui, são adolescentes, porque eu vou sair daqui e morar lá pra Viamão? Então o governo nunca nos escutou” (LD)

Já MS pondera sobre a questão, uma vez que foi um dos que defenderam o projeto à época das reuniões quanto junto à comunidade para implementação da obra. Apesar disso, reconhece que, apesar do destino positivo de alguns, muitos não tiveram a mesma sorte:

“Claramente que teve pessoas que estão descontentes, mas a gente cabe lembrar que mais de 890 famílias elas conseguiram via o Bônus Moradia sair de uma área irregular, de uma área em que havia esse fantasma do despejo a qualquer momento, que tá gravado, qualquer governo poderia fazer isso, mas que conseguiram acessar sua casa própria com escritura. Claro né, muitos não conseguiram ficar aqui na região, que é uma região nobre, mas muitos conseguiram ficar, outros puderam voltar pros seus estados de origem, pras suas cidades natais, e outros aguardam” (MS)

Por sua vez, MR crê que isso não justifica, pois, para ele – e esse relato é confirmado pelo estudo do Comitê Popular da Copa e Movimento Chave por Chave, que mapeou os locais na Vila Cruzeiro passíveis de desapropriação para construção de casas populares voltadas aos removidos – a comunidade tem “força de espaço”<sup>191</sup>, onde daria tranquilamente para realocar os que perderam suas casas:

---

<sup>191</sup> Expressão regional utilizada para dar a ideia de grande quantidade.

“Tem força de espaço, tem força de mato, força por onde dá pra passar, força de caminhão né, pra fazer várias avenida monstro, entendeu? Não tem porque tá tirando é... **é porque é vila, cara**, é porque é vila, aposto que em condomínio eles não mexe, tá ligado? Condomínio eles não mexe, eles vão lá, eles pegam porque é vila, tá ligado? Terreno baldio né, que nem eles falam.” (MR)

“O prédio tá sendo depredado, os crackeiros entraram e tão quebrando lá, que eu acho que o plano de fundo disso tudo é o entreguismo, pegar um espaço nobre, central pra daqui a pouco repassar pros amigos da companhia Zaffari, de um grande empreendimento imobiliário pra ter lucros ali, pegar aquilo ali quase dado, em contrapartida por quase nada, mas com um custo muito grande pra comunidade, uma região precisa de escola, que precisa de espaço, de acesso de diálogo com o governo que hoje nós não temos.” (MS)

A percepção quanto à condição fortemente classista da ação fica nítida nos diferentes relatos. Isso se difunde por entre os moradores na medida em que, observando o destino não muito interessante de muitos dos seus vizinhos, a apreensão em se tornar mais uma vítima de futuras remoções se irradia entre os que permaneceram. Afinal, sem o documento de propriedade sobre a terra, negligenciados pela Prefeitura em se tratando de regularização fundiária e inseridos num contexto de violência territorial e baixo poder de participação nos rumos da gestão, a segurança quanto à permanência em seus locais de moradia fica extremamente fragilizada. Ademais, a incerteza quanto aos projetos da Prefeitura, os quais são gestados e implementados à revelia do conhecimento prévio popular, em que decisões são tomadas a portas fechadas e somente depois apresentadas aos atingidos, sem uma consulta prévia, torna a condição de segurança territorial ainda mais instável. Os que permaneceram sentem-se, por um lado, aliviados, mas, por outro, incertos quanto à continuidade da sua moradia e, conseqüentemente, da sua vida. O risco de perder tudo o que se construiu até então é constante, e é preciso com ele se conviver, sem qualquer segurança quanto ao futuro.

“Eu sinto, posso dizer que me sinto... fui um dos beneficiados, graças a Deus né, que até agora não chegou até aqui, espero que não chegue né, torcendo pra que não aconteça isso aí. [...] hoje eu não tenho esse problema por morar nessa residência regularizada, mas eu temo pelos meus amigos de sofrer

novamente um tipo de ação por parte da prefeitura e serem removidos ou serem deslocados pra Restinga, vamos supor, que é um bairro muito distante daqui, que é próximo ao centro.” (BX)

BX foi um que conquistou a casa própria após a remoção. Embora menor que sua antiga casa, que tinha dois andares, agora tem o título da propriedade, o que lhe dá certa segurança. De toda forma, ele se preocupa com os amigos e conhecidos que permaneceram, dos quais a realidade é diferente:

“Não tem como tu se sentir segura, primeiro porque é uma área verde, né? Então essa parte já é complicada, porque não tem como tu se sentir segura mesmo, mas com essa questão das obras não tem como, porque num dia te falam uma coisa, no outro já inventam outra e no outro vamo fazer isso, vamo fazer aquilo, então não tem como tu se sentir segura. Não dá.” (DB)

“A gente se sente bem insegura porque a mesma coisa que aconteceu com os moradores dali pode acontecer com a gente. Dizerem que vão pagar o tal Aluguel Social que é uma parcela, não é nem o valor do que é cobrado dos aluguéis aí fora. Eu conheço várias famílias que tiveram que entrar com a parte do dinheiro pra poder pagar ali, às vezes nem tendo, sendo que antes eles tinham suas casas próprias, né. E hoje tão aí sem ter uma definição certa, pra onde vão e o que vai acontecer com eles” (DE)

“Na época a gente tava bem preocupado, tanto que a gente tinha tentado por a casa pra vender, porque eles falavam que iam tirar aqui, que não iam e ficavam medindo aqui na frente da minha casa, no outro dia saíam e na época a gente ficou bem aflito e agora, com o tempo, a gente foi se acostumando. [...] “Eu acho que eu temo que podem vir a remover porque como muitas casas foram removidas por causa de uma Copa e no final das contas a obra nem foi concluída para essa tal de Copa, eu não duvido de mais nada. E como aqui é área verde eles podem alegar qualquer coisa e simplesmente pegar tirar a casa e inventar alguma obra daqui há alguns anos e segurança não tem. [...] “Quando a Copa do Mundo veio pra cá eles ficaram extremamente enlouquecidos porque eles queriam, vamo falar bem português, “maquiar” a cidade para os turistas, quando falaram que teria uma obra, a princípio a gente ficou apreensivo, porque não sabia quais casas que seriam removidas, eles vinham aqui eles acabavam medindo a casa, não falavam nada, não falavam o porquê que eles estavam fazendo aquilo” (JE)

O regime imposto pelo que a Prefeitura chama de planejamento, no contexto das realidades vividas, é de terror. Sem a informação definitiva, famílias

experimentaram a apreensão de não saber se seriam ou não removidas. Mesmo após essas definições, as famílias não sabem se, por alguma mudança, não podem vir a ser removidas num futuro próximo.

“Pra mim, na época, quando começaram a falar, antes nem tinha começado a obra ainda, falaram que nossa área também ia ser atingida, depois foram lá no mapa, fizeram as coisas lá e falaram que só lá embaixo seria atingido, mas antes todo mundo pensava que ia ser todo mundo atingido. [...]”

“Agora pra mim tá tranquilo, mas na época foi meio que apavorante assim, porque todo mundo pensava que ia ser, praticamente todo mundo pensava que não ia existir mais a vila, porque na época falaram que ia ser todo mundo, pelo menos agora pra nós tá tranquilo, na época que foi mais... [...]”

“Agora eu acho que não, mais pra frente acho pode acontecer alguma coisa, porque toda hora tem especulação de que vai acontecer alguma coisa.” (MT)

MT repete os dizeres de JE. **“Todo mundo pensava que não ia existir mais a vila”**. O *não-existir* toma aí um aspecto de morte, de não-vida. De fim do que até então se conhece. Um horizonte obscuro, futuro incerto, um corte abrupto na linha de existência, que leva ao desconhecido. Impossível sentir segurança nesse contexto. Ao mesmo tempo, a definição pela continuidade da sua moradia, ou, noutros termos, da sua própria existência, causa alívio, embora a qualquer crença na permanência esteja sempre hesitante ante o fantasma da remoção.

“Ah pra mim ter ficado é até uma vitória na verdade porque a gente acaba tendo, a gente tem a raiz aqui né, foi enraizado aqui, a gente nasceu aqui, entendeu, as pessoas que saíram ali 99% não queriam ter saído, assim como eu não quero não tenho vontade de sair né, a minha raiz é aqui, eu pra sair daqui sei lá, só no caixão. Assim como foi o senhor da caneleira ali da frente não sei se te falaram a história dele: ele disse que não ia ser removido dali, só dentro do caixão, tiraram todas as casas menos a dele e a dele tinha uma caneleira enorme assim, enorme, enorme, enorme, daí faleceu dentro de casa, não deu dois dias a prefeitura foi lá “patrolou-lhe” tudo, e aquele cheiro da canela exalou a vila toda, o cheiro da caneleira exalou a vila toda, tu te lembra... teve que ele falecer pra eles patrolar.” (CH)

“Eu só continuei porque a minha casa é na parte lá do fundo, entendeu? Lá pros fundo, eu não sei como, dizem que ainda vão ter mais ruas que vão abrir por ali, então de repente a nossa casa ainda vai ser removida dali, né, velho? [...]

“eu tenho esse medo, eu tenho esse medo, porque isso daí, como eu ouvi falar né, que de repente eles vão fazer mais uma avenida ali onde eu moro ali, então eu tenho esse medo de perder a minha casa ali velho” (MR)

“É a gente fica com o pé pra trás, de fato a gente não tem garantia nenhuma do que que eles vão fazer, eles podem simplesmente chegar aqui e dizer: “Óh, tu vai ter que sair daqui!” Só que agora tem uma dificuldade porque enquanto o processo está na justiça eles não podem fazer isso, eu estou mais seguro só por isso porque tem um processo de usucapião que eles não podem fazer, eles tão trabalhando já lá atrás do terreno, já removeram várias casas e assim tinham várias máquinas trabalhando lá, só que não pode derrubar a cerca do meu terreno, eles estão invadindo, eles não podem fazer isso enquanto não tiver decisão nenhuma, a favor ou contra.” (SZ)

SZ infelizmente faleceu antes de ver seu processo de usucapião concedido. Durante os últimos anos da sua vida conviveu em meio à terra revirada e aos entulhos no entorno do seu terreno, o qual, embora pelo processo instaurado na Justiça estivesse resguardado da invasão pelas máquinas, não impediu que as mesmas destruíssem até o limite do seu perímetro.

A incerteza sobre o futuro e o conhecimento sobre casos com desfecho desfavorável aos moradores minam a confiança dos mesmos na institucionalidade. O diz-que-diz corre pela vila, em que não se sabe o que é oficial, o que é uma ameaça ou o que é simplesmente expressões do medo ante um cotidiano de violência territorial, política, social e psicológica.

“Na verdade, pra ser sincera eu ainda tenho medo. Tenho medo porque pode ser que venha subindo, porque antigamente rolava um assunto que eles iam retirar a parte de trás que é do quartel pra abrir uma outra rua no quartel, pra fazer outra avenida, ainda não aconteceu mas ainda rola esse assunto. [...] acho que a partir do momento que eles dá uma adiantada nas obras, principalmente ali na Cruzeiro, pode ser que venha a acontecer isso, eles abrirem essa rua.” (TH)

“Ah, fica preocupado né, sem saber, *ah vão remover aqui, pra onde vamos, pra onde eu vou ir? O que que eles vão fazer, vão ajudar ou não?* Então a gente fica meio preocupado” (AC)

“Creio eu que na minha rua eles não vão mexer, mas não sei. Vai que daqui a pouco o projeto deles mudam? Então segurança eu não tenho, não tenho certeza. É muito relativo. Não tem como tu saber.” (VR)

A incerteza instaurada sobre o cotidiano leva a uma condição de suspensão: a vida está sempre dependente de um quê, de um talvez, de um porvir imperscrutável. O pertencimento ao território é extremamente instável, apesar da consciência sobre o mesmo ser bem assentada pela identidade que aí se desenvolve. O cotidiano local, porém, embora em suspenso se comparado em termos de uma pretensa normalidade, continua ocorrendo. Porém, agora, entre obras, assoberbado de novas necessidades: contornos, apesares, adaptações, estratégias. A vida em seus atos mais banais, como atravessar a rua, ir ao mercado, descer do ônibus, se torna mais difícil de ser vivida. A governamentalidade da vida se refina e se assenta nas lacunas interpostas entre o sujeito e a vida, desconectando-o do real imediato e obliterando sua ação criativa, ativa, positiva, para lhe vincular a um eterno ciclo de reação, de respostas a estímulos e a necessidades penetradas em seu cotidiano como uma espécie de gestão da vida.

A biopolítica aí instaurada, através da produção social do desastre, da economia política, da imposição do medo e da violência e do sacrifício do espaço de vida, através da precarização do entorno, levam ao rompimento dos laços comunitários e a uma desmobilização política, social e cultural. A tentativa de estabelecer um controle sobre os rumos da comunidade tensiona por todos os lados da vida, através do abandono, da repressão, da fraude, das falsas esperanças prometidas. Ainda assim, a comunidade segue vivendo, adaptando-se ao contexto colocado hoje, na esperança de dias melhores amanhã.

## 5) Biopolíticas do sacrifício: entre desastres e esperanças

Ocorre claramente na Vila Cruzeiro um dismantelamento generalizado dos espaços de vida comunitários através da imposição de zonas de sacrifício, política possível graças a uma biopolítica dos desejos, que se apropria das vontades da população a fim de lhe conduzir nos processos de forma que seja possível executá-los, desfigurando qualquer possibilidade de resistência mais centralizada na defesa do seu território. Veremos aqui como a biopolítica leva à imposição de zonas de sacrifício na cidade como processo de subjetivação de individualidades para a reprodução da máquina social, promovendo o desastre enquanto política pública e assoberbando o cotidiano da comunidade de forma a obstaculizar uma vida mais ativa e criativa. Além disso, garantindo um ambiente de desarticulação política e desconfiança nos mecanismos democráticos, o que leva a uma crise de representatividade e consciência dentro do Estado Democrático de Direito.

A biopolítica, estratégia de poder amparada pelo capital e instituída via governamental, se aplica sobre a população mormente via âmbito municipal de governo, uma vez que, ao mesmo tempo em que é a instância estatal mais próxima do sujeito vivente, que toma mais contato com as suas necessidades e movimentos, também é a esfera estatal mais fraca ante o poder do capital, o qual, sobretudo nas cidades, aplica o seu modo de efetuação do poder via conformação espacial a fim de se tornar, cada vez mais, produtivo e reprodutivo de si, apoiado sobre uma base real e concreta, que é o próprio espaço e a população que nele habita.

Não só no âmbito de sua definição, mas também das práticas daí decorrentes, explicitam-se conflitos, confrontos, tensões que tendem a impor o discurso oficial do risco sobre territórios específicos e, por consequência, sobre seus agentes, aqueles que neles vivem e moram, determinando sua desterritorialização. [...] Há, tendencialmente, um esforço de desqualificação do território e de seus moradores. Tal prática tende a “coisificá-lo”, destituindo-o da diversidade da experiência social que o constitui. O “território condenado” resume-se, pois, às suas benfeitorias, edificações e equipamentos de infraestrutura coletiva, passíveis de cálculos de indenização, em grande parte, referenciados em baixos valores, porque se associam à indenização de “áreas pobres” e, até então, desvalorizadas no que se refere às disputas do mercado imobiliário. Pelo lado da significação identitária que os territórios adquirem,

tais indenizações, somadas à forma de se traduzir esses Lugares, são incompatíveis com o sentido de pertencimento que enraíza seus moradores a partir de uma trajetória de vida e vinculações. (VARGAS, 2016, p. 537)

A partir de tal política territorial urbana, calcada na estratificação social e espacial da cidade, que se instituem nas cidades modernas as chamadas “zonas de sacrifício”.

A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorece escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas. (VIÉGAS, S/D, p. 1)

É justamente o que ocorre na Vila Cruzeiro. Uma obra que, sem o devido cuidado por parte dos seus agentes – e pelo contrário, com uma total negligência do poder público sobre seus impactos sobre a comunidade atingida – acaba por transformar o espaço numa zona de sacrifício na cidade. Porém, como veremos, essa não parece ser uma medida isolada ou fruto de incompetência gerencial, mas, sim, resultado de uma economia política que visa determinar certos territórios a uma conformação espacial definida pelas necessidades de fluxo do capital e ao mesmo tempo inviabilizar uma organização mais enraizada da comunidade junto ao seu território, promovendo a separação, a fragmentação, a inibição da experiência coletiva e a invisibilização das suas questões no enredo urbano, com o aprofundamento da guetização e marginalização que sofrem. Para observar esses processos

[...] é fundamental considerar o impacto das mudanças em territórios marcados por várias intervenções urbanas pontuais e também pela violência. E, particularmente, o impacto na vida das pessoas, compreendendo-o em sua dimensão como experiência coletiva, dramas que se repetem no tempo e no espaço, mas que não assumem visibilidade pública. E que por não serem publicizados, são percebidas como casos pessoais, isolados. (PORTO e FREITAS et al., 2015a, n.p. - seção 4)

Isso ocorre apoiado por uma política da verdade, instituída pela repetição de discursos e com apoio da mídia burguesa, em que o apagamento das contradições é necessário para se fazer parecer que os territórios que compõem a malha urbana, aos quais se intenta colocar a serviço do capital, não apresentariam qualquer desarmonia com tal ideologia ou conflito com os objetivos traçados, assim produzindo um ambiente harmônico à reprodução dos negócios e colocando a cidade no suposto mapa virtuoso do capitalismo global.

Na cidade do capital a

[...] estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuram refletir e modificar o espaço urbano. Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, nós, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

Nesse sentido, a cidade aparece como um mero meio de intervenção e

O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008a, p.28)

Para demonstrar como ocorre esse processo propomos aqui a análise derradeira da tese que irá demonstrar as relações entre a produção social do desastre, a imposição de zonas de sacrifício, a suspensão e asoberbamento do cotidiano, o agenciamento e captura dos desejos e o assujeitamento dos fluxos da população, o que visa provocar a destruição do espaço de vida comunitário em sua dimensão cultural, social e política e, por fim, da própria confiança mútua que compõe necessariamente o que chamamos de sociedade.

## 5.1 A produção sociopolítica do desastre

O que ocorre na Vila Cruzeiro, não é demais dizer, é um desastre. Embora originalmente a ciência que trazemos acerca do conceito trate de desastres relacionado à questão ambiental, é justamente essa discussão que as autoras fazem: que todo desastre, além de ambiental, muito mais do que meramente “natural”, é um desastre humano, origem social e repercussão política. No nosso caso, se por um lado o espaço da vila Cruzeiro jamais fora considerado uma zona de risco ambiental, desde o início da sua ocupação, foi justamente a instalação precária das obras viárias e a remoção das famílias do traçado da intervenção que vem não transformando o local em uma zona de risco ambiental, mas produzindo desde aí um desastre social, ambiental, territorial e político.

Desastres “designam acontecimentos trágicos e podem ser descritos como fenômenos adversos que geram processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas”<sup>192</sup>. É exatamente o que vem acontecendo no espaço da vila. E esse processo parece ser politicamente objetivado, pois não há outra explicação frente ao total descaso da Prefeitura, em diferentes administrações, em relação à situação.

“Se eles quisessem fazer alguma coisa eles fariam, né. Porque não é tão difícil assim, sabe, a gente entende, eu entendo que tem muito dinheiro envolvido e as pessoas se corrompem por isso, mas eu acho que poderiam fazer alguma coisa, sabe, principalmente nessa parte das pessoas mesmo, tipo das casas, sabe, essa função das enchentes, a parte das calçadas, entendeu, não custa tu ir ali fazer essa parte primeiro, sabe, porque as pessoas precisam, tem pessoas que moram aqui, sabe, elas precisam disso, tem criança, tem pessoa idosa, tem pessoas que tem deficiência, então não tem... precisa ser feito isso, só que não tem nada acontecendo, nada, se tu passar ali agora tu não vê ninguém fazendo nada.” (DB)

Sabendo-se que o Estado, quando quer, dada a magnitude do poder e da estrutura que abarca, pode facilmente resolver uma questão tão simples, que seria, simplesmente, terminar a obra. Mesmo porque a obra fora planejada para dois anos

---

<sup>192</sup> VARGAS, 2016, p. 536.

pelos técnicos. Porém, parece que a política bem dosada, submetida a uma racionalidade econômica – não de dinheiro, mas de poder – tem uma ascendência em relação à resolução do caso: é preciso dosar as ações, intermédios e intervenções, fazendo com que o Estado não se faça nem muito, e nem pouco presente; mas apenas na medida certa para atender os interesses do poder biopolítico de gestão da vida, que se dá desde o âmbito global, agindo através dos estados no controle das suas populações.

“Lamentável, tanto dinheiro que essa copa trouxe pro Brasil, onde é que tá esse dinheiro, onde foi essa grana aí? Será que não teria dado tempo de remanejar essas famílias e pagar o tal de aluguel social que até agora muita gente tá sem receber o aluguel social...? E o mais engraçado é que ninguém dá uma resposta concreta pro morador, pra quem convive dentro da região, o pior é que época de política, **época de eleição aparece mil candidatos aí prometendo mundos e fundos, mas depois passou a eleição, da aquela amnésia eleitoral, eles esquecem da gente, esquecem, só usam**”. (BJ)

“Eles podiam ter aproveitado essa obra, melhorado as escolas, não fizeram, o entorno da escola também não fizeram, a Escola Alberto Bins eles fecharam, o governo fechou, de acordo com o Estado, Município, fechando a escola, tá ali o prédio abandonado cheio de lata, então são áreas que nós podia tá usando pra lazer, é um terreno que poderia ter feito uma praça, a própria esquina aqui da Carlos Barbosa com a Mariano de Matos, Niterói aqui em baixo um baita espaço ali e não tem nada, só tem mato e lixo, a gente fez denúncia, tava se tornando um lixão, aqui na esquina da Carlos Barbosa com a Niterói, a gente, eu fiz o vídeo postei no Facebook, denunciemos, daí que eles tiraram o lixão dali. Estavam sim desovando lixo ali, a própria prefeitura!” (LD)

A mera hipótese de incompetência ou de equívocos não parece ser suficiente. Afinal, uma cidade como Porto Alegre, que já figurara como exemplo internacional de gestão participativa, que já encabeçara a lista nacional de qualidade de vida nas cidades, que tem um acúmulo histórico não só de conhecimento técnico e capital político, mas de estrutura de qualidade para implantar as obras que entende necessárias à cidade, não pode estar, a certa altura da sua história, simplesmente caducando, se perdendo da sua rota de desenvolvimento rumo ao caos e obscuridade. Pelo contrário, o que ocorre é uma ação orquestrada, onde há aí, claramente, a efetuação de uma economia política, que escolhe locais para sacrificar, estabelecendo uma própria espacialidade e

temporalidade de ação que não dialoga com os interesses emergentes dos cidadãos que aí estão submetidos “a uma condição de exclusão, que não se dá por acaso, mas pela utilidade mercantil que esses valores possuem”<sup>193</sup>.

Quer dizer, “a cada momento, são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é público e o que é privado, o que é estático e o que é não-estático”<sup>194</sup>, o que deve ser e o que é interessante que seja, estabelecendo limites variantes, valores pontuais, “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado”<sup>195</sup>, criando uma série de determinações externas ao lugar que, entretanto, não recebem uma contrapartida como medida de mitigação. Quer dizer, o Estado determina o que lhe é devido, porém, retira-se quando entende que não lhe é interessante, a partir daquilo, lidar com as consequências.

Além disso, a partir da necessidade criada de instalação de uma via, alargando a atual avenida sobre as casas, uma série de técnicos e instituições diversas passam a se fazer presentes no local, dialogando com lideranças, apresentando projetos, elaborando planos e fazendo promessas de um futuro melhor. Isso, num primeiro momento, pode conquistar certo apoio popular; porém, na medida em que o tempo avança, e que todas as benesses prometidas e negociadas se mostram inviáveis ou falsas, há o engendramento de uma desconfiança generalizada na comunidade. Desde o início das obras até o momento presente houve duas eleições municipais. Três governos já estiveram à frente das obras. Todos eles, durante a campanha, apareceram com suas comitivas eleitorais na vila pedindo votos. Nenhum, até agora, cumpriu o que prometeu.

Toda a discussão acerca da moradia é perpassada pela constatação da existência daquilo que consideram equívocos ou morosidade / ineficiência na atuação do Estado, levando a manifestações de total desconfiança com relação à efetividade das ações prometidas. Subitamente, passam a interagir com frações desse Estado que, até então, não integravam suas experiências no Lugar, revelando inclusive a dificuldade de assimilar suas identidades e papéis. (VARGAS, 2016, p. 551)

---

<sup>193</sup> AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 54;

<sup>194</sup> FOUCAULT, 2002, p.292;

<sup>195</sup> FOUCAULT, 2002, p. 292.

Ou seja, os moradores, ao serem envolvidos numa tal diversidade de instituições, nomes, responsáveis, cargos e repartições, sendo jogados pra lá e pra cá na busca pelo atendimento de suas demandas - e jamais recebendo de fato a solução para os seus casos – acabam por desacreditar da força e da responsabilidade da institucionalidade, revoltando-se com o descaso, por um lado, e por outro tendo sua confiança no Estado, na Democracia e no Direito fortemente abalada, pelo que essas, embora denominem o atual estado das coisas – o suposto Estado Democrático de Direito - passam a ser palavras vãs, assim como as diversas siglas da Prefeitura, instituições que deveriam dar acesso ao cidadão e atuar junto a si na busca pela superação dos problemas urbanos, mas que passam a ser expressões de um poder longínquo, alheio, estranho, que não está de fato a seu serviço.

“Hoje na comunidade a gente tem poucos espaços, áreas de lazer espaços de diversão e principalmente a prefeitura, nosso governo tem diversas secretarias, diversos CCs e coisas desse tipo e tão lá coçando sem fazer absolutamente nada. Vão sair pra rua, vão botar o pé no barro, vão às prioridades que as comunidades precisam. Eu nesse espaço que a gente tá aqui eu há mais de uma semana que eu tô solicitando que o DMAE venha aqui arrumar um cano que tá estourado, mais de uma semana o cano... a água tá vazando a céu aberto aí... é descaso total. Tô com número de protocolo, tô com reclamação ali ativa, mas não vem ninguém arrumar, ainda com esse calorão...” (BJ)

A compreensão em relação ao dito descaso é geral. O que dizemos é que esse descaso, mais do que fruto de mera irresponsabilidade ou incompetência, se mostra, na medida em que o tempo avança, uma medida planejada, objetivada a determinado fim. O desastre é produzido, politicamente, com base na questão social.

[...] o termo desastre designa um acontecimento trágico, o qual associa elementos físicos e um dado contexto social [...] porquanto um desastre exige uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Sua característica como fenômeno adverso é pertinente na medida em que deflagra rupturas indesejáveis e imprevistas, em vários níveis, no quadro das relações sociais espacializadas, desarrumando-as de um modo difícil para a sua recomposição. (VALENCIO, 2010, p. 31)

O desastre que se dá pela associação entre elementos físicos e o contexto social é gritante na paisagem da Cruzeiro. Basta, para quem por ali passa, ainda que de ônibus ou de carro, fazer essa associação. É o que se mostra através da janela. No entanto, é para além da observação externa, e sim na experiência vivida, através do contato direto com os resultados do desastre produzido, com as próprias pessoas que ali vivem, que se tem a dimensão mais aproximada da amplitude da questão.

“Caminha um pouquinho mais lá pra baixo, tu não consegue passar ali, não dá, porque não tem como, tá tudo inacabado. Daí tem... tu vê, tem um buracão ali porque o esgoto que tá aberto, daí tu imagina que vem alguém aqui de noite, que não conhece aqui, vai fazer o que? Aí cai ali, nossa, não vi... mas e tem alguma coisa lá pra tu ver? Nem pra sinalizar o negócio ali que tá aberto eles não são capazes de fazer nada” (DB)

“Tá sendo destruído, já foi muito destruído, tá sendo mais e hoje o único espaço que nós temos aqui na região é o ginásio da escola Guerreiro Lima que tá em total decadência, total abandono se não é a instituição Vila do Campinho reformar, fazer umas atividades incluindo as crianças e adolescentes ali, a coisa não melhora.” (BJ)

“Antes tinha um campinho de futebol que a gente atravessava ele pra jogar, tinha a avenida aqui, tinha muita casa, agora ficou um breu, uma avenida que... uma avenida não, porque não dá nem pros carros passar ali, não dá pra nada, não dá pra caminhar, agora que tão começando a querer arrumar as coisas, tá há não sei quantos anos ali parado.” (MT)

Isso impacta todo o arranjo socioespacial local, onde a experiência até então desenvolvida, que conforma o cotidiano, vai tendo sua potência golpeada, sua extensão tolhida, sua diversificação reduzida, e a dinâmica da vida local limitada a poucas opções saudáveis. Além disso, o perigo de viver se instala: por um lado, estritamente físico, por conta do entorno precário, da estrutura destruída, dos caminhos cheios de percalços e materiais hostis ao livre circular do corpo no espaço.

“Bah a diferença é gritante né, apesar da quantidade de casa que tinha ali da primeira obra ainda, antes da obra da Copa a gente tinha um pouco mais de facilidade pra entrar e sair daqui, pelo jeito, o

transporte, tu conseguia entrar e sair da vila mesmo com aquele monte de casa, tu conseguia entrar e sair com mais facilidade, tinha os acesso, eram bem regulares né. Até porque o governo era outro também nessa época, daí eles tinham um cuidado maior com esse tipo de coisa, hoje a entrada e a saída da vila é a pior coisa que tem pra se fazer hoje. Tá com um carro, haja suspensão, se tu tá de bicicleta tem que dar um voltão, não consegue entrar sem cair num buraco, sem passar por cima de um cordão, antes não tinha antes, isso não tinha antes. [...]

“Ah não existe trânsito né, não existe trânsito. Trânsito existiria se houvesse facilidade de locomoção né, um lugar onde é esburacado, onde a saída não existe mais, tu tem que pular por cima de cordão ou por cima de buraco, por cima de valeta, dia de chuva então... dia de chuva é inconcebível, eu entrei de carro agora ali, um metro, um metro e 20 de barranco pra subir pra conseguir entrar na vila, daí o carro já passa raspando já. Tipo a gente que já tem uns carrinhos velhos né, vai detonando, vai detonando, vai detonando... aqui ninguém tem uma Cherokee turbinada né, uma Hilux... foda.” (CH)

“Horrível porque é que nem eu falei na minha rua tem um buraco enorme lá, tá tipo uma cratera já lá, e dá acidente toda hora ali e por tá trancado desde antes da obra tá dificultando o trânsito de descer e subir, então tu tem que fazer um baita dum retorno que acontece mais acidentes do que já acontecia mesmo. [...] não tem condições de tu passar por dentro, de carro, com moto, se tu for de moto tu te mata” (VR)

Ao mesmo tempo, o perigo se torna além de físico, humano, na medida em que o espaço precarizado, escuro, incerto e pernicioso passa a abrigar outros tipos de ocupação, que não muitas vezes não estão interessados no bem estar dos moradores em suas atividades diárias e muito menos em lhes garantir a circulação, mas sim se aproveitar do contexto de caos para atingir seus objetivos mais imediatos e inescrupulosos.

“Pedestre é horrível, não tem calçada praticamente, tu nunca sabe se... tem calçada tem, mas a calçada esburacada, com barro, os caminhões que passam da obra, e quando chove então, é terrível, tu tem que andar no meio da rua, junto com os carros, porque na calçada é impossível, é um barral só, não tem como. [...]

“Ah e perigo também pra população, os drogados, os ‘pervos’ ficam nessas ruas que tão em obra, que essas não são iluminadas, já começa que não são iluminadas, buracos, assaltos, é perigo, enquanto elas não são finalizadas é bastante perigo.” (AC)

“Eu acho que ficou mais precário porque abandonaram, ali no Cristal se tu passar ali na divisa ali e a parte mais pra baixo perto do Big não tem, ficou vazio, só virou “cracolândia”, é só mato, o mato tomou conta, os pedreiros tomaram conta. [...] Aí na divisa

o mato tomou conta, se tu passar de noite tu tem certo risco de ser assaltado porque só mato, tu não enxerga nada, então ficou pior, ficou muito pior, tem a questão do assalto, tem a questão de acidente...” (VR)

“Daqui, quando vai pra lá, sabe, esse terreno baldio que tem da caixa d’água? Aí ali ficou abandonado total, os morador, os craqueiro, botaram casa ali, corre risco de assalto. [...] “A gente teve uma vizinha nossa aqui que foi assaltada ali, o cara saiu levou todo o dinheirinho dela, o pagamento dela, a outra levou uma facada no braço, perdeu o celular”. [...] “A máquina de lavar que tava na área ela achou ali naquele terreno, junto com os cara. Eu tomei um corredão, eu trabalhava na madrugada, eu descia ali de ônibus e no que eu atravessassei, entrei assim na Mariano de Matos, saiu um cara dali tentando me pagar. Eu era gari, varria a rua e eu tive que correr muito. Tô bem porque Deus botou a mão, senão eu não taria. Já teve todo esse transtorno com aquele terreno ali.” (DE)

Assaltos na região, aos próprios moradores, às suas casas, ou ameaças de violência sexual, por indivíduos desconhecidos da comunidade, que ocupam os espaços ociosos em meio aos destroços das demolições, passam a se tornar corriqueiros, coisas que antes não eram reportadas na vila.

Isso, por sua vez, só leva a se aprofundarem os discursos quanto aos perigos da vila, a sua associação à uma criminalidade supostamente inerente e à criminalização da pobreza como um todo. O aspecto de abandono, de terra sem lei, somado à paisagem de destruição e à ausência de ações de remediação ou recomposição por parte do poder público, compõe um cenário de guerra. Essa guerra tem uma face real: não só usuários de drogas assaltam pedestres ou “pervos”<sup>196</sup> perseguem mulheres durante a noite em meio aos escombros, mas disputas por pontos de tráfico em meio à vila fazem vítimas fatais.

Por um lado, a violência recorrente e reconhecida oficialmente, ainda que faça milhares de vítimas anualmente, é tratada como um fenômeno exógeno, patológico, espontâneo ou trágico: jamais como uma questão de implicação social, política e econômica. Por outro, o mesmo Estado produz o meio ideal à propagação do caos e da criminalidade, num espaço sem qualquer conformação ao bem viver, ensejando aí todo o tipo de atividade funesta.

---

<sup>196</sup> Pervertidos no dizer popular.

Tais facetas implicam que, por ação ou omissão, o Estado esteja envolvido nos desastres, isto é, no recrudescimento das privações dos referidos grupos, nos seus danos e perdas, no processo de dessocialização e desumanização que lhes é imposto no cotidiano, na intensificação da dor física, moral e emocional de cada indivíduo e do coletivo subjugado a tais circunstâncias e, por fim, na eliminação da vida destes. Tal fenômeno, por sua existência e persistência, enseja sérias e impostergáveis indagações, que remetem aos nexos substantivos entre os desastres reiterados bem como às lógicas promotoras da articulação entre a instabilidade e desfazimento de processos identitários e de territorialização e a estabilidade de uma configuração sociopolítica espacializada e do ethos burocrático-personalista. Nisso dizer: é necessário refletir sobre a racionalidade que baliza as representações, discursos e práticas do Estado o qual, longe de impedir, produz e amplia o sofrimento social daqueles a quem lhe cumpre proteger. (VALENCIO, 2010, p. 32-33)

Isso ocorre não sem a devida percepção de muitos moradores, que tecem críticas à gestão e fazem o reconhecimento de sua condição na cidade, qual seja, a de cidadão de segunda classe, subalternizado frente a um sistema de valores excludente, que coloca o sujeito menos abastado como indigno de consideração.

“E daí se a gente não tem um lugar de lazer? Daí chega a tua folga, tá, chegou sexta, tu não tem o dinheiro, tu é pobre, tu não tem dinheiro, teu dinheiro é pra roupa, pra comer, pra vestir teus filhos, daí ‘bah vou chegar na vila e vou fazer o que?’ Nada, não tem uma área de lazer, não tem uma praça, não tem um lugar pra eu sentar tomar um chimarrão entendeu, que tinha há pouco tempo, mas a obra me patrolou três campinho, duas pracinha aqui, tem uns corredor de ônibus inacabados onde tinha as três pracinha ali, onde rolava os torneio, agora não existe mais, era o que nós tinha, agora ficamos sem nenhum, entendeu... onde dava pra levar as gurias pra jogar uma bola, dava pra sentar tomar um chimarrão mesmo sendo mal cuidado, pelo menos tinha, agora a gente não tem mais nada” (CH)

“Eu queria ver se fosse nossos governantes que morassem na região aqui se não iam dar um jeito de fazer rapidinho. Mas os filhos deles tem uma creche boa né, tem um plano de saúde, tem médico, né, particular, e a gente depende do Postão e o Postão tá ali na obra ali, o Postão tá atirado às traças o nosso Postão. Muita gente precisa do Postão e tá atirado às Traças.” (BJ)

A destruição das condições saudáveis da reprodução da vida é flagrante e genérica, onde todos – milhares de pessoas, é importante reafirmar – precisam se

submeter a isso cotidianamente, sem qualquer poder de reversão do quadro, que depende do empenho da maquinaria pesada, do trabalho técnico e da verba pública. Assim,

[...] há grupos que se encontram num dado espaço, mas são destituídos da possibilidade de tecê-lo em contornos e conteúdos com os quais se sintam identificados e em prol de sua plena socialização. Logo, a retirada, destruição ou deterioração, provocada por outrem, dos sistemas de objetos significativos do espaço onde o referido grupo se constitui, mais do que causar rupturas na realidade material em si mesma, causa danos à vida interior destes que se vêem destituídos à revelia. (VALENCIO, 2010, p. 35)

É a vida, em última instância, que sofre com os resultados da tragédia. A vida vivida, onde se repercutem todos os fenômenos através da experiência. A percepção da própria situação e a impotência frente a ela repercute um mal-estar generalizado. Ninguém, das dezenas de indivíduos que foram ouvidos, está satisfeito com ela. Não só pelo constantemente deparar-se à paisagem da tragédia, mas o próprio corpo-no-mundo, desde sua realidade mais imediata, o seu entorno, desde sua fisicalidade em face ao real concreto, obstaculizado em sua circulação, experimenta, ainda que livre, uma sensação de clausura. O espaço, se parece aberto ao longe, mostra no detalhe uma tal miríade de obstáculos que se torna intransitável, intransponível, uma prisão aberta, reclusa apenas pela hostilidade da superfície circundante.

“Agora tá horrível, né?! Tipo, pela parte de não ter sido acabado tem pessoas que até andam na contramão aqui, porque não sabem mais como é que funciona as coisas, né, não tem muita sinalização, botaram essa sinaleira aí pra nada praticamente, porque não ajuda em nada. Lá pra baixo então tá muito pior, tipo a rua aqui pelo menos tá asfaltada, aquela coisa, mas ali pra baixo não tem asfalto, então, se tu passar de carro ou, tipo, alguma pessoa que tenha deficiência é muito difícil de passar, então, essa parte tá muito ruim assim. [...] “É horrível, porque é como eu falei, teve muita área que não tem asfalto, que não tem calçada, então pra mim assim, no caso não é tão ruim porque eu não tenho nenhum problema pra me locomover, entendeu? Eu consigo ir daqui ali de boa, mas tem muita gente que não consegue, eu conheço gente ali que anda de muleta, meu sogro por exemplo anda de muleta e não consegue passar direito, porque tem muita pedra, muito

desnível, entendeu, gente de cadeira de rodas é muito muito difícil, tipo tem que alguém ficar levantando porque não tem como... carrinho de bebê é muito complicado, então tá bem ruim.” (DB)

A imagem abaixo ilustra um pouco da situação descrita:

*Figura 44 - Carrinho de bebê*



Foto do autor, 2019

Homem com carrinho de bebê contorna obstáculos. Ele precisa escolher: ou vai pela faixa, asfaltada, e passa pela poça d'água e enfrenta o fluxo de carros, ou acessa a calçada, inexistente, caminho intermitente entre trechos de areião batido e de materiais revirados. A vida cotidiana é uma luta desde o mais básico, como o ir-e-vir.

DS, desde a porta de sua casa, em meio aos escombros dos antigos vizinhos removidos, fala apreensiva em relação a seus netos, em função do trânsito caótico que corre a alguns metros dali, sem qualquer sinalização e levantando poeira. Se agora a situação já é perigosa, quando a avenida se tornar uma avenida de grande fluxo, será pior.

“É em função das obras né, isso aqui era pra ser bem organizado, né. Inclusive falaram que os ônibus ia ser duas mão

né, essa linha ela vai reto e sobe a Sepé, é essa curva aí que tá perigosa, porque daí as crianças, tu manda uma criança no mercado ali, eles não prestam atenção de olhar pro lado, quando vê o carro tá em cima dele... não tem uma sinaleira, não tem nada. (DS)

“É bem complicado, porque alguns carros não respeitam que não pode passar, aí tem as máquinas deles, aí tem as pessoas, eu por exemplo, que tu não sabe por onde vai porque não tem calçada, só tem buraco, é capaz de acabar caindo, tem tudo isso.” (JE)

Os relatos dão a dimensão do drama vivido, em que “escombros materiais correspondem a uma vida social destruída”<sup>197</sup>, por onde “o espaço circunstancialmente desconfigurado, que torna os sistemas de objetos e os sistemas de ações arbitrariamente disfuncionais”<sup>198</sup>, tem uma implicação direta sobre a multiplicidade da experiência sobre o espaço. Dentre essa multiplicidade, se já é difícil para os jovens, saudáveis dotados de corpos plenamente funcionais, a situação para idosos, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida é drástica. Não há qualquer sistema de objetos instalado que possa suprir sua necessidade básica, pelo contrário, o desmantelamento generalizado do entorno torna a sua locomoção um desafio diário ainda mais custoso. Diversos dos entrevistados lembraram disso recorrentemente, embora não fosse sua condição pessoal.

“É inadmissível que uma avenida que vai passar milhares de veículos não tenha sido garantido pelo menos dois metros de calçada, se você for ver na altura lá da Mavitron, da Tronco Neves, na parte já concluída ali tu vai ver uns trechos que não tem um metro de calçada e ai como é que fica as crianças pra irem pra escola, os idosos, os cadeirantes então eu acho que isso é uma das grandes lamentações” (MS)

“Só quem transita por ali viu o estado que ficou, era buraco que enchia de água, era, não tem rampa, não tem nada, ainda mais com uma UBS ali, a gente tem que pensar que UBS frequenta geralmente pessoas que tem alguma dificuldade, ou senhoras idosas. Tem várias senhoras idosas que frequentam ali e não

---

<sup>197</sup> VALENCIO, 2010, p. 35;

<sup>198</sup> VALENCIO, 2010, p. 41.

teve nenhum tipo de planejamento, eles não planejaram sequer a ida de um cadeirante que poderia frequentar aquele local.” (PL)

““Não tem a área de acesso pro cadeirante, agora essa semana eu fui ali no atendimento, eu consulto no Postão, eu fui ali e não tem espaço pro cadeirante subir, o acesso, a rampinha, não tá tendo, eles fizeram a calçada sem a rampa pro cadeirante, então tá sendo um transtorno geral pra quem usa cadeira o acesso dos cadeirantes ao Posto, nem isso a Prefeitura preocupou nessa obra de ver, é muito dificultoso” (LD)

No entorno do Posto de Saúde são facilmente observáveis os casos de cadeirantes passando por dificuldades ante o espaço destruído:

*Figura 45 - Cadeirantes*

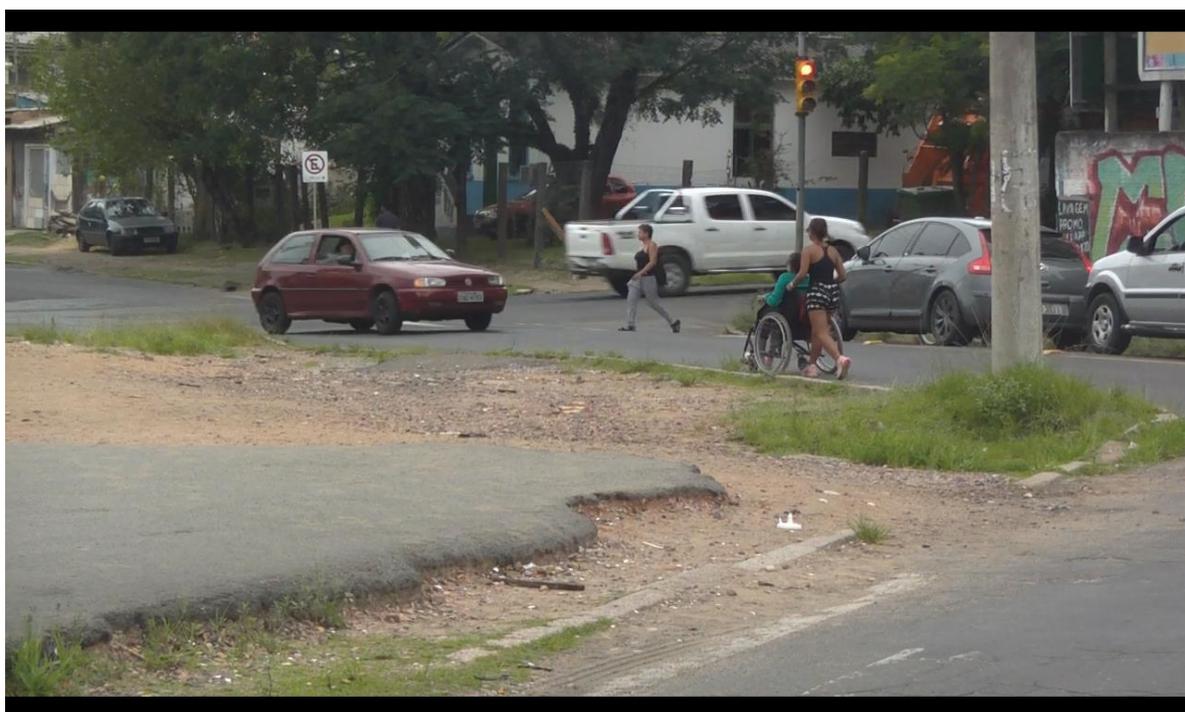


Foto do autor, 01/2019.

Mulher se arrisca empurrando senhora cadeirante pela faixa estreita de carros. A suposta calçada, desnivelada e coberta de detritos de antigas demolições, não apresenta condições melhores.

Nas proximidades do Posto de Saúde, essa cena, protagonizada por cadeirantes tendo de superar obstáculos diversos - difíceis mesmo às pessoas com perfeitas condições físicas de mobilidade - se repete todos os dias.

Figura 46 - Cadeirantes na via



Fonte – Foto do autor, 01/2019.

Dois homens empurram dois cadeirantes, atentos ao movimento da rua. Os carros vêm de trás. Na calçada, sem qualquer condição de tráfego: grandes blocos de concreto, tijolos e ferros retorcidos ocupam todo o espaço.

O desastre está instalado, por um lado suspendendo o cotidiano e, por outro, assoberbando-o de tal forma a não poupar, desde os atos mais banais, constantes desafios à reprodução da vida daqueles que por ele estiverem envolvidos.

## 5.2 Assoberbamento do cotidiano (ou a suspensão da vida ativa)

“Então tem que fazer todo um caminho, toda uma estratégia, pra tu ir numa parada de ônibus que é uma coisa tão normal, que deveria ser uma coisa tão fácil de tu fazer. Mas que não é mais pra algumas pessoas. Pra mim é de boa. Eu consigo ir ali, sabe... de noite é até ruim também, aqui na rua da minha casa eu consigo ir, de boa, mas se eu tiver que descer nessa rua aqui de noite eu já não consigo direito e isso que eu não tenho dificuldade nenhuma, imagina pra alguém que tem dificuldade? Porque não tem asfalto, é muita pedra, é muito buraco. De noite tu não enxerga, porque não tem iluminação.” (DB)

A vida cotidiana é “um fermento secreto da história”<sup>199</sup>. Nesse sentido, ela não se antagoniza com a totalidade,<sup>200</sup> mas com ela se constitui, sendo a expressão da vida vivida, em constante relação com esse todo. “*La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproducción social*”<sup>201</sup>. É no cotidiano da vida vivida que se forjam as ações, desde o local, que podem, por sua vez, ou reagir ao circundante e majoritariamente instituído, reagindo dialeticamente, ou instaurar a criação de diferença ante o mesmo, afirmativamente, acessando, a partir daí, a efetuação da mudança desde sua radicalidade. O caminho entre acessar uma ou outra forma de existência/ação é instituído na medida em que o ser humano se transforma, a partir do próprio esforço, de um “homem particular” a um “homem individual”<sup>202, 203</sup>.

Por homem particular Heller entende o ser humano que é fruto de uma particularidade, ou seja, de uma fragmentação da vida humana, que gera, por si, um contexto de heterogeneidade. Essa heterogeneidade, que é a tendência dominante da vida cotidiana, demanda ao sujeito vivente uma constante dedicação à resolução de problemas banais, que não tem uma solução em definitivo, mas que estão sempre em recorrência no seu dia a dia. Assim, ele não consegue se concentrar na resolução das questões que realmente podem lhe levar a uma mobilidade mais ampla e atuante na sociedade ou a questões de cunho mais profundo que poderiam, efetivamente, transformar a sua vida. Assim, o sujeito particularizado está alienado da participação nos rumos da sociedade, uma vez que está preso ao seu alcance imediato, em um cotidiano heterogêneo lhe reivindica toda sua dedicação.

---

<sup>199</sup> HELLER, 1991, p. 20;

<sup>200</sup> Na concepção de Agnes Heller;

<sup>201</sup> HELLER, 1991, p. 37;

<sup>202</sup> Nos termos da mesma autora;

<sup>203</sup> Tomamos os estudos acerca do cotidiano de Agnes Heller afim de acessar uma linguagem teórica específica à abordagem do tema, porém, sem concordar com ela – que tivera uma base majoritariamente marxista até então – em todos os aspectos, mas sim efetuando consigo uma composição dialógica a partir do escopo teórico e conceitual da Filosofia da Diferença, diálogo a partir do qual elaboramos a ideia de suspensão da vida ativa.

É apenas no caminho da formação da sua individualidade que o ser humano supera o cotidiano fragmentado, como mero reproduutor do mesmo, e passa a conceber, estudar, refletir e, finalmente, criar uma nova condição, a partir do momento em que abstrai dessas necessidades imediatas do cotidiano e se dedica ao que lhe é homogêneo, ou seja, algo que diz respeito ao todo, que tem repercussão geral e se reproduz desde um platô transcendente, por exemplo, como o sistema de ações e objetos instituído desde o exercício do poder estatal. Para acessar essa possibilidade é necessário efetuar uma homogeneização<sup>204</sup>, a partir da qual concentramos toda nossa energia com um foco em um objetivo mais específico, suspendendo demais atividades e colocando toda nossa potência voltada a esse fim.

Sempre reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana (...) mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do caso singular (...) temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. (HELLER, 1985, p. 35)

Nesse sentido, como tarefa historicamente positiva, no sentido de dar movimento à história, o indivíduo precisa se desvincular do cotidiano imediato, das tarefas banais da vida, para ter tempo de se dedicar ao pensamento, à reflexão, e a ação direcionada. Assumindo, assim, uma postura ativa perante a vida, e não mera e constantemente reativa.

Heller crê que essa é uma condição excepcional à maioria, pois a mesma vive imersa num cotidiano de atribuições e subsumida numa universalidade generalizante, a qual condiciona o “eu” enquanto uma particularidade singular inócua, embora atribulada, restringindo o agir ativo ante a realidade. Ela defende assim a formação de um *humano-genérico*, um humano que compõe o todo homogêneo e a partir dele constrói sua postura crítica ao mesmo, assim se

---

<sup>204</sup> HELLER, 1985, p.29

individualizando e podendo, a partir dessa crítica, definir suas ações na direção em que almeja, e não mais simplesmente reproduzindo o todo de forma alienada.

Essa alienação, dada a complexidade do mundo moderno e a disseminação das suas estruturas que, se ainda não dominam, assediam toda a composição da vida através de uma institucionalização progressiva, impondo valores, não é passível de simplesmente desaparecer – pois estaremos sempre, de forma responsiva, em relação a uma organização estrutural superior. Porém, é possível limitar o assédio da heterogeneidade e das múltiplas determinações sobre o Eu, sendo tarefa da contemporaneidade recuperar a subjetividade não só enquanto categoria fundamental de análise ante as implicações do cotidiano, mas como dimensão decisiva ante as ações e decisões dos seres humano nele inseridos.

Como uma tentativa de controlar esse fluxo em potência, o sistema de objetos e ações instituído pelo poder estatal a serviço do capital vai efetuar, via economia política e pela dosagem calculada de riscos e de ações, um cotidiano que impeça qualquer efetivação de uma ação mais direcionada ou mesmo da mera possibilidade de pensa-lo, uma vez que envolvido numa tal demanda de particularidades singulares que o sujeito não consegue sequer subjetivar-se, quer dizer, não consegue acessar à sua individualidade enquanto ser-no-mundo, uma vez que constantemente demandado pelo entorno a ter de enfrentar situações adversas imediatas e particulares e de imediata e particular necessidade de solução. É exatamente o que um contexto de caos, de ausência de segurança e de destruição do ambiente circundante provoca.

O cotidiano em meio à situação de desastre, produzido pela conjugação das forças estatais/capitalistas, é um limitador da experiência ativa genuína, qual seja, a subjetiva, e um instituidor da experiência reprodutiva/reactiva, a partir da qual “tendemos a ver a vida cotidiana de forma fragmentada, pois temos a tendência de ser pragmáticos – nos fixamos nas aparências”<sup>205</sup>. Essas aparências se tornam mais e mais centralizadoras da atenção na medida em que elas expressam o desastre, pois o humano é atraído à observação do que lhe é negativo. Nesse sentido, o desastre tende a cooptar toda a subjetividade que se reproduz desde o

---

<sup>205</sup> HELLER, 1985, p. 32.

seu meio a se comportar sob e a partir dele, pelo qual a totalidade da experiência no espaço se dá.

A experiência do compartilhamento do espaço, da comunhão dos frutos que ele propicia, entre famílias e vizinhos, fica em suspenso. As mangas, que antes caíam da árvore no quintal compartilhado, ficam agora inacessíveis: passam a cair em meio aos escombros da casa demolida, que perfaz um limite esdrúxulo com a casa ao lado, ainda em pé. A suspensão do cotidiano se torna o novo balizador: a impossibilidade da experiência que se tinha até então, pela destruição do espaço que a ensejava, impossibilidade essa que passa a conformar a nova realidade vivida.

*Figura 47 - O usufruto da mangueira suspensa*



Fonte: Foto do autor, 2019

As mangas, que outrora caíam, maduras, no pátio do morador, sendo divididas com amigos e vizinhos, agora caem em meio aos escombros da demolição, ficando inacessíveis.

Os diversos relatos acessados nas entrevistas deixaram claro que a experiência de vida no espaço degradado e ante as incertezas do futuro, por um lado, suspendem a ação livre e consciente, concentrada na produção de devir, pois inserem os envolvidos numa espera indefinida, sem horizonte de resolução, uma vez que dependem de certas determinações para se compor junto à realidade dada.

A partir do momento em que essa realidade é suspensa, que o cotidiano até então dado é suspenso, uma miríade de ações que vinham se desenvolvendo em determinado fluxo é cortada abruptamente. É engendrado no cotidiano local, sobre cada envolvido, “um estado de paralisia e impossibilidade de emancipação e de perspectiva de futuro, engessamento do tempo, um viver permanente de um presente desesperador, [...] criado e reproduzido pela soberania estatal”<sup>206</sup>. Essa soberania, que busca dirigir a máquina social - que é máquina de produção e também máquina de corte<sup>207</sup> - estabelece aí um limite supressor: a partir desse ponto, não se avançará mais. Inocula-se um ponto de corte pelo qual se suspende a vida ativa, enquanto um mecanismo biopolítico de controle dos fluxos e, conseqüentemente, da dinâmica política e social da população.

“Tá devagar né, no começo eles tavam bem ágil, depois foi parando, ficando devagar... acho que os funcionários não tavam recebendo, daí parou tudo. [...] Parou a verba, eles pararam com a obra, tem semana que eles não trabalham a semana inteira, tem semana que eles toca direto, acho que eles tão trabalhando conforme eles recebem né [...] tem que aceitar, eles só mandam aguardar que a princípio não tem verba, diz que quando tiver liberado todo mundo vai ser avisado, mas isso já faz 4 anos. [...] falaram tanto que era pra copa, a copa foi embora, voltou outra e a obra continua a mesma coisa, **só mandam aguardar, aguardar.** [...]”

“O moço ali vai embora pra Soledade, então ele falou pra mim se eu queria comprar a casa dele, mas **ele também tá só esperando** eu pegar o dinheiro, pra mim passar pra mim a casa e ele ir embora.” (DS)

“Porque pelo que a gente ouviu iria desafogar o trânsito todo, então as pessoas iriam vim da Azenha em direção à Tristeza numa rapidez, não ia ter tanto trânsito na Carlos Barbosa, ia dar uma desafogada e ficou só esse monte de canteiro, porque os carros não têm como passar porque chega um momento que têm bloqueios então tu não tem onde passar, então não adiantou de nada, só piorou, porque já não é muito bom e agora tá tudo aberto, **nós estamos esperando alguém fazer alguma coisa.**” (JF)

“Que todo mundo foi embora, a obra ficou parada, agora que tá dando continuidade, mas imagina assim, cinco anos, faz mais

<sup>206</sup> AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 61;

<sup>207</sup> DELEUZE e GUATTARI, 2010, p. 15-21.

que cinco anos, não faz cinco anos exatamente e a obra ainda não acabou, tem gente que tá pra ir embora e tá parado aí ainda, só **esperando a hora de ir embora**” (LZ)

“Eles tão tirando todo mundo, só aqui no fundo aqui, esse terreno aqui tem 600 m<sup>2</sup>, só na parte de trás ali vão ser ocupados 236 m<sup>2</sup> da área que tem nos fundos da minha casa, vai pegar um cantinho da minha casa nos fundos. E aí eu tô esperando esse processo do usucapião, se eu ganhar provavelmente eles vão ter que indenizar alguma coisa daquela parte lá, **eu tô esperando que isso aconteça.**” (SZ)

A espera por um horizonte indefinido, na dependência de instâncias estranhas, afastadas ou alienígenas, que impede a adoção de atitudes mais direcionadas num sentido, é o retrato da suspensão do cotidiano. SZ, por exemplo, esperou por anos, espera essa que nunca fora vencida: faleceu antes de ver seu processo de usucapião transitar em julgado. Já DS, cuja qual a casa permanece em pé na Vila, já pré-acertou sua mudança: conseguiu, com um vizinho que quer se mudar para o interior, a combinação da compra da sua casa, assim que o bônus lhe for pago. Sua principal espera é esse pagamento por parte da Prefeitura, e ela não sabe quando isso vai ocorrer. Só sabe que, ante as promessas do ente público, ela espera há anos. Sua casa é uma das últimas onde ocupa: o seu entorno é de destruição. O vizinho, por sua vez, que mora mais acima do morro – onde não houve remoções e as casas seguem intactas – também espera: só vai poder se mudar para o interior, onde tem família, quando receber o valor da casa de DS, para então poder comprar uma casa nova lá. Os devires dessa combinação estão em suspenso. Ambos esperam, sem um horizonte definido ou poder de resolver a questão. A incerteza impede qualquer atitude mais ativa, de determinação subjetiva. Está dependente de uma força externa, que não lhes considera a humanidade, individual e subjetiva, mas os considera um caso particular, um número, uma coisa que precisa ser removida dali da forma mais interessante para o removedor, não para o removido.

A mesma suspensão do cotidiano se aplica aos que precisaram se mudar da vila, após sua remoção, como evidencia PL:

“Então moradores antigos têm que se deslocar, começar do zero, porque quando a gente se muda de um lugar por livre e

espontânea vontade já difícil, às vezes é legal e tal, mas é difícil tu começa uma vida do zero. É novas amizades, novos vizinhos, é uma escola diferente, é tudo que envolve, é o mercadinho diferente que tu vira freguês, então ainda mais que não é por livre e espontânea vontade, tu recomeçar a tua vida do zero” (PL)

A mudança, quando empreendida ativamente, já é bastante dificultosa. Se feita à força, por determinação alheia, então, joga o indivíduo num contexto de suspensão severo, em que tudo se torna uma nova necessidade, desde reocupar um espaço até passar, aos poucos, a se relacionar com ele, estabelecendo novos vínculos. Ao mesmo tempo, rompe os vínculos anteriores, que compuseram até então sua subjetividade, desarranjando a organização da sua vida desde o campo mental, que precisará de uma dedicação difusa e genérica para criar um novo arranjo, compondo-se com o todo circundante.

“Não tem perspectiva nenhuma, tu não sabe quando vai terminar; começou e não sabe quando vai terminar e se vai terminar e se vão cada vez apertar mais, exigir mais das famílias pra que se mudem do local” (SZ)

Nesse sentido, tanto os já removidos como os à espera da devida remoção tem seu cotidiano totalmente suspenso. Já em relação aos que ficaram, não só durante as obras, mas o próprio futuro, em que as obras se prometem concluídas, também representa uma ameaça ao seu modo de vida.

“O espaço de lazer pras pessoas não tem, pra sentar ali, vai virar uma Freeway, alguns tem a sua calçada mas os outros do outro lado já não têm uma calçada pra sentar, naquele final de tarde que estão acostumados a sentar ali já não vão ter mais, não tem mais onde sentar, onde pegar e tomar um chimarrão ou tomar uma cevinha que sempre tão acostumado a tomar, é muita coisa que as pessoas vão perder, tá perdendo com essa obra, exemplo é onde eles jogavam bola...” (LD)

O impedimento do jogo de bola, valor cultural das periferias, tão mencionado pelos entrevistados, é mais um retrato claro do sacrifício da experiência comunitária e das suas próprias subjetividades a que tem sido submetidos.

Figura 48 - O jogo de bola - em suspensão, rumo ao sacrifício



Fonte: Foto do autor, 2019.

Jovens e crianças que usam a avenida como campo ao fim da tarde pausam jogo de bola para esperar trator passar. Quando a obra terminar, esse espaço não será mais passível a esse fim. Milhares de carros passarão aí diariamente, em alta velocidade.

Esse tradicional jogo de bola - esporte, lazer e sociabilidade, principalmente dos jovens e crianças - não se dava somente nas diversas praças e campinhos arrasados pelas obras. Na própria Avenida Tronco, por exemplo, durante domingos e feriados, havia o fechamento do trânsito para carros, e a rua se tornava um grande centro de lazer, encontros e sociabilidade, e o jogo de bola era uma das principais diversões das crianças. Quando, um dia, a obra estiver terminada, e a hoje suposta demanda por fluxo veicular por ali se faça uma realidade, como diz LD, “**vai virar uma Freeway**”<sup>208</sup>, o que acabará com o campo improvisado, assim como com a tranquilidade dos moradores quanto à segurança dos seus filhos a brincar na rua. PL resume a preocupação:

“Olha, o que me vem à mente, cada vez que eu passo por ali o que me vem na mente, pra mim eu vejo uma coisa

<sup>208</sup> *Freeway* é o nome popular dado ao trecho de alta velocidade da rodovia BR290, que varia entre três e quatro faixas de rodagem e liga Porto Alegre à BR101 e ao litoral.

extremamente perigosa, porque eu vejo uma faixa de corrida, não olho aquilo ali como uma avenida que vai vim, eu vejo uma coisa extremamente perigosa, porque eu vejo uma faixa de corrida, não olho aquilo ali como uma avenida que vai ficar bonita e... eu vejo uma faixa de corrida onde as crianças de momento ainda tão brincando ali fazendo golerinha de futebol, joga a bolinha como eles sempre fizeram, eles sempre jogaram, essa era a rotina deles, eles ocupavam até parte da UBS aquela rampa ali pra jogar bola ali, porque a gente sabe que é uma região onde não tem muitas praças ali, tem que dar uma caminhadinha, às vezes, são crianças pequenas, as mães trabalham o dia inteiro e tão jogando ali na frente não vão caminhar o bairro inteiro para achar uma praça. Então, eu temo muito pela segurança dessas crianças, eu sempre penso nisso, os carros... será que fizeram algum projeto pra educar essas crianças que ali vai passar carro em alta velocidade, que ali não vai mais passar um carro por dia, e... eu temo pela segurança dessas crianças.” (PL)

“Eles acabaram com o lazer das crianças, porque no domingo a rua era fechada para as crianças poderem brincar, agora as crianças não podem mais brincar, até brincam, mas se machucam [...] as crianças andavam de bicicleta, brincavam de *roller*, muita família sentava ali na rua porque era fechada” (TH)

A suspensão do cotidiano se reflete, assim, desde os mais velhos aos mais novos. Se dá pela perda de amigos e vizinhos, pela perda de lugares de referência, pela perda da configuração espacial construída historicamente pelos braços dos próprios moradores, pela perda do acesso à rua, pela espera indefinida por um futuro incerto. Uma vida inteira em suspensão, à espera de uma definição, de uma conclusão definitiva de um processo em aberto, brutal, que destrói seu espaço de vida de forma atroz ao bom desenvolvimento das sociabilidades, implacável aos deslocamentos e insensível às subjetividades ali envolvidas.

“Cara, eu tinha amigos, agora não tô sabendo nem onde tão, não faço ideia, porque muitos, do nada, tu ia ver a casa não tava mais ali, não sabe nem o que aconteceu, sumiu as pessoas. [...] mas é estranho, eu tava acostumado com aquilo ali, via todo mundo, subia e descia, agora tá aquela baita avenida ali em baixo e é estranho. Fica estranho tudo, não sei te explicar”. (MT)

Estranho, muito estranho, é a palavra encontrada por MT para explicar seu sentimento. Uma sensação inédita, algo extraordinário, diferente, alienígena, externo, impositivo, uma força que desloca toda a existência para uma experiência

cotidiana que, se há algum consenso, é que é ruim. Essa palavra que foi usada por nada menos que 17 pessoas, dentre os 30 entrevistados, para descrever a experiência de viver em meio às obras. A palavra “horrível” foi utilizada por nada menos do que 12 pessoas, e a palavra “péssimo”, por seis. Treze disseram que se sentem “triste” e o mesmo número disse que se sente “mal”. Nenhuma afirmou que a experiência era positiva, porém, algumas manifestaram esperança numa melhora futura quando – não se sabe – as obras estiverem prontas, e o espaço plenamente funcional. Porém, outras, ainda têm dúvidas:

“É o que as pessoas falam aí, que ninguém sabe que Copa que é, porque nós estamos aí esperando há muitos anos, já se passaram duas Copas e nada, nenhum indício [...] sempre tem uma desculpa, eu acho que é o velho sentimento de frustração, as pessoas esperam, esperam e nada. [...] a questão é que a gente não vê elas 100%, então a gente não sabe se o que eles prometeram, questão de trânsito, questão de espaço, realmente iria acontecer, porque a gente tá parado, não tem como saber, a gente só sabe o lado ruim, porque é o que a gente vê todo santo dia” (JF)

Uma situação dramática é a dos moradores da vila que não apenas ali construíram sua casa e criaram sua família, mas no espaço da vila também construíram o fruto do seu sustento, como os pequenos negócios que viviam majoritariamente do próprio público da vila.

“Na verdade eu perdi muito, eu perdi muitas amizades que eu tinha, amizades sadias, amizades pura, pessoas de bem foram embora, outra coisa que eu perdi: o meu comércio. Porque eu vivo dentro da vila, o meu cliente, o meu freguês é o povo da vila, o povo que anda de bicicleta, as crianças que brinca de bicicleta ali todo dia, as crianças que joga bola, e aí quando saiu a obra aqui eu perdi muito, praticamente todas essas pessoas foram embora. [...] Transtorno e muitas outras coisas, muitas pessoas perderam muito aqui, aqui, ó a faixa do jeito que tá! Se tivesse feito a faixa do jeito que falava já tinha feito casa, já tinha feito comércio, já tinha feito um monte de coisas” (SM)

“Trabalho aqui sim. É que lá eu não tenho mais nada por causa que eu negocieei com eles. Eu negocieei a casa, só ficou o comércio pra eles me fazerem uma loja, pra eles me darem uma loja na avenida. Só que até hoje eu tô esperando e eles não falam nada. Agora eles falaram que chegou um dinheiro pra fazer os apartamentos, mas na loja dos comerciante eles não falam nada.” (SP)

Tanto SP, chaveiro, como SM, dono de uma bicicletaria, perderam a sede dos seus negócios – que funcionava junto às suas casas - com as remoções. Ambos, em negociação, aceitaram sair de seus locais ante a promessa de uma futura loja na Avenida, disponibilizada pela própria Prefeitura, como ressarcimento. Ambos ainda esperam, não se sabe até quando, o cumprimento da promessa. SP aceitou o bônus moradia e conseguiu comprar uma casa menor, na própria vila, porém, agora, num beco estreito, sem trânsito. Reclama que, além de agora ter de reproduzir sua atividade profissional num cubículo, a visibilidade que a Avenida lhe proporcionava foi perdida, o que levou prontamente a uma queda severa da clientela, e hoje tem uma renda muito menor que tivera outrora. Embora frustrado, aguarda – a única coisa que lhe resta - receber o futuro comércio, espera a qual já se arrasta por cinco anos. Já SM optou pelo Aluguel Social, porém, o mesmo, a dado momento, simplesmente deixou de ser pago. Hoje, além de pagar seu aluguel do próprio bolso e não ter mais nenhuma propriedade, também espera, no futuro, receber o ressarcimento prometido. Enquanto expectam, seus negócios estão em suspensão: precisam de uma definição antes de tomar qualquer atitude, pois é a manutenção de sua vida, pelo seu trabalho, que está em jogo.

“Eu tive sorte porque eu me dava muito bem com eles, aí eles fizeram, me deram um dinheiro pra mim poder... porque eu falei pra eles: *ó, eu tô me sentindo mal porque eu tô com o comércio assim, assim...* Por causa que eu falei pra eles: - *Tudo bem! Vocês querem fazer, nada contra, né? Porque vai ser bom pra todo mundo. Só que eu só saio daqui já com meu comércio, né? Com a minha loja pra mim trabalhar.* Porque, senão, como é que eu ia viver? Abandonar tantos, aí, mais ou menos 35 anos que eu tinha comércio, que eu vivo há tanto tempo, e, até lá... Não, eu não vou esperar. Não sei quantos anos vai... Parece que eu tava adivinhando isso aí, que ia dar quantidade de ano. Depois de 2012, 2014, né, até agora, quatro, cinco anos, tudo parado. Onde é que eu ia tá? E eu não tinha possibilidade de fazer negócio com eles pra ir pra Aluguel Social por que como é que eu ia viver? Botava o comércio aonde? Né? Não tinha porque eles davam quinhentos real todo mês. Eu ia alugar uma casa com comércio? Não tinha condições, não tinha jeito.”

A opção pelo Aluguel Social, mediante a promessa de um futuro realojamento na própria vila, ao que se ouve dizer recorrentemente, é o que gerou algumas das experiências mais frustrantes e desgastantes dentre os removidos.

“O problema é que eles não botam dinheiro na conta, daí comé que tu vai sair da casa e vai prum aluguel? A pessoa que te aluga ela não espera né, chega o dia ela quer o dinheiro” (DS)

“Praticamente eles tão enrolado, eles não sabe nada da vida deles. Se tu num mora na tua casa, tu fica todo desorientado. A pessoa que tá morando em casa de aluguel, a pessoa fica ali dentro desorientada. De repente, ele tá sempre esperando aquilo ali: -Bom, será que o proprietário da casa não vai chegar amanhã e vai me pedir a casa e eu vou ter que sair com meus filhos? É, morar lá no meio do mato? Porque quinhentos, se é que tão pagando, é quinhentos real. Aí com quinhentos real tu acha que eles vão conseguir casa por aqui? Não vão, eles vão conseguir lá no meio do mato. Isso é visto. Se conseguir, né?” (SP)

“eles viram a casa deles serem demolidas, tem muita gente que recebe esse Aluguel Social, que é um dinheiro colocado fora, vão ficar até quando sem a casa própria? **Sendo que antes eles não tinham preocupação com isso.**” (TH)

Ao dizer que “antes eles não tinham preocupação com isso”, TH mostra que o cotidiano, não obstante, não pode ser suspenso como um todo. Porque o cotidiano é, em última instância, o tempo da vida. E o tempo não para. Assim, não existe um antes e depois do cotidiano, mas sim distintas situações em que esse cotidiano se desenvolve, o que demanda diferentes ações e posturas. Ou seja, ainda que com a vida em certa suspensão, essa suspensão se aplica somente à vida em sua condição de suposta normalidade; quer dizer, à vida que, até então, antes da imposição das obras, as pessoas da comunidade ali reproduziam. Porém, a vida não para e, assim como o tempo continua correndo, demandando constantes ações e provocando constantes acontecimentos, o cotidiano da comunidade segue; porém, agora, sob uma nova condição, o que engendra uma nova situacionalidade. Se, até então, o cotidiano local já demandava uma série de atitudes comumente típicas aos moradores das comunidades periféricas brasileiras ante a urbanidade da vida, no sentido de a ela se ajustar corriqueiramente, agora, com o andamento das obras, esse cotidiano, assoberbado por uma infinidade de novas necessidades, conduz a todos a uma série de nupérrimas obrigações, exigindo-lhes, assim, novas e constantes adaptações ao contexto que lhes é imposto.

“Ficou muito ruim o trânsito ali, eu mesma tive um problema de saúde, há um tempinho atrás, na perna, não tava podendo

caminhar, chamei um *Pop* pra mim poder ir até a área 18 e não teve como o carro estacionar ali, estacionou bem antes, porque não tem, não tinha como chegar né, e faz muito tempo que tá essa obra, né. Iniciou no início de 2012 e se passou uma obra que era pra Copa do Mundo, terminou a Copa do Mundo e ficou inacabado e simplesmente **o povo foi esquecido**” (DE)

*Esquecido*, o povo precisa se adequar ao novo contexto, que é passageiro, porém, toma características de eterno. O que antes seria simplesmente trajeto de um minuto a pé, passa a levar dez. O carro, que antes deixava na porta, precisa deixar agora a duas quadras. A caminhada, dantes retilínea, hoje precisa contornar montes de entulho, saltar buracos e poças, observar desníveis e atravessar meticulosamente um assoalho acidentado, cheio de percalços e ameaças à integridade.

“Ah, com certeza, até porque tem muita criança que brinca ali, tem criança que já se machucou, até em questão de acidente porque tem muita garagem ali, já teve carro que bateu nos canos de esgoto de pedra, criança que se machucou, idosa que cai naqueles buraco ali direto”. (TH)

“O trânsito é meio arriscado, porque olha aqui não tem sinalização nenhuma, os carros passam rasgando aí, teve muito acidente já, muito atropelamento, a faixa tá ali, fizeram metade da faixa entrou a faixa em mão única, os caras descem e sobem na mesma faixa, tem criança brincando, tem cachorro, tem tudo, o troço é uma bagunça” (SM)

“Tá parado né, criançada aí é perigoso, **tem que tá cuidando pra não se machucar**, eu já tive um sobrinho, faz tempo já isso, ele nem mora aqui, mora lá perto do cemitério João 23, ele machucou a perna nos ferros né, foi pro Pronto Socorro e tudo, mas tá bem, pedalando né, caiu de bicicleta, e furou a perninha, mas tá bem agora...” (DS)

“Mudar mudou, porque dificulta, isso aí é dificuldade, porque tu imagina que já teve até criança que caiu dentro de buraco aí. **Dificulta bastante. Dá um acidente, dá alguma coisa pior.**” (LZ)

Figura 49 - O esforço corriqueiro de um cotidiano assoberbado



Fonte – Foto do autor, 01/2019.

Senhoras caminham entre a vila Tronco e a avenida Carlos Barbosa, que dá acesso a diversas linhas de ônibus. Esse deslocamento cotidiano é feito por milhares de pessoas. O trajeto se tornou um risco. A necessidade de cuidado especial ante qualquer mínimo movimento empreendido se tornou crucial para a manutenção da segurança física imediata.

São dez anos de novas necessidades e constantes adequações, o que gera indignação e revolta:

“Alguns foram pra praia, outros foram pra outras regiões da cidade de Porto Alegre, uns foram pra Restinga, e foram se mudando né, **outros ficaram e tão aguardando ainda né, aí, porque muita coisa ainda não foi feita né, que essa obra era pra ter acabado há umas duas copas do mundo, que aconteceu aqui no Brasil, que faz tanto tempo e até agora o pessoal tá esperando.** [...]”

“tinha acesso ao Postão, não tinha aquelas buraqueira, não tinha aquelas cratera, não tinha esse índice de falta d’água que ultimamente tem faltado bastante água, tá prejudicando o pessoal, principalmente o pessoal que mora ali praqueles lados do Postão ali, que tá sendo muito prejudicado, só quem convive e vive ali sabe o prejuízo que eles tão tendo, a questão do lixo também é muito horrível pra eles que moram ali, esgoto e espaço de lazer pras crianças pros adolescentes também não tem na região, **é muito difícil viver nessa situação.** [...]”

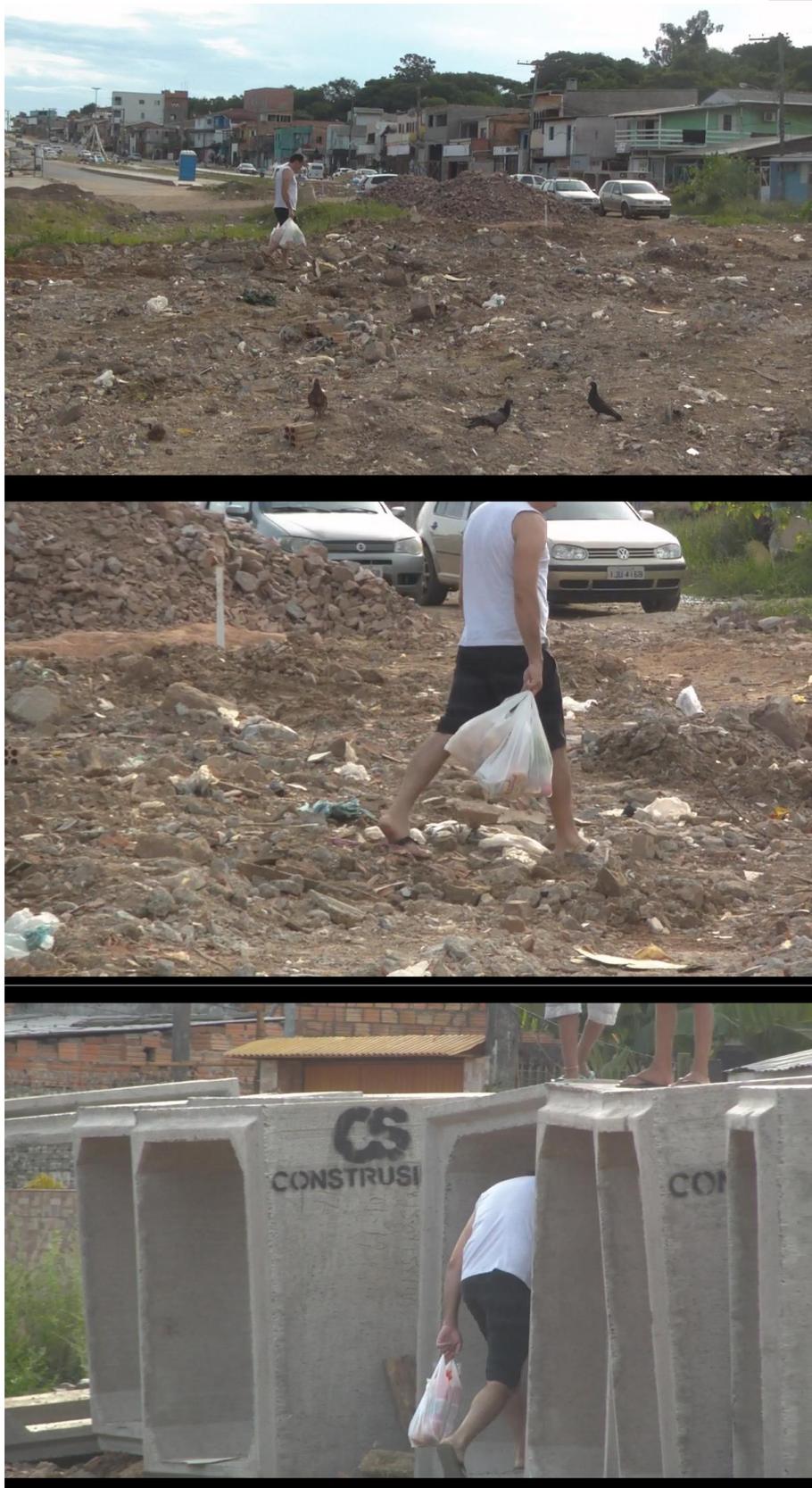
“eu me sinto **indignado e revoltado** com a demora com a conclusão das obras aqui da Avenida Tronco. “(BJ)

“Mudaram bastante, porque bem ou mal, alguma coisa pro lado positivo, porque construíram um corredor de ônibus aqui, ok, só que até que esse corredor fosse construído eles ficavam mudando a parada de lugar diversas vezes, e a gente como não sabia, às vezes ficava esperando o ônibus em tal lugar e o ônibus não passava, porque nunca éramos avisados, a princípio foi isso e como eu falo, de novo, e quando a gente ia descer lá pra baixo **a gente tinha muita dificuldade para caminhar, pra fazer todo um trajeto** e benefício até agora que eu consegui ver foi o corredor de ônibus que fizeram em frente da minha casa, mas até esse corredor ser feito **a gente não sabia onde pegava ônibus, que era uma hora a parada que tava aqui, outra hora uma parada que tava ali, e ninguém nos avisava nada.**” (JE)

“Começou e não terminou. Dificultou cem por cento o trânsito, **a minha rua tá fechada desde antes da Copa e não tem nem previsão de mexer**, que nunca mais mexeram e os buracos piorou mil por cento não sei se pelas máquinas ficar mexendo lá e tal... e não desenvolve. Nenhuma obra desenvolve. [...] Mudou, até as paradas de ônibus mesmo mudaram de local e tal, tá mais pra lá, tá mais pra cá e aqui mesmo na avenida, na Cruzeiro tá mais fácil das pessoas serem atropeladas porque as paradas ficou lá pro outro lado, ninguém respeita os semáforos, que foram colocados ali... **é muito grande o risco de acidente.**” (VD)

Os relatos falam por si. O que antes era uma atividade trivial, simples, como um simples ir até o mercadinho, agora passa a ser uma aventura desconfortante, um agonizante deslocamento por entre uma zona de desastre:

Figura 50 - Voltando do mercadinho



Fonte: Foto do autor, 2019.

Na figura 49 homem se aventura entre detritos diversos e materiais pesados de construção. Seu trajeto entre a casa e o mercado, agora, além de atravessar um chão pedregoso e acidentado, passa por dentro de canaletas de 1,5m de diâmetro, há meses ali deixadas, à espera do devido destino.

Mesmo o trabalho já empreendido torna-se contraproducente, na medida em que o abandono, pelo efeito do tempo, transforma o que já fora construído em ruína.

“Tá sendo destruído, tudo. Se eles arrumar de um lado quando eles for mexer de novo o outro lado já era. Já vai tá destruído, porque **eles começam e não tem fim.**” (VR)

“Bastante transtorno, a gente não tem um meio de chegar até ali, às vezes tá alagado, os canos estão estourados, é água escorrendo, aí pra atravessar ali é um perigo, não tem... é bastante transtorno, não tem... se pra mim que moro aqui em cima tá assim imagina pros moradores ali da frente.” (DE)

*Figura 51 - Jovem chegando na comunidade ao fim da tarde*



Fonte: Foto do autor, 2019.

Na esquina com a Avenida Tronco, o que antes era a entrada do beco, asfaltado, que conduzia por entre a Comunidade, agora é uma zona de destroços, que deve ser transposta com cuidado, todos os dias, a cada entrar e sair da vila pelos moradores.

O cotidiano dos moradores sofre um tal assoberbamento de atividades corriqueiras banais, como a necessidade de cuidado especial ante qualquer deslocamento, que as prioridades precisam ser revistas. O cotidiano, que é o “o mundo da vida”, “o mundo das objetivações”<sup>209</sup>, é desde onde cada sujeito faz o que prioriza, o que tem valor para si: aquilo que lhe aproxima de sua essência, que preserva os seus valores. O cotidiano é a esfera da espontaneidade<sup>210</sup>, e essa espontaneidade, na medida em que encontra uma série de demandas, deparando-se com uma tal heterogeneidade de determinações, é tolhida. O indivíduo “não tem tempo de se envolver em cada uma das suas problemáticas, para dar conta de outros problemas imediatos que lhe demandam”<sup>211</sup>; ou seja, não encontra espaço para seu livre pensar e agir para além do trivial imediato. A vida se torna uma luta constante pela sobrevivência/manutenção do próprio cotidiano, na defesa da sua integridade física, na administração do seu tempo, no cuidado com os mais frágeis, no ajuste dos seus caminhos, na adaptação a mudanças espaciais inesperadas e conhecidas somente na medida em que se dão. Assim, o cotidiano é de tal forma assoberbado de novas demandas que mobiliza completamente o cidadão numa resolução imediata e infinita de problemas, que geram mais problemas, o que nunca chega a uma solução definitiva – a qual só viria com a conclusão das obras. Acossados pela situação, quebrados em sua confiança, cansados pela sobrecarga de imposições, os moradores da comunidade veem o horizonte da política, da mobilização social e da cultura se perderem num emaranhado de urgências momentâneas, que desafiam todas as suas forças.

“A gente vai levando né, tem que tá desviando do caminho... a chuvarada isso aqui é uma praia né, bah isso aqui inunda assim que deus o livre, aqueles esgoto tão tudo entupido né, tudo água, então tu tem que tá num lugarzinho pra poder passar, muitas vezes o ônibus que é aqui, a gente vai pegar lá embaixo, porque aqui não tem condições de atravessar, não tem” (DS)

---

<sup>209</sup> HELLER, 1985, p. 7;

<sup>210</sup> HELLER, 1985, p. 7;

<sup>211</sup> HELLER, 1985, p. 18.

“Hoje em dia então, as obras ainda não estão concluídas, aqui na frente da minha casa é o único trecho que tá basicamente não 100% concluído, mas tá melhor, porque fizeram corredor de ônibus, lá pra baixo aonde eles removeram as casas, até uns dois, três meses atrás, **havia muito, muito, muito, muito buraco, muito buraco mesmo, e eram umas crateras na realidade, deixaram cano, deixaram entulho, não fizeram nada**, até bem pouco tempo atrás havia muita casa ali, que derrubaram, tiraram as famílias e não fizeram nada. Ali na parte do Postão mesmo, que é na descida da minha casa, tá bem complicada, as calçadas não construíram corretamente em todos os lugares, tem alguns trechos em que elas são enormes, outros que são pequenininhas, deixaram muita calçada pra fazer e agora, depois de, praticamente, cinco anos da obra, teria que ser cumprido, só agora depois de cinco anos retornaram a obra. E tá um caos ali embaixo.” (JS)

*Figura 52 - Calçadas inacabadas*



Fonte: Foto do autor, 2019.

Sem qualquer sinalização, partes inacabadas das intervenções perduram por meses.

JE resume um pouco da questão:

“Ficaram paradas, e daí durante esse tempo que ficou parado eles deixaram entulhos, deixaram os canos, deixaram diversas, **não é bem buraco, eram umas crateras**, conforme a gente ia caminhando **corria o risco de sofrer algum acidente** porque eles literalmente esqueceram, deixaram e algumas pessoas acabaram invadindo algumas residências que tiraram as pessoas mas não demoliram, daí **se tornou uma insegurança, porque vai saber quem são aquelas pessoas**, não se sabe. [...]

“As dificuldades, primeiramente, por essa questão a gente não sabe quando vai ter água, como eu disse, tem dias que eles cortam a água pra mexer, pra fazer a obra e dali a pouco cortam até mesmo luz, e é barulho de máquina toda hora, desde 2012, que teve uma pausa mas retornou agora, e lá quando a gente vai descer tem as máquinas que estão ali, eles não param, os atendentes, tem pedestres passando, eles não sinalizam é bem inseguro na verdade. [...]

“Além da insegurança, a gente não consegue ter um tráfego pra ir num lugar mais próximo por causa disso, e até mesmo, vamos supor, eu tenho um irmão deficiente e quando eu desço com ele pra ir no Postão da Cruzeiro, se eu tenho que ir pelo lado da frente, é tudo esburacado, ele tem dificuldade de se locomover, então a gente tem que ficar atravessando e pulando cano, pulando... o que eles deixaram parado” (JE)

Se essa realidade impacta a vida dos jovens, dos adultos e idosos, que comparam a realidade que tinham até então com a da imposta pelas obras, quando se trata das novas gerações, entretanto - crianças que já nasceram em meio às obras e agora já se aproximam da pré-adolescência - elas tomam ar de certa normalidade. Quer dizer, o ser humano “nasce já inscrito em sua cotidianidade” e “aprende no grupo os elementos da cotidianidade”<sup>212</sup>, e o aprendizado que essas crianças vêm tendo, desde nascença, é a de viver em meio a um espaço destruído, cuja principal e imediata preocupação é vencer os obstáculos físicos e o meio precário em que são forçados a viver.

---

<sup>212</sup> HELLER, 1985, p.19.

*Figura 53 - Mãe e filhas avançam com dificuldade em meio aos escombros.*

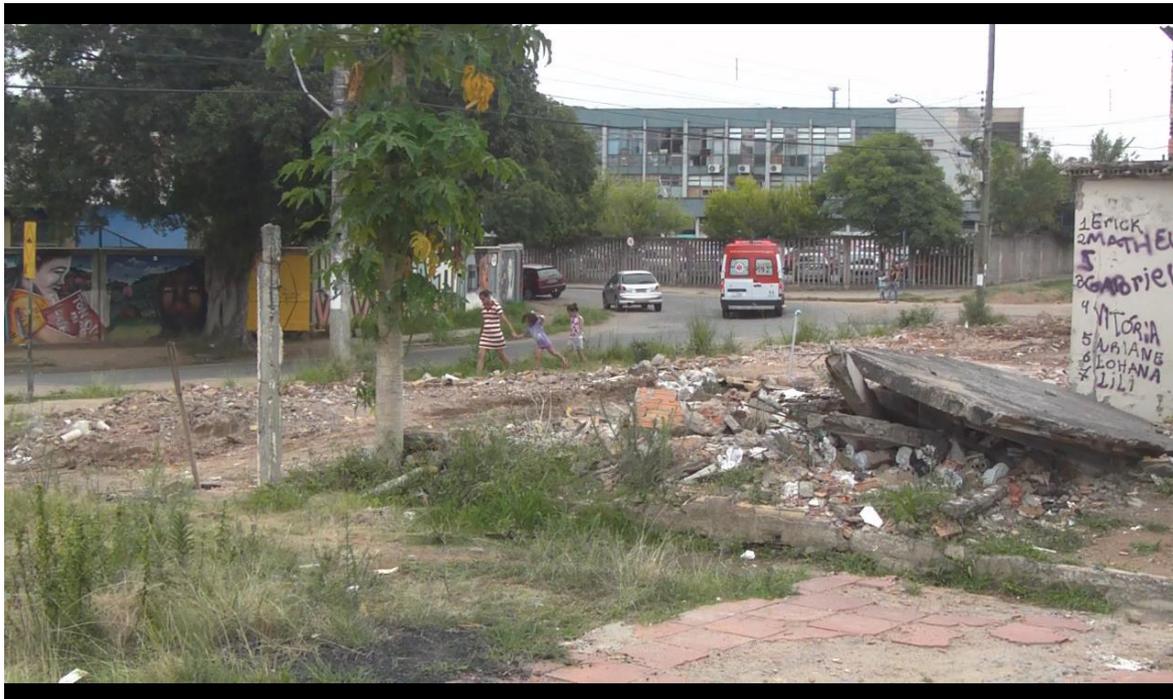


Foto do autor, 2019.

Essa, por ora, é a única realidade que as pequenas conhecem. Para as crianças da comunidade, a vida sempre foi assim.

*Figura 54 - Crianças se esforçam por superar obstáculos no caminho*



Foto do autor, 2019.

A conformação desse espaço, que em princípio se dá de forma dissonante à conformação da vida cotidiana, na medida em que se institui enquanto nova normalidade, tornando-se uma realidade conformada, implica sobre todos os aspectos da cotidianidade, provocando para além de uma conformação, um conformismo.

Todo homem necessita, inevitavelmente, de uma dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações da conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas, fazendo com que essas percam o seu caráter de decisões individuais. (HELLER, 1985, p. 46)

Ou seja, a heterogeneidade do cotidiano produz um tal gasto de energia para a ele se conformar que tolhe as possibilidades individuais de movimento objetivo, alienando o sujeito do âmbito das decisões e da participação na coletividade, nos rumos políticos e sociais e na produção de diferença através da afirmação de sua identidade e cultura, ou seja, tolhendo-lhe a vida ativa, criativa e positiva, e produzindo um conformismo ante a situação, seja reativo, seja apático, os quais ambos levam à frustração. O sujeito se torna meramente particular, quer dizer, está só em sua luta cotidiana pelo movimento da vida, numa batalha com o próprio entorno, a fim de se garantir. Essa particularidade não conversa com o coletivo, pois sequer tem tempo a isso: está inscrita num cotidiano assoberbado que não lhe dá margem de manobra individual, impedindo uma composição ativa com os demais envolvidos. A esfera da política, que é o próprio espaço, é obliterada por um contexto de múltiplas, próximas, urgentes, contínuas e consecutivas determinações.

Assim, presos a responder aos problemas da forma mais imediata possível, não há espaço para relacionar essas respostas a um conjunto mais complexo de relações sociais às quais elas estão atreladas. Sob pressão, na necessidade premente de respostas e de reprodução da vida, há um confinamento paradoxal do indivíduo num espaço aberto, por onde quanto mais necessidades imediatas ele

tem, menos consegue se dedicar a resolver seus problemas de ordem mais profunda, pensando e agindo para além do seu real iminente.

Além da destruição do espaço, que se dá fisicamente e leva a múltiplas determinações inadiáveis, há a deterioração da paisagem, que reforça a ideia de destruição e de conseqüente limitação da experiência ativa, pela qual o indivíduo, inscrito num ambiente desqualificado, fica impotente de agir pela sua melhora. Se o costume social local é o empreendimento dos próprios braços na construção da comunidade, desde os primórdios da sua ocupação, agora, destruída pelas obras, a força de trabalho ativa fica prejudicada: simplesmente não há o que fazer, se está preso a soluções alheias, alienado do poder de decisão e intervenção, e a paisagem circundante só faz reforçar isso a todo o momento.

Há um desmantelamento generalizado, meio pelo qual se instalam sentimentos difusos de perda, frustração, descrença na institucionalidade, medo e insegurança. Um dos principais temores é quanto ao futuro das crianças que crescem nessa situação.

“Sim, sim, em todos os sentidos, em tudo, em tudo, em tudo, os projetos sociais que tinham pela prefeitura, não existe mais, CRAS, que ajuda bastante a população, antes era 1, 2, 3, 4 em cada canto, hoje em dia é 1, que centraliza todas as regiões: Glória, Cruzeiro... e é enorme a Cruzeiro e a Glória, não tem capacidade pra um módulo só. Projetos sociais também que é muito importante como tinham, em cada canto uma escolinha que ajudava as criança. Exemplo é a gurizada hoje em dia né, todo mundo... eu tenho um projeto, vejo a gurizada que participava do projeto antes era tudo gente fina, criançada, só pensava em jogar bola, com o prefeito, com as obras, com a prefeitura deixando de lado, cortado verbas, dificultando, a criançada só vê uma forma que é o tráfico né infelizmente, que é o que eles vivem, eles vê *ah aquilo ali é bom, pra mim vai ser melhor, eu vou ter dinheiro*”. (AC)

Além do medo pelos filhos, referências a casos de depressão também são recorrentes.

“Mudou pra pior né, muitas pessoas eu acho que entraram em depressão, muitos moradores e pais de família, pessoas responsáveis às vezes saem de manhã cedo pra trabalhar, volta meia-noite com aquela preocupação em deixar o filho, ou a criança ir até a escola mas numa situação de... onde tá tudo destruído e não ver retorno nenhum da sociedade né, dos nossos governantes, escola também é difícil ter escola na

região, principalmente escola de ensino médio como a Alberto Bins é difícil, assim fica muito difícil” (BJ)

“Teve pessoa aqui que entraram em depressão devido a perder sua casa, não tem onde morar, então tem pessoa até que se matou, perdeu sua casa... não tinha, vai depender de pai e mãe de novo? Pra ti ver como foi um sacrifício grande, muito grande” (LD)

Esse medo não é mero fruto do meio, como uma conformidade ao contexto de destruição espacial circundante e a conseqüente destruição das relações sociais mais qualificadas, mas é resultado de uma prática deliberada, empreendida pela própria Prefeitura, de impor o terror sobre o local, ameaçando aqueles que se encontram no meio dos seus planos.

“É que eles se apressaram, como eu te digo né, não acharam casa fácil... eles meteram pressão porque eles queriam a rua né, eles saíram, eles ficam também ameaçando a pessoa, que se a pessoa se negar de sair a máquina vai chegar, vai pegar tuas coisas, vai botar num depósito, eles dizem isso. [...] daí eles só vêm bater na nossa porta e perguntar quando que a gente vamo sair... eles dão pressão, querem que a gente saia porque eles diz que a avenida tá chegando, mas como é que a gente vai sair daqui, sem ter pra onde ir?” (DS)

“A minha casa o governo tá apressando a mulher pra ela tirar a casa dela logo senão eles vão passar com a máquina por cima.” (Neto de DS, junto na entrevista)

“O que aconteceu foi isso aí, oh. Na hora só ficou os proprietário. E aí com os proprietários, aí começaram, teve gente que chegava e dizia: óia, se você não sair, nós vamos chegar e vamo meter, teve gente com essa conversa, não na nossa reunião, mas teve gente que chegava que trabalhava ali dentro do DMAE chegava e dizia: “se você não sair, nós vamos chegar e vamo derrubar lá, nó vamos meter as máquinas, vamo derrubar e vocês vão cobrar na justiça”. (SP)

“Ah procura o seu direito, se tu achar injusto o valor ou por algum outro motivo, procura os teus direitos, então isso quer dizer que eles não te escutam, os dois governos não nos escutaram, não existe elogio pra governo nenhum dessa obra. [...] Ah eles vão alegar que falaram com a comunidade, falaram com alguns, dois, três, com toda a comunidade não foi falado, quando houve uma reunião grande era pra dizer que já tava definido: “- Ah, vai ser assim””. (LD)

Enquanto ameaçam os que resistem em suas residências, à espera de uma definição digna sobre o seu futuro – quer dizer, conseguir uma casa para morar – a Prefeitura deixa as casas já demolidas em escombros, rodeando os que permanecem e causando todos os transtornos mencionados. Segundo LD, técnicos da Prefeitura lhe disseram que isso se dá porque, se limpassem a área, as pessoas voltariam a ocupar. “É horrível, a gente já pediu pra tirar várias vezes, impuseram dificuldades: - *Ah, se tirar vão invadir!*”, disse ele. Ou seja, o caso se apresenta como uma ação deliberada e objetiva, e não fruto de mera incompetência técnica ou administrativa. Por outro lado, outras casas, desocupadas, permanecem meses a espera de demolição e, essas sim, como ruínas, são ocupadas por pessoas estranhas à comunidade, principalmente como centros de uso de droga e esconderijo de assaltantes e abusadores, como relatado por diversos entrevistados, além de outras atividades estranhas, potencialmente perigosas. Como disse JE,

“Deixaram e algumas pessoas acabaram invadindo algumas residências que tiraram as pessoas mas não demoliram, daí se tornou uma insegurança, porque vai saber quem são aquelas pessoas, não se sabe.” (JE)

Junto ao medo, o preconceito e a desconfiança se instituem entre os moradores. Além disso, pelo imaginário, eles se difundem entre diferentes setores, grupos e segmentos da sociabilidade urbana. O preconceito, segundo Heller, é fruto de uma falsa consciência<sup>213</sup>.

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes [...] as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia, e mobilizarem em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos, e até mesmo em alguns casos as classes e camadas antagônicas. (HELLER, 1985, p.54)

---

<sup>213</sup> HELLER, 1985, p. 56.

Nesse sentido, o preconceito é fruto de uma assimilação de discursos. Ele nada diz do seu objeto porque parte de uma premissa falsa, construída a partir de um determinado contexto que não é natural, mas resultado da política e das relações sociais e econômicas. Ele é extraído de um contexto de fragmentação, que divide, e assim diz respeito sempre àquilo que está separado, ao que é diferente de si, e por ora ainda desconhecido. Suas motivações são meramente particulares, em contraposição à questão individual, que estaria para além do preconceito, uma vez que inserido na generalização, ou seja, naquilo que é comum, enquanto humano-genérico, que centra sua experiência de forma homogênea a partir do que nos une enquanto humanidade ou coletividade, dizendo respeito aos caminhos de todos, à pluralidade das experiências individuais/singulares. Pelo contrário, o preconceito emerge de um medo ante o diverso, de um particularismo excludente, crença impositiva radical na separação, nos limites, no estranhamento, e ao se instituir e radicalizar traz uma certa sensação de proteção ante possíveis conflitos, assim se justificando e reproduzindo. Apesar de falso, o preconceito tem repercussão sobre a sociedade, uma vez que impede a autonomia do pensamento, fecha as possibilidades de alianças e a instauração de caminhos e escolhas individuais na construção de uma multiplicidade aberta e inclusiva. Pelo contrário, o preconceito é moralmente negativo, o que oblitera ou diminui a possibilidade de efetuar escolhas historicamente positivas.

Esse preconceito brota do próprio cotidiano imposto na medida em que se instituem supostas diferenças de natureza entre, por exemplo: quem permaneceu e quem precisou ser removido; quem resiste à remoção e quem aceitou a primeira oferta; quem conseguiu se manter na comunidade e quem precisou ir para longe; quem perdeu sua casa e ficou sem nada e quem conseguiu comprar uma casa com o bônus; quem mora na comunidade e quem vem a ocupar os espaços vazios; quem mora na comunidade e os que simplesmente passam por ali de carro; etc. Quer dizer, é principalmente pelo discurso da Prefeitura que esses preconceitos se difundem. Para a Prefeitura, os culpados pelo atraso nas obras são os moradores que não aceitaram a oferta irrisória como ressarcimento. Por outro lado, o discurso de que a obra levará a um melhor trânsito na cidade leva aos moradores pensarem que os motoristas que por ali se deslocam são corresponsáveis pela obra, uma vez

que ela serve mais para eles do que para a própria comunidade. Já os que passam por ali e se deparam cotidianamente com a paisagem de destroços e caos, automaticamente dão um significado pejorativo ao lugar. Quem restou na comunidade e ficou com a sua casa ou estabelecimento de frente para a nova avenida são vistos como privilegiados pelas obras, uma vez que seu espaço restou valorizado. Quem aceitou a primeira oferta e foi embora é visto como responsável pela desmobilização comunitária por entre os que defendem o direito do chave-por-chave, uma vez que enfraqueceram a resistência e abriram espaço ao avanço da destruição. Os que seguem lutando são vistos como iludidos, ou perturbadores, já os que se entregam são vistos como acomodados ou irresponsáveis. Enfim, uma série de fragmentações da experiência genuína de viver na vila e compor a coletividade produzem uma série de pontos de vista conflitantes, coisa que, sem a imposição das obras, não haveria, e a característica histórica de coesão interna, baseada no trabalho coletivo e na ajuda mútua, passa a ser desmantelada desde vários lados, porém, todos tendo uma causa em comum: a política – ou biopolítica – da Prefeitura.

A produção da separação, da desmobilização política e social e o sacrifício da vida comunitária é de interesse dos atores hegemônicos na gestão das cidades, na medida em que buscam plastificar a experiência e suprimir a potência de mobilização das comunidades periféricas, especialmente frente ao avanço da consciência política desde a instituição incipiente da democracia e da universalização da Educação dentre as camadas populares. As mobilizações dos moradores em reivindicação por direitos, em protesto contra injustiças, atrocidades, discriminação e insegurança é um motivo para que o poder instituído desde o Estado, amparado pelo poder econômico da burguesia, proceda nesse sacrifício: é preciso, para o biopoder, controlar qualquer manifestação de contrariedades às imposições do sistema, e isso inclui obstaculizar a livre manifestação de composição popular e não organizada, mas orgânica. Qualquer manifestação orgânica da vida que questione o poder majoritário na gestão da urbanidade deve ser extirpada, e uma forma de fazer isso é a instituição do caos, do conflito, do medo, do preconceito, da desesperança.

Medo e desesperança são algumas das expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Decorrem, aliás, da vivência cotidiana de interações sociais verticalizadas que insinuam, freqüentemente, a legitimidade de práticas sociopolíticas supressoras e opressoras de modos de pensamento, hábitos, preferências, lugares, vozes e identidades que não estejam em conformidade com aquilo que é convencional, por poucos, como sendo 'adequado', 'de bom gosto' e 'belo'. Significa dizer, nesse aspecto, que são estados emocionais suscetíveis de serem deflagrados em um sistema concreto e espacializado de trocas desiguais, cuja lógica organizativa não aceite refutação. (VALENCIO, 2010, p. 34)

É no não aceite de refutação pela afirmação da diferença que a lógica estatal da governamentalidade irá investir, via biopolítica, no sacrifício do espaço de vida da comunidade, como medida de controle dos devires e de suspensão da sua vida ativa.

### **5.3 Sacrificando o espaço da vila (e da vida)**

A área da Grande Cruzeiro é uma atual *zona de sacrifício* na cidade de Porto Alegre:

[...] o termo "zona de sacrifício" passou a designar locais onde há ocorrência de múltiplas práticas ambientalmente agressivas atingindo populações de baixa renda ou minorias étnicas. Tais populações são vítimas de impactos indesejáveis de grandes investimentos que se apropriam dos recursos existentes nos territórios, concentram renda e poder, ao mesmo tempo em que atingem a saúde de trabalhadores e a integridade de ecossistemas de que dependem. Como agravante, esses mesmos grupos, submetidos aos mais variados riscos ambientais, são aqueles que dispõem de menos condições de se fazerem ouvir no espaço público, não tendo oportunidade de colocar em questão os efeitos da desigual distribuição da poluição e da proteção ambiental. (VIÉGAS, S/D, p. 20)

Nesse sentido, a simples conformação espacial da vila Cruzeiro já denota historicamente um ambiente bastante desafiador à reprodução da vida cotidiana, seja pelo fato do preconceito social que se institui sobre o morador de favela, seja pela precariedade dos serviços de proteção e qualificação social que ali se instituem. Isso é somado à atual imposição das obras, que escolhe justamente esse espaço para se efetuar, deteriorando o ambiente circundante e a condição já vulnerável da comunidade. Na cidade do capitalismo

[...] certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor (ACSELRAD, 2004b, p.12)

Essas localidades sofrem, como consequência da sua precarização ambiental, com um constrangimento dos espaços de diálogo e da política. Com o argumento de produzir um escoamento espacial dos fluxos e a circulação de pessoas e capital, ante uma ideologia de produção de divisas a qualquer custo, é evocado um discurso de consenso, consenso esse fabricado ante uma suposta necessidade de submissão às determinações espaciais que visariam a atração de investimentos e dinamização do capital na cidade, como se a sujeição a esses valores fosse realmente harmônica. Para mascarar o conflito que a partir daí se instaura, as diferentes concepções acerca da urbanidade e de suas necessidades, enunciadas pelos distintos grupos que a ela compõem, são obliteradas em nome de uma suposta unidade, como sendo a cidade um organismo harmônico – quer dizer, dócil aos desmandos da demanda capitalista – e os conflitos e contrariedades produzidos pela prática - desde o trabalho dos órgãos públicos envolvidos - dessa ideologia passam a ser caracterizados como uma suposta contenção do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, sujeitos envolvidos politicamente desde a base, atuantes na defesa dos interesses das comunidades, são tratados com

ressalvas de desordeiros, agitadores, limitadores do crescimento econômico e supostamente corresponsáveis pelo subdesenvolvimento da cidade.

O sacrifício da vila parece, entretanto, aos moradores, um preço alto demais a se pagar por esse conjecturado desenvolvimento.

“Faz 7 anos e nada até agora. Nosso país (risos), o que eu acho é nosso país, não adianta a gente, é foda né, porque eles tiveram obras, outras obras aí na copa do mundo, arrumaram, conseguiram, mas em bairros de pessoas com mais dinheiro, padre cacique ali, em volta ali do centro, que as obras foram mais rápidas, tem obras que avançaram mais e terminaram no prazo. Mas aí o pessoal da vila, o pessoal que precisa, eles que esperem, deixaram de lado. [...] Uma enrolação, acho que é uma enrolação, uma falta de respeito com as pessoas ali, eu acho que, eles pisam, ainda existe isso, a questão da periferia ser rejeitada, ainda tem, e sempre vai existir se o governo não mudar, então é uma rejeição, rejeição e enrolação.” (AC)

“Não só de sacrifício uma zona de extermínio! Tão exterminando a região Cruzeiro, é extermínio! [...] tão exterminando, tão acabando com a nossa região. [...] A diferença é a bagunça né, e a desordem toda que teve né, tá pior que a guerra do Iraque, né, antes não era assim. [...] Acho que é injustificável, não tem... é lamentável, não tem nem palavras pra descrever a minha indignação com tanta coisa, como é... como eu posso te dizer? Posso te dizer o seguinte, que nós estamos aqui vivendo na comunidade que vivenciamos o dia a dia... a gente fica de mãos atadas porque a gente só recebe a notificação do pacote pronto, o presente de grego né, eles trazem o presente, a gente tem que aceitar, e fica por isso mesmo, lamentavelmente”. (BJ)

Se no início das negociações havia certa expectativa quanto ao seu resultado, hoje, com a infundável demora na sua implementação e com todos os efeitos negativos que ela trouxe, existe clareza dentre os moradores e demais envolvidos que as obras viárias não servem a si. Existe, sim, a implantação de uma zona de sacrifício, cujo movimentos, orquestrados pela Prefeitura, envolvem

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrente do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD 2004a p.26)

Esse outro grupo, porém, não está claro a quem realmente representa. No discurso da Prefeitura, além de prometer melhorias espaciais à vila, o principal disparador da implementação da obra é a questão do trânsito veicular. Assim, os motoristas que cruzam a cidade em seus deslocamentos diários seriam, em princípio, os principais beneficiados. Porém, a questão do trânsito é bastante questionável desde o local. Porque

“Tem várias saídas, várias ruas que tu pode sair pra qualquer lugar da Zona Sul, o que tu pega aqui na região aqui, nesse horário de pico, seis horas, sete horas é Carlos Barbosa e Niterói, Niterói sentido bairro, mas a maioria sobe aqui pra Carlos Barbosa, Silva Paes e Tenente Pinto, não pra dentro da região, ou sobe a Mariano de Matos ou a Sepé Tiaraju, então tu tem várias vias de saída aqui, tu pode sair pela Niterói ou a Oscar Pereira ou a Intendente, pode pegar aqui subir a Carlos Barbosa a Tenente Pinto, tu sai lá em baixo na Nonoai se não quiser pegar o fluxo aqui da Teresópolis, tu sai pela Cruzeiro, Cruzeiro do Sul pode ir pro Barra ou tu pode ir pra Tristeza ou tu pode cair lá na Campos Velho, ou tu pode cair lá na Avenida Nonoai, então eu acho que na época faltou muito isso, esse questionamento, pra quem é essas ruas? Pra quem que é essa obra? Não foi pros moradores, não foi pra nós moradores foi pra alguém que a gente não sabe quem é, [...] Pra que que abriram? Sacrificaram o povo pra que, pra quem? E não foi pra comunidade, não houve melhoria pra nós, houve uma abertura de rua, pra quem que é essa obra, até hoje eu não sei, pra que que essas ruas foram abertas. E que vão abrir futuramente, pra quem que é essas rótulas aqui na Carlos Barbosa ali na Sepé Tiarajú e na Moab Caldas, vai ter uma rótula, pra quem que é ela? De fato é isso, pra encerrar: **pra quem que é essa obra?**” (LD)

Pra quem que é essa obra? A pergunta incomoda. Para além de supostos motoristas e a questão do trânsito veicular, ninguém fala de um outro grupo, esse obscuro e intangível, que estaria demandando a implementação dessas obras. Esse grupo, cremos, é representado por uma associação inescrupulosa entre investidores internacionais, que demandam um espaço de alta capacidade à circulação do capital – o que inclui a força de trabalho – e os tecnocratas da Prefeitura, que por uma questão ideológica, mas também política e social, escolhem o espaço da vila Cruzeiro para que, sobre ele, a despeito das consequências locais, essa rede se efetue e dinamize. Além disso, localmente, sai

ganhando não só uma classe de alto poder aquisitivo que vai ocupar os condomínios e prédios de luxo que cada vez mais se instalam na Zona Sul da cidade, mas também investidores que especulam com essas propriedades, as quais, certamente, com a facilitação do acesso pela nova via, devem se valorizar ainda mais. Todos esses grupos que não sofrem os efeitos deletérios das obras, mas colhem seus frutos, enquanto os moradores, que arcam com o ônus da destruição do seu espaço de vida, pouco ou nada tem com elas a ganhar. Esse é o seu sacrifício.

“Então se for colocar na balança acho que quem ganha mais é quem vai passar de carro que vai ver que tem uma avenida nova do que o pessoal da comunidade que não vai se sentir parte daquilo dali, que vai olhar praquilo dali: *“é foi feito mas perdemos muitas coisas com isso”*. [...]”

“Com certeza, por ser uma comunidade relativamente pobre, a maior parte são negros, e por ser uma área de grande valor comercial, por se tratar perto de bairros relativamente perto do centro né, e também tem a questão do shopping né. Então essa questão de zona de sacrifício, ela cai muito bem porque a comunidade ela sofreu muito, ela não teve retorno ainda e provavelmente não vai ter, e acaba que esse processo aí de remoção acabou fazendo com que o elo que a gente tinha com a quebrada se perdesse completamente né, e de fato é uma zona de conflito que acabou nos prejudicando demais” (BX)

“Eu morava ali na faixa, ali eu conseguia pegar, aqui passa quatro linha de ônibus, tem acesso pra Zona Norte, Zona Sul, Centro, na verdade isso aqui na época era bom, tu tinha acesso a tudo quanto era lugar, hoje tu não tem, além de ser perigoso.” (SM)

Não há, nesse sentido, qualquer preocupação da institucionalidade estatal/capitalista com os efeitos prejudiciais dessas políticas no local. Pelo contrário, é efetuado um investimento vertical na conformação daquele espaço com vistas a atender as demandas do mercado.

Se, por um lado, sabe-se que os mecanismos de mercado trabalham no sentido da produção da desigualdade ambiental - os mais baixos custos de localização de instalações com resíduos tóxicos apontam para as áreas onde os pobres moram - o discurso dos movimentos não deixa de considerar, por outro lado, o papel da omissão das políticas públicas favorecendo a ação perversa do mercado. (ASCELRAD, 2002, p. 54)

O mais baixo custo de instalação da via pretendida pelo poder público irá se dar, justamente, sobre o espaço da vila. Isso porque, primeiro, o poder de barganha das comunidades mais pobres é prejudicado num sistema em que capital político é definido pelo capital-dinheiro. Em segundo lugar, a própria conformação histórica da vila, auto-organizativa, orgânica, empreendida pelo trabalho comunitário, frente à institucionalidade não teve força para definir a sua regularização fundiária. Assim, se em locais ocupados por pessoas com alto poder aquisitivo a Prefeitura se desdobra para garantir a legalidade da ocupação, inclusive aprovando leis, modificando planos diretores e criando brechas legais para a efetivação da ocupação, já nas áreas periféricas, pelo contrário, a Prefeitura faz-se valer do discurso da irregularidade da ocupação para implementar seus planos estruturais, voltados aos primeiros, sem qualquer consideração pelos seres humanos ali imbricados.

“Eu entendo que tenha zona de sacrifício né, algum lado sempre tem que sofrer. Mas é sempre o nosso né. Por que não fizeram do outro lado? Tu tá entendendo? São 50 metros pro lado, lado de lá do posto por exemplo, não fizeram porque lá já é um pessoal de poder aquisitivo maior, lá já tem mais dinheiro investido. As áreas de sacrifício são sempre as áreas das comunidades, tu vê reforma da previdência, quem é que vai se ralar? Pobre. Reforma trabalhista, quem é que vai se ralar? Trabalhador. Ah quem é que vai se ralar com a nova medida do presidente, do ministro, do governador... é sempre o trabalhador, sempre a área de sacrifício é nós, e certo não é, certo não é. Então isso daí tá errado. Tem que ser pensado, mas o pobre não tá lá pra decidir, quem decide é eles né. Daí sempre a área de sacrifício vai ser a nossa, não importa. Enquanto não tiver lá pra tomar as decisão, vai ser assim.

[...] Se eles montar um projeto que vai ferir alguém que tenha poder aquisitivo maior, eles não aprovam esse projeto, entendeu? Se a obra tivesse que ser do outro lado do posto, que afetaria aquele pessoal, a obra não sairia do papel nunca, entendeu. Se eles tiver que passar uma obra por cima do postão aqui, derrubar o postão, acho que eles vão aprovar essa obra, mas se é no Moinhos de Vento eles não vão aprovar, só isso.  
(CH)

Nesse sentido é claro o acréscimo de poder de barganha e de determinação ante as políticas públicas municipais que têm os moradores mais bem estabelecidos na cidade, em termos de regulamentação e de acesso a bens e

serviços, os quais têm a capacidade, por sua posição social, de não restarem atingidos pelas chamadas “fontes de contaminação” que se refere Acselrad:

Um elemento de poder diferencial se evidencia no espaço social - a capacidade de certos agentes sociais se subtraírem espacialmente à proximidade da localização das fontes de contaminação. O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta a seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam à valorização capitalista. (ASCELRAD, 2002, p.57)

Ou seja, ao morador da periferia restam poucos recursos que não a mobilização social para resistir ao processo. Porém, ainda assim, há uma vastidão de recursos contrários, elencados pela Prefeitura – representando o mercado – que se fazem interpor sobre essa organização, por um lado cooptando possíveis lideranças pelas promessas de melhorias, e por outro obstaculizando uma organização mais efetiva na medida em que destrói os espaços de troca e convivência, fonte excelente da política desde os meios populares. Além disso, a pressão pela escolha entre aluguel social ou bônus moradia, e a imposição de um entorno de destruição, quebrou com a resistência da maioria dos atingidos, os quais, numa relação de poder desigual, se submeteram aos desmandos do ente público até como uma forma de proteção de si e de sua família, uma vez que ameaçados constantemente pelos agentes públicos, munidos por um discurso aterrador e uma prática violenta de desenraizamento e destruição do entorno, apressando resultados. Resultados esses, porém, inúteis, uma vez que mesmo com o avanço das remoções, a obra seguiu se arrastando por uma série de outras desculpas, como a falta de verba.

“Que eles não se importaram em nenhum momento com os próprios moradores daqui, tanto que a partir do momento em que eles começaram a falar: - *vamos tirar as pessoas de casa*, eles davam um tempo, se a pessoa não saía eles tiravam à força, vamos suportar. **Fazia com que parecesse que não era à força, mas eles tiravam a pessoa num dia, no outro dia tinha uma retroescavadeira lá, e o entulho ficava.** (JE)

A “experiência de abandono vivenciada: máquinas paradas, baixa mobilidade e o reconhecimento do tratamento que é dispensado aos afetados”<sup>214</sup> se dá pelo “testemunho pautado na observação e na vivência, em contraponto ao posicionamento das autoridades e de suas retóricas”<sup>215</sup>.

“Essa obra aqui é uma zona de sacrifício mesmo, porque só sacrificou, ah vão arrumar gente pra dizer: ‘Ai, mudou minha vida!’ Como eles fazem na campanha eleitoral 2016, não posso falar o nome do candidato, o Melo usou na campanha dele, a pessoa: ‘Ai eu mudei minha vida, eu comprei a casa dos meus sonhos...’ mentira, mentira, a casa dos seus sonhos com 52 mil reais? Não existe, entendeu, às vezes arranja, eles conseguem pegar lá, né... entrega um endereço pra pessoa e a pessoa vai lá e grava pra eles, conseguiram construir alguma coisa, então por isso que eu digo, aqui foi uma zona de sacrifício porque a comunidade em si de contrapartida não levou nada, se abriu uma avenida aqui, vai se abrir uma avenida aqui, que eles falaram que vai passar uma rua aqui atrás da minha casa, pra ganhar a rua, pra quem que é a rua? Pra quem que é essas avenidas aqui? Não é pra nós, nós moramos aqui, eu não preciso de mão dupla, aí como eu te falei pra nós tem saída pra tudo quanto é lugar aqui, tem saída pra Norte, pro Centro, tem saída pra Zona Leste, então pra quem que é essas ruas que eles estão abrindo aqui? O governo anterior não explicou, o governo atual também não falou, não é pra nós! Só pra quem vai tá de passagem ou pra desafogar o trânsito pro Beira-Rio, ou escutei muito isso: ‘vai desafogar o trânsito em dias de jogos no Beira-Rio’, a função da obra da Copa era essa, não ter trânsito pro Beira-Rio, por isso é necessário as obras na Cruzeiro, **então é uma zona da sacrifício, vamos sangrar os moradores da Cruzeiro pra desafogar o trânsito pro futebol**, apesar de que eu gosto de futebol, eu jogo bola, mas não é assim que funciona, não é por causa do futebol que eu vou ter que retirar as pessoas de onde nasceram, de onde cresceram, pra ver uma partida de futebol.” (LD)

Assim “abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais [deva] prevalecer sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio a denominar de ‘conflitos ambientais’”<sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> VARGAS, 2016, p. 552;

<sup>215</sup> VARGAS, 2016, p. 553.

<sup>216</sup> ACSELRAD, 2005, p. 219.

Em nosso caso, cremos que mais do que um conflito ambiental, se instala de fato ali uma destruição do espaço de vida, que se traduz numa destruição do ambiente, sim, e também da paisagem, e que não toma um caráter de franco conflito uma vez que não houve qualquer possibilidade de escolha ou participação coletiva: o projeto veio imposto desde a sua concepção. Assim, não houve uma disputa real entre grupos diversos para saber quem seria poupado da intervenção no seu espaço de vida: a mesma já esteve estipulada desde o início, sem qualquer possibilidade de diálogo ou da possibilidade de mudanças efetivas em sua conformação. O conflito, assim, é repassado exclusivamente para o âmbito do indivíduo: é cada morador que deve, por si próprio, resolver seu futuro. No caso, escolher entre bônus moradia e aluguel social, ou então, não satisfeito, buscar os seus direitos junto ao Judiciário. Muitos ainda dos que fizeram a opção por um dos tipos de reparação viram o dinheiro prometido sumir ao longo do tempo. Alguns que aceitaram o aluguel social não foram mais pagos, tendo de bancar o aluguel por si próprios; outros, optantes pelo bônus moradia, jamais até o presente receberam o valor devido, seguindo esperando pelo seu destino em meio aos escombros dos removidos. Essa fragmentação radical do território, dando a cada sujeito que a ele compunha um destino diverso, numa lógica totalmente individualista, não só é uma forma de intimidação como procede num desenraizamento de qualquer rede organizativa desde o âmbito coletivo popular, um projeto orquestrado pela Prefeitura de tal forma que impediu o estabelecimento de uma resistência mais coesa e dinâmica. Assim, aplica-se uma força que demove toda uma coletividade a reagir a si, no sentido de responder às determinações, porém, através de uma ideologia neoliberal, que promove a exaltação ao individualismo, pela qual investe-se na

“[...] ideia de uma privatização dos mecanismos de seguro, em todo caso a ideia de que cabe ao indivíduo, pelo conjunto das reservas de que ele vai poder dispor, seja a título simplesmente individual, seja por intermédio das sociedades de ajuda mútua, etc., [proteger-se dos riscos]”. (FOUCAULT, 2008b, p. 198-199).

Assim, ao fim, o Estado vem a aplicar uma suposta solução a um problema, porém, retira-se ante aos problemas causados por isso, e cada um dos removidos

tem de buscar, por suas próprias forças, como superar essa tragédia. Nem todos conseguiram construir um destino melhor. Ao mesmo tempo, existe, dentre os que ficaram, a consciência que, se por um momento houve algum conflito, foi o lado deles que perdeu.

“Ah é o lado pobre, né, se é o Menino Deus é outra coisa... no bairro Menino Deus... ah, o lado pobre não precisa... pra que? Mas precisa sim, porque tipo a avenida ali vai partir do Cristal tem muito pessoal que passa ali e vai lá pro lado do Big, pro lado da Icarai, dá acesso, passa muita gente por ali, a avenida aqui é muito importante pro pessoal e aí não, eles se importam com outros bairros... se é esses bairros importantes é lógico que eles não iam deixar assim, até o esgoto aberto; eu trabalho na Ipiranga ali, deus-o-livre se eles deixar um esgoto aberto, isso não existe. Não tem. Por quê? Porque tem Shopping, tem o pessoal que trabalha ali que são tudo advogado, onde que eles vão deixar um pessoal desse porte passar por uma dificuldade dessa? Não tem, não existe [...] A questão do Barra Shopping ali também teve obra ali tão quase acabando.” (KS)

“Tu passou do Cristal pro lado Icarai-Barra Shopping não tem essa frescurada aí. [...] Aquelas obras começou muuuuito depois dessas daqui e tá quase no fim, as via nova tão quase terminando e a gente nem aí... Na época da eleição as máquinas trabalharam durante uma semana até passar a eleição, passou a eleição tu vê mais máquina nenhuma na rua. Pra cá trabalharam só na semana da eleição, uma semana e depois já era.” (VR)

Por isso o caso da Cruzeiro ultrapassa o nível de um conflito ambiental, a partir da constatação de que há uma medida inegociável, inexorável, baseada na supremacia da força de um grupo sobre o outro, o que caracteriza a situação como uma flagrante e acentuada injustiça ambiental. A injustiça ambiental é um

“[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. (PORTO & PORTO, 2015b, p. 164)

Fica clara a questão social e territorial envolvida. Os territórios das comunidades são prontamente taxados de passíveis de intervenções extremas, enquanto nos bairros dos cidadãos bem estabelecidos sequer se cogita impacto

tão bruto e, se necessário se faz, a obra é rapidamente concluída, a fim de causar o menor transtorno possível. É diferente na periferia. Há aí a ocorrência de certos processos fundamentais essenciais para se compreender determinados territórios como zonas de sacrifício:

São processos desumanizadores, que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades socioambientais, bem como das políticas públicas que lhes têm sustentado: o desenraizamento, a provisoriedade e a invisibilidade. (PORTO e FREITAS et al., 2015a, n.p. - seção 4)

O desenraizamento leva à fragmentação e à perda de referências; a provisoriedade, à aflição e à frustração; a invisibilidade, ao desalento e esmorecimento.

“Esse sacrifício já foi feito, agora é a hora que devia proporcionar o sacrifício pro lado oposto, já sofreram, já pagaram, tão há tanto tempo aí, agora é a hora que deveria fazer a faixa pra acertar, não tem mais que tirar pessoa, não tem mais que sacrificar mais ninguém, tem é que fazer a obra, pegar o dinheiro que tá lá e construir o troço físico. O outro lado, o emocional das pessoas, o lado social das pessoas já foi destruído” (SM)

Para além dos efeitos diretos da obra viária existe uma desestruturação generalizada da vila.

“Que antes a vila era estruturada né, era um bairro residencial, hoje a gente vê novos comércios aparecendo, grandes, no entorno, e escolas fechando, centros culturais sendo reprimidos pelo poder público, e o cenário é preocupante pra quem mora na vila” (BX)

Hoje, enquanto serviços essenciais fecham e seus prédios são abandonados, como a Escola Alberto Bins e o Conselho Tutelar, o Barra Shopping inaugura mais uma torre de negócios em seu terreno, num extremo da via, e do outro, o Aeroporto Salgado Filho fora privatizado, cujo a ampliação da pista também demandou a remoção de famílias da Vila Dique, em Porto Alegre, com a mesma justificativa de uso de verbas para a Copa do Mundo. Ou seja, a vila Cruzeiro fica

encravada entre polos de negócios e de fluxo do capital, e parece que o assujeitamento da comunidade à conformação capitalista do espaço exige que haja, necessariamente, um sacrifício da sua vida.

A zona de sacrifício é, nesse sentido, sobretudo um sacrifício da vida. Impondo o desastre, assoberbando o cotidiano, ocorre o sacrifício do movimento, da dinâmica, da lepidéz. Há uma suspensão dos fluxos, dos encontros, das trocas. Um sacrifício da potência de acontecer. O sacrifício do espaço da vila mata o fluxo da vida, real, local, cotidiana, popular, coletiva, diversa e singular, para instalar o fluxo do capital: utópico, global, impessoal, hegemônico, instaurador da ordem suprema do valor financeiro sobre a terra, os fluxos, as pessoas e a vida. A comunidade/população precisa, para isso, estar apática, acossada, para que se torne dócil ao sistema. E quanto mais assujeitada pelo sistema capitalista é a população, mais rápidos são os tempos em que ela vive. Findam-se os tempos lentos, do chimarrão, da praça, do passeio com os amigos, do futebol na rua, para engendrar tempos rápidos, carros rápidos, correr para atravessar a rua, correr até o ponto de ônibus. Vem desde um âmbito alheio a ordem opressiva de se inclinar às determinações do capital: torne-se máquina, produza, corra, compita, se destaque. Ao mesmo tempo, impedindo que isso de fato se dê para todos, destroem o espaço, impõe-se o desastre, suspende-se o cotidiano, sacrifica-se a vida, para que ninguém sequer consiga resistir, se fortalecer, se erguer ao ponto de colocar em jogo as determinações do capital e fazer frente ao trágico assujeitamento das suas vidas, o que lhes tolhe o ânimo e solapa sua presteza e alegria de viver. A vida se torna uma guerra constante contra o tempo, contra o espaço, contra o mundo. Ao mesmo tempo,

O capital [...] mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos [...] o capital dispõe da capacidade de se deslocar, enfraquecendo os atores sociais menos móveis e desfazendo, pela chantagem da localização, normas governamentais urbanas ou ambientais, bem como as conquistas sociais [...] assim o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residências e classes

socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocalizar.  
(ACSELRAD, 2004a, p.32-33)

### O tempo-espaço do capitalismo se impõe sobre o espaço-tempo da vida.

“Construíram uma via ali, ok, pra melhorar o tráfego, mas tiraram a praça que eu usava e não construíram nada de novo pra fazer um lazer, então, vamos supor, as pessoas não têm aonde ir tomar um chimarrão, as pessoas não têm aonde descansar, porque tiraram tudo e a gente já não tinha muita coisa, e acabaram tirando e não puseram nada no lugar novamente, fora que nesse tempo todo, tem todo o transtorno das obras então mesmo que tu quisesse ah, ficar aqui na calçada tomando chimarrão tu não consegue, por causa disso, da insegurança e dessa função de obras.” (JE)

“Essa área sempre foi uma área meio difícil, né, por causa que ela é... tinha aqui onde passa a avenida, isso aqui era um beco, tinha muitas casas, muitas casa mesmo, muitas moradias, tanto que deu mil e poucas famílias só praticamente nesse traçado, pra ti ver que tinha gente, então todo mundo vivia aqui na volta, agora depois que saiu a faixa ai o troço ficou, ficou esse monte de lixo que tu tá vendo, um monte de entulho e coisa-e-tal, aquele entulho que tu tá vendo ali, aquilo ali é da faixa, da ciclovía que iam fazer lá em baixo e agora parece que não vão fazer mais, arrancaram tudo” (SM)

Nesse ínterim inclusive o próprio baixo-circuito da economia urbana<sup>217</sup> é afetado, o que demonstra a sobreposição violenta do capital global sobre o pequeno comerciante, que também compõe a vida e a dinâmica comunitária e tem, por isso, seu negócio sacrificado. Uma série de empreendimentos locais desapareceram do mapa e da vida da comunidade, precarizando ainda mais o entorno, no sentido de destruir a oferta de serviços diversos, assim como provocando desemprego.

“Existiam comércios antigos aqui, há comércios constituídos mas também ali a costureira que fazia costura, tinha sua pecinha, costurava, o cara que tinha um sorvetzinho ali, a mecânica, a lojinha de roupa, o brique, que isso além da moradia fosse cadastrado também a questão do comércio que tu não pode resolver o problema da moradia do cidadão e a questão da sobrevivência dele fica como? Por isso nós criamos a proposta pra prefeitura, aprovada em audiências públicas do Centro

---

<sup>217</sup> SANTOS, 1979.

Popular de Compras e Serviços, e daí nós apontamos um lugar nobre, [...] adequado, com grande circulação, que teria um terminal de ônibus ali, lembrando que ali seria um cruzamento onde teria um BRT, que agora o Governo Marchezan também rasgou isso, destinou o recurso acordado com o Governo Temer, essa aberração, pra outras obras e não pro BRT, mas a gente não abre mão daquele Centro Popular de Compras e Serviços” (MS)

O centro popular de compras prometido não fora construído, sequer sendo mencionado dentro dos planos. Fora mais uma promessa vazia, firmada no calor da necessidade de derrotar qualquer resistência ao projeto. Os comerciantes, que entregaram suas casas – que também eram a sede dos seus negócios – à Prefeitura na expectativa de receberem uma contrapartida à altura, conforme garantia da Prefeitura, tiveram destinos diversos, porém, como ponto em comum, todos tiveram sua atividade profundamente afetada, vendo sua renda, sua carta de clientes e sua inserção na comunidade ruírem, além de precisaram, a partir disso, arcar com mais custas para sua instalação e efetivação.

“Quanto à oficina eles me indenizaram na parte estrutural, me deram um terreno pra mim construir, eu comecei a construir e eles foram lá condenaram minha obra que eu tinha feito, mandaram eu desmanchar toda a minha obra que eu tinha feito, meu material que eu tinha gasto, mandaram eu desmanchar, pegaram meu material trouxeram tudo prali, pro pátio do DEMHAB, tá tudo ali, aquele portão, aquela laje premoldada que tá ali dentro daquele pátio ali tudo é meu, e disseram que iam construir em noventa dias, só que passou noventa dias, 120 dias e passou um ano e eu aguardando eles construir e eles me mentindo, todo dia eles me davam uma história: “agora vamo fazer isso, agora vamo fazer aquilo”... sabe, cada dia uma conversa, até que passado um ano e pouco eles me deram pra vim aqui, pra mim trabalhar aqui neste ponto onde a prefeitura ia pagar o meu Aluguel Social, fez o contratinho certo na prefeitura com o dono do prédio aqui, tudo certinho, eu vim pra cá, só que a prefeitura não pagou, nunca pagou o cara e me deixou aqui... Hoje eu pago do meu próprio bolso.” (SM)

“Tem gente que perdeu o seu espaço de trabalho, tinha gente que era comerciante, que tinha uma sorveteria com uma conselheira nossa do AP aí e que hoje faz faxina pra poder sobreviver, tinha uma renda X e aquele negócio foi pra menos Y, de X foi a A, desceu, [...], então é triste chegar nessa situação, a gente que participou, ajudou a construir e que tinha essa expectativa de avanço da região, que vai trazer avanço depois de pronto, mas hoje a realidade é de tristeza e frustração” (MS)

“Putz, tudo tem diferença, principalmente o negócio, o negócio morreu. Por causa que quando eu tinha negócio lá embaixo, ali, a vila toda mantinha ali, né? Agora o negócio... saiu a vila e o comércio morreu. Porque terminou, né? Tem um mercadinho na rua! O comércio morreu.” (SP)

Quando perguntado se espera que o término das obras vá trazer melhorias à situação econômica dos pequenos empresários da região, SP responde:

“Pode trazer, tchê, mas eu vou te dizer uma coisa: não vai ser assim que nem burro pensa não. Por causa que, bom, pra botar um mercadinho não vai ser fácil na sobrevivência do mercado, do armazém, não vai ser fácil. Porque o que ele vai pegar? Vai pegar toda aquela avenida. Então, a pessoa que tem carro tu acha que ela vai chegar num armazenzinho fraco? Ele vai lá num supermercado grande. Então, a esperança, eu tenho até pena dessa gente que tem comércio que vai ficar na avenida. Eu tenho pena, por causa que eles tão pensando uma coisa e é outra. Por causa que a pessoa que compra em armazenzinho pequeno é o pobre. O rico não chega numa...pode chegar no meu pra fazer uma chave, uma coisa, pode chegar. Agora o rico chegar para comprar um quilo de arroz? Não compra um quilo de arroz, compra aí pro mês dele e deu. Então quem dá o lucro no armazém pequeno é o pobre e quem alevanta esses mercadinhos de pé aí é a vila. É o pobre. Se não fosse esses atrevido aí o pé já tinha, já era. Isso eu tenho certeza” (SP)

Ou seja, o potencial de desenvolvimento econômico local também resta prejudicado, pois o baixo-circuito da economia é alimentado especialmente pela própria população de baixa renda, que acessa esses serviços e consome nesses comércios. Assim, o suposto desenvolvimento econômico da região, que seria trazido pela qualificação espacial, não promove, a essa altura, mais ilusões no comerciante: ele sabe que, com a alta dos preços e mesmo com o aumento da circulação, o pequeno comerciante local só terá a perder. Seu comércio se tornará menos acessível do que fora outrora, logo menos rentável, e nisso os dividendos da atividade econômica se concentram ainda mais nos grandes.

As “zonas de sacrifício” são expressões de um modelo de desenvolvimento poluente e concentrador de renda, com um Estado bastante ineficiente em termos de políticas distributivas, sociais, de moradia, saneamento e mobilidade para as classes populares. Além dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico, as populações dessas áreas estão expostas aos riscos de enchentes, incêndios, desabamentos, proximidade de fábricas poluentes e áreas de depósito de

lixo. Outro aspecto se refere aos gravíssimos problemas de violência em áreas cujo abandono e conivência do poder público permitiu o crescimento de organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas e às milícias que atuam e, em diferentes níveis, controlam tais territórios. (PORTO e PORTO, 2015, p. 164)

Quer dizer, ao mesmo tempo que a economia da vila amarga, e pequenos comerciantes fecham as portas, o problema do tráfico de drogas se alastra; porém, esse passa ao largo do discurso governamental, e não há qualquer ação para além de uma gestão sub-reptícia do espaço urbano na comunidade, em que o Estado deixa à mercê o território da mesma à deflagração de grupos criminosos.

A criação dessas zonas de perigo, dentro do espaço urbano, com o auxílio do sensacionalismo midiático, inspira o medo e o terror no centro do sistema social. Com isso, os cidadãos, paralisados de pavor, dispõem-se a aceitar o exercício soberano de austeridade contra toda a população. A figura do criminoso será a protagonista do medo, será dele que provirá, falsamente, todo o mal que atinge a sociedade e ele deve ser combatido a todo o custo. E de onde vem esse criminoso? Ele vem da favela, ou seja, dos espaços de segregação. (AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 53)

Nesses espaços de segregação, que servem de mote à instauração das políticas de controle, será justamente o meio por onde o tráfico cresce, se instala e se difunde, aproveitando-se de um espaço deteriorado, desordenado, onde, desprovido de uma rede cidadã e democrática de gestão do espaço, será os grupos criminosos que imporão uma própria ordem, dominando pelo terror e pelas armas o território das comunidades, e gerando muito dinheiro para o sustento das redes internacionais de tráfico de drogas. E ao mesmo tempo que atividades criminosas enriquecem sem qualquer repressão mais inteligente por parte do Estado, a população trabalhadora local, que por ele deveria ser assistida, padece:

“A pior opção foi o Aluguel Social, a construção das suas unidades habitacionais e que padecem desde 2012 aguardando a construção de uma unidade habitacional [...] a expectativa era extremamente positiva nossa, principalmente no comércio... eu fico muito triste quando eu vejo trezentas famílias que estão no Aluguel Social sendo penalizadas, eu fico muito triste, angustiado quando eu vejo mais de 300 famílias que estão em Aluguel Social eles estão esperneando, eles tá tirando dinheiro do alimento, tá tirando dinheiro do iogurte, tá penalizando o bem-estar dos seus filhos, o medicamento, e pagando. [...] estamos

contando os dias pra que termine essa agonia de ver uma cidade paralisada, pessoas penalizadas, tendo a sua auto-estima atingida, o direito à moradia que é garantido constitucional, e aqui a lei ser constitucional é direito que as pessoas tinham de ter sua casa, tiveram que sair por um bem maior na expectativa de melhorar sua situação e hoje tem que tá tirando do alimento, da carne, da frutinha, do iogurtezinho pra pagar aluguel” (MS)

“Pra nós foi muito ruim esse processo, porque se iniciou em 2011 aí, 12 de fato começou alguma coisa, se discutiu muito, discutiu muito, eu lembro que uma das briga aqui que era pros moradores não aceitar o Aluguel Social; tipo, tu vai entregar tua casa e vai pra um Aluguel Social; por que que eu não teria que aceitar o Aluguel Social? Porque de fato, cara, o Aluguel Social é um dinheiro que não vai dar retorno pro Governo, então pra eles é um dinheiro posto fora, isso aí eu falei em 2012 no Governo Foturnati, Governo Foturnati-Melo ali, eu falava isso, hoje no Governo Marchezan, que é pior ainda que o Melo-Fortunati, realmente isso aconteceu: eles pararam de pagar pra algumas pessoas, inventaram 300 regras no meio do jogo pra não pagar o Aluguel Social. E o que que era o Aluguel Social? Era tu esperar um tal de apartamento que eles iam construir nesse meio tempo da obra, da Copa né, antes da Copa, e não foi acertado nenhum tijolo até agora, isso foi lá em 2012: - *Não, vai ter um apartamento, vai entregar tua casa...* Eu dizia: - *Não vai sair apartamento agora, eles vão demolir tua casa e tu vai ficar na rua*, e realmente aconteceu, várias pessoas perderam sua casa, entregaram sua casa, tão sem apartamento, tão sem o Bônus Moradia” (LD)

“A gente fazia reunião e, quando eu fazia discurso, eu dizia pro pessoal: “não sai, não sai das suas casa enquanto não fizer os apartamentos”. Porque eu acho que seria isso aí, antes de fazer a avenida, fazer os apartamentos. Aí depois tirava todo mundo dali, todo mundo, a gente veio tudo isso aí, pra fazer os apartamentos, depois vinha e tirava o pessoal numa boa. Aí podia fazer a obra o dia que quisesse, não tinha problema nenhum”. (SP)

O aluguel social gerou resultados trágicos, segundo todos os entrevistados que abordaram o assunto. Os que aceitaram tal oferta restam, hoje, numa situação dramática, numa suspensão severa da sua capacidade de ação ativa sobre a própria vida: estão esperando um futuro incerto, quando finalmente poderão voltar a morar num lugar seu. E não há previsão do governo para tal.

Essa é uma dentre diversas repercussões negativas sobre a vida da comunidade instauradas pelo processo. Seja do ponto de vista burocrático, através de negociações capciosas propostas pelo ente público, seja pelo efeito físico e psicológico da injunção de obras ao longo dos anos, geram-se uma infinidade de

efeitos sobre a vida local que não recebem a devida atenção. Pelo contrário, essas ocorrências nocivas:

[...] ficam deliberadamente ao largo do discurso e da pauta de prioridades do executivo local, que caminha na rotina como se nenhum fenômeno de destruição socioambiental estivesse em curso na área sob a sua jurisdição, uma vez que a mesma passa ser incorporada na já naturalizada paisagem desoladora da pobreza. A degradação “normal” e “anormal” do espaço entra, nesse caso, em auto-ajustamento e invisibilidade a ponto de permitir a preterição das intervenções da máquina pública. Exemplos há quando bordas periféricas urbanas altamente adensadas — cujos moradores se veem num cotidiano repleto de perigos, que mesclam ameaças às suas vidas, sua saúde, suas moradias e os objetos ali contidos, além de suas rotinas — exigem ações emergenciais do ente público, mas não encontram acolhimento do governante. (VALENCIO, 2010, p. 41)

Longe disso, o ente público abandona a área à própria sorte durante anos, sob a claudicante e evasiva justificativa de falta de verbas, não dando qualquer prioridade a uma situação flagrantemente urgente.

De toda forma, a vila resiste, e

Se o desenraizamento é a marca da experiência histórica de grande parte dos moradores e a provisoriedade é a marca das políticas voltadas para as favelas ao longo da história, dialeticamente a dimensão da permanência e do pertencimento está presente na vida dos moradores, através de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo e por meio de suas redes de sociabilidade tecidas ao longo dos anos (PORTO e FREITAS et al., 2015, n.p. - seção 4)

É sobre essa resistência, que se dá com suporte na permanência, na territorialidade, no sentido de pertencimento, na identidade, na cultura local, nas formas de sociabilidade, é que vem agir a biopolítica, conjunto de técnicas governamentais que vai se instalar sobre todos os fluxos da vida ditando o seu ritmo, com base ora na repressão, ora na cooptação, ora no abandono, através da aplicação de uma economia política sobre o território, através do que as instituições governamentais se fazem presentes não de acordo com a demanda local, mas sim

na ânsia de conformar aquele espaço de acordo com os interesses de grupos externos à comunidade, social e economicamente mais ramificados e melhor instituídos dentro da rede global do capitalismo, que busca, ao ditar os ritmos, subjugar todas formas de comportamento à ascendência do seu modus, envolvendo a todos num contexto caótico, desastroso, de asoberbamento do cotidiano e sacrifício da vida ativa afim de melhor conformar, por via governamental, o território atingido aos interesses do capital.

O conjunto de técnicas e estratégias aplicadas sobre a vila irá fazer frente às formas locais de ação e produção de devires. Quer dizer, através dessa estratégia se elencam ações e se engendra um contexto que tem como fim o combate ao livre pensar e agir, desde o local, como uma medida de assujeitamento, provocando uma fragmentação generalizada da experiência e podando os fluxos ativos dos encontros e do acontecimento.

“A fragmentação também da vila fez com que as pessoas se desorganizassem de alguma forma né, porque antes tinha bastante eventos sociais e hoje temos poucos grupos né, organizado, mas temos sim, e acho que foram essas questões mesmo que foram dificultadas durante as obras.

[...] Foi acho que um movimento político pra desmantelar a quebrada, as favelas aqui do complexo da Vila Cruzeiro.

[...] tirando educação, tirando lazer, tirando a cultura dessas crianças que as vezes têm um pai que é dependente químico de alguma droga e a polícia vai lá e bate nessas pessoas por elas serem doentes, ela vai se espelhar eu acho que num traficante entendeu, e não vai querer ser um músico, não vai querer ser um jogador de algum esporte, não vai querer ser atleta não vai desenvolver toda a sua capacidade intelectual que ela poderia desenvolver né.” (BX)

Nesse sentido,

As limitações postas à sociabilidade desvalorizam a pessoa, sem que o indivíduo, projetado pela cultura dominante, possa manifestar-se, o que evidentemente desfaz sentidos dos papéis desempenhados por instituições responsáveis pela sociabilização. Faltam, nas grandes cidades dos países periféricos, condições estruturais que sustentem a tradução material da autonomia individual trazida pela exacebação do mercado, e falta o suporte institucional necessário ao amadurecimento secular do indivíduo. (RIBEIRO, 2005, p. 419)

Assim, ao mesmo tempo em que o mercado exalta o individualismo, esse mesmo está submetido à uma lógica preponderante da competitividade e da meritocracia e, nesse contexto, o morador da periferia já parte de um patamar anterior, de onde necessita conformar-se desde o território a uma série de sujeições dentro do espaço urbano e, no caso aqui analisado, é colocado frente a uma nova condição, que demanda ainda mais a heterogeneização das suas necessidades imediatas. Ao mesmo tempo, a rede de serviços que pudesse vir a atender esse indivíduo na sua busca por inserção é também desmantelada, garantindo que a governamentalidade aplicada sobre a sua vida e à vida da comunidade como um todo seja efetiva, no sentido de impedir um aprofundamento da experiência livre pela imposição da experiência contingente.

“O conselho tutelar não tem mais aqui, por causa da obra, foi removido o conselho tutelar daqui, eles tão num prédio alugado lá enquanto os conselheiros não atuam mais porque eles não tem o prédio deles na Cruzeiro, a obra tirou o prédio, daí qual é a desculpa deles - *ah o conselho tutelar não atua na cruzeiro porque não tem o prédio...* pô mas ela tá abandonada ali vazia, tu tá entendendo? Aquilo ali podia ser um centro social cultural pra toda a Cruzeiro, entendeu, daí podia ter ali um professor pra dar um cursinho pré-vestibular por exemplo, entendeu eles podiam investir nisso daí... ah mas não, a educação derruba o governo né por isso que eles não querem dar educação, a hora que tem a educação eles tão ferrado.” (CH)

O desmantelamento da rede educacional que atende às comunidades é o exemplo mais flagrante do sucateamento generalizado imposto pelo Estado sobre a vila. Foram dezenas de turmas fechadas, para muito além das que atendiam aos filhos das famílias removidas, e os jovens estudantes da comunidade precisam agora se dividir e se deslocar quilômetros até as escolas mais próximas. Isso também fragmenta a experiência comunitária, assim como assoberba o cotidiano dos jovens, que precisam lidar com mais uma exigência: o Estado, ao mesmo tempo que obriga a Educação Básica, não dá suporte necessário para o atendimento da demanda local.

Ao mesmo tempo que as instituições que prestavam atendimento social público sofrem severa precarização, senão a extinção plena, outro viés importante do constructo identitário local, que agrega e produz trocas, fluxos e acontecimentos,

é igualmente sucateado. A cultura, que necessita de um lugar para se reproduzir e desenvolver, resta debilitada pela destruição do entorno e o desmantelamento do espaço de vida na vila. Eventos que tinham expressão histórica, promovidos a muitos braços pelos moradores como uma medida de sociabilidade, são paulatinamente abandonados, impedidos de ocorrer pelo entorno precário, que não comporta mais a suas necessidades estruturais.

“Normalmente era organizado rodas de samba, espaços para crianças né, no natal, e com esse desmantelamento e esse fragmento da quebrada justamente as pessoas que tinham contato e uma união elas acabam se perdendo. E esses eventos comunitários e culturais que antigamente rolavam com mais frequência hoje não rolam mais, então isso é negativo né, do ponto de vista pras pessoas que moram ainda na quebrada. [...] Falta mais árvores, falta quadras poliesportivas faltam um centro de cultura, falta um incentivo do governo para festivais ou festas da nossa cultura, o carnaval, tradição gaúcha, enfim, poderia ser criado milhares de estratégias né pro bem estar da comunidade mas nesse cenário atual político que a gente tá vivendo, a tendência é só piorar, acredito que isso vai ser difícil de acontecer.” (BX)

“Porque antigamente tinha uma praça, as pessoas se encontrava na praça, hoje tu não tem mais isso, tu passar ali tu vai ver cada um na frente do seu portão e não tem a convivência entre as crianças, só na hora ali que tão jogando uma bolinha ali na faixa, e elas convivem jogando bola, carro, caminhão passando, moto passando, uma loucura, então esse tipo de espaço não tem mais, antigamente tinha aqui o Gauchinho, os coroa aqui, que era o espaço cultural que tinha ali nos fundos ali, hoje não tem mais, também tá sendo demolido ali, antigamente a gente fazia festas ali, tinha ... tinha samba, tinha a festa [incompreensível] ali e hoje não tem mais, hoje essas festas, samba, pagode, é tudo longe daqui porque não tem espaço fechado pra esse tipo de evento mais hoje aqui, então é isso que tá faltando, antigamente tu tinha, o Gauchinho mesmo, tu encontrava todo mundo da comunidade ali e acabava interagindo com as outras pessoas, em outros lugares da comunidade também, acabava conhecendo, fazendo amizade, interagindo, até namorando, hoje já não tem mais isso, já não tem esse espaço, então é isso que tá faltando muito aqui.” (CH)

Ainda que historicamente a mobilização social, a pressão política e a produção cultural fosse empreendida pelos próprios moradores, desde o lugar, com base na sua identidade e na composição histórica da sua ocupação, hoje, com o espaço de vida destruído e com a fé no devir solapada por uma suspensão violenta dos seus fluxos, a comunidade não consegue mais, estruturalmente, compor as

mesmas formas de ação, composição e deliberação, pela injunção de uma completa falta de suporte físico à sua instauração.

“A gente não tem mais nenhum espaço que possa dizer que a comunidade pode usar, algumas praças... antes a gente tinha mais, nas Associações faziam eventos na rua pra gurizada, hoje não tem mais isso, Natal, Dia da Criança se fazia movimento na rua com trezentas crianças da comunidade, a família pra participar hoje não tem isso aí.” (SZ)

“Quem se juntava antes, não se junta mais, tá ligado? Quem ficava até mais tarde antes na rua, não fica mais, tá ligado? Sumiram, já foi, não se sabe... literalmente abduzidos.” (MR)

“Eu sinto muita falta da minha praça. E eu acho que tipo assim, não que eu acho que vá mudar alguma coisa em fazer uma praça, mas era diferente, sabe. Tipo as pessoas se reuniam ali pra conversar e daí pintavam a praça, sabe, faziam as coisas, tipo, ah caiu um negócio ali, não... a gente vai se juntar e a gente vai botar, entendeu? Daí com esse desgaste do governo as pessoas também... por que o que que adianta? Tu vai ali fazer alguma coisa e não vai adiantar nada, então as pessoas nem deram mais bola pra isso. Então tá todo mundo assim, ninguém dá bola mais pra nada, ninguém se mexe mais pra nada, e antes era diferente. [...]”

“agora ninguém liga mais pra nada. Tipo, ninguém... porque não tem, sabe?! Tu vai fazer alguma coisa, tu sabe que não vai adiantar nada. Tipo, tem... às vezes fica resto da obra deles ali, tu pensa “vou tirar ali, né, vou arrumar, vou descartar no lugar certo”, pra quê? Se amanhã vão deixar ali de novo?! Por que que eu vou fazer alguma coisa? [...]”

“antes tinha a praça ali, então a gente se reunia, a maioria dos vizinhos ia pra lá, e como algumas pessoas foram embora com essa função da obra e também não tem mais a praça, **a gente já não se reúne mais em lugar nenhum**, porque não tem mais, tu vai sentar no meio da rua pra ti reunir com as pessoas? Não tem como, então a única praça que tem é lá em cima ainda, então não tem como, tu não vai sair da tua casa, às vezes tu tá cansado e tu vai subir lá só pra não fazer nada, entendeu?” (DB)

Há consenso de que a mobilização da comunidade em torno de fins em comum, seja pela pauta cultural, social ou política, foi extremamente prejudicada pela instalação das obras. Esse é um dispositivo governamental de imposição do controle espacial e da população, é a imposição de um tipo de formação que tem “como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma

função estratégica dominante”<sup>218</sup>, estratégia essa que vem sobrepor o poder estatal/de mercado ao poder que se institui na vila através da composição orgânica da sua resistência e dos seus próprios modos de produzir realidade. Esses modos representam, para o poder instituído desde os governos e pelo capital, um contexto de perigo à sua implementação. Quer dizer, a simples reprodução de uma alteridade desde o lócus da experiência, denotando uma diferenciação ante o dito “todo” - ou o sistema de objetos e ações hegemônico – representa um risco que deve ser prontamente combatido, a fim de adequar o espaço investido pela governamentalidade em um espaço sujeito a esse sistema, e não mais como uma ameaça a sua configuração.

É maquinada uma noção de periculosidade que “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que os indivíduos representam”<sup>219</sup>. Nesse sentido, a potência de acontecer investida na vila pelo empenho dos braços e mentes dos próprios moradores é por si só uma ameaça ao sistema, uma vez que foge do assujeitamento preponderante e hegemônico, investido desde o Estado, e representa uma certa autonomia que não é aceita pela dinâmica do capital: tudo deve estar conformado de acordo com o interesse do mercado, e nada pode escapar dessa formatação.

Para que isso ocorra se aplica um esquadramento do local, a fim de conhecer suas potencialidades e, após, um enquadramento do que foi dali compreendido. Nesse sentido, a própria produção de conhecimento sobre o local, via pesquisas diversas empreendidas pelo ente público, na expectativa de desenvolver discernimento sobre a questão social e ambiental na vila, colabora como um recurso ao qual se requisita para o cálculo e aplicação da economia política. Quer dizer, produzem-se dados sobre o território objetivado pelo poder estatal a fim de melhor conhecê-lo e, assim, poder aí melhor dosar a aplicação das políticas necessárias. Desses estudos

---

<sup>218</sup> FOUCAULT, 2002, p. 146-147.

<sup>219</sup> FOUCAULT, 2002, p. 85.

fazem parte condições geográficas, climáticas, mas também certo número de efeitos de massa causados pelos residentes desse espaço, efeitos esses que se tornam causas de modificações dessa mesma massa. Daí o meio tornar-se campo de intervenção política, onde a multiplicidade de indivíduos existe de uma maneira muito peculiar, como profundamente, essencialmente, biologicamente ligada à materialidade no interior da qual eles existem. (FOUCAULT, 2008a, p. 23)

Quer dizer que, nesse sentido, a dimensão espacial e a dimensão social da vida local se confundem, denotando, para o agente interventor, um só empecilho às conformações que necessita aplicar. Logo, o espaço e a sociabilidade que aí se reproduzem, intrinsecamente relacionados, são o objeto da política estatal com vistas a impedir uma maior difusão daquilo que não lhe é interessante. Para isso é necessário manejar, também, os interesses dos cidadãos atingidos. Quer dizer, vivendo-se num Estado Democrático de Direito - embora muitas vezes aluído pela força do capital - é necessário ainda assim a aplicação de políticas que sejam palatáveis às distintas forças políticas que compõem o Estado e ao seu atual modo de governar, marcado pela “passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo”<sup>220</sup>. É a partir disso que vêm, primeiro, a invisibilização da questão e, segundo, a captura dos desejos dos envolvidos, numa gestão fraudulenta dos seus interesses.

“Eles fazem também uma lavagem cerebral em meia dúzia ali que tem de sair por que vai ser bom, que vai ser uma maravilha, porque esses bônus, daí saem seis e os quatro que ficam no fim perdem a força, é aquilo a união faz a força e como se desarticula, pro governo não interessa tá o povo articulado, acaba perdendo a força e pro resto da população também aquela área não tem importância.” (PL)

“Primeiro é o seguinte, a comunidade só se mobiliza, só se organiza por interesses específicos, exemplo, hoje os moradores que estão aqui na Tronco-Postão já com o traçado definido se tu chamar eles pra discutir o tema da Tronco, eles ó: já tá definido, não vai pegar minha casa, eu já tenho esgoto, já tenho água... os moradores hoje só movimentam a comunidade a partir de interesses específicos.

---

<sup>220</sup> FOUCAULT, 2002, p. 290.

[...] o povo de uma certa forma terceirizou essa luta, e terceirizando essa luta dos movimentos certamente cada vez mais a gente vai perder mais direitos, cada vez mais a gente vai ter mais dificuldades ao acesso dos serviços básicos que os governos deveriam garantir pra nós.” (MS)

Promessas são feitas, interesses são instigados/aliciados, as pessoas acreditam na palavra e no compromisso do ente público e aceitam negociar o seu entorno, a sua casa, a sua vida, na esperança de coisa melhor. Divide-se para conquistar. Os moradores são lançados na situação mais vulnerável, que é desabrigado, e sozinhos, indefesos. Precisam resolver por si mesmos uma situação que o Estado lhes instituiu. Por outro lado, quem resiste, e permanece à espera de remoção, vive entre escombros, numa zona de guerra. A vila como um todo convive com o sacrifício do seu espaço de vida. O desastre se instaura como medida ajustada, definida, implodindo as relações até então efetuadas. A lógica do individualismo neoliberal, via biopolítica, se apodera do seu espaço de vida para transformá-lo, torna-lo assujeitado à conformidade do capital, à necessidade do seu fluxo, mas não sem antes abatê-lo, arrasando o fluxo da vida local. Se impondo sobre o fluxo dessa vida de tal maneira a lhe massacrar, fragmentar, quebrar as ligações, debilitando sua vitalidade. A experiência de viver torna-se truncada e quebrantada. E a experiência é a maior fonte do aprendizado.

A medida, como política, é perversa. Porém, efetiva. Salda uma nova interligação, um novo fluxo, um novo sentido, por um lado, compondo a rede do capital global na cidade, e por outro subjuga o espaço de forma a que ele se torne substrato seguro e eficaz à constituição dessa intervenção, não só localmente, como meio ideal, mas na cidade como um todo, como um espaço configurado, formatado, enquadrado dentro da rede capitalista dos negócios. O espaço local, da vila e da vida, da sociabilidade, da política, da cultura, dos encontros, resta sacrificado, e agora as necessidades são outras: suportar o processo até o fim.

“Toda a extensão da obra. Esburacada, é o ônibus que tem que entrar na via do carro, o carro que entra na via do ônibus porque começa tudo a parar, porque tem partes da obra que estão inacabadas então fica horrível, **o que era pra melhorar foi piorando.**” (JF)

“**Já foi destruído, já foi.** Toda a mobilidade da obra aqui, não fizeram nenhuma praça, não tem nenhuma praça, não tem

nenhum campo de futebol, não tem nada, não tem recreação nenhuma e olha aqui, isso aqui é uma vila grande, tem muita gente, tem muita criança, aqui eles conseguiram destruir tudo, até o colégio, tinha um colégio que funcionava, não tem mais colégio, não tem colégio e as crianças assim, vão de manhã pro colégio e de tarde ficam coçando, ficam o dia todo na rua as crianças aí, coisa que a prefeitura poderia ajudar, não tem espaço nenhum, cultural nenhum, e aí o que que acontece? Quem é que adota as crianças? Depois o governo reclama, bem assim.” [...]

“as pessoas estão adoecendo, as pessoas estão preocupadas, as pessoas não conseguem pegar o ônibus no lugar certo, as pessoas perderam emprego, muitas pessoas que moravam aqui tiveram que se mudar, e aí como é que faz? [...]

“A prefeitura tem dinheiro, tem espaço, tem tudo pra fazer, o povo ajuda, a população é muito coerente nisso aí, vamo fazer? O povo ajuda, tanto que o povo se propõe a construir as coisas, e a prefeitura não quer, não deixa, sai um evento de criança, a prefeitura bota um monte de minhoca que não é pra fazer [...] eles tratam as pessoas como bicho, como criança, como analfabeto, eles olham pra ti: - *Ah, tu mora na vila? Então tá...* tu vira as costas tu não tem o abono, e aí tu tem que ir pra Justiça, tu tem que brigar na Justiça com eles.” (SM)

Iludidos por um comprometimento falso, os moradores se tornam presas fáceis da política estatal. O gestor profere um discurso sem compromisso algum, simplesmente para convencer. É preciso entender os desejos do cidadão para lhe oferecer aquilo que lhe interessa. A biopolítica, para a instauração da zona de sacrifício precisa, necessariamente, para se interpor, capturar os desejos dos moradores, para assim conseguir, através da composição com eles, se efetuar. Manipulam a esperança através de um discurso fraudulento, e depois alegam inevitabilidades diversas, denotando incompetência, para se delongarem indefinidamente sobre uma promessa que fora originalmente para o ano de 2014. Mas agora é tarde para resistir. O processo não pode retroceder. E a rede local já foi fragmentada, desconfigurada, desconfigurado e fragmentado fora o seu espaço. Há dez anos a comunidade espera a conclusão da obra, e o cumprimento do compromisso proferido pelo governo é mais do que uma esperança, um anseio; e, o presente, um desassossego constante.

#### 5.4 Biopolítica dos desejos (ou a produção fraudulenta da esperança): do centro de soberania/disciplina ao biopoder

A contração entre produção social do desastre, suspensão e assoberbamento do cotidiano e sacrifício ambiental é uma medida biopolítica, que investe num controle da população envolvida, efetuada através de uma governamentalidade transversal a distintos governos e que tem sua expressão mais direta através do âmbito municipal; porém, vem desde o âmbito global do capitalismo em sua busca pelo assujeitamento dos territórios. Para que isso ocorra é necessária uma combinação de técnicas de governo, via economia política, através de uma série de dispositivos, que se dão a partir de distintos modos de governar.

Foucault discorre sobre a diferença do regime soberano, disciplinar e governamental/biopolítico. No regime regido pelo poder soberano é definido, antes de tudo, o que não pode. Ou seja, as proibições, aquilo que não deve ocorrer dentro o meio governado, para que o poder se mantenha íntegro e localizado, gerador de si próprio na medida em que se efetua, não encontrando aí contrariedades. Assim o soberano define as regras, e o desrespeito a essas regras agride a própria soberania; quer dizer, é o soberano em si o atingido pelas transgressões, e conseqüentemente a própria ordem, que é definida a partir de si, e isso não pode ser admitido. Há, assim, uma produção do direito pela força, em nome da segurança da sociedade, produção essa centrada na figura do soberano: importa, nesse caso, *quem* está enunciando a regra, e não exatamente o que ela diz.

Já no regime disciplinar, que pretende criar um código de conduta, codificando as relações a partir de uma certa idealidade, é definido o que se *deve* fazer, ou seja, quais são as regras a serem seguidas para que assim o poder possa seguir se efetutando, apoiando-se na sua própria reprodução através da atuação da coletividade sob ele imbricada e dele participante. Assim, apesar de ser enunciado majoritariamente desde um platô determinado, no caso, por uma elite investida desde os cargos estatais e empresas com poder de decisão econômica, esse poder se irradia por todas as instâncias da sociedade, reproduzindo-se através da criação de um regime de verdade que determina *o que* é devido ou não. Assim, não importa mais *quem* está definindo as regras, mas sim *o que* elas estão definindo. Ou seja,

a regra, a partir daí, se comporta como um fio condutor que une a sociedade em torno de valores em comum. A ordem assim passa a se fazer presente de forma difusa, e qualquer um que rompa com o pacto idealmente definido pelo regime de verdade está sujeito à investigação, ao julgamento e à punição. Nesse regime a verdade, assim, está mais no enunciado do que na enunciação, e a figura do soberano é substituída pela figura do Estado, em sua razão de existir, que seria, sobretudo, pela segurança da coletividade. Há aí a passagem de um regime absoluto a um republicano, ou do Estado a serviço da elite para um Estado a serviço da sociedade, porém, o poder que estipula essa conformação segue o mesmo; o que difere é a forma dele se efetuar e os dispositivos que ele evoca para definir os códigos e manter o próprio poder.

Já com o desenvolvimento do capitalismo e de seus modos de reger a sociedade, desde uma ideologia denominada liberalismo/neoliberalismo, é por outra forma de governo que esse poder se efetua. A ideia de necessidade de segurança, em virtude de uma descodificação das relações em função da complexidade em que a sociedade se desenvolve, se aprofunda no imaginário coletivo, uma vez que a rede estatal e comunitária se enfraquece ante a irradiação descontrolada dos fluxos. Nesse sentido, as decisões e sobretudo os valores se dão agora a partir de um âmbito global e, especialmente, de um ideal de mercado, onde é a circulação da mercadoria que faz efetuar as relações estatais sobre os fluxos, e não mais a codificação dos mesmos. Os fluxos são, sim, descodificados, e ao estado compete apenas garantir um bom ambiente à sua livre circulação.

Sobre a vida, por sua vez, o Estado deve atuar, via dispositivos governamentais, à uma conformação da mesma que seja interessante ao fluxo do capital. Estabelece-se aí a noção de *interesse*, ou seja, não é mais a regra ou o código que define as ações, mas o que é *interessante* à sociedade e/ou ao indivíduo. Cada vez mais a fronteira entre um e outro – indivíduo e sociedade - atenua-se, e sujeitos sociais pontuais são definidos enquanto modelos de um interesse coletivo, estabelecendo assim parâmetros e metas de comportamento hegemônicas. Assim, é o que possui interesse de acontecer, para si e conseqüentemente para os demais, o que tem valor, e o Estado é o comandante

da ordem mínima necessária para que esse interesse possa vir à tona, efetuar-se, e assim definir os fluxos.

A Lei, nesse regime, não se pauta mais por um regime divino ou natural, como no caso da soberania, e nem moral ou regulatório, como na sociedade disciplinar: a Lei passa a ser *utilitária*, ou seja, definida pelo que é útil ao Mercado, que seria o regulador do interesse, quer dizer, daquilo que se quer, se busca, se gostaria, e o Mercado é aquele que pode atender a esses desejos. Assim há a enunciação de uma nova verdade, que se institui via mercado, onde o interesse da população/ser humano vai ser mediatizado pelas relações de compra e venda, pelas trocas, por aquilo que atrai a um e pode ser oferecido pelo outro. Mas, para que isso ocorra da forma mais útil e efetiva, o Mercado precisará de um substrato cada vez mais bem organizado para se efetuar. Por isso o Estado, na expectativa de atender a esse Mercado – em última instância, ante a supremacia do capitalismo neoliberal, ambos são a mesma coisa – vai se tornar um gerenciador desses fluxos, e irá investir num modo de comandar, pela governamentalidade, a população e o meio. Meio e população serão um só substrato sobre o qual o Mercado precisa se assentar, e assim o Estado define o meio, atuando sobre ele em diversas frentes, através de uma miríade de instituições, por onde se insere e, ao mesmo tempo, é determinada por esses meios – isso quer dizer, produz a própria causa que comanda a vida, de forma a se retroalimentar. Assim,

[...] em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

Conforme Foucault, o poder não existe em si; ele não é uma *sustância* ou *coisa* da qual alguém pode se apoderar, mas é, sim, parte intrínseca das relações – ele é um efeito, um exercício, que só se tornam causa na medida mesma em que ele próprio se encadeia/desdobra sobre o meio: uma vez que o espaço/população/indivíduo apresenta uma lacuna, transposta por um fio de

ligação que direciona as relações, o poder vem e entre esse hiato se insere e assenta, determinando os sujeitos, a hierarquia e os valores na medida mesma em que os próprios sujeitos aderem e reproduzem o determinado regime que lhe dá substrato e oportunidades a se desenvolver.

Assim, o indivíduo - e por conseguinte toda a população - é cúmplice desse poder, e é só por intermédio disso que ele tem força de se efetuar. Sempre que a vida perde o foco da autonomia, tornando-se dependente de determinações exteriores, um poder alheio se instala como um mediador das relações, e o capitalismo precisa produzir, justamente, uma vida dependente, titubeante, vacilante em sua potência intrínseca e adicta de exterioridades e necessidades diversas para se suprir, surgindo, como principal balizador delas, nesse sistema, a questão do consumo. Assim, na medida em que a vida não cria meios nem inventa modos de subsistir sem se apoiar em instâncias externas, ela será objeto e sujeito do próprio poder que lhe oprime, em suas diversas formas de se efetuar.

A questão atual se configura a partir do fato de que poder soberano, poder disciplinar e poder governamental/biopolítico engendram modos de governo distintos, porém, não são excludentes um do outro, e tampouco cíclicos ou encadeados. Pelo contrário,

Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais. (FOUCAULT, 2008a, p. 142-143)

Todos esses modos de governo operam concomitantemente sobre a vida da população no atual estágio do capitalismo, e especialmente sobre a vida da Vila Cruzeiro eles se combinam, se dosam e se aplicam pontualmente, sob diferentes formas. Nesse sentido, as táticas do poder soberano, embora não conte com a figura do Soberano em si, ainda são elencadas pelos governos atuais através da imposição de certos centros de soberania, onde o poder deve se efetuar a fim de atingir um objetivo. A própria imposição da obra de duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul, a qual não foi de forma alguma democrática, precisa se apoiar numa centralização forte do poder sobre o território na mão da Prefeitura, que determina

quem pode e quem não pode estar ali, não só no caminho do traçado da avenida que se pretende inscrever no espaço, mas numa área de interesse privilegiado do mercado imobiliário. Por isso, o poder expulsa daquele espaço o cidadão que não se adequar ao seu plano e, fazendo isso, atua tal qual o exercício do poder de soberania, que julga e bane do território determinados cidadãos sem o direito ao contraditório e ao devido processo legal típicos do Estado Democrático de Direito. Sendo assim, é o poder soberano que, ao banir certos cidadãos dos limites do seu exercício, jogando-os para os arrabaldes - zonas ainda não conformadas pelo regime urbano ou mesmo muito diferentes da sua origem - força o cidadão a se reterritorializar a partir da sua própria e individual disposição, de forma totalmente desassistida. Ou seja, aí, o Estado não se apresenta como a serviço do cidadão, mas da soberania, e a própria lógica de expulsão dos pobres dos centros urbanos em direção aos arrabaldes cria zonas sem lei, fora dos limites da institucionalidade – de certa forma, *fora* dos muros da cidadela – especialmente se o determinado indivíduo (ou população) tiver um comportamento ou características que não são bem aceitos pelo regime de verdade capitalista: ou seja, o de não ter posses ou condição de bancar sua territorialização e moradia em zonas fundiárias conformadas e regulares. Além disso, dentro dos limites de controle, estabelece esse ambiente de segurança que discrimina os cidadãos conforme sua origem, cor, vestimenta, comportamento, cultura, renda, e sobre eles aplica a devida vigilância e, quando necessário, a punição.

Simultaneamente à lógica de soberania, o regime disciplinar igualmente atua sobre o ambiente da Vila Cruzeiro na medida em que estipula a que aquele espaço *deve* se destinar, ou seja, arregimenta, dentro da cidade, um apoio ideológico à expansão da malha urbana e da capacidade de fluxo das vias como um modelo modernizante, em que o progresso da cidade depende da quantidade de grandes avenidas de que ela dispõe. Ao mesmo tempo, institucionaliza o regramento viário com base na centralidade das determinações, estipulando o sentido e a direção dos fluxos, ou seja, disciplinando *como* a cidade deve se comportar e definindo, em meio a isso, concomitantemente, o comportamento dos seus cidadãos no espaço. Assim, há o enquadramento dos fluxos dentro de uma estrutura definida que ao mesmo tempo que oferece, impõe a necessidade de certos serviços, tanto para

disciplinarizar a população, que aprende a partir daí – via instituições de atendimento diversas, a começar pela escola – como se comportar na cidade, quais são os caminhos e os deslocamentos aceitáveis – casa-trabalho, trabalho-casa – e quais as presenças que podem ou não podem no espaço urbano: a praça, a rua, a calçada, o campo de futebol, não compõem o que se *deve* e, por isso, não são tão importantes quanto o atendimento das demandas diretas do mercado de trabalho, que necessita de mão de obra rápida e acessível. Além disso, necessita de uma mão de obra qualificada, adestrada, docilizada, que suporte os desmandos das necessidades de produção sob a lógica do mínimo gasto e máximo lucro, e para que isso ocorra é necessário a disponibilização de educação básica, cursos de qualificação, de atendimento de saúde, programas de empregabilidade e, em última instância – para aqueles a quem toda essa rede ainda assim não adestrou – a prisão. Uma série de instituições que vem a definir e a conformar o que e como se deve viver na cidade, de acordo com o regime de verdade em vigor, e é isso que dá ensejo a uma certa qualificação do espaço da vila, que em um dado momento recebe melhorias diversas, que a permite melhor se enquadrar no âmbito dessas determinações.

Por fim, e sobre os dois primeiros, numa combinação dosada pontualmente de forma a se introjetar sobre quaisquer relações que porventura tenham restado de fora das demais formas de poder, vem o poder governamental/biopolítico, ou o chamado biopoder, que vem reger a chamada sociedade de segurança – um eufemismo para o real objetivo, que é a instituição de uma sociedade de controle.

Daí que, de forma aparentemente paradoxal, a liberdade será produzida, criada dentro de espaços de segurança. Caminhos serão constantemente abertos para a passagem de bens e pessoas, novas soluções estarão sendo sempre propostas para superar as dificuldades da vida. A pesquisa e cálculo sobre a natureza da população passam a prover mais e novos meios de intervenção, capazes de prover largueza e tranquilidade nos fluxos cotidianos e processos vitais. E seria isto o que, segundo nos parece, com apoio em Foucault, o que garantiria, pela contínua expansão da liberdade, a atualização do controle social. (LOUREIRO, 2014, p. 80)

Para que esse regime possa garantir isso, se inicia um investimento, apoiado nas instituições diversas do Estado/Mercado, no que é *interessante*; quer dizer, no atendimento ao que se *deseja* e, para isso, se oferece o que for necessário para cooptar a população ao regime de verdade desejosamente ideado. Através de promessas diversas, que oferecem um destino melhor ou, pelo menos, uma experiência mais agradável ou confortante, coopta-se as consciências compositoras da coletividade em torno de desejos em comum, conquistando assim a devida aderência aos projetos que se pretende executar.

Há um processo de dupla captura do desejo: “aquela pela qual a produção social repressiva se faz substituir por crenças; aquela pela qual a produção desejante recalcada é substituída por representações”<sup>221</sup>. A primeira é a da repressão, em que o desejo é proibido de se atingir ou exercer, através das proibições, seja pela lei, seja pela moral, que materializa uma crença no ideal através do estabelecimento de parâmetros aceitáveis ou não ao comportamento. Dialogando com Foucault, podemos dizer que a primeira captura do desejo seria uma estratégia investida mormente pelos regimes de governo soberano e disciplinar. Já a segunda captura, técnica muito mais refinada que a primeira e, por isso mesmo, demandante de um conhecimento muito mais elaborado e aproximado da população a que se quer controlar, visa extrair dessa população esse desejo não na expectativa de reprimi-lo, mas de atendê-lo: quer dizer, oferece ferramentas ou meios para que esse desejo se efetive, porém, alicerçado ou dependente sempre de uma instância exterior para se fazer atingir, substituído por representações exteriores. No caso, é o Mercado, que através da oferta vai perscrutar e mirar os desejos mais íntimos de uma população, propondo representações que seriam capazes de suprir a potência intrínseca do desejo através da sua transformação em objeto. Essa segunda captura é a estratégia mais cínica da governamentalidade, que se infiltra no cotidiano das pessoas que compõem a coletividade via instituições diversas, extraindo pontualmente da complexidade das relações sociais os supostos objetos de desejo que mais se repercutem e infiltram por entre a população, e investindo através da sua oferta no

---

<sup>221</sup> DELEUZE E GUATTARI, 2010, p. 414

controle da irradiação dos fluxos desse desejo na direção em que o poder instituído visa se exercer de forma mais efetiva. Para isso se oferece, ainda que de forma ilusória ou fraudulenta, através da repetição de falsas premissas até sua instituição enquanto regime de verdade, todo um aparato mercadológico, vinculado estritamente a questão do consumo, que poderia satisfazer esse desejo, e a população, inebriada pelas promessas de empoderamento – ou pela busca do “ouro de tolo” - é conduzida a se mover segundo o interesse do capital/governo. As duas maiores promessas - ou ofertas - que coincidem justamente com dois dos maiores desejos da população são, justamente, a casa própria e um espaço de vida qualificado. E assim, a vontade de poder do capital se efetiva via reprodução pela própria vida, investida, empoderada e justificada pelo próprio desejo da população, que optaria por passar pelos transtornos necessários para atingir um fim que lhe satisfizesse.

Faria sentido se, até junho de 2014, a Prefeitura tivesse cumprido as promessas. Porém, em 2022, oito anos passados da oferta original, a mesma está longe de se tornar realidade às milhares de famílias que foram enganadas pelo poder público, tornadas mero objeto da biopolítica governamental no seu assujeitamento dos territórios através da combinação de distintas tecnologias de governo.

Essa combinação visa “controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva”<sup>222</sup> e, nos dizeres de Foucault:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios

---

<sup>222</sup> FOUCAULT, 2010, p.297.

da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 289)

É nesse sentido que se engendra o assujeitamento do espaço de vida comunitário, uma vez que, enquanto meio orgânico, não controlado, o mesmo possibilitava uma série de eventos fortuitos que poderiam, em sua expressividade e a partir dos movimentos que provocam e ensejam, colocar em jogo as determinações advindas desde o platô disciplinar. Nesse sentido o biopoder vem suprir as lacunas deixadas pelo poder disciplinar e garantir que o mesmo possa se exercer sem enfrentar resistências. Para isso – para plastificar a vida, moldando-a à estética que esse regime de poder (ou de verdade) pretende engendrar no espaço – que essa tecnologia investe na cooptação de consciências e, especialmente, na captura do seu desejo. Quer dizer, por meio da biopolítica

[...] se entenderá que a população pode ser manipulada a partir do seu desejo. Isto que é absolutamente impossível de mudar, o desejo, poderia, no entanto, ser transformado em cada indivíduo, a ponto de acabar se produzindo um certo interesse comum. Nem sempre o desejo corresponderá efetivamente ao interesse pessoal das pessoas, mas o fato é que se descobre que ele pode ser manipulado dentro de um jogo que, bem conduzido, leva ao interesse de toda a população. (LOUREIRO, 2019, p. 79)

Assim, por meio de “uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população”<sup>223</sup> o biopoder efetivado via instituição estatal extrai os anseios mais íntimos da população para estipular um sentido da ação, de forma a conduzir o desejo rumo a um determinado fim, que é cinicamente o mesmo fim da Prefeitura. O Estado/Mercado captura o desejo da população e, assim, manipulando os envolvidos, pela expectativa de um empoderamento ou satisfação, toma conta do seu espaço. A principal estratégia que cativa a extração desse desejo é, justamente, primeiro, a oferta da possibilidade de obtenção de uma casa regularizada. O tão aclamado “sonho da casa própria” a um passo de se realizar

---

<sup>223</sup> FOUCAULT, 2010, p.297.

alimentou esperanças dentre os removidos. Em segundo lugar, a qualificação do espaço da comunidade aos que ficaram – espaço historicamente precarizado dentro da estratificação socioespacial urbana, que relega as comunidades periféricas e de ocupação popular à marginalidade política e social – prometendo transformar seu espaço de vida para melhor; quer dizer, trazendo as benesses do urbanismo à conformação do entorno. Essas duas promessas foram a principal tática da Prefeitura para manipular os desejos em torno do seu projeto e, assim, impedir uma resistência mais enraizada e estabelecida.

Dez anos após o início das obras, nenhuma das duas promessas ainda fora atendida:

“Olha, pelo que eu vi, e vi a maquete! achei que ia ser uma maravilha pra Copa, **todo mundo ficou deslumbrado com aquilo**, só que **ao passar do tempo aquilo virou um horror**. [...] Antes das eleições eles começaram um maquinário assim, “nossa, vai acontecer!!”, [...] colocaram caminhões, máquinas... agora, pararam tudo de novo! Terminou as eleições...” (PR)

“Na casa me ofereceram Aluguel Social, que onde eu vivo até hoje, cinco, seis anos de Aluguel Social **esperando os apartamentos que eles vão construir**, que já era pra ter construído, né, em 2014.” (SM)

“A princípio seria, por exemplo, o Aluguel Social, **prometeram que quem aceitasse o Aluguel Social, um ano e seis meses era o máximo que iria ficar no Aluguel Social já iam estar construídas as casa** pra que eles fossem levados pra essas casas, iam na reunião da assembleia eles diz assim” (SZ)

“Na maquete, nos planejamentos, nos discursos, era lindo... se tu for pegar arquivos antigos, vídeos antigos, eles falavam: nossa... e todo mundo ficava feliz, porque se fosse funcionando ia ser uma maravilha.” (SM)

O plano original da Prefeitura, que fora apresentado aos moradores nas reuniões comunitárias, demonstrava um futuro auspicioso. Seriam dois anos de obras para que, tão logo na Copa do Mundo de 2014, a comunidade contasse com um espaço qualificado, com calçadas, canteiros, pontos de ônibus, avenidas com fluxo organizado e bem-sinalizado. Em 2022, porém, tudo isso está ainda longe de se concretizar. Pelo contrário, escolas fecharam, centros comunitários e de

atendimento social foram encerrados, e as pessoas vivendo de forma desassistida, envolvidas num cotidiano em suspenso, não sabem qual será seu futuro. Tampouco houve uma indenização condizente aos removidos ou a construção das casas e benfeitorias prometidas.

Para que houvesse uma aderência mais rápida e efetiva ao projeto por parte dos moradores dizem que, inclusive, a Prefeitura afirmou que quanto antes os desalojamentos ocorressem, antes os removidos receberiam suas novas casas. Esses, porém, estão até hoje esperando:

“[...] disseram que a pessoa que saísse primeiro seria a primeira a ganhar os apartamentos porque eles queriam ficar livres na avenida pra poder fazer, então, eles botavam, a pessoa ia lá e eles interditava as pessoas: *“Não, não, se tu sair primeiro é os primeiro que vão ganhar apartamento.”* Aí todo mundo saiu e parece que eles não tá mais recebendo esses aluguel. O que ouvi falar é que eles não tão recebendo” (SP)

Mesmo hoje, após quase uma dezena de anos das primeiras remoções, alguns que permaneceram na comunidade, por não aceitarem a oferta inicial, continuam recebendo o mesmo tipo de promessa. Quer dizer, a tática se repete ao longo do tempo, o que demonstra que ela é uma política instituída do poder público, reafirmada reiteradamente. E, a julgar pela insistência do Poder Público nessa estratégia, a mesma de certa forma deve ser efetiva.

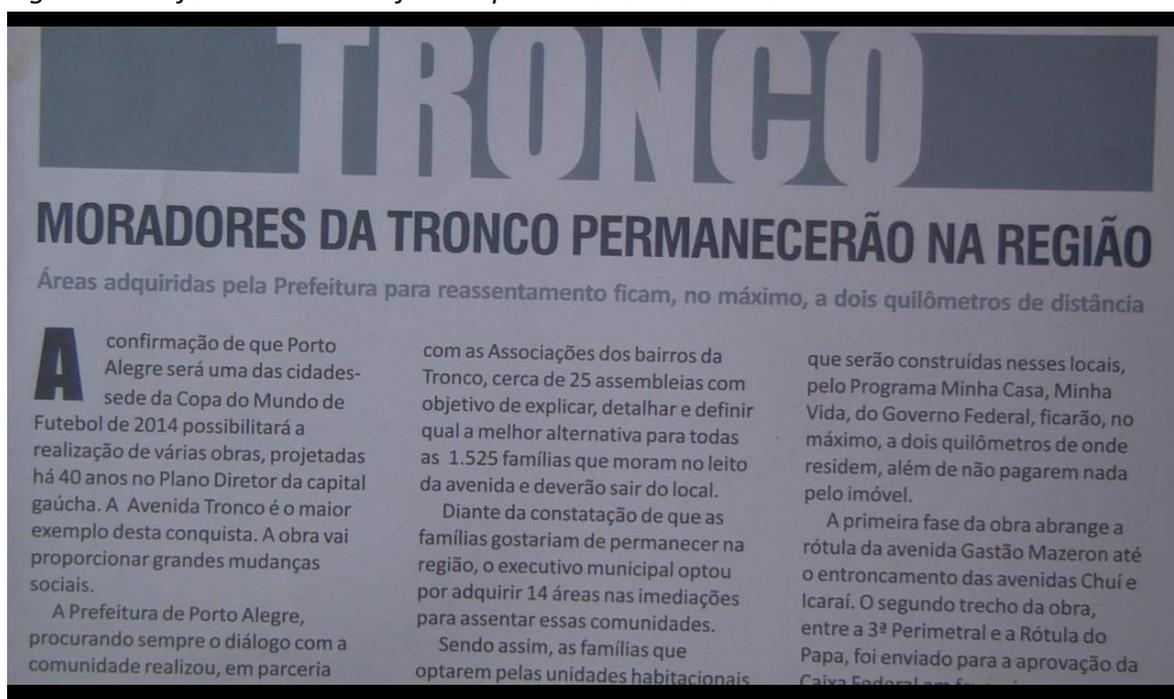
“[...] o cara tem toda a documentação que ele vai se mudar, tão apertando o cara, que a prefeitura ia pagar a casa pro cara se mudar e a prefeitura não pagou, pediu os documentos, pediu tudo, o cara correu daqui, correu dali, correu de lá, tudo certinho, *tá tudo certinho, seu João? Em trinta dias nós vamos depositar o dinheiro e o senhor vai se mudar... já faz noventa dias*” (SM)

Fica claro que a tecnocracia estatal não mantém compromisso com a verdade ou com a coerência do seu discurso. Ela joga, sim, é com o interesse da população; e cria, através da repetição dos discursos, um regime de verdade, pelo qual extrai o desejo e o sentido desse interesse e alicia o seu fluxo rumo a um ideal. Ideal esse que prevê um fim: conseguir remover as pessoas, manipulando seus sentimentos. Isso porque

Cabe reforçar que a verdade produz efeitos de poder, resultando no seguinte silogismo: todo poder é um efeito de verdade; toda a verdade é um efeito de poder. Tais aspectos, por sua vez, repercutem sobre as formas de subjetivação, por serem as verdades aceitas e derivadas das práxis que subjetivam os sujeitos. (RITTER, 2016, p.19)

Na expectativa de produzir essa [falsa] verdade, e assim produzir os efeitos de poder que objetivava, diversos informativos foram distribuídos pela Prefeitura antes das obras começarem, os quais prometiam um reassentamento próximo, espacial e temporalmente. A veiculação impressa e em formato de notícia denota um ar de verdade e confiabilidade da informação.

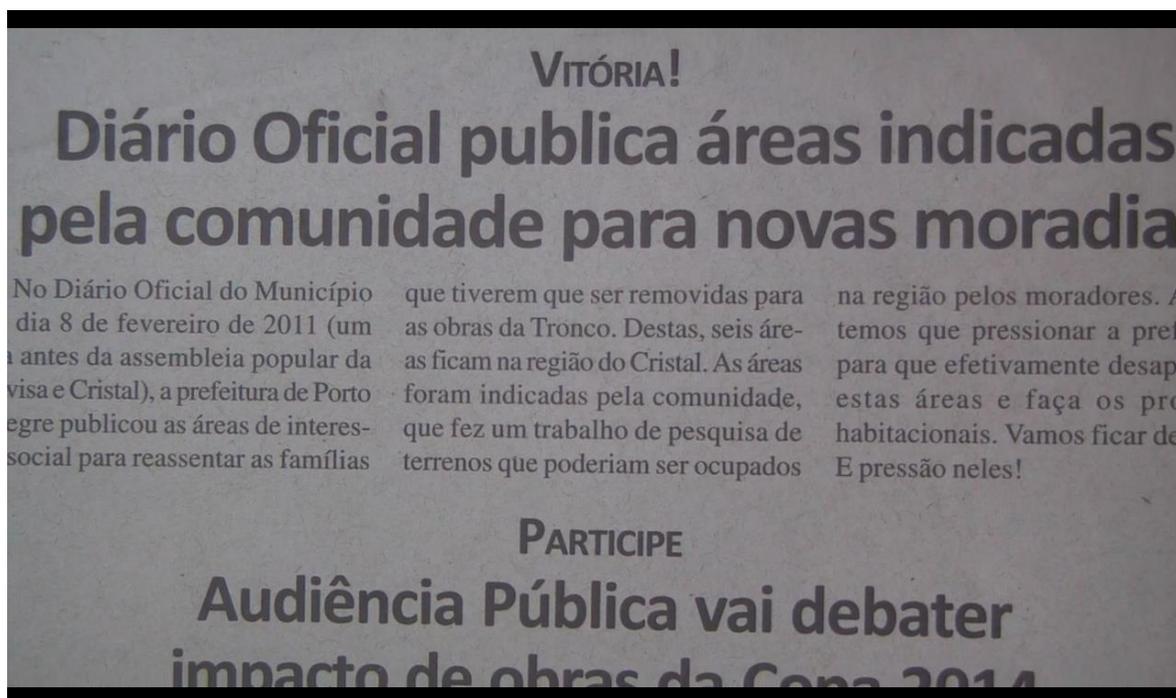
Figura 55 - Informativo da Prefeitura promete reassentamento



Fonte: Informativo da Prefeitura em posse de entrevistada, de 2011

Frente a essas informações o movimento de moradores acreditou nas promessas e comemorou como vitória a demarcação de 14 áreas de interesse social para reassentamento das famílias.

Figura 56 - Informativo do movimento de moradores



Fonte: Informativo da Prefeitura em posse de entrevistada, de 2011.

Porém, com o tempo, foi outra realidade que se mostrou. Desde 2011 nessa expectativa, dez anos depois são diversos os depoimentos que evidenciam a ilusão e frustração:

“Cara, eu fui um dos iludido com esse negócio de obra da copa, sabe, eu acreditei mesmo que eles iam investir um dinheiro pesado na infra né, pensei *bah agora eles vai maquirar dinheiro pra aparecer pro mundo né vão investir na infraestrutura do Brasil todo, Porto Alegre vai virar um... ter um negócio top...* mas eu fui só mais um iludido né, me esqueci quem é que tava lá tomando conta das coisas... Quem é que tava lidando com esse dinheiro todo, e taí o resultado né, o resultado é esse hoje. Resultado é esse. (CH)

“[...] eu tive que negociar com eles ali. Porque todo mundo tava negociando ali e eu praticamente já tava com o armazém sozinho, tava só o meu comércio e as paredes. Porque os outros já tinham ido. Aí, praticamente, eu me obriguei a fazer o negócio. Porque eu não podia nem sair do comércio porque do que que adiantava eu fechar se ficava o comércio no meio da rua? Então, aí eu fiz um negócio com eles. É... eles me deram, é... R\$51.300, R\$51.500, por aí, pela parte da casa, pra “dispois” quando tivesse o dinheiro me fazer o comércio na avenida, mas **até hoje tô esperando.**” (SP)

“Quando eu soube que algumas amigas minhas saíram do lugar em que elas estava, até então pediam para que as pessoas escolhessem algum endereço e nós estávamos ajudando nesse ponto, porém **foi escolhido o endereço e não mandaram essas pessoas para lá.**” (JE)

Foi só após muito tempo do prazo previsto – a Copa do Mundo de 2014 – que a Prefeitura começou a fechar contratos para a construção das casas. De 2016 a 2019, a obra ficou totalmente parada. As moradias, em suspensão. Os moradores, esperando. E até a publicação dessa Tese nenhuma moradia ainda havia sido entregue – três anos após a reportagem abaixo:

Figura 57 - Notícia de jornal divulgando que moradores terão novos lares



Fonte: Jornal Diário Gaúcho, janeiro de 2019, em posse de um dos entrevistados.

No ano anterior à eleição, mais promessas públicas - em 2022, ainda não atendidas.

O conjunto dos depoimentos evidenciam o quanto foram manipulados os desejos da população para que tal obra pudesse ser executada. Ao mesmo tempo, as constantes promessas não cumpridas minam a confiança da comunidade na institucionalidade estatal. A ideia de uma fraude, quer dizer, que o discurso da Prefeitura consiste mormente numa manifestação deliberadamente enganosa, proferida no intuito de ludibriar, se difunde entre os atingidos.

“Acho que foi algum tipo de oportunidade né, pro governo fazer mudanças de estrutura né, na cidade, mas ao mesmo tempo a questão da vila não foi dado suporte né, porque por exemplo poderia ser levado em questão moradias populares né próximas aqui que poderiam ser construídas, enfim. Mas isso não tá ocorrendo, e as pessoas que tão em aluguel social há anos, e às vezes não recebe, não sabe como isso vai ser mais pra frente, então a copa foi apenas um dos motivos pra fazer andar um projeto de longo prazo” (BX)

“Disseram pra nós que esse trecho aqui até final de 2019 e o resto até 2019/2020... eu acho que não termina em 2020...” (LD)

“Minha opinião, isso daí uma forma deles iludir o pessoal, uma forma deles achar que estão construindo alguma coisa dentro da vila, tão tentando fazer nome em cima da vila [...] sinceramente, porque se fosse pra terminar na Copa já era pra ter terminado, porque já estamos em 2019 e não aconteceu nada, mudou nada, e **eu acho que vai andar mais até 2020, eles só começam a trabalhar quando tem eleição, pra ganhar voto**, eles vêm na comunidade na cara dura pedir voto nosso.

[...] Mas também vai ter outra justificativa, porque eles não vão conseguir terminar agora, **tenho certeza que na próxima eleição vai tá essa mesma obra aí**, no mínimo essa mesma obra vai tá aí.” (MT)

MT pareceu prever o futuro - capacidade adquirida pela experiência, apesar de sua juventude - pois sua certeza se confirmou. Na eleição de 2020, um ano e meio após dar essa entrevista, a obra continuava lá, com poucos avanços.

“Isso aí é maquiagem né. Tentaram maquiar uma fraude pra... roubaram o dinheiro da copa, agora eles querem roubar da mobilidade urbana, é óbvio, é claro, é claro. Daí chega o Marchezan, dá 2 anos de obra pra terminar, daí acaba aqueles 2 anos ele dá mais 2, daí daqui a pouco é mais 2 e vai dar mais 2 até não ter da onde tirar dinheiro pra entregar a obra pronta, assim como ele entregou outras obras pela metade aí, que não tavam pronta”. (CH)

Para reforçar a recorrente desconfiança de corrupção, atos suspeitos de prática criminosa repercutem na comunidade, ensejando inclusive a ocorrência de mandatos de busca e apreensão. Veiculado pela mídia, o suposto caso aponta envolvimento de gestores, servidores públicos, ex-funcionários e moradores. A suspeição sobre desvio de verbas se difunde, conversas sobre o fato correm entre

os moradores, e as desconfianças cada vez mais se instalam em meio à comunidade.

Figura 58 - Matérias de jornal denunciam esquema de fraude



Fonte: Jornal Diário Gaúcho, em posse de um dos entrevistados.

Figura 59 - Matérias de jornal denunciam esquema de fraude



Fonte: Jornal Diário Gaúcho, em posse de um dos entrevistados

Outros estudos denunciam condições análogas às ocorridas na Vila Cruzeiro em relação à Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, que também precisou ser removida por ocasião das Obras da Copa.

Por trás de um discurso de defesa de melhores condições de moradia, a prefeitura fez apresentações ilusórias do conjunto habitacional construído para abrigar as famílias oriundas da Vila Autódromo, o Parque Carioca; disseminou boatos constantes de que inúmeras famílias seriam removidas da noite para o dia, aplicou táticas divisionistas dentro da comunidade colocando moradores que concordavam em sair mediante indenização ou novo apartamento contra os que decidiam ficar. (MÜNCH, 2020, p.65)

Isso evidencia que as táticas do biopoder exercido pelo Estado - que é o poder do capitalismo neoliberal - de cooptação de mentes em torno de si por meio de, primeiro, a imposição do medo, e por outro, da manipulação da esperança, se repete no território brasileiro. Por um lado, disciplinam o desejo, estabelecendo modos de viver. Por outro, dado o fracasso do controle buscado, oferecem uma recompensa tentadora, visando direcionar - e capturar - esse desejo. Se por um lado isso funciona, quer dizer, consegue se efetivar por sobre a população, por

outro, cada vez mais a desconfiança se instala entre as relações sociais, e a firmeza do compromisso perde a força em nome de um modelo de vida que coloca o interesse acima de tudo, às custas do social. É assim que o interesse é manipulado em direção às vontades do Mercado, e a solução para tudo se torna o próprio Mercado – no caso em específico, o imobiliário. A esperança de ter uma casa, que é desejo de praticamente toda a população, é alimentada a fim de direcionar, pela máquina estatal, os fluxos, na direção em que o poder pode se exercer. Assim, na condição em suspenso do cotidiano das famílias, cooptadas por uma oferta infundada de recompensa, corrói-se as redes de resistência e auto-organização, uma vez que seus sujeitos são físgados a compor um projeto de poder diverso, que lhe oferece uma retribuição. Todos querem, de alguma forma, terem suas vidas melhoradas, e o capitalismo oferece e alimenta, a todo momento, esse sonho.

Diversas são as falas, entretanto, que demonstram a desconfiança e incerteza da comunidade ante o conteúdo dos discursos do ente público:

“Na verdade, eu acho que tinham outras intenções ali do que obra pra Copa, na verdade as pessoas nem iam passar por aqui, na Copa tiveram dois ou três jogos no Beira-Rio, tinham que fazer toda essa mudança por causa de três, quatro jogos no Beira-Rio? Não foi uma boa justificativa.” (PR)

“Eles fazem uma avaliação da propriedade e dizem “-Nós vamos te dá 30 mil, 40 mil”, e tem propriedade que eles pagam mais... senão dão um tal de aluguel social, esse aluguel social não é muito a minha praia, eu não acredito nesse tal de aluguel social, não sei até quando vai e depois que estourar o orçamento do aluguel social, quem... **aonde o velho vai?** (SR)

“Eu entendo que **a princípio eles justificaram que seria alguma coisa boa, mas não nos explicaram perfeitamente o que seria**, acabaram removendo as casas sem nos avisar, fizeram isso na verdade só pra maquiagem a cidade pros turistas que vieram, quando na verdade foi mais uma enrolação pro povo, porque as obras iniciaram em 2012, durante a Copa elas pararam, retornaram depois de um tempo, pararam de novo, e agora que está prestes a fazer a eleição pra prefeitura retornaram de novo. [...] e eles dizem que faltaram verbas, mas eu não acredito nisso, eu acho que essa obra teve muita coisa por baixo dos panos, eu acho que justamente pela troca de gestão da cidade, e provavelmente ocorreram outros problemas eles acabaram tirando dinheiro que seria daqui pra outras coisas.” (JE)

“[...] é algo que as pessoas estão sempre duvidando sempre desacreditando, ninguém acredita mais que a prefeitura vai fazer o troço e que vai dar certo” (SM)

### E abundam as desconfianças de corrupção:

“Por causa do superfaturamento eu acho. Não sei, essas coisas assim. [...] porque eles querem dinheiro, eles desviam dinheiro, não sei. Tem alguma coisa muito errada aí. Tipo tudo, tudo errado.” (JS)

“Eles fazem ali, vão ali faz uma cena, chama uma reportagem ali pra mostrar: “*realmente a gente começou as obras de novo*”, aí o pessoal: “*Agora tá bom*”, passa ali duas, três semanas... cadê a obra? É questão de se aparecer. [...] que nem minha rua aqui, consta no papel da prefeitura que tem o asfalto... mas por acaso, por outros tipos de pessoas, esse valor foi embolsado, pessoa que tava responsável vendo essa função do tal do asfalto, e consta na rua que a rua tem asfalto, mas não”. (KS)

“Muito desvio de verbas, porque se tinha dinheiro pra esse projeto, se eles fizeram um projeto é porque tinha as verbas, e onde foi parar essa verba? Por que não terminou, por que não teve? Por que teve o desvio? Tá faltando agora porque não teve, porque foi desviado muito dinheiro.” (DE)

Os moradores fazem analogia direta entre a grande quantidade de dinheiro necessária para a execução da obra e o não término das mesmas, e o corolário natural dessa reflexão enseja o entendimento de que o dinheiro não teve o fim devido:

“Foi muito dinheiro investido, muito dinheiro saiu do governo federal pra essa obra, mas muito pouco dinheiro chegou de fato na obra, entendeu. Porque há um... pô tu tá com espaço aberto, teoricamente, né. Tá, tem toda aquelas coisas técnicas pra fazer, mas teoricamente é tu passar a patola, asfaltar e passar o concreto ali e já era, não tem. Isso aí é coisa de sei lá, 6 meses pra fazer, tu tá com o dinheiro na mão, tu tá com a empresa na mão, tá com o material na mão. Não é que nem nós que *ah vai lá um mês compra um saco de cimento, no outro vai compra um de areia*, não, eles tão com tudo na mão, mas daí tipo um saco de cimento que é 50 reais, pra eles já é 200. **Eles esticam a obra o máximo que dá pra continuar ganhando dinheiro**, são todos os governos são assim, só não vê quem não quer né. (CH)

“[...] isso aí pra mim na verdade foi só pra gastar dinheiro mesmo, porque obra da copa, tá, tudo bem, mas e daí? O que

que deu isso aí? Tivemos a copa aqui e aí acabou alguma coisa? Fizeram alguma coisa? Não, não fizeram nada. Tudo aí... Depois... antes de começar a copa, vamos fazer porque vai ficar tudo lindo, tudo bem, né, e daí terminou a copa, ó como é que tá a situação, e daí fazem um pouco, param tudo de novo, daí agora teve as eleições toda função, tavam fazendo alguma coisa, pergunta se tem alguém agora fazendo alguma coisa aqui? Tem ninguém mais fazendo nada”.

[...] Tudo bem, é pra abrir uma via alternativa para a Zona Sul, ótimo, mas e daí? Tão fazendo alguma coisa? Isso pra mim é só pra gastar dinheiro, de verdade, não vejo outra moral deles, é só pra desviar dinheiro, porque não tem: *ah a gente vai fazer tal coisa*, beleza! Não tem ninguém fazendo nada. Aí eles compram as coisas, deixam, fazem ali um pouquinho, aí vai ter que ir fora, daí vão lá gastar dinheiro de novo... **é tudo pra desviar dinheiro, porque eles não fazem nada**, tá tudo do jeito que tava antes, aí botam ali umas pedras, duas pra dar uma niveladinha: *“nossa, a gente fez muito já, vamo embora”*. E aí ficam um ano, dois nessa função de não fazerem mais nada, é só isso que acontece.” (DB)

“Aquela coisa, corrupção, pra mim foi dinheiro desviado, é... é falta de planejamento, começa pela falta de planejamento porque se há um planejamento organizado se a data é pra acabar em tal data tem que estar terminada, se é uma coisa organizada. Eu até hoje não entendo porque deram uma data e não cumpriram. E daí depois tem que fazer tudo de novo, eu acho que **é questão de desvio de dinheiro e falta de planejamento**.” (PL)

“Até o momento nenhuma melhoria, só piorou tudo, piorou pelo descaso que eles têm com o dinheiro público inclusive, porque **ninguém me diz que alguém não tá levando vantagem nisso aí**, politicamente, em dinheiro, porque o dinheiro que entrou pra essa obra não foi pouco e até agora a obra... eles tavam dizendo que era já não sei quanto por cento já estava concluída, completamente mentirosa a falácia deles, não tem nada concluído. O que eles fizeram até agora inclusive está se deteriorando por falta de continuidade.” (SZ)

“Por causa da corrupção, falta o dinheiro, dinheiro tem só que alguém pega o dinheiro antes do dinheiro vim pra cá pra fazer o troço, tanto o Ministério Público, a Polícia Civil na Operação Pau-Oco sabe disso, cadê o dinheiro que veio pra obra? O dinheiro que dava pra ter construído toda a obra? Não fizeram cara, é muita corrupção assim e todo mundo sabe. “- *Que eu vou fazer, que vai começar*”... começa um pouquinho e para, por que? Descobriram que houve um desvio daqui, um desvio dali, um desvio de lá, eles são assim, e assim eles vão levando as pessoas, porque não tinha nenhuma justificativa plausível pra fazer isso aqui, obra da Copa, tanto que a Copa nem passou por aqui, tinha nada que ver com Copa, foi dinheiro que tava dando sopa lá, e o prefeito: “-*Tu vai ficar bem, ó, a rótula... vai passar a faixa aqui, tua oficina de bicicleta, tu vai ficar muito bem, tu é um cara bom, um cara que merece*”, bem assim, lá dentro da

minha oficina, tem gravado lá, tava ele e um monte de cara junto, aí ele deixou lá um *banner* grandão lá, né, deixou na porta da minha oficina, “*Posso deixar aqui?*”, “Pode deixar prefeito, pode deixar que eu cuido pro senhor, vou fazer campanha pro senhor”. Eu fiz campanha pra ele. Era um boneco. Fiz e perdi. Confiei nele e ele não cumpriu nada.” (SM)

Enfim, frente a esse caso, não só o governo pontual – três governos de três partidos diferentes já passaram pela Prefeitura desde o início do processo – é questionado, mas toda a estrutura do Estado Democrático de Direito. Esse dá ensejo, pelos mecanismos que engendra, ao exercício desse tipo de governamentalidade que, se por um lado e até certo momento consegue se efetivar fazendo uso das suas diversas técnicas, por outro, na medida em que aprofunda suas próprias contradições, termina por tensionar de tal forma as verdades instituídas que faz cair por terra sua própria estratégia de domínio. Quer dizer, se a dado tempo de aplicação uma técnica se mostra efetiva, como a economia da verdade e da política, na medida em que ela mesma se desgasta, pela falta de aplicação real, uma vez que não detinha propriedade real sobre o que propunha – quer dizer, a verdade se mostra falsa – a confiança da população sobre os desígnios apresentados decai, paulatinamente, até um contexto de total desconfiança. Nisso, a própria ideia de verdade é colocada em jogo, o que enseja um contexto atualmente chamado de “pós-verdade”, que atualmente se desenha sobre as relações políticas e sociais no Brasil, sobre o que ainda não há estudos suficientes para se compreender as implicações.

A verdade, para Foucault, pode ser entendida como um ato de justificação racional titulado por aqueles que pretendem governar a conduta de um terceiro, bem como um instrumento de resistência para aqueles que reagem contra o ato de submissão. [...] A verdade deve, então, ser analisada como estratégia, como guerra, como política de interesses, como objetivo e meio de luta. A verdade, neste sentido, não existe fora das relações de poder; ela é mesmo uma relação de poder, fruto de relações de poder exercendo efeitos de poder. A verdade não apenas integra as relações de poder, mas, ela mesma, é uma relação de poder. (RITTER, 2016, p.25)

Na medida em que o Poder Público, que deveria zelar pela população, institui verdades falsificadas, que com o tempo são claramente desmentidas e solapam a

confiança dessa população, e ao mesmo tempo não se importa com o efeito disso sobre as relações sociais que compõe, estabelecendo um vazio assistencial em que fica a cargo de cada indivíduo compreender o problema à sua maneira e zelar por si próprio para superá-lo, diferentes verdades vêm a se instituir como estratégia difusa de fazer frente e ocupar o espaço da verdade falsa, que caíra na medida em que não se verificou. A crença na corrupção natural e inevitável do sistema e da política é um corolário, que busca questionar e criticar a verdade previamente instituída graças à força do Estado, e na qual se acreditou graças à Democracia e ao Direito, que seriam os delimitadores dessa força frente aos cidadãos e os garantidores da atuação cidadã desse Estado ante à sociedade. Porém, o Estado Democrático de Direito, valendo-se do poder que exerce, manipula esses limitadores como mecanismos instituidores de uma verdade, e não limitadores do seu poder, utilizando essa verdade como efeito próprio do seu exercício e, ao mesmo tempo, dispositivos de dominação sobre os seus pretendentes subordinados. Isso, entretanto, na medida em que é apropriado e percebido pela população como uma estratégia, e não como uma verdade real, faz como que a confiança sobre toda a estrutura do Estado seja abalada, e isso inclui as instituições históricas e as vertentes políticas que se propuseram a de fato trabalhar positivamente pela cidadania, mas que são, nesse mesmo quadro, igualmente desacreditados como parte de uma estrutura maior, que seria falsa por natureza.

É nesse contexto que a desconfiança genericamente engendrada e difundida acaba por destruir a esfera da política e as próprias relações sociais; quer dizer, o próprio conceito de sociedade é substituído pela ideia de população como um mero conjunto humano de indivíduos particulares, população essa que, desarmada das relações de confiança entre os próprios cidadãos e entre eles e suas instituições – o que configura uma sociedade – é envolvida num contexto de pós-verdade – ou de enganos, mentira, ilusão – em que vale mais o que move as emoções imediatas do que a objetividade dos fatos, e a tendência é a de destruição da sociabilidade em nome da instituição de um individualismo radical, onde, sem o privilégio da confiança, o cidadão se vê acuado num sistema de depredação mútua. Esse é o contexto perfeito para o surgimento de figuras míticas, salvadores, de

inclinação eminentemente fascista, que pretendem “acabar com tudo que está aí”<sup>224</sup> – ou seja, que vem para acabar com a falsidade do sistema, um discurso muito tentador ao cidadão desacreditado - que é justamente o que vemos ascender ao poder nas atuais circunstâncias.

Apesar de tudo isso, a vida na Comunidade segue, redes de solidariedade ainda resistem em meio à destruição das relações sociais, e a esperança num futuro melhor, no término das obras e na qualificação do espaço, é o que resta às vítimas, e enquanto isso não acontece, a adaptação ao contexto implicado é sua derradeira estratégia de sobrevivência social.

### **5.5 Viver em obras: da esperança ao desastre (e do desastre à esperança)**

Frente à dramaticidade de todo o processo estudado até aqui, a estratégia restante adotada pelos moradores da comunidade antes às adversidades consiste, em última instância, na adaptação. A questão de se acostumar à situação foi trazida pela maioria dos entrevistados. Quer dizer, desempoderados de se implicar ativamente nas obras, uma vez que somente as empresas, junto à Prefeitura, podem concluir o processo que já se iniciou, aos moradores resta aguardar, de forma resiliente, a sua conclusão. Isso porque, a essa altura, é tarde demais para impedir, e impossível retroceder.

“Olha a gente até se acostumou sabe, de ter encanamentos de concreto, de ter areias e ter máquinas, normalmente paradas né, e o cenário aqui é que é tanto tempo que a gente tá nessa situação que a gente acaba se acostumando né e quando acabam fazendo algum novo trecho ou fazendo algum tipo de construção a gente acaba ficando surpreso né, porque normalmente ela sempre parou, as obras né mudando a gestão ela sempre para, hoje elas foram retomadas, e a convivência com ela é diária né a gente não tem como fugir disso.” (BX)

“Sei lá, acostuma, é foda, a gente fica exausto, mas a gente acaba se acostumando depois de tanto tempo como tudo na vida

---

<sup>224</sup> Esse foi um dos bordões utilizados pelo candidato de extrema-direita vitorioso na eleição presidencial brasileira de 2018.

né, a gente acaba se acostumando infelizmente, apesar de não gostar, apesar de ruim a gente acaba acostumando com essa porcaria, não adianta. A gente tem que se acostumar, a gente não tem o que fazer, que que tu vai fazer, tu vai invadir a prefeitura lá pra ser preso? Tu vai lá no governador e dizer *tá e aí meu tu vai terminar quando isso aí?* Ele vai dizer *ah vou terminar assim que entrar dinheiro...* deu, te calou (risos). Então não tem o que fazer, tu tem que aceitar e te acostumar.” (CH)

““Nós aqui na vila, em comunidade, a gente se acostuma com as coisas, a gente acaba achando normal, não deveria ser assim, porque é estranho, o que aconteceu, o que vai acontecer pra frente a gente não sabe.” (MT)

““Ah cara, a gente vai se adaptando. A gente já tem a dificuldade natural da vida, tu vai se adaptando, é ruim o acesso, viver no meio a tudo isso, é barro, era um barral do caramba ali, até antes mesmo de botar o asfalto aqui, naquela parte mesmo... é dificultoso, dificulta tudo, tinha um acesso aqui mais rápido já perdemos o acesso, pra entrar ali pra baixo, pra Niterói ali tinha um acesso, perdeu por causa da chuva, o mato tomou conta, tudo dificulta pra gente, pra eles lá beleza, abrir a rua, tinha que no mínimo manter os acessos pras pessoas passar aqui e tal, ou dar uma ajeitada aqui no barro, ou dar ajeitada no esgoto ali, então tudo ficou mais difícil, e a gente vai se adaptando e não tem o que fazer, a gente já brigou, já fechou a rua, os governos que tão aí não vão ajudar, vão continuar tocando, então, a gente vai se adaptando, vai sobrevivendo do jeito que vai dando. (LD)

Evidencia-se aí que os mecanismos de manutenção da soberania estatal sobre a vida se mostram efetivos. Quer dizer, a vida ativa é desvitalizada, a ação positiva é negativada, numa constante reação ao exterior: já que não há mais o que se fazer, é necessário se adaptar. A questão de se acostumar a um contexto de tragédia, em que o povo implicado é desarmado de qualquer possibilidade de resistência seja pela violência unilateral das imposições, apoiadas na institucionalidade, seja pelos meandros das linhas de captura dos desejos investidos pela máquina social, possibilitam

Massacres operados por políticas de segurança e políticas urbanas, que negligenciam o acesso à cidade, falta de saneamento básico, saúde, condições de vida e de trabalho, de mobilidade urbana, ou seja, uma rede de políticas que mantém fixa a exclusão social na paisagem urbana. Aqueles que trabalham e refletem o espaço urbano, constantemente, se deparam com a inexpressiva eficiência de políticas urbanas voltadas às populações vulneráveis, e não raramente se questionam: Por que os esforços parecem ser em vão? A resposta certamente passa por

questionar os modos de governar engendrados pela soberania estatal. (AMARAL E PEREIRA, 2018, p. 47)

Porém, o questionamento aos modos de governar fica, em última instância, a cargo de cada um, individualmente. Isso o que Foucault chama de “cuidado de si”<sup>225</sup>. Quer dizer, antes de ser possível uma intervenção ativa na realidade, é necessário fazer um estudo acerca das próprias motivações e desejos, ações e pensamentos, a fim de compreender o que lhe mobiliza e de que forma se responde a isso externamente. Ou seja, observar o retorno do querer sobre si mesmo e como se consome o acontecimento, a fim de mobilizar em si as forças necessárias para ativar sua potência imanente e transformar seus modos de viver, agir, sentir e pensar, investindo numa ética do desejo a partir do plano imediato de composição, onde nos colocamos constantemente à prova, para só a partir disso conseguir transformar sua relação com o outro, com o coletivo, com a comunidade, com a sociedade, investindo numa estética da existência através da construção de si enquanto obra de arte.

Os massacres do cotidiano, que assoberbam de tal maneira a vida, buscam obliterar o desenvolvimento desse plano de composição. O estudo de si fica em segundo plano em relação à necessidade de pronta resposta à demanda imediata. E a composição política coletiva, conseqüentemente, se torna um horizonte longínquo. Isso porque o assédio do capital e da soberania estatal burguesa sobre a vida tem se expandido, aprofundado e enraizado, na medida em que os modos de vida ideal do capitalismo global se repercutem no local, e a rede do lugar e da vida vivida é perturbada por implicações forâneas, que não dialogam em horizontalidade, mas buscam desfazer essas redes para impor seus modos. A tensão entre o sistema de objetos impostos e a esfera da vida orgânica é constante, e seus efeitos vem em ondulações. Há certa nostalgia da época em que a composição política da comunidade, ainda não implicada pela rede global, mas na própria construção orgânica e popular de si, em relação ao entorno, era mais frutífera.

---

<sup>225</sup> FOUCAULT, 2009b.

“No passado, quando não tinha esgoto, quando não tinha saneamento, não tinha orçamento participativo, não tinha essa ferramenta que a administração popular criou, o pessoal ia em peso, chamava uma reunião, botava trezentas, quatrocentas pessoas, as pessoas largavam tudo porque não tinha, eles queriam, chegou água, chegou esgoto, chegou saneamento, chegou asfalto, chegou creche, chegou trabalho educativo, chegou negócio...” (MS)

“Isso tudo a gente conquistou em reuniões da comunidade, com orçamento participativo, a gente conseguiu que eles fizessem essas obras [...] na época que eu comecei aqui na comunidade existia, ainda existe umas trinta e tantas associações de bairro, associação de moradores, e na necessidade de conversar com o governo, que uma pessoa só não dava né, só uma comunidade eles não respeitava, então foi criada uma entidade maior que reunia todas as trinta associações ou mais pra fazer reuniões pra discutir as necessidades da comunidade, Reunião de Vilas da Grande Cruzeiro era o nome e eu coordenei por cinco anos aquela entidade, onde a gente levava todos os problemas que existiam dentro das comunidade pra discutir com o governo, fazer reuniões com o governo na entidade e a gente teve algumas conquistas mas se não fosse a luta comunitária não teria se conseguido nada.” (SZ)

A vontade de retomar essa composição ativa contrasta com a descrença e a desesperança na atualidade e na própria sociedade, efeito dos efeitos de poder de uma maquinaria maquinada pela máquina social. Quer dizer, a constante tensão entre a vontade de poder ativa imanente desde o espaço rizomático e as repercussões negativadas pela máquina de coerção e domínio que obstaculiza ou destrói o estabelecimento das redes é um efeito de poder que pauta as relações provocando uma constante tensão, a qual, por si só, já é extremamente desgastante ao cidadão que se propõe a efetuar suas linhas de potência de maneira ativa.

“É claro que às vezes as pessoas ficam meio assim, meio receosas e tudo e tal mas as pessoas querem ver o melhor pra região, é que muitas vezes a pessoa paga um preço por se unir, por se ajudar né, mas uma andorinha só não faz verão, mas se várias andorinhas se juntarem e se agarrar naquele objetivo a coisa acontece. E o pessoal, a comunidade devia ser um pouco mais unida ainda, pra não desistir, não baixar a cabeça tão fácil.” (BJ)

“Cara, acredito que... por um lado as pessoas já tenham se acostumado um pouco, entendeu? Mas é difícil cara, é ruim, nunca é legal o cara viver assim, pisando na obra assim e coisa, sabe? A gente quer viver... por mais que a gente seja pobre, ou isso ou aquilo, a gente quer viver num modo digno, né, cara. Por mais que antes tinha casa aí que eles tiraram, pelo menos tinha, tinha como viver de boa, entendeu? Por mais que... das dificuldades que nós temos né... mas tá difícil mesmo, é difícil. [...] Eu sou um que tava pensando, eu tava pensando junto com os guris ali, Sistema Zona Sul com a rapaziada aqui do Boca do Anjo aqui de nois mesmo pegar e meter a mão nessas coisas aí, só que não é a nossa parte né, não é nosso departamento, então a gente vai fazer o quê?” (MR)

Vai fazer o quê? Essa é a grande pergunta que fica no ar. Como resposta a isso e no sentido de impedir que se desenvolva uma resposta mais efetiva é que se desenha o que define as políticas urbanas. Ou melhor:

A política desurbanizante que mantém a favela como lugar de segregação, ou seja, um espaço territorial onde se depositam cidadãos excluídos, culturas e modos de vida que não interessam às estruturas de mercado global, é promovida por paradigmas de exclusão social e executadas pela soberania vertical [...] Esses paradigmas de segregação, de racismo e de punição, presentes na forma de governar os espaços e as populações, inviabilizam o desenvolver de políticas urbanas inclusivas e protegem interesses hegemônicos alheios às demandas sociais locais. A forma verticalizada de soberania, que se utiliza no exercício dessas políticas, garante o entrenchamento desses interesses e assegura o exercício de mecanismos de controle sobre as populações excluídas, de maneira que não possam incluir-se nem rebelar-se, pois tais atos são considerados ameaça. (AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 62-63)

Ainda assim, as estratégias empreendidas pela comunidade ante a precariedade da sua situação se efetivam na prática, inserindo-se no cotidiano enquanto materialidade do movimento da vida em sua reprodução. Assim, as linhas do tempo não param de produzir real, o tempo todo, e ainda que cooptadas a responder à exterioridades, se entrelaçam, dialogam, trocam e compõem juntas estratégias para se lidar com a realidade que se lhes impõe na medida da necessidade, ou seja, no plano de composição com a realidade imediata, cotidianamente. São

[...] intervenções públicas realizadas de forma provisória, obrigando aos moradores a conviver com a precariedade do que é deixado e a buscar respostas possíveis, muitas vezes criativas e coletivas, para aquilo que fica inacabado. (PORTO e FREITAS et al., 2015, n.p. - seção 4)

Exemplo claro pode ser visto na próxima imagem. Nas observações da área registramos momento de espontaneidade solidária entre moradores, o qual compusemos nessa sequência de fotos. Na primeira, homem que vinha da direção centro, com mochila nas costas e, avista outro homem puxando carrinho de materiais recicláveis com dificuldades, não conseguindo transpor por si o amontoado de entulho e materiais revirados da obra. O primeiro prontamente se oferece a ajudá-lo, fazendo força duplamente para conseguir fazer o carrinho avançar. Trespastados os obstáculos, o homem segue seu caminho, assim como o carrinheiro. Pequenos gestos do cotidiano que mostram força da ação coletiva para lidar com aquilo que fica inacabado.

*Figura 60 - Solidariedade espontânea como estratégia de enfrentamento*



Fonte: Foto do autor, 2019.

Se por um lado a soberania estatal em suporte ao capitalismo global consegue interpor uma infinidade de dificuldades ao estabelecimento mais profundo de redes de organização, ela não consegue tolher a humanidade intrínseca, que se apoia desde sua origem na criatividade, na solidariedade e na coletividade a fim de estabelecer métodos e lidar com suas necessidades imediatas. Nesse sentido, embora a maquinaria social investida em instituições públicas e privadas, cargos de poder e controle do capital invista numa plastificação da vida, a vida continua, dia pós dia, estabelecendo formas de se lidar com aquilo que lhe é imediato, e a complexidade do rizoma-vida nunca para de se desenvolver, geradora de si própria, por onde os intercruzamentos necessariamente criam novos caminhos, trilhas estreitas, rompendo as barreiras do acoplamento-máquina em direção a horizontes desconhecidos.

“Não tem, estratégia é o imprevisto, a luta é o buscar, é ver a dificuldade na hora e bolar na hora, não tem como tu bolar uma estratégia. Cada hora vai vim uma dificuldade diferente. Na hora que vier essa dificuldade tem que tá preparado pra tudo, não adianta. Tem que tá preparado pra um buraco, tem que tá preparado pro escuro, tem que tá preparado chegar de madrugada na chuva no escuro no meio da lama. Tem estratégia pra isso? Não tem, é coragem, é coragem, coragem e luta, não tem, não existe como tu bolar uma estratégia. Tá sempre pronto pra essas coisas.” (CH)

“Acho que não tem uma estratégia assim definida, como eu te falei ali tu acaba se adaptando à realidade que vive hoje, a questão da... um tempo atrás tava um barral aqui pra baixo, tu não passava ali no inverno, nesse último inverno agora de 2018 era um barral ali, um barral, um barral, um barral só, era chuva o tempo todinho, não tinha nem calçada pra ti caminhar... e ai tu vê que é um sacrifício tudo que tem que fazer, que eles fazem a gente ter que se adaptar a isso... não tem como caminhar na calçada, tem que caminhar na via, na rua praticamente, tem que caminhar no asfalto porque aquele barral ali não deixa tu ter um trânsito, quando eu tinha que levar a criança pra escola e depois ir buscar, então tu se adapta do jeito que dá, do que jeito que a comunidade as pessoas se adaptam a ela, não existe estratégia, é questão de fato, de tu se adaptar à tua realidade que tu tá vivendo hoje.” (LD)

“Falta aqui mas não falta água em alguns outros lugares, então a gente busca água em outros lugares que não faltou água. A gente quando tava nessa coisa de mudar a parada, toda hora a

parada de ônibus era mudada e ninguém nos falava nada, a gente ia conversando de boca-em-boca, e a gente ia falando: - olha a parada não tá mais aí! E a gente também, eu por exemplo, quando eu soube que algumas amigas minhas saíram do lugar em que elas estava até então pediam para que as pessoas escolhessem algum endereço e nós estávamos ajudando nesse ponto [...] a gente se ajuda assim, avisando um ao outro, quando vai ocorrer a falta d'água, quando vai ocorrer alguma mudança lá em baixo, quando vai haver máquinas, quando não vai haver porque é um negócio assim que não avisam, há dias que tem, há dias que não tem e ninguém avisa nada então a gente se avisa como dá." (JE)

“A gente sempre acaba se ajudando aqui. Teve a questão das águas invadir as casas aqui, a gente se ajudou, entrou, cada um doou alguma coisa, cada um agiu de uma forma, a gente acaba fazendo mutirão pra limpar o espaço pra gurizada jogar bola, então a solidariedade entre os moradores que ainda estão aqui existe bastante, ou liga pra algum serviço, tem algum conhecido que : 'Ah inundou aqui, chamo o DEMHAB, o DEMAI', então as pessoas se ajudam nessa questão aqui da região, acabam se adaptando e se ajudando, é a única maneira de tu viver aqui.” (LD)

“Aí tipo, tu sabe que a rua tá ruim, aí por exemplo, tu tem dificuldade pra caminhar tu já sabe que tu tem que fazer tal coisa pra tu conseguir chegar na parada de ônibus. Então tu sabe que tu tem que ir por ali porque é um pouquinho menos esburacado, pra conseguir chegar lá, aí a pessoa que tem cadeira de rodas sabe que tem que ir por ali, por ali, ali tem que levantar pra conseguir chegar lá, então tu acaba tendo que moldar os teus passos antes de sair da tua casa pra tu conseguir chegar na parada de ônibus, vamos supor assim.” (DB)

Isso é a própria arte da vida. A arte-vida, substância imanente que dá ensejo à produção de real. É o próprio tempo que gera e é gerado pelo movimento, que é a própria transitoriedade e permanência em constante evolução. O que mostra que não há como controlar a vida. E a vida é o próprio espaço. Espaço-Tempo enquanto dimensão única onde o real se dá, pelo qual, a partir de cada movimento, se diferencia de si próprio, num constante totalizar-se, porém nunca chegando à síntese definitiva. A síntese é o próprio momento, que tem a duração do próprio movimento, em que o tempo-espaço se constitui na medida em que dura e, ao mesmo tempo, passa. Uma constante ondulação, pulsante, sempre com base na experiência real e vivida, que se efetua através de linhas de geração e evolução infinitas, pautadas pelo próprio acontecimento, sem um princípio e nem um fim, mas

num eterno retorno sobre si, o que, ao criar uma estratégia ou um modo a se lidar consigo próprio, dá o salto necessário a se atingir uma nova linha, um novo movimento, um novo caminho, e assim seguir produzindo real.

*Figura 61 - No canteiro abandonado, a vida flui*



Fonte: Foto do autor, 2019.

O canteiro, até então parado em meio às obras, à espera de uma destinação que não se sabe, dá espaço à Árvore de Natal, feita de material reciclado, bancos de pneu e uma singela piscina, cheia, dentro da qual crianças brincam e se refrescam do calor escaldante do verão portoalegrense. A vida. Ela não tem limites.

É no sentido dessa constante produção de real que

[...] gestos-fio mobilizadores nutrem a reprodução social de maneira muito larga e difusa, contradizendo as rígidas associações entre reprodução e rotina, ou entre reprodução e discurso. Acredita-se que, nessas associações, ocorram, talvez à revelia de seus propositores, o predomínio do economicismo e do politicismo na apreensão da sociabilidade, o que restringe a análise da produção desinteressada da vida coletiva. Os gestos-fio elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida, são portadores dos valores compartilhados por um determinado povo, etnia, camada social ou grupo. Essa ação pode criar lugares onde, antes, só havia espaço e racionalização. Da mesma forma, essa ação pode superar, mesmo que

apenas por pouco tempo, a cotidianidade alienada, quando manifesta a fraternidade e a irreduzível pertença. (RIBEIRO, 2005, p. 417)

Temos como efeito disso protestos e atos políticos, sim, como uma política de enfrentamento e de resistência, mas também trocas, cedências, ajudas, co-presenças, e uma série de gestos-fio que conduzem a sociabilidade à uma vivência de amabilidade, cooperação, partilha, em que a vivência por-si, ou o cuidado de si coletivo, é tão ou mais importante quanto a resistência organizada a modelos ou imposições. Isso porque os modelos e imposições, investidas pela rede estratégica do estado-capital, que se apropria do conhecimento de base a fim de se infiltrar em suas relações, consegue desmontar facilmente uma organização, na medida mesma em que, pelo simples fato de ser organizada, ela é um tanto mais estanque e engessada do que a organicidade da vida espontânea. Já a composição, que é investida por gestos-fio na contração de linhas do tempo, é de muito mais difícil captura e cooptação, uma vez que atua na medida do real imediato como uma rede fluídica, não-organizada, espontânea e, assim, com base no real valor dos valores, a partir da sua vivência, experienciada e sentida, e não como uma idealidade orquestrada a um determinado fim a partir da racionalização da vida. Essa experiência, ao contrário do que se acredita, é produtora de uma ordem, mas de uma ordem não controlada. Nesse sentido, abrir mão do controle dos fluxos e dos devires não produz o caos, mas pelo contrário, produz uma ordem orgânica que é geradora de frutos, e por mais que as ondulações e as quebras de linha gerem efeitos muitas vezes adversos, é a própria experiência acumulada da evolução dessa linha que dá ferramentas para que se lide com o que virá a seguir, estabelecendo novas composições e, conseqüentemente, uma nova realidade, que representa, a um só tempo, a continuidade e a transitoriedade do espaço-tempo.

“Eu acho que a periferia... a vila tem isso. Ela pode brigar, eles pode discutir, pode não gostar um do outro, mas quando aperta, vai tá todo mundo junto, acho que tem isso”. (AC)

“Tem 11 anos de existência, que a gente atende as crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e meio, no turno inverso da escola. Toda criança tem que tá matriculada e estudando pra frequentar a atividade. Hoje aqui nós oferecemos, aos trancos e barrancos com todas as dificuldades, oficina de informática, nós temos aula

de artesanato, capoeira, dança, esporte, inclusive futebol masculino e feminino, basquete e dança, aula de percussão e violão dentre outras tantas que vinham, ao longe desses 11 anos muita coisa aconteceu.” (BJ)

“Aqui as pessoas acabam se solidarizando, se ajudando, conversando, tentando procurar a melhor maneira possível de se conviver na região com essa obra não acabada ainda e não tem nem um prazo pra ela terminar. Existe dentro da comunidade, existe muito isso daí. Às vezes a pessoa não tem o que comer, a gente vai lá, ajuda com dinheiro, com alimento, muita coisa a gente faz. [...] Vila do Campinho é uma comunidade muito unida, uma vila de um pessoal que tá sempre unido pra fazer acontecer e aqui... a gente também tem o centro esportivo... do Campinho, então assim onde a gente cuida das crianças, damos lanche pras crianças, brincam, dão risada, não tem dia ruim, pode tá chovendo, pode tá com sol de 40 graus, a gente tá sempre disposto, quem precisar de nós, tá sempre aí.” (LD)

“Tamo sobrevivendo numa selva de pedra, né, matando um leão por dia, aos trancos e barrancos, lembrando que 99% da população é gente do bem, gente trabalhadora, gente de talento, gente de progresso que acaba ficando diminuída e muitas vezes oprimida diante dessa situação. Mas não podemos ficar oprimidos, temos que “arremangar as mangas” e ir pra cima deles, ir pra cima deles né. Que é nosso direito e ninguém tira.” (BJ)

“Bom eu posso falar por experiência própria, eu faço RAP, nas minhas poesias eu acabo denunciando toda essa questão da vila, eu falo exclusivamente do que eu vivo, eu falo da minha quebrada, eu falo da questão do saneamento básico, a questão da educação e através do Hip Hop eu uso essa ferramenta justamente pra comunicar a população da Cruzeiro que ainda há chance da gente se unir e se organizar, então normalmente a gente faz eventos ligados ao Hip Hop né, o Hip Hop é conhecido por ter o DJ, Bboy né ou Bgirl que são dançarinos, e o MC que é o mestre de cerimônia. Então a gente tenta unir a cultura do Hip Hop justamente como forma de protestos e a gente acaba desenvolvendo essa estratégia pra gente organizar a nossa comunidade e também colorir os muros né, que são cinzas né, foi deixado pela prefeitura cinzas, geralmente a gente ocupa esse espaço colorindo com arte e como forma de protesto então a gente se organiza mais ou menos dessa forma. Há diversas outras organizações e lideranças dentro da comunidade que desenvolvem uns trabalhos muito massa. (BX)

Nesse sentido, embora a comunidade tenha sido inicialmente levada por uma onda de esperança na sua própria melhoria, aportada pelas promessas da Prefeitura e suas obras, e que essa esperança tenha sido solapada pela imposição

de um desastre pelo não atendimento das promessas e pela destruição do seu espaço de vida, num segundo momento, já de certa forma adaptada àquilo que lhe foi imposto e tolhido, a mesma mantém viva a esperança em dias melhores, sabendo que depende de si o trabalho para que isso aconteça desde já, quer dizer, do plano imediato.

Os moradores foram levados do desejo inocente à descrença generalizada, ressentida pela fraude/incompetência da máquina pública, porém, é do próprio desastre gerado que brota a esperança de que o futuro será melhor, quando finalmente as obras estejam concluídas, uma vez que, dada a situação, é apenas o que lhes resta. O famoso “a esperança é a última que morre”, e parece que mesmo frente às adversidades, ela segue viva. Isso porque é da própria história de luta, da própria memória da sua ocupação e conformação popular que a comunidade angaria forças e cria meios para manter-se viva. “O processo de ocupações é marcado por múltiplos conflitos, entre eles os riscos dos mandados de reintegração de posse e conseqüente despejo”<sup>226</sup>, um processo inicial que pela dificuldade já fortifica, pela experiência, a todos os envolvidos, o que somado ao passar dos anos, com as lutas por conquistas e pela melhoria da comunidade, além da sobrevivência cotidiana a um meio de violência e desassistência, dá as armas necessárias para que as comunidades, apesar de vitimadas por um processo global de supressão das alteridades indesejáveis e de territorialização desumanizante do capital, consigam manter vivas as suas crenças e a sua prática, se não apoiados na institucionalidade, que se mostra corrompida, nas suas próprias forças. Isso porque

As lógicas de controle de espaço têm o poder de fragmentação social, assim como têm o poder de unir povos e promover a vida. Porém, quando a soberania é exercida de forma vertical e afastam-se os cidadãos da deliberação de políticas urbanas, privilegiam-se interesses alheios aos das comunidades que ali vivem e impedem o acesso à cidade e às instâncias democráticas, que representam garantias fundamentais do ordenamento jurídico-brasileiro. (AMARAL e PEREIRA, 2018, p. 49)

---

<sup>226</sup> GAMALHO, 2015, p. 67.

Fazendo frente a isso, embora a queda da esperança ao desastre pela atuação do poder público, a comunidade reage criando novos caminhos, de retorno sobre si, amparados pela própria experiência e pela sua potência de acontecer, o que a leva, das cinzas desse desastre, de volta à esperança. Assim, da adaptação e ao novo contexto, apesar de desastroso, mantém-se viva a esperança de término, com desapego e paciência, compreendendo que tudo tem uma duração, tudo passa, e dessa fé brota o vislumbre em dias melhores.

*“Tem que se adaptar, né, não tem o que fazer”*, diz JS, que resume em parte o sentimento da comunidade. *“Que terminem logo as obras, pra que a gente possa voltar a ter uma vida normal, como a gente tinha”*, diz JE, que resume o atual desejo dos moradores. MR, por sua vez, diz *“a gente tem só que aguardar né velho, aguardar a vontade deles, aguardar a boa vontade deles”*, o que mostra uma resiliência e, ao mesmo tempo, a consciência de que o fim do processo não depende de si. De si depende, somente, lidar com o acontecimento.

“A gente vai levando como dá né, isso que eu sou doméstica e diarista, o fim de semana... hoje tu me pegou em casa mas é difícil, tenho que trabalhar no fim de semana pra sobreviver né [...] Por enquanto pelo que se vê aí tá ficando legal, pra lá pra cima mesmo tá bonito tudo né, tem que continuar. Uns falaram que a obra ia parar devido ao problema de verba, que ia parar, mas essa semana eles tão trabalhando aí. [...] Se a obra fosse rápido já tinha saído, eles fazem o que podem também.” (DS)

“Agora, não adianta chorar sobre o leite derramado, não vão parar tudo, colocar as pessoas ali de volta, construir as casinhas das pessoas de volta. Então, o que eu espero é que fique pronta de uma vez, porque do jeito que tá é pior” (PL)

“Eu só espero que termine essa obra. [...] Que faz parte do que foi prometido, eu só espero que tudo que eles prometeram esteja aí, algum dia, espero estar aqui pra ver... vai saber...” (JF)

“A minha esperança é que a prefeitura tenha o compromisso comigo em construir a minha oficina em noventa dias, esses noventa dias que tinham sido lá há dois anos atrás, agora o juiz vai determinar que eles vão construir pra mim em noventa dias” (SM)

“Já que começou, vamos terminar. Não tem outra. Começou, agora pôs um monte de dinheiro, que é tudo do povo. Já botaram um monte de dinheiro do povo mesmo. Já botaram dinheiro do povo já no ralo, agora vamos terminar. Não tem outra, vamos forçar, forçar e terminar. Não tem outra.” (SP)

“Eu acho que talvez o novo governo que vem, vamo ver, eu acho que talvez traga algum benefício vamo ver, há esperança...” (KS)

Há esperança, diz KS. Quando todo o resto já se foi, ainda há esperança. E se há esperança é porque há, também, a vida acontecendo. Em suas infinitas frentes, múltiplas formas, incontáveis caminhos, mesmo que sob essa intervenção no seu espaço de vida. Ou seja, embora se acredite que

[...] a estrutura da cidade moderna fez surgir uma forma hegemônica de organização social e de produção do espaço urbano os quais criam áreas e situações que não se dão à experiência. [...] No entanto, este mesmo argumento mostra a fissura: qual o limite da estrutura em produzir a impossibilidade? Qual o limite, na produção da cidade, da criação de espaços de determinação e lógica racional que expropria a vida e impede o fluxo caótico, imprevisível e imanente das experiências? (MARANDOLA JR., 2020, p. 34)

Esse limite não está dado, mas em constante tensionamento. Ao mesmo tempo que a máquina social investida via soberania estatal em consonância aos ditames do capital global vem se assentar sobre o espaço dinâmico e orgânico comunitário, a própria vida, desde o chão – quer dizer, do real imediato, não mediatizado por apropriações e idealizações externas – insiste em brotar o tempo todo, em se complexificar na medida em que cresce, estabelecendo novos caminhos e novos métodos e estratégias para o seu livre reproduzir. Nesse sentido, o espaço de vida, ainda que submetido, assujeitado, destruído, conformado, carrega em si o germe de si próprio, o germe da vida, a gênese do acontecimento, que nunca para, pois é a própria natureza: a imanência da vida. No campo imanente o caos é o gerador da ordem, pois a imprevisibilidade do acontecimento impede uma sujeição completa: há, sempre, o campo do possível, o caminho aberto, os meandros da experiência, a força que rompe os limites para alcançar o novo, o que produz e se assenta na medida em que acontece, criando real, e assim se institui de forma alternativa, contra-hegemônica, marginal, produzindo memória e dela se apropriando enquanto ferramenta para a construção e o empoderamento de si.

As manifestações ocorridas em junho de 2013 nas cidades brasileiras mostraram a força das ruas e as possibilidades que esses espaços

oferecem – ao menos potencialmente – para a vida urbana em seu sentido mais político e social. Demonstram também que a dialética entre ordem e desordem que se expressa em tais manifestações talvez seja necessária para a articulação de novas formas de organização da vida urbana, revelando ainda os limites e desafios para todos aqueles que desejem se reapropriar desses espaços de forma não segregacionista ou exclusivista. (SERPA, 2017, p. 594)

São essas novas formas – não somente de organização, mas sobretudo de composição – da vida urbana em sua dimensão política, social e cultural que surgem, efetivamente, em momentos de caos. O caos é criativo por natureza, uma vez que é dele que inicialmente surge qualquer ordem. Assim, é na experiência do desastre que a comunidade se fortalece para lidar com as suas próprias questões. É com base no seu próprio acúmulo, na própria memória produzida desde seus primeiros habitantes até o atual processo de enfrentamento de uma situação desfavorável impingida pelas obras paradas que a comunidade não só cria novas estratégias, delas se apropriando na medida do seu sucesso, como também assenta saberes trazidos de outrora, transgeracionalmente, como forma de lidar com situações que, se por um momento parecem novas e desafiadoras, por outro não são piores do que situações passadas, enfrentadas com força e coragem pelas gerações anteriores.

SZ, que faleceu antes do término das obras, aos 78 anos foi um representante da memória viva da comunidade durante as entrevistas e vivências de pesquisa. Sua história de quase oito décadas na comunidade, iniciando no topo do morro Santa Tereza e terminando ao pé do morro, envolvido por obras intermináveis durante seus últimos dez anos de vida, traz uma sabedoria, uma esperteza digna somente do mais fraco na ordem social, que precisa reunir saberes e desenvolver estratégias diversas para seguir em frente, vivendo e aprendendo a cada dia, e assim compreendendo melhor a si e ao seu papel no mundo.

“Eles alegam que falta dinheiro, eles alegam: ‘- ah que falta dinheiro’, se eles reiniciou a obra no meio de 2018 ali em março, não sei, março, abril, maio, por ali e se reiniciou a obra, aí do nada ela parou de novo, ‘ah faltou dinheiro’, os apartamentos que não foram feito... ‘Ah falta assinatura do Ministro da Cidade’, pô se é o mesmo governo, PSDB aqui do Markezan era aliado do Temer PMDB... o que tá faltando pro Ministro assinar lá? Isso são coisas que eles nos falavam, agora surgiu um dinheiro e a obra tá aí, tipo lento, tu passa ali agora, tem alguns caminhões, hoje eu passei ali tem dois, três máquina trabalhando, numa parte pequeninha assim, eu vi que eles tiraram o entulho agora essa semana e só, então tá muito, muito, muito devagar essa obra. Cada hora é uma desculpa, a desculpa é a falta de dinheiro, mas agora se é o dinheiro, por que que a obra tá ali?”

Por que essa obra tá bem lenta se tem dinheiro? Por que que ela não tá saindo um pouco mais rápida, os espaços gigantescos e não tá construindo por quê? É sempre a falta de dinheiro, mas é 20 milhões, é 30 milhões, é 90 milhões, por que que esse dinheiro não dá, tanto dinheiro assim? O governo anterior não fez prestação de contas da obra? Saiu e não deixou a prestação de conta da obra, cadê a prestação de conta dessa obra? De 2012 até 2016 que cês tavam no poder, estavam no governo, cadê a prestação de contas das obras? Ninguém viu, ninguém sabe. 2017 entrou um novo governo, foi eleito em 2016, entrou em 2017, cadê a prestação de contas até agora? Se falta de dinheiro, por que que tá faltando dinheiro, se tinha dinheiro na época? **São coisas que a gente faz pergunta e não são respondidas, nunca foram respondidas.** O que falta de fato? Quanto falta de fato pra terminar a obra? O que que tá faltando pra terminar essa obra? O que eles alegam é falta de dinheiro, falta de dinheiro, mas quanto? Prefeito, Marchezan, quanto falta realmente pra terminar essa obra? Eles não te falam, eles não respondem, nem seu secretário responde, é isso. E aí eles vão alongando o prazo, era pra... eles falaram que iam entregar a obra em 2013, estamos em 2019, o governo anterior, 2013 início de 2014 tava tudo pronto, apartamento, cada um com seus Bônus Moradia, beleza, cadê isso? O prazo era também agora 2018, o trecho do Postão ali da Avenida Tronco estaria pronto, a Moab Caldas, antiga Tronco, ficaria pronto final de 2018, agora passou pra final de 2019, isso a Tronco só, a Moab Caldas e do resto até 2020 estaria pronto, até final de 2020, se passou 18 pra 19, não vão fazer até 2020... então essa obra aí vai ficar pro próximo governo, a partir de 2021 e o outro governo terá mais quatro anos pra terminar essa obra, então pra mim, eu acredito nisso, não termina a obra no governo Marchezan."

Perguntas. Nunca respondidas, sim, mas perguntas. Porque perguntas movem o mundo, mesmo que não recebam a devida resposta. SZ nunca se calou, nunca aceitou as respostas prontas, as evasivas, as desculpas descabidas. Até o último dia de sua vida, fez perguntas. E ainda que não tenha recebido as respostas, e ainda que não tenha visto a obra terminada, ainda que não tenha visto restabelecida a paz no seu entorno, atingido pelas obras, ele deixou de exemplo para os mais jovens que sim, a esperança é importante. Porém, para que as coisas aconteçam, é necessário se mover. É necessário ação, mobilidade e deslocamento, a fim de se envolver com o acontecimento e, se não conseguir gerar uma síntese, pelo menos colocar em movimento as linhas do tempo e entrar em fluxo. E, para isso, é necessário se deixar afetar pelas suas experiências, colocando-se em perspectiva, e se apropriando das suas memórias. Buscamos aqui registrar algumas dessas para deixar grafado esse período crucial da comunidade. Um

atravessamento rumo ao desconhecido, porém, sem esquecer do seu passado e de tudo que se construiu até aqui.

A memória das cidades está sendo produzida a cada dia. Por isso, temos também que estar atentos ao presente, e preocuparmo-nos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade. Não há como impedir que muitas dessas memórias acabem desaparecendo. Muitas podem, entretanto, ser salvas, bastando para isso que estejamos atentos ao seu valor futuro, que consigamos deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora. (ABREU, 1996, p.24)

SZ termina seu relato – embasado pela experiência de toda uma história política e social - afirmando que as obras da Cruzeiro não terminariam no governo Marchezan. E, infelizmente, acertou. O senhor Nelson Marchezan Jr., do PSDB, tão citado negativamente nas entrevistas, assumiu a Prefeitura em 2017 - cinco anos após o início das obras, três anos após o que originalmente seria o seu término. Já as herdou de José Fortunati, do PDT, que foi quem iniciou seus primeiros passos, logo após o início da sua gestão, em 2010<sup>227</sup>. Fortunati reelegeu-se para o mandato 2013-2016, enfrentando já no início do segundo mandato os protestos de 2013, dos quais as comunidades da Cruzeiro tiveram participação ativa. Governou a cidade durante a Copa do mundo em 2014 e, desde então, as obras vêm sendo paulatinamente abandonadas. Desde 2017, entretanto, durante os quatro anos da prefeitura neoliberal do PSDB de Marchezan, pouco ou nada se avançou nas obras, e a comunidade foi abandonada. Um dos motivos que possivelmente influenciaram para que o político não se reelegesse ao próximo mandato. Em 2021, dez anos após o início das obras, assume a Prefeitura o senhor Sebastião Melo, do PMDB; o qual, ironicamente, fora vice de Fortunati naquela ocasião. E, à metade do seu mandato, a situação de destruição, caos e ruínas persiste em muitos trechos. Parte essencial da obra está visivelmente longe de terminar e, enquanto a comunidade padece com esse incômodo cotidiano, a prefeitura segue postergando prazos e previsões.

Enfim, entra governo, sai governo, e as obras seguem. Entre desastre e esperanças, a comunidade vive. E, para registrar esse momento, ficarão aqui esses escritos. Embora SZ não tenha vivido para ver o seu fim, a comunidade segue viva, compondo a memória da cidade, memória da qual essa tese compõe pequena parte. E, assim como SZ, mantemos e reiteramos a pergunta: quando as obras vão ficar prontas?

---

<sup>227</sup> Fortunati tornou-se prefeito após assumir o cargo como vice de José Fogaça (PMDB, 2008-2010)

Não se tem resposta, não se tem definição, mas tem muita vida no espaço, tão pulsante, tão atuante, que qualquer tentativa de assujeitamento, determinação e racionalização por parte dos centros de soberania do poder estatal-capitalista jamais poderão suprimir por inteiro. A vida da comunidade seguirá acontecendo, correndo, se desenvolvendo, se movendo, se multiplicando e se diferenciando, e se adaptando às situações, não num acômodo, mas numa estratégia ativa de cuidado de si, cotidianamente, até o dia em que, no caso, não precise mais, pelo menos, viver em obras.

Figura 62



Foto do autor - grafite em muro da Escola Alberto Bins, janeiro de 2019.

## Considerações Finais

Ao longo dessa Tese observamos como se materializa no cotidiano das comunidades atingidas as demandas internacionais do capitalismo de conformação e assujeitamento das cidades e suas populações ao regime econômico neoliberal, através do estudo das inter-relações entre o âmbito global dos investimentos, a estruturação material da cidade de Porto Alegre que se reflete diretamente na vida de seus habitantes e, especificamente, das obras de duplicação da Avenida Cruzeiro do Sul, que percorre o espaço da Grande Cruzeiro, complexo de vilas que conta com mais de 300 mil habitantes na cidade. Nesse sentido, buscamos focar a análise nesse último âmbito, qual seja, da vida vivida, cotidianamente, na sua relação com o espaço do entorno. Percebemos que, num conluio entre capital e poder público, o espaço das comunidades fica relegado a uma desumanização, como mero substrato físico onde se devem aplicar determinadas correções a fim de abrir os fluxos de trânsito de pessoas e capital para atender as demandas do mercado. Buscando uma perspectiva histórica, através de relatos e experiências, percebe-se o quanto os processos de exclusão são continuamente reelaborados nos contextos das periferias, às quais, por meio da força do Estado, vêm sofrendo sucessivamente, ao longo do tempo e de diferentes governos, com processos de remoção, expulsão e desmantelamento do seu espaço, com suas conseqüentes violências, sejam elas físicas, sociais, psicológicas ou simbólicas.

Assim, a população, embora sua ocupação histórica do lugar, sofre com uma série de impactos sobre sua sociabilidade, na medida em que ocorre uma desestruturação generalizada do seu espaço de vida, mediante a materialização das obras que, apesar de terem sido previstas originalmente para 2014 (classificada como uma das “obras da Copa”), ainda se arrasta em pleno ano de 2022, por ocasião o mesmo ano da publicação dessa Tese, ainda não tendo um cronograma ou previsão final de entrega. Pelo contrário, ao logo dos mais de dez anos da obra, diversas foram as mudanças de prazo, ao que a comunidade vem convivendo com os detritos de demolições, com as ruínas das casas demolidas, com materiais pesados de construção abandonados, com solo descoberto e revirado, e com toda a poluição resultante de uma obra inacabada. Além disso, com a expulsão de milhares seus integrantes, o que caracteriza o processo profundo de

expulsão dos mais pobres e periferização na cidade, processo esse que vem ocorrendo historicamente na cidade de Porto Alegre e que, a essa altura da sua história, chegou ao espaço das comunidades da Cruzeiro, causando um sentimento de grave insegurança territorial, na medida em que os moradores não têm a propriedade legal sobre seus terrenos, pois jamais fora feito um processo de regularização fundiária na área. Nesse sentido, embora tenham a apropriação do espaço pelo seu histórico de trabalho sobre o mesmo, o que lhe produz uma identidade e gera uma memória comunitária, os mesmos não têm a posse sobre seus terrenos, lhes deixando à mercê das políticas estatais, que respeitam a propriedade privada, porém, não a apropriação histórica e cultural das comunidades sobre seu espaço de vida.

Além disso, tais obras – ou o abandono delas – promove, na medida em que não se completa, um desastre social, não provocada por forças da natureza, mas sim pela própria política da Prefeitura, que não respeita a subjetividade dos cidadãos ali implicados ou mesmo seus direitos humanos básicos. Isso gera um impacto profundo sobre sua sociabilidade, na medida em que suspende o cotidiano até então vivido, alterando radicalmente as práticas que naquele espaço ocorrem por conta da sua desestruturação física. Também, nessa mesma medida, ocorre o assoberbamento do cotidiano vivido, no que uma série de novas imposições são criadas, obrigando os moradores a se adaptar a uma infinidade de novas demandas afim de reproduzir sua vida no espaço. Isso tolhe a espontaneidade da vida, na medida em que lhe inscreve num ambiente de determinações diversas, de difícil composição, o que leva a uma suspensão da vida ativa sobre o espaço, uma vez que ao morador é imposta uma série de necessidades novas para se viver, às quais ele deve reagir a todo instante, assoberbando sua vida com imposições diversas, às quais ele deve forçosamente atender para poder produzir seu próprio cotidiano, não mais de forma espontânea, mas sim reativa e assujeitada.

Tudo isso se inscreve sob o molde das políticas da Prefeitura, a qual, para fazer valer seus planos, usa de discursos para convencer os moradores sobre a necessidade da obra e suas supostas benfeitorias, o que qualificaria o espaço da comunidade e seu entorno. Porém, na medida em que as obras não se concluem, passados já mais de dez anos do seu início (a promessa fora que se concluiriam

em dois), a confiança da comunidade ante o ente público - pontualmente representado pela Prefeitura, mas num aspecto mais amplo sobre toda a institucionalidade estatal - resta fortemente abalada. Isso gera um ambiente de desconfiança, o que leva, a última instância, na descrença no próprio Estado Democrático de Direito. Essa desconfiança impacta, ao fim, não só a própria relação da comunidade e seus moradores com os governos, mas toda a confiança mútua que necessariamente compõe a sociedade, destruindo aí alguns dos valores mais básicos que constituem a democracia.

Tendo em vista que o espaço de vida comunitário, esse conjunto comum e complexo de lugares das experiências singulares, resta sacrificado, quer dizer, que o ente público escolhe certos lugares, mormente classificados como periferias, para aplicar certas políticas de desmantelamento, sacrificando o espaço de vida e transformando-o num grande canteiro de obras, onde o espaço deixa de ser o da vida para passar a ser o “espaço da obra”, subutilizado ou mesmo impedido de ser utilizado de forma mais saudável, a própria subjetividade e sociabilidade comum fica prejudicada, senão tolhida, inscritas sob uma série de determinações que lhe demandam uma constante adaptação a imposições externas, sacrificando aí suas relações comunitárias históricas e o uso que a comunidade até então fazia do seu espaço. Quer dizer, a Prefeitura inscreve a comunidade num ambiente onde não lhe compete mais a gerência sobre o próprio espaço, característica histórica da sua ocupação, mas sim um ajuste cotidiano a um ambiente externamente determinado, pela força do poder público, que não leva em consideração a humanidade inscrita naquele espaço, mas sim as necessidades do mercado, que coloca aquele espaço como necessário ao ajustamento dos fluxos que lhe interessam, em detrimento o interesse dos moradores que cotidianamente ali vivem.

Simultaneamente, ocorre nesse meio uma desestruturação dos serviços de atendimento, com a precarização ou mesmo destruição de uma série de serviços de assistência, saúde e educação, o que apenas aprofunda esse ambiente de sacrifício das relações sociais, ensejando um cotidiano de desordem e violência, e assim de conseqüente desarticulação política, cultural e social na vila, que perde seus espaços de troca e encontros na medida em que as obras avançam e ocupam os espaços da vida comunitária, assim como as políticas públicas são encerradas,

deixando exclusivamente sob o âmbito individual a resolução de quaisquer problemas, o que demanda uma constante adequação do cidadão às dificuldades que se criam no seu entorno, as quais não dependem mais da sua atuação, mas sim de órgãos externos, que forçam o cidadão a ter de enfrentar aquela situação sozinho, sem lhe dar quaisquer ferramentas para fazê-lo de forma menos insalubre ou desamparada.

Tal conjunto de medidas denuncia as estratégias de poder governamental que se projetam tanto sobre a gestão da vida cotidiana quanto das lógicas que se empreendem a partir das aspirações da população, ao que denominamos de captura dos seus desejos, a fim de cooptar a população à aderência ao projeto, população essa ludibriada por promessas de melhoria, as quais não foram tempestivamente cumpridas e, pelo contrário, o que se vê é a piora generalizada da estrutura física do entorno. Esse modelo de gestão busca a racionalização e aplicação de uma economia política sobre o espaço, fazendo-se valer de discursos e de promessas que conduzem, na medida em que se aplicam, tanto na produção de um meio ideal para o controle da população ali implicada quanto para atender às demandas do capital na cidade, principalmente as impostas pelo mercado imobiliário e da circulação de capitais.

É nesse sentido que analisamos as coimplicações entre as demandas globais do capitalismo, através de seus agentes hegemônicos e suas práticas socioespaciais, e as repercussões locais das políticas urbanas metropolitanas, revelando uma prática estatal de precarização da vida, do lugar e do entorno, com um conseqüente desmantelamento das forças comunitárias pelo rompimento dos seus laços de convívio, de organização, de trabalho, de vida cotidiana e, por fim, sua desmobilização política, social e cultural. Tal modelo de gestão é atravessado pelo que compreendemos ser estratégias da biopolítica, fazendo-se valer da gestão dos fluxos e do investimento em tecnologias sociopolíticas de governo da vida, o que busca promover em última instância o enquadramento da vida ativa a um sistema, acoplando a mobilidade social e a vida, individual ou comunitária, a um modelo pré-estabelecido, o que definiria a suposta vitória final do capitalismo, que investe no controle social através da captura dos desejos das pessoas e da população, oferecendo falsas esperanças de empoderamento e, assim, se

infiltrando em todos os nichos da estrutura social, desde o Estado até o indivíduo, passando por instituições diversas e pela família. Compreendemos que essa é uma tática governamental que visa dividir os interesses em categorias pré-dispostas, buscando na vida vivida seus anseios – como o chamado sonho da casa própria ou o desejo de qualificação do seu espaço de vida – para, após cooptadas as consciências necessárias, a fim de fazer valer determinado projeto pela sua suposta aprovação popular, faz-se valer do poder estatal e de gestão do espaço para dismantelar a força da comunidade em torno dos seus mesmos desejos, terceirizando a gestão da vida para os agente hegemônicos e tirando a soberania popular sobre a gestão dos próprios fluxos e obliterando sua composição cotidiana ativa com as demandas do espaço, por onde a comunidade resta enfraquecida a ponto de não ter mais qualquer saída para resolver seus problemas, restando-lhe, somente, a espera indefinida de sua resolução a partir de uma instância externa, qual seja, o Estado, em parceria com o mercado, sobre os quais a comunidade não detém qualquer ingerência, sendo obrigada a tão somente se adaptar e aceitar sua situação – que dizer, seguir vivendo em obras.

Todavia, percebe-se ao longo da Tese, com especial destaque para os diversos relatos trazidos, que ocorre, simultaneamente a esse processo, a manutenção da identidade dos envolvidos através da memória comunitária, com base no seu trabalho e nos seus laços históricos de vizinhança e convivência. Nesse sentido, embora a gestão biopolítica da vida por meio do poder estatal procure se sobrepor à vida ativa da comunidade, rompendo esses laços em favor de uma plastificação das relações sociais e uma separação do indivíduo do seu meio, a força da comunidade se sobressai na mesma medida em que sofre esses diversos ataques, e a sociabilidade, embora prejudicada, se adapta e transforma, sempre no sentido de fortalecer seus laços, apesar do entorno destruído. Assim, a vida continua, desviando-se, através da sua esperteza cotidiana e acumulada, dos enquadramentos diversos impostos pelo exercício do poder estatal e capitalista, e assim criando novos caminhos, estabelecendo diferenciados fluxos, produzindo novas redes e se baseando na solidariedade mútua para resistir aos processos de destruição da vida, reinventando sua própria identidade através de uma constante adaptação, não se deixando aderir a regimes externamente impostos, mas criando,

cotidianamente, formas diversas de se adaptar às dificuldades, o que lhes permite, apesar das incertezas, seguir tendo esperança.

Isso denota, por um lado, um processo historicamente enraizado de resistência, solidária e ativa e, por outro, uma fé inabalável na vida, a qual nunca lhes permite perder a esperança, sentimento esse que reconstitui sua força de resistir e melhorar, a despeito de todas as tentativas do poder estatal/capitalista de conformar sua vida a um sistema de desumanização. Resta, aí, a força da comunidade, de crer em si própria, na própria dinâmica do cotidiano, como ferramenta de manutenção da própria vida, independente de quaisquer governos ou instituições; afinal, foi assim que, historicamente, formou-se a vila: pela força, trabalho, disposição, fé e esperança dos seus próprios moradores, adaptando-se, quando necessário, e mudando suas táticas a cada nova demanda. Isso é, enfim, o próprio cuidado de si, que produz o amanhã a cada ação do presente, não esperando por salvadores ou poderes extrínsecos, mas sim atuando, cotidianamente, na gestão dos próprios fluxos, criando os próprios caminhos, e caminhando...

## Posfácio (e à guisa de conclusão)

Concluo essa Tese de Doutorado em janeiro de 2022. Uma década depois do início das obras. Ao passar pela Cruzeiro, entretanto, elas ainda parecem longe de terminar. A última promessa de conclusão foi para setembro de 2022. E já foram tantas... Nesse sentido, estando o próprio fato disparador dessa Tese inconcluso, não é possível elaborar uma conclusão definitiva para ela. Quer dizer, sem o término da obra e a entrega do novo espaço da comunidade - que até hoje não se sabe ao certo como será e nem quando se dará – tudo está em suspenso. Inclusive, quaisquer conclusões sobre o processo que poderíamos tirar. Será ele, ao fim, proveitoso? Valerão a pena todos esses anos vivendo em meio à precariedade deixada pelas obras? Como será a vida da comunidade quando a via estiver devidamente instalada e as obras finalizadas? Para saber isso e, assim, poder concluir melhor o pensamento aqui desenvolvido, teríamos que ter uma ideia mais aproximada de resultado. De definição. Porém, não é o caso. Por enquanto, tudo o que temos são as incertezas quanto ao fim, e o que nos coube, por ora, foi apenas analisar o andar do processo.

O que se pode ter certeza desde já é que não tem sido fácil conviver com as obras da Cruzeiro para quem vive na comunidade. Eu, que me mudei da região ainda em 2016, àquela época já estava cansado e revoltado com a situação. E, àquela época, havia passado apenas dois anos do prazo inicial... O quanto se sente enganado, frustrado e indignado um cidadão que recebeu a promessa de uma obra que traria melhorias generalizadas ao seu espaço de vida prevista para 2014 e que, em pleno 2022, ainda vive em meio aos detritos e à destruição que ela até então vem causando? Foi implicado em meio a essa miríade de sentimentos que escrevi essa tese, processo um tanto desafiador, sobretudo por esse envolvimento subjetivo e emocional que tenho com o meio. E não foram poucas as vezes que me vi às lágrimas ao observar as fotos, ler os relatos, refletir sobre o tema. Uma vida dura, sim, mas que não perde jamais a sua beleza. A beleza de resistir, de seguir vivo, vivendo, se movimentando, produzindo real, tecendo gestos, costurando redes, abrindo caminhos, trilhando espaços, mesmo envolvido por todo

um contexto de precariedade e destruição que dificulta e interpõe obstáculos ao livre fluxo da vida no espaço. E essa vida, que ainda assim encontra caminhos, possibilitou a criação de uma nova trilha, um novo movimento, um novo caminho que, percorrido, gerou a presente Tese de Doutorado que encerro e da qual sinto que, se minimamente servir para chamar a atenção para a questão e tensionar a compreensão das relações que lhe subjazem, já será de grande valia. De toda forma, esse trabalho, durante toda sua produção, já gerou encontros, diálogos, ideias, trocas, reflexões, conexões, e uma série de relações que, acredito, que por si só já transformaram em ato a potência intrínseca do viver, desencadeada em real pelo movimento afirmativo e criativo de si.

É isso, justamente, o que o poder investido nos centros de soberania não poderá jamais controlar. Por mais que se interponham obstáculos, os caminheiros desenham novas rotas, contornam, ultrapassam, se equilibram, balançam, escavam, se dividem para depois se juntar de novo, compondo uma rede de infinitas frentes. Os meandros da vida, que corre como a água, dão sempre um jeito de seguir correndo. E não há sistema que possa enquadrá-la. Porque a vida é a experiência do acontecimento, e seus sentidos se difundem, correm e diferenciam na medida dos seus encontros. Não há duração infinita, assim como não há um fim. Pois a vida é como o tempo: “não começa, não termina, é nunca, é sempre”. Somos zonas de passagem, linhas do tempo em duração e diferenciação, e por mais que não queiramos nos envolver com esse grande fluxo, estamos todos coimplicados no rizoma infinito da vida. E apesar de observar e conviver com a dureza, a tristeza, a revolta, o cansaço, a frustração e a indignação que essa tragédia urbana de caráter cínico e perverso provoca, fiquei muito feliz por, durante o trabalho, ter conhecido tanta gente de potência, ter reencontrado tantos conhecidos queridos, que me ajudaram a desenvolver as ideias que aqui apresentei, seja enquanto um sujeito de pesquisa, entrevistado oficialmente, seja numa conversa trivial, num contexto aleatório, sobre assuntos cotidianos, donde surgem também e com força tantas ideias. Porque a ideia surge do convívio. Convívio esse que é a natureza da vida humana na Terra: somos sempre “co”, porque estamos sempre juntos, um dependendo do outro para viver.

Durante esse trabalho, que iniciou ainda em outubro de 2015, quando o arquivo .doc que carrega essas palavras foi gerado e eu iniciei meus primeiros escritos sobre o tema, passaram mais de seis anos. Bem mais do que os quatro anos previstos de doutorado. No meio disso, me demiti do cargo de professor do Estado do RS para assumir bolsa de doutorado da Capes em 2016; depois, abri mão da bolsa de estudos para assumir vaga de trabalho em município do estado de São Paulo em 2018. O Brasil sofreu um golpe institucional que apeou do poder a força democrática até então eleita. Passamos por um governo de exceção e, o povo, cansado de não ser ouvido ou atendido, embarcou numa aventura e elegeu uma máfia de inclinação fascista ao poder. Desacreditado de tudo, não sabendo mais onde buscar forças, tive acesso a um outro tipo de pensamento; não só acadêmico, mas em relação às formas de se viver. O que sigo aprendendo e experimentando. E em meio a tudo isso, desde 2020 passamos por uma pandemia. A ela até então sobrevivi, porém, não sei quem, dentre as tantas pessoas que conversei em meu campo de estudo, não teve essa mesma sorte. Não pude voltar mais vezes a campo tanto por causa da pandemia, da distância da minha moradia, e do tempo de entrega da tese, que urgia. De toda forma, em 2022, antes de entregar o trabalho, passei pela Avenida Cruzeiro do Sul, e a obra seguia. Pelo jeito, ainda parada, pois não vi homem nem máquina trabalhando.

Parece que o mundo mudou nesses poucos anos. Outras coisas, não mudaram tanto assim. Eu, sim, posso dizer que mudei bastante, e que os estudos tiveram uma grande parcela nisso. Por outro lado, continuo o mesmo: elegendo lados, me colocando em batalha, defendendo aquilo que acredito e buscando não temer falar a verdade. Em minha carreira acadêmica sempre elegi temas pesados à abordagem. Temas que repercutem na alma, que reviram as entranhas, pois não consigo mobilizar uma carga tão grande de energia em torno de algo que sinta menor que isso. O tema que trago carrega um *status* de desastre social; um problema que envolve milhares de vidas, num drama interminável. E isso carrega uma força tão grande, que não pude deixar de definir como meu tema de pesquisa.

Com esses escritos espero colaborar, ainda que timidamente, com um novo modo de produção de verdade. Uma verdade que tenha base na vida, e não em discursos. Que tenha base no movimento em aberto, potente, criador de real, e não

no sistema de enquadramento/acoplamento/assujeitamento dos centros de soberania. Que se paute pela experiência, pelo acontecimento, pela produção de diferença, pela multiplicidade de singularidades, e ao mesmo tempo pelo que é comum, pelo encontro, pelo real valor dos valores, valores que dialogam com todos, embora tenham o entendimento próprio de cada um. Essa é a política da verdade pela qual busco criar real através desse trabalho intelectual. Pois - para terminar -

[...] o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade. (FOUCAULT, 2002, p. 14)

Dos caminhos do pensamento que tenho percorrido até agora, esse que desenvolvi nessa Tese tem me sido, atualmente, o de maior potência de criação. Talvez, daqui alguns anos, eu tenha me diferenciado tanto de mim próprio que eu leia essa tese e ela não contemple mais tão fortemente meu modo de pensar. E tudo bem, porque esse é o caminho natural da vida; e é, também, o que descortina o risco e a fragilidade da palavra escrita e publicada, que cristaliza e encerra um pensamento o qual, por natureza, é fluido. E interminável. O pensamento acerca das coisas, a discussão, a reflexão, a análise, nunca chegam ao fim. Porque nunca termina a vida, que possibilita sua evolução. Porém, a tese, essa sim precisa terminar e, por ora, sinto-me satisfeito, pois, se somente a partir desse trabalho não mudarei o regime de verdade instituído, e tampouco conseguirei que se conclua a obra que vim analisando, eu mudei, pelo menos, a mim mesmo, e com esse trabalho, concluo, também, um percurso da minha história. Axé.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABRAMO**, Pedro. **A cidade com-fusa**: a mão inexorável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR, vol 9, nº 2, **2007**.

**ABREU**, Maurício. **Sobre a memória das cidades**. Colóquio "O discurso geográfico na aurora do século XXI". Florianópolis, 28-29 de novembro de **1996**. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>

**ACSELRAD**, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. In Desenvolvimento e Meio Ambiente. nº5. p.49-60, jan./jun **2002**. Editora UFPR

\_\_\_\_\_. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, **2004a**.

\_\_\_\_\_. Apresentação: **De “bota foras” e “zonas de sacrifício”** – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, **2004b**. p. 07-18.

\_\_\_\_\_. **Justiça ambiental**: narrativas de resistência ao risco social adquirido. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, **2005**.

**ALVES**, J. A. **Topografias da violência**: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. Revista do Departamento de Geografia – USP, São Paulo, v. 22, p. 108-134, **2011**.

**AMARAL**, A.J.; **PEREIRA**, H.M.K. **Biopolítica e urbanização**: estratégias de controle e exclusão social. In VEIGA, CALDARO E MADARASZ (Orgs.) Sociedade e Ambiente: Direito e Estado de Exceção. Caxias do Sul: EDUCS, **2018**

**ANDRADE**, Tarcísio. **Reflexões sobre Política de Drogas no Brasil**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v.16, n.12. ABRASCO, Rio de Janeiro, dezembro de **2011**.

**ARANTES**, Otília et all. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, **2000**.

**ÁVILA**, F. et al. **Memória dos Bairros – Vilas da Grande Cruzeiro**. Centro de Pesquisa Histórica - Prefeitura de Porto Alegre. Coord. Fátima Ávila. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, **2006**.

**BAUMAN**, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., **2009**.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2009.

**BERQUE**, August in. **Les raisons du paysage – de la Chine antique aux environnements de synthèse**. Paris: Editions Hazan, **1995**.

**BERTRAND**, Georges. **Paisagem e Geografia física global: esboço metodológico**. Tradução: Olga Cruz. R. RA´E GA, n. 8, p. 141-152, **2004**. Curitiba: Editora UFPR.

**BILIBIO**, L. F. S; **CECCIM**, R. B.; **LONDERO**, M. F. P.. **Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde**. In: Interface, Saúde, Educação; Revista on-line, UNESP, v.18, nº. 49. Abr-jun/**2014**.

**BORJA**, Jordi e **FORN**, Manuel de. **Políticas da Europa e dos Estados Unidos para as cidades**. *Espaço & Debates*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais Urbanos, (39): 33-47, **1996**.

**BRANCALEONE**, Cassio. **COMUNIDADE, SOCIEDADE E SOCIABILIDADE: REVISITANDO FERDINAND TÖNNIES**. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 39, n. 1, **2008**

**CARLOS**, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, **2001**.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura sobre a cidade**. Revista Cidades, Presidente Prudente, v.1, n 1, jan/jun **2004**. p. 11-30

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, **2007a**

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, **2007b**

\_\_\_\_\_. **Dinâmica urbana e metropolização**: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, Á.; RUAS, J.; MATTOS, R. G. (Orgs.) **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, **2013**.

**CARLOS**, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, **2015**.

**CERTEAU**, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, **1994**.

**CORREA**, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, **1998**.

\_\_\_\_\_. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de et all (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**, 2a Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

**DAMICO**, José Geraldo Soares. **Juventudes governadas**: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França). 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, **2011**.

**DARDEL**, E. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, **2011**.

**DELEUZE**, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora34, **1997**.

\_\_\_\_\_. **MIL PLATÔS** – Capitalismo e Esquizofrenia II. São Paulo: Editora 34, **2000**.

\_\_\_\_\_. **O ANTI-ÉDIPO** - Capitalismo e Esquizofrenia I. São Paulo: Editora 34, **2010**.

**DOSSIÊ VIOLAÇÕES**, 2014. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro** - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas, 2014. Disponível em:

[https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf)  
. Acesso em julho de 2021.

**FERNANDES**, Karina Macedo. **A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EMPÍRICA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: O CASO DO CAIS MAUÁ, EM PORTO ALEGRE (RS)**. In: BELLO, Enzo e FALBO Ricardo N. (Orgs). *Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas*. Rio de Janeiro: CEEJ, **2020**

**FEYERABEND**, Paul. **Contra o método**. (trad. Cezar A. Mortari) São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

**FOCAULT**, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, **2002**.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, **2008a**.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, **2008b**.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, **2009**.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, **2009b**. v. 3.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, **2010**.

**GAMALHO**, Nola Patrícia. **Remover para promover: espaço concebido e representações do espaço no bairro Restinga – Porto alegre/RS**. Revista GEOgraphia, UFF: Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, **2010**

\_\_\_\_\_. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias: práticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras – Canoas/RS**. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Geografia/UFRGS, **2015**.

**GOMES**, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2014**.

**GOMIDE, A. A mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais.** In IPEA – políticas sociais - acompanhamento e análise, nº 12. Brasília, IPEA, **2006**.

\_\_\_\_\_. **Transporte urbano e inclusão social:** elementos para políticas públicas. Brasília: Ipea, 2003.

**GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, **1997**.

**GRAY, Jhon. Missa negra.** Trad.: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, **2008**

**HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e Des-territorialização.** In: Religião, Identidade e Território / Zeny Rosendahl e R. L. Corrêa (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, **2001**, p. 115-144.

\_\_\_\_\_. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia - AGB Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, **2003**, p. 11-24. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Bertrand, Rio de Janeiro, **2004**.

\_\_\_\_\_. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. In: GEOgraphia 17 – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói, **2007**.

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** In: A emergência da territorialidade / Álvaro Heidrich *et al* (org.). Canoas/RS: Editora da Ulbra, **2008a**, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. **E Foucault continua provocando os geógrafos...** Resenha de FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. In: OLIVEIRA, M. et al. (org.) O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, **2008b**.

\_\_\_\_\_. **Espaço como categoria e sua constelação de conceitos:** uma abordagem didática. In: TONINI, Ivaine M. et al. (orgs). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRS, **2011**, p. 109-120.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2014**.

**HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, **1980.**

\_\_\_\_\_. **A Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento:** a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, (39): 48-64, 1996b

**HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de exclusão e inclusão social.** In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (org). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.21- 44

\_\_\_\_\_. **Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade.** In: HEIDRICH, A.; PIRES, C. (orgs.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura*. p. 15- 34. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

HEIDRICH, A. L. ; GAMALHO, N. P. . **Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas:** uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS). In: VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; PINTO, B. F.; SILVA, L. A. (Org.) *Paisagem. Leitura, significados, transformações*. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, **2012**, v. 1, p. 189-206.

**HELLER, A. O Cotidiano e a História.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, **1985.**

\_\_\_\_\_. **Sociologia de la vida cotidiana.** 3ª ed. Barcelona: Ediciones Península, **1991.**

\_\_\_\_\_. **Estrutura da vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, **1997.**

**HOGAN, D. J. A relação entre população e ambiente.** In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, **2000.**

**IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, **2012.**

**IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); FBSB (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) (Org.). Atlas da violência 2018.** Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, **2018.**

**KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463-483, jul/dez **2012**.

**LOUREIRO, Carlos Henrique A. REFORMA URBANA E A CIDADE BIOPOLÍTICA.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, **2014**.

**LIMONAD, Ester. CRISE NA CIDADE, CRISE DA CIDADE.** In PIÑON et al (Orgs.). Dominação e apropriação na luta por espaço urbano. Rio de Janeiro: Consequência, **2018**

**LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fonte, **1997**.

**MAFESOLLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, **1998**.

**MAFRA, Jason F. O cotidiano e as necessidades da vida individual: uma aproximação da antropologia de Agnes Heller.** Revista Educação & Linguagem • v. 13 • n. 21 • 226-244, jan.-jun. **2010**. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/229050563.pdf>

**MARANDOLA JR, Eduardo. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana.** Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/SP, **2008**.

\_\_\_\_\_. **Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas.** In: CUNHA, J. M. P da. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp, **2011**. p. 95-115.

\_\_\_\_\_. **Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia.** Geografia, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 81-94, jan./abr. **2012**.

\_\_\_\_\_. **IDENTIDADE E AUTENTICIDADE DOS LUGARES: O PENSAMENTO DE HEIDEGGER EM PLACE AND PLACELESSNESS, DE EDWARD RELPH.** In GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 41, n. 1, p. 5-15 - jan./abr. **2016**

\_\_\_\_\_. **AINDA É POSSÍVEL FALAR EM EXPERIÊNCIA URBANA? HABITAR COMO SITUAÇÃO CORPO-MUNDO.** Caderno Prudentino de Geografia, n. 42, v. 2, AGB Presidente Prudente, p. 10-43, junho de **2020**

MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, L.H.B. **DO SONHO À MEMÓRIA: LÍVIA DE OLIVEIRA E A GEOGRAFIA HUMANISTA NO BRASIL.** In GEOGRAFIA – LONDRINA – V. 12 – N. 2 – JUL/DEZ 2003. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>

**MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO Ermínia (Org.). A cidade do Pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

**MARQUES, S. Fayet, Araújo e Moojen - Arquitetura moderna brasileira no sul – 1950/1970.** Tese de Doutorado - PROPAR/UFRGS. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012

**MARTINS, Élvio Rodrigues. GEOGRAFIA E ONTOLOGIA: O FUNDAMENTO GEOGRÁFICO DO SER.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 33-51, 2007. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74047/77689>

**MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade:** algumas considerações. Revista Geographia – Ano 6, no. 12, Niterói, UFF, 2004, pp. 7-23.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço – uma nova política da espacialidade.** Bertrand Brasil Editora, Rio de Janeiro, 2008.

**MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina:** cinco tendencias constitutivas. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos Et. Al (org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

**MENEZES, E. V. Reestruturação Urbana e Gestão Ambiental.** Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFBA, 1999.

**MONTEIRO, Carlos A.F. Travessia da crise:** tendências atuais em Geografia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 50, Número Especial, Tomo 2, p.127-150, 1988.

**MORAES, Antônio C. R. A gênese da Geografia Moderna.** 2ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 206p

**MOREIRA, Daniel A. O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, **2002**. 152p.

**MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, **2007**. 188p.

**MORIN, Edgar. O método III.** Trad. Maria Gabriela de Bragança. Lisboa: Europa-América, **1987**.

\_\_\_\_\_. (org.) **A religação dos saberes.** O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2002**. 588p.

\_\_\_\_\_. **O método I: a natureza.** Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre, **2008**.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo** / Edgar Morin; tradução Eliane Lisboa. 5.ed. – Porto Alegre : Sulina, **2015**.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade.** Trad.: Nurimar Maria Falci. São Paulo: Petrópolis, **2000**.

**MÜNCH, Marcela. VILA AUTÓDROMO, DIREITOS HUMANOS E PESQUISA EMPÍRICA.** In: BELLO, Enzo e FALBO Ricardo N. (Orgs). Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas. Rio de Janeiro: CEEJ, **2020**.

**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Lei Nº 11.213,** de 6 de Fevereiro de **2012**. [http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/442\\_ce\\_33432\\_1.pdf](http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/442_ce_33432_1.pdf), acessado em 07/01/2012.

**NAME, L. e BUENO, L.M.M. Do risco ao sacrifício: “ambientalização” com injustiça ambiental? Análise a partir de duas cidades brasileiras.** Encontro dos Geógrafos da América Latina, 14, 2013. Lima. Anais EGAL, **2013**.

**OLIVEIRA, Livia de. O Sentido de Lugar.** In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o Espaço do Lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, **2012**.

\_\_\_\_\_. **Sentidos de Lugar e de Topofilia.** In: Geograficidade. Niterói, v. 03, nº 02, pp. 91-93, inverno, 2013

\_\_\_\_\_. **Percepção do meio ambiente e geografia:** estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar. Organizado por Eduardo Marandola Jr; Tiago Vieira Cavalcante. São Paulo: Cultura Acadêmica, **2017**.

**OLIVEIRA**, Marcio Piñon. **PROJETO RIO CIDADE: INTERVENÇÃO URBANÍSTICA, PLANEJAMENTO URBANO E RESTRIÇÃO À CIDADANIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.** Scripta Nova, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XII, núm. 270, agosto de **2008**. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-117.htm>

**PAIVA**, Edvaldo Pereira e **RIBEIRO**, Demétrio. **Anteprojeto de planificação de Porto Alegre.** Porto Alegre: Boletim Municipal, março-abril, **1951**.

**PEREIRA**, Alexandre B. **Funk ostentação em São Paulo:** imaginação, consumo e novas tecnologia da informação e da comunicação. Revista Estudos Culturais, **2014**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98367>

**PESAVENTO**, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, p.11-23, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?lang=pt> . Acesso em: 11 fev. **2017**.

**PETERSEN**, R. C. **Arquitetura, forma urbana e legislação em Porto Alegre:** a indução tipo-morfológica das edificações. Dissertação de Mestrado – PROPARG/UFRGS. Porto Alegre: Ed. UFRGS, **2018**.

**POCHMANN**, M. **A nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boi Tempo, **2012**.

**PORTO ALEGRE (CIDADE).** Plano Diretor de Porto Alegre - Lei 2046 de 1959. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, **1959**.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor 1954 - 1964. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, **1964**.

**PORTO**, M. F. de Souza; **FREITAS**, J.D. et al. **Saúde e ambiente na favela:** reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. Scielo Brazil, **2015**. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-6628.035>

**PORTO, P. S. S.; PORTO, M. F. S. Desastres, crise e justiça ambiental:** reflexões a partir do contexto brasileiro. In: O Social em Questão, ano XVIII, nº 33, 2015. p. 153-176.

**POZZOBON, R. M. URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO:** Um olhar sobre o processo de constituição do seu lugar institucional. Tese de Doutorado-PROPUR/UFRGS. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018

**PREVIATTI, Carina Botelho. Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016** na região da Barra da Tijuca – RJ: Comunidade Vila Autódromo. Dissertação de Mestrado em Ciências / PPG Mudança Social e Participação Política/USP. Orient. Edegar Luiz Tomazzoni. São Paulo, 2016.

**PUNTEL, G. A. A paisagem no ensino da Geografia.** Revista Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-298, jan./jun. 2007.

**RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

**RAMOS, Ludma Lillyan Vieira. A ascensão da classe C e sua influência na mudança das propagandas** de produtos de beleza femininos. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

**REGO, Nelson; SUERTEGARAY, D. M.; HEIDRICH, A. O Ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora.** In: REGO, N. et al (orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global. P A: UFRGS, 2003)

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acessado em 07/01/2012.

**RIBEIRO, Ana Clara. SOCIABILIDADE, HOJE:** leitura da experiência urbana. Caderno CRH, vol. 18, núm. 45, septiembrediciembre, 2005, pp. 411-422 Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632238006>

**RITTER, Viviane Fetzner. O espaço e a biopolítica.** Polietica. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 112- 137, 2014.

\_\_\_\_\_. **DA VERDADE DOS ESPAÇOS AO ESPAÇO DA VERDADE. A GENEALOGIA DOS ESPAÇOS E SEUS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM MICHEL FOUCAULT.** Tese de Doutorado – UNISINOS/PPG em Filosofia, São Leopoldo/RS, **2016**.

**SACK**, Robert D. **Human Territoriality – Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, **1986**.

**SANCHEZ**, F. **A cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba: Palavra, **1997**

**SANTOS**, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, **2000**. 415p.

**SANTOS**, Boaventura de S; **MENESES**, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo; Editora Cortez. **2010**.

**SANTOS**, Cesar Ricardo S. **Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço.** In: Revista Cidades, v.3, n.5, p.101-122, **2006**.

**SANTOS**, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução de Myrna T. Rego Viana (Coleção Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Francisco Alves, **1979**.

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual.** Petrópolis, RJ: Vozes, **1982**.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, **1985**.

\_\_\_\_\_ **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, **1994**.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo, Hucitec, **1997**.

\_\_\_\_\_ **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, **2004**, 5 ed.

\_\_\_\_\_ . **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, **2008**.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão e outras reflexões.** Org. por Elisiane da Silva et. al. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, **2011**.

**SANTOS, C. R. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio.** In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, **2015**.

**SANTOS, Luana Marina dos; PINTO, Gerson N. A BIOPOLÍTICA E OS CONTORNOS DA CIDADE: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DE GERENCIAMENTO A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT.** In: *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, e-ISSN: 2525-989X. Evento Virtual, v. 6, n. 1, p. 59-79 - Jan/Jun. **2020**

**SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década?** O debate a partir de uma perspectiva sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, nº 2. Brasília, **2012**.

**SERPA, A. A Paisagem Periférica.** In: Eduardo Yázigi. (Org.). *Turismo e Paisagem*. 1 ed. São Paulo: Contexto, **2002**, p. 161-179.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea.** *Revista Formação*, nº 14 volume 2 – p. 14-22, **2007**.

\_\_\_\_\_. **PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA GEOGRAFIA HUMANA DOS ESPAÇOS VIVIDOS** . *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, **2013**.

\_\_\_\_\_. **Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo:** um exercício de existencialismo geográfico. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, p. 586-600, agosto. **2017**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/125427>>

**SILVA, Joseli M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade.** In *Geografias Subversivas(...)*, org. Joseli Maria Silva. Ponta Grossa: Toda Palavra, **2009**.

**SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, **1982**.

**SMITH, Neil. Gentrificação Generalizada:** de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In.: *De volta à cidade(...)*. Org. Catherine Bidou Zachariassen et. al. São Paulo: Annablume, **2006**.

**SOJA**, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

\_\_\_\_\_. **Six discourses on the postmetropolis**. Adaptado de uma comunicação apresentada na reunião anual da Associação Sociológica Britânica, Leicester, 12 de abril de **1995**.

**SOUZA**, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. (et al.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, **1995**. pp.77-116.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2000**.

\_\_\_\_\_. **Fobópole** - o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2008**.

**SPOSITO**, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, **2004**.

**SPOSITO**, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, **2000**.

\_\_\_\_\_. **Segregação Sócio Espacial e centralidade urbana**. IN VASCONCELOS, P de A. CÔRREA, R. L & PINTAULDI, S. M. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo. Contexto, **2013**. p. 61-94

**SUERTEGARAY**, Dirce Maria A. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et al. (org.) Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, **2000**, p. 13-34.

\_\_\_\_\_. **Geografia e trabalho de Campo**. In SUERTEGARAY (Org.). Geografia Física e Geomorfologia: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, **2002**.

**TARAPANOFF**, F. P. ; **FERNANDES**, J. **Reflexo de uma ascensão**: O imaginário da classe C nas novelas “Cheias de Charme” e “Avenida Brasil”. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza/CE, **2012**.

**TEIXEIRA**, Janaína Costa. **TERRITÓRIOS DA PAZ, DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO SANTA TEREZA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, **2016**.

**TENDLER**, Silvio. **Encontro com Milton Santos**: O mundo global visto do lado de cá. Filme Documentário. Duração: 1h29'20". Curitiba: Caliban Filmes, 2006. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM). Acesso em 24/04/2022.

**TOROSSIAN**, Sandra. **Drogas e adolescência**: uma análise da ideologia presente na mídia escrita destinada ao grande público Revista da Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 11, núm. 3. Ed. UFRGS: Porto Alegre, Brasil, **1998**.

**TÓTORA**, Silvana. **FOUCAULT: BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL**. REU, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, p. 81-100, dez. **2011**

**TROLL**, C. **El paisaje geográfico y su investigación**. in MENDONZA, J.G.; JIMENEZ, J.M. y CONTERO, N. (Orgs). El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias actuales). Madrid: Alianza Editorial, **1982**.

**TUAN**, Yi-Fu. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). Perspectiva da Geografia. 2ª ed. São Paulo: Difel, **1985**.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. (Tradução de Livia de OLIVEIRA) Londrina: Eduel, 2013. 248p.

**VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, **2000**. p. 75- 103.

\_\_\_\_\_. **CIDADE DE EXCEÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO RIO DE JANEIRO**. In CONFLITOS AMBIENTAIS E URBANOS Debates, Lutas e Desafios. MACHADO et al (orgs), Rio Grande: Editora Evangraf, **2013**.

**VAINER**, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megume Martino; OLIVEIRA, Fabricio Leal de & LOBINO, Camilla. **O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual**. In: Anais do Encontro Nacional do ANPUR, v. 15, p.1-18, **2013**.

**VALENCIO**, Norma. **O DESASTRE COMO LOCUS DA BARBÁRIE: APONTAMENTOS SOBRE O CASO BRASILEIRO.** In VALENCIO, Norma (Org.) **SOCIOLOGIA DOS DESASTRES - CONSTRUÇÃO, INTERFACES E PERSPECTIVAS NO BRASIL.** São Carlos: Rima, **2010**, p. 31-52.

\_\_\_\_\_. **Para além do dia do desastre** – o caso brasileiro. Curitiba, Appris, **2012**.

**VARGAS**, MARIA AUXILIADORA RAMOS. **Moradia e pertencimento:** a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cadernos Metrópole* 18 (36) • Jul-Dec **2016**. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>

**VERDUM**, Roberto. **Temáticas rurais: do local ao regional** / Roberto Verdum e Luiz Fernando Mazzini Fontoura ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, **2009**.

\_\_\_\_\_. **Perceber e Conceber a Paisagem.** In VERDUM, Roberto et al (orgs.) **Paisagem: leituras, significados, transformações.** Porto Alegre : Ed. da UFRGS, **2012**. p. 15-22.

**VIEIRA**, Lucimar dos Santos *et. al.* (org.). **Paisagem: leituras, significados e transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. **2012** .

**VIÉGAS**, Rodrigo Nuñez. **Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”.** *Mundo Livre, UFF. S/D.* Disponível em: [https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade\\_ambiental\\_zonas\\_sacrificio.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade_ambiental_zonas_sacrificio.pdf) . Acesso em 18/10/2021.

**VILLAÇA**, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

**TUAN**, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção,** atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, **2012**. 342p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** (Tradução de Livia de OLIVEIRA) Londrina: Eduel, **2013**. 248p.

**ŽIŽEK**, S. **Violência** – seis notas à margem. Lisboa: Relógio D’Água, **2009**.

**ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.** In: O Espaço da Diferença / Antônio Arantes (org.). Campinas/SP: Papirus, 2000, p. 80-103.

## SITES:

<http://mapas.procempa.com.br> (Mapas de Porto Alegre), acesso em 23/02/2018.

[http://www.ibge.gov.br/series\\_estatisticas/exibedados.php](http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php) (Dados IBGE), acesso em 10/10/2015.

[https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM) (Documentário), acesso em 24/04/2022.

<https://www.luizfuganti.com/> (Site Professor), acesso em 24/04/2022.

<https://www.escolanomade.org/> (Site Escola), acesso em 24/04/2022.

<https://prefeitura.poa.br/smoi/noticias/obras-de-duplicacao-da-avenida-tronco-avancam-no-primeiro-semester-de-2021>. (Matéria jornalística), acesso em 09/07/2021.

<https://prefeitura.poa.br/pgm/noticias/pgm-conclui-ultimas-desapropriacoes-na-tronco>. (Matéria jornalística), acesso em 09/07/2021.

<https://www.pc.rs.gov.br/operacao-pau-oco-e-deflagrada-para-apurar-crimes-contr-a-administracao-publica-em-autarquia-municipal-da-capital>. (Reportagem Polícia Civil), acesso em 09/07/2021.

[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/lei\\_434\\_integra\\_revisado\\_2010.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_integra_revisado_2010.pdf) (Lei Municipal), acesso em 24/04/2022

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2012/11/imoveis-da-capital-se-valorizam-na-ultima-decada-3961844.html> (Matéria jornalística), acesso em 24/04/2022

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/especiais/raio-x-da-violencia/> (Reportagem especial), acesso em 13/07/21

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12> (Dados IBGE), acessado em 13/07/21

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> (Dados IPEA), acessado em 13/07/21.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=%22vila%20cruzeiro%22> (Pesquisa de palavras-chave) acesso em 13/07/21

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p\\_secao=5](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p_secao=5) (Regiões do Orçamento Participativo), acesso em 21/09/2022.